

**6° SEMINÁRIO
DE EXTENSÃO**
da Universidade FUMEC
4 a 7 de maio de 2009

Caderno de Artigos 2008



UNIVERSIDADE
FUMEC
Universidade de Idéias

Ficha Técnica – Caderno de Artigos – 6º Seminário de Extensão da
Universidade FUMEC

Organização e avaliação dos textos

CoExt/FUMEC: Prof. Osvaldo Manoel Corrêa, Prof. Admir Roberto
Borges, Profa. Luciana Nunes de Magalhães, Profa. Sandra Maria das
Graças Maruch Tonelli, Profa. Stella Maris Nassif Dias Costa Pinto

Apoio Técnico: Tania Porto Guimarães Veloso, Cristiane Patrícia de
Paula Santos, Cátia Maria Pereira Trevezani, Gabriel Lopes Barbosa
Rodrigo Tito Moura Valadares.

Seminário de Extensão da Universidade FUMEC
S471c (6. : 2009: Belo Horizonte, MG).
2009 Cadernos de Artigos. 2008. - Belo Horizonte: Universidade
FUMEC, 2009.

140 p. : il. : 30 cm.

ISBN: 978-85-99359-22-8

1. Ensino Superior. 2. Extensão Universitária – Congressos.
I. Universidade FUMEC.

CDU: 378

Elaborada por Olívia Soares de Carvalho. CRB/6: 2070

CONSELHO DE CURADORES

Av. Afonso Pena, 4171
Bairro Mangabeiras
CEP: 30130-008
Belo Horizonte/MG
Tel./Fax: (31) 3280-9100
Site: www.fumec.br
E-mail: fundacao@face.fumec.br

CONSELHEIROS EFETIVOS
Presidente da Fundação
Prof. Air Rabelo
Vice-Presidente da Fundação
Prof. Eduardo Georges Mesquita
Prof. Célio de Freitas Bouzada
Prof. Custódio Cruz de Oliveira e Silva
Prof. Eduardo Martins de Lima
Prof. Estevam Quintino Gomes

UNIVERSIDADE FUMEC

Av. Afonso Pena, 3880/4º andar
Bairro Cruzeiro
CEP: 30130-009
Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3269-5250
Fax: (31) 3269-5206
Site: www.fumec.br
E-mail: reitoria@fumec.br

REITOR
Prof. Antonio Tomé Loures
VICE-REITORA
Profa. Maria da Conceição Rocha
PRÓ-REITOR DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO
Prof. Eduardo Martins de Lima
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Profa. Valéria Cunha Figueiredo
SETOR DE EXTENSÃO
Prof. Osvaldo Manoel Corrêa – Coordenador
SETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – FUMEC Virtual
Profa. Simone Grace de Paula – Coordenadora
SETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Profa. Rúbia Carneiro Neves – Coordenadora
SETOR DE REGISTRO E INFORMAÇÕES ACADÊMICAS
Janet Míriam Lourenço – Coordenadora
SETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Profa. Astréia Soares Batista – Coordenadora
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
Profa. Maria Helena de Oliveira Guimarães – Coordenadora
COMISSÃO DE EXTENSÃO (CoExt 2008/2009)
Prof. Luiz Antônio Melgaço Nunes Branco – Coordenador
Prof. Admir Roberto Borges
Profa. Romilda Rachel Soares Silva
Profa. Sandra Maria das Graças Maruch Tonelli
Profa. Stella Maris Nassif Dias Costa Pinto

FACULDADES DA UNIVERSIDADE FUMEC

FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS – FACE
Diretor Geral – Prof. Ricardo José Vaz Tolentino
Diretor de Ensino – Prof. Marco Túlio de Freitas
Diretor Administrativo – Prof. Emiliano Vital de Souza
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – FCH
Diretora Geral – Profa. Thaís Estevanato
Diretor de Ensino – Prof. João Batista de Mendonça Filho
Diretor Administrativo – Prof. Antônio Marcos Nohmi
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FCS
Diretora em exercício – Profa. Marilene S. Marques Michalick
FACULDADE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – FEA
Diretor Geral – Prof. Luiz de Lacerda Júnior
Diretor de Ensino – Prof. Lúcio Flávio Nunes Moreira
Diretor Administrativo – Prof. Fernando Antônio Lopes Reis

SUMÁRIO

A inclusão do trabalho na classe subproletária: Projeto Sol da Serra.....	10
Projeto ASAS: Design, artesanato e responsabilidade social na Universidade FUMEC	15
Clínica Escola de Fisioterapia no município de Raposos: do projeto arquitetônico ao atendimento	22
Consolidando as atividades do projeto Oficina do Riso – Arte no Cuidar	29
Projeto Costura e Arte – solidariedade e sustentabilidade – associação dos artesãos de Ribeirão das Neves	32
<i>Design</i> de interiores escolares, psicologia e inclusão.....	34
Diálogos interdisciplinares no contexto hospitalar: capacitação e trabalho em equipe	37
Dificuldade no processo de monitoria em um projeto de extensão – a experiência do informática sênior.....	40
Educação gerencial para a maioria.....	47
Estruturação de informações da gestão de recursos hídricos em banco de dados georreferenciado e unificado para disponibilização na Web	50
Estudo do gerenciamento dos resíduos gerados pela área da saúde do município de Ribeirão das Neves/MG	53
Formação de educadores infantis para avaliação dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais trabalhados na Educação Infantil em uma creche filantrópica em Belo Horizonte	66
GEMTI – grupo de estudantes que multiplicam e transformam idéias.....	69
Ginástica laboral – parceria SLU/Universidade FUMEC.....	72
Inclusão digital para adolescentes e jovens.....	75
Manutenção do CEPETURH(Centro De Estudos, Pesquisa e Extensão em Turismo e Hotelaria).....	80
Projeto Melhor Idade em Ação IV.....	84
O marketing cultural como ferramenta de estímulo à cultura: o investimento no fomento de atividades artísticas e o retorno às empresas	88



Olimpíada Esportiva Cultural FUMEC.....	96
Passaporte de Leitura	99
Pathé: história de um cinema e de uma região	105
Protótipos, uma agência experimental de design gráfico.....	107
Relatório de atividades – projeto de extensão revista Traça – Arte Gráfica Universitária: histórico e evolução criativa de um potencial extensionista.....	113
Uma proposta intersetorial entre a Faculdade de Ciências da Saúde/Universidade FUMEC e o programa banco de alimentos	117
Vamos passear no parque? O turismo em extensão	130
Veículo do Saber: uma conexão entre conhecimentos, culturas e estruturas.	134



APRESENTAÇÃO

UM VAI-E-VEM QUE VAI E VEM: ASSIM É NOSSA EXTENSÃO

Nunca será demasiado chamar a atenção, pelo menos enquanto perdurar, para a unilateralidade da expressão 'extensão' universitária que, infelizmente, reduz pela metade seu conceito, mutilando-o. Estender, nessa acepção, como no exemplo 'estender as mãos', significa alongar, abrir, distender. Até aí, tudo bem. Mas 'extensão' universitária não é só isso: é o dobro disso.

À semelhança da palavra 'elevador' que sobe, mas também desce, extensão universitária deve ser um processo de mão dupla, de vai e vem. Talvez essa conceituação de ida e vinda, no caso das atividades extensionistas, possa ser comparada a uma pequena e pitoresca história que termina com um trava-língua.

Trava-língua, na verdade, é uma "modalidade de parlenda, em prosa ou verso, caracterizada, e de tal forma ordenada, que se torna extremamente difícil e, às vezes, quase impossível, pronunciá-la sem tropeço". (Antônio Henrique Weitzel, Trava-Língua Educando e Divertindo, Minas Gerais, Suplemento Literário, 23.8.1980.)

Conta-se que um carpinteiro tinha um serrote dependurado numa parede de sua carpintaria com o nome de vai-e-vem bem visível. Certo dia, alguém foi lhe pedir o serrote emprestado e, curioso, indagou:

– Por que este serrote tem o nome de vai-e-vem?

O carpinteiro, e dono do serrote, respondeu:

– Pelo seguinte: se vai-e-vem vai e vem, vai-e-vem vai, mas se vai-e-vem vai e não vem, vai-e-vem não vai...

Este, um exemplo de denominação ou termo apropriado,

correspondendo adequadamente à idéia, à mensagem, ao recado.

Conclusão: extensão universitária não significa apenas assistência a comunidades mais carentes. Tampouco significa, apenas, cursos de extensão. Nem mesmo assistência social e cursos de extensão.

É preciso que a universidade não se veja superior e enclausurada, como numa torre de marfim. Urge integrar-se com todas as comunidades, não apenas com comunidades carentes. Fora dos muros dos jardins acadêmicos a vida é a própria realidade: extremamente diversificada, com milhares de matizes; extremamente enriquecedora porque tem muito a ensinar à própria universidade, temperando-a em árduas batalhas. A universidade tem que saber o que a realidade demanda para saber o que lhe oferecer, e saber também o que a sociedade tem para lhe oferecer. Inclusive poder encaminhar alunos a estágios verdadeiramente práticos e profissionalizantes, e para poder realizar, com espírito empreendedor, pesquisas aplicáveis, e sem eliminar as pesquisas consideradas puras. Para a Universidade FUMEC, assim é extensão: se ela vai, ela vem...

Este Caderno é mais uma amostra significativa do nosso trabalho realizado mediante convênios ou de forma assistemática. Seu registro é que é sempre sistemático, como convém.

Estamos usando um GPS ida e volta, mas com opções de itinerário, pois,

sem dúvida, dada a complexidade das demandas e das ofertas da sociedade, sempre se conta com flexibilidade e mudança de rotas e de caminhos. Universidade de idéias, centro de pensar e de agir.

Universidade sem muros, sem fronteiras.

Evoluir, incluir socialmente, transformar.

E haja criatividade...

Prof. Antonio Tomé Loures

Reitor da Universidade FUMEC

AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FUMEC - 2008

1 – Ações Interunidades

Clínica Escola de Fisioterapia no Município de Raposos – Do Projeto Arquitetônico ao Atendimento

Olimpíada Esportiva Cultural FUMEC

2 – Ações de extensão desenvolvidas nas Unidades

2.1 – Ações de Extensão da Faculdade de Ciências Empresariais - FACE

Educação Gerencial Para a Maioridade

Estruturação de Informações Da Gestão de Recursos Hídricos em Banco de Dados Georreferenciado e Unificado, Disponibilização na Web

Inclusão Digital para Adolescentes e Jovens

Manutenção do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Turismo e Hotelaria – CEPETURH

Marketing Cultural e Produção de Eventos Artísticos

Passaporte de Leitura

Vamos Passear no Parque? O Turismo em Extensão

2.2. Ações de Extensão da Faculdade de Ciências Humanas - FCH

A Savassi Vista do Pathé – Uma das Muitas Histórias de B.H.

Formação de Educadores Infantis para Avaliação dos Conteúdos Conceituais, Procedimentais e Atitudinais
Trabalhos na Educação Infantil em uma Creche Filantrópica em Belo Horizonte

Informática Senior

Projeto Sol da Serra



2.3. Ações de Extensão da Faculdade de Ciências da Saúde - FCS

Ações Interinstitucionais e Interdisciplinares para a Promoção de Saúde no Âmbito do Programa Banco de Alimentos

Dança e Folclore na Universidade, pra Todo Mundo e pra Todas as Idades

Diálogos Interdisciplinares no Contexto Hospitalar: Capacitação e Trabalho em Equipe

Gemti – Grupo de Estudantes que Multiplicam e Transformam Idéias

Ginástica Laboral III – Parceria SLU – Universidade FUMEC

Oficina do Riso – Arte no Cuidar

2.4. Ações de Extensão da Faculdade de Engenharia e Arquitetura - FEA



Agência Experimental de Design Gráfico

ASAS – Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra

Costura e Arte - Solidariedade e Sustentabilidade

Design de Interiores Escolares, Psicologia e Inclusão

Projeto ASAS/Unisol: Catálogo para Artesanato Solidário Aglomerado da Serra

Revista Traça

Veículo do Saber



A INCLUSÃO DO TRABALHO NA CLASSE SUBPROLETÁRIA: PROJETO SOL DA SERRA

EQUIPE

Professor Coordenador:

Tadeu Otávio Sales Sampaio – Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, professor do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC.

Alunos bolsistas:

Luiza Monteiro Ferreira Esmeraldo – Acadêmica do 9º período, noite, do curso de Psicologia da Universidade FUMEC.

Vânia Maria de Souza e Silva Tôrres – Graduada em Psicologia pela Universidade FUMEC – CRP 04/28.811

INTRODUÇÃO

Neste artigo, é analisada uma das formas pelas quais se dá a inclusão da classe subproletária no mercado do trabalho. Trata-se da análise psicossociológica do Projeto Sol da Serra, constituído como atividade extensionista da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC que, desde 2002, objetiva a formação profissional e a inserção social dos jovens moradores do Aglomerado da Serra.

A inserção da classe subproletária no mercado de trabalho é atravessada por contradições contudentes. De acordo com o modelo de produção capitalista, há maior ou menor preocupação quanto à inserção da classe subproletária no mercado de trabalho.

O Brasil não escapa a esse mecanismo contraditório da relação capital vs. trabalho, tampouco à dificuldade de inserção da classe subproletária no mundo produtivo. Observa-se que, a partir da década de 1980, ocorreu um aumento substancial da população considerada miserável no Brasil, em decorrência da política pública de reforma do Estado e da consequente redução de investimentos em políticas sociais. Apesar de ter havido uma queda no percentual da população brasileira que vive em

situação de miserabilidade – de 22,77% em 2005 para 19,31% em 2006, segundo dados da PNAD – 36 milhões de brasileiros ainda estavam nessa conjuntura sócio-econômica no último ano (FGV – 2007).¹

PROJETO SOL DA SERRA

O Projeto Sol da Serra é uma iniciativa de estudantes do curso de Psicologia e do Design de Moda da Universidade FUMEC, cujo principal objetivo é propiciar a inserção social de jovens residentes no Aglomerado da Serra no mercado de trabalho.

O projeto é voltado para o público infanto-juvenil por meio de uma parceria entre a Universidade FUMEC e a Escola Estadual Laura das Chagas Ferreira e atua com estudantes da referida escola que fazem parte da “Turma Projeto”.²

A iniciativa para a elaboração do Projeto Sol da Serra se deu com base em uma discussão, no estágio de Psicologia Jurídica da Universidade FUMEC, sobre a importância de valorizar o trabalho e o dinheiro lícito dos estudantes da Escola Estadual “Laura das Chagas Ferreira”, em complemento ao atendimento psicológico deles.

Esse projeto teve início no segundo semestre de 2002, por solicitação da coordenadora da Sociedade Beneficente “Laura das Chagas Ferreira”, Sra. Flávia Bizzotto Ferreira Pinto. A demanda inicial foi caracterizada pelo atendimento psicológico de 28 adolescentes entre 12 e 18 anos que já desenvolviam atividades de acompanhamento escolar no Colégio Sacré Coeur de Marie. Semanalmente, os alunos do curso de Psicologia realizavam atendimento em grupo, aproveitando a presença dos adolescentes no referido colégio.

O trabalho desenvolvido foi marcado pelo envolvimento dos adolescentes que, no final do semestre, demonstraram capacidade crítica diante dos valores introjetados pela cultura de violência desenvolvida no Aglomerado da Serra. Além disso, ficou evidente que o acompanhamento escolar realizado com a participação dos alunos do ensino médio do Colégio Sacré Coeur de Marie (adolescentes de classe média alta) não produziu os efeitos desejados, uma vez que ocorreram diversas vicissitudes no relacionamento entre os adolescentes de distintas classes sociais.

Discutindo com os estagiários de Psicologia, a coordenação do projeto sentiu a necessidade de incorporar a formação profissio-

¹ Os conceitos de miserabilidade são diversos. Utilizou-se, neste trabalho, aquele indivíduo que vive com até R\$ 125,00 por mês.

² A Turma Projeto é composta de adolescentes que apresentam defasagem de aprendizado e têm o seu tempo de permanência na escola estendido, visando à melhoria do desempenho escolar e à ampliação do universo de experiências artísticas, culturais e esportivas.

nal aos adolescentes para que pudessem ter um ganho financeiro lícito como consequência da transformação de valores. Juntamente com o acompanhamento psicológico e pedagógico, a probabilidade de resgate de valores de cidadania seria substancialmente superior. Em reunião com a coordenadora da Sociedade “Laura das Chagas Ferreira”, Sra. Flávia Bizzotto Ferreira Pinto, ficou estabelecido que fosse implementada uma fábrica de componentes saponáceos cuja produção e venda ficaria a cargo dos adolescentes. Assim, a coordenadora ficaria responsável pelo gerenciamento da fabricação e distribuição dos produtos.

Visando não ficar restrita aos produtos acima referidos, a coordenação do projeto entrou em contato com a coordenação do curso de Design de Moda e apresentou proposta para que pudesse ser viabilizado aos adolescentes o aprendizado sobre a produção de itens de vestuário. A coordenadora, professora Gabriela Maria Ladeira Ferreira Torres, aceitando o convite, iniciou o planejamento das atividades, juntamente com o técnico em estampa, Éder Almeida.

Atualmente, o Projeto Sol da Serra conta com a participação de alunos do Design de Moda e da Psicologia. Por meio dessa parceria, são desenvolvidas oficinas de desenho, da criatividade, bem como são confeccionadas embalagens, proporcionando aos adolescentes o contato com uma vasta possibilidade de profissionalização na área do *Design* de Moda, além das dinâmicas de grupo, que objetivam tratar uma ampla gama de problemas emocionais que venham a surgir no decorrer das atividades, melhorando a auto-estima dos jovens.

O desenvolvimento do Projeto Sol da Serra, desde 2002, demonstra a incompletude de áreas únicas de conhecimento acadêmico para analisar e subsidiar soluções de inclusão no mercado de trabalho.

DELIMITAÇÕES GEOPOLÍTICA E ECONÔMICA

Para que haja melhor entendimento acerca da realidade psicossocial dos adolescentes participantes do projeto, é importante situá-los geopolítica e historicamente.

O aglomerado de vilas e favelas da região da Serra, Aglomerado da Serra, localiza-se na região centro-sul de Belo Horizonte, Minas Gerais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Belo Horizonte tem, em média, 2.412.937 habitantes. Desses, 47.000 são moradores do Aglomerado da Serra (Criança Esperança – 2007), que é composto por seis vilas: Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Apare-

cida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas e Santana do Cafezal.

A realidade financeira dos adolescentes também não pode ser descartada, uma vez que sofrem assédio constante do tráfico de drogas da região. Tal assédio se caracteriza pelo transporte de pequenas quantidades de drogas para consumidores da zona centro-sul de Belo Horizonte. Além disso, os casos de prostituição de menores na comunidade não são raros.

Paralelamente à pobreza, crescem os índices de violência urbana. Evidentemente, pobreza e violência não podem ser abordadas como causalidades diretas intrínsecas. A violência nos centros urbanos tem um conjunto complexo de causas: uma sociedade excludente; um sistema de segurança e justiça que não consegue reprimir crimes; uma sociedade de consumo exacerbada, bem próxima das áreas de alta miserabilidade; além da reduzida presença do Estado na região.

De acordo com essa visão sociopolítica, é necessária a realização de projetos que viabilizem o contato dos jovens com conhecimentos profissionais, além de elevação da auto-estima dos mesmos e ampliação do desempenho cognitivo e afetivo por meio da aquisição de novas informações e valores. Tal importância torna-se evidente quando são consideradas características socioeconômicas dos moradores do Aglomerado da Serra, que é um ícone do contexto de exclusão social do município.

A ESCOLA E SEU PAPEL COMO APARELHO IDEOLÓGICO DO ESTADO

A partir de um contato mais próximo com as escolas públicas localizadas na periferia, bem como com a realidade dos jovens da classe subproletária, algumas questões relacionadas ao papel da escola e do jovem nas famílias, à inserção dos mesmos no mundo do trabalho, e a formação de valores da criança, por suas famílias se fazem presentes.

É possível afirmar que a escola da favela cumpre o papel de aparelho ideológico do Estado? Ou esse cumprir é criar um mecanismo de exclusão para que as classes média e alta tenham referência do que é inteligente e do que é obtuso, do que é bonito e do que é feio, do que é normal e do que é patológico, como se, ideologicamente, estivesse reproduzindo os papéis das prisões e dos manicômios?

De acordo com Warde (1979, p. 55),

a escola ocupa entre os aparelhos ideológicos um lugar fundamental. Apresentada à sociedade como o lugar da

elaboração e transformação da cultura, a escola cumpre as suas funções sob a aparência de um meio neutro, desprovido de ideologia.

O sistema escolar capitalista está voltado para a reprodução da qualificação da força de trabalho. Althusser (1972) afirma que na escola aprende-se a ler, a escrever, a contar, e, portanto, algumas técnicas, além de elementos de cultura científica ou literária, diretamente utilizáveis nos diversos ambientes da produção, denotando, assim, a apreensão dos saberes práticos.

Por outro lado, cabe ressaltar que, além de tais saberes, a escola também ensina as regras dos bons costumes, ou seja, o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar. Assim, para Althusser (1980, p. 21), essas são

... regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a 'redigir bem', o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a 'mandar bem', isto é (solução ideal), a 'falar bem' aos operários, etc.

Ainda segundo Althusser (1980, p. 22), "a escola e também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército ensinam 'saberes práticos', mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da prática desta". (Grifo nosso)

Carnoy e Levin (1985, *apud* ENGUITA, 1989, p. 229) afirmam: "Escola é essencial para a acumulação do capital e para a reprodução das relações de produção capitalistas dominantes, e é considerada pelos pais e pelos jovens como um meio para uma maior participação na vida econômica e política".

O que se observa nas escolas que atendem a população miserável do Brasil é que o objetivo de formar para o trabalho não é realizado. Desse modo, retoma-se a questão anterior, que indaga o papel excludente das escolas constituídas com base no ideário capitalista. Seria um êxito para a sociedade se a escola conseguisse formar para o trabalho.

Enguita (1993, p. 247) afirma que, na escola, a submissão a um tratamento igual de alunos que partem de posições extra-escolares desiguais, mas não irrelevantes diante da mesma, transforma-se em um tratamento decisivamente desigual, ou seja, em uma maneira de perpetuar a desigualdade em face das oportunidades escolares.

Ao citar um estudo de Kohn sobre a forma em que as condições de trabalho modelam a personalidade dos trabalhadores e o grau em que isso reflete na educação de seus filhos, o autor destaca:

... em geral, as famílias de 'classe média' esperavam, sobretudo que a educação fizesse com seus filhos coisas como aumentar sua curiosidade, elevar sua consideração, reforçar sua responsabilidade, estimular seu autocontrole e fazê-los felizes. As famílias da classe operária esperavam que seus filhos aprendessem obediência, asseio, honestidade e bons modos. (ENGUITA, 1993, s.p.)

Verificam-se as diferenças existentes entre as distintas classes sociais: enquanto a classe média almeja o desenvolvimento da curiosidade e da responsabilidade de suas crianças, a classe proletária vê na educação um caminho para que os filhos aprendam as regras de comportamento veiculadas pela ordem vigente. No entanto, a escola fracassou até no seu ideário.

A CRIANÇA: DA SOCIEDADE TRADICIONAL À SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Considerando o tema deste artigo – A inclusão do trabalho na classe subproletária –, faz-se necessário abordar brevemente o conceito de classes sociais. Santos (1982, p. 41), ao conceituar classes sociais, afirma:

Por classes sociais se entenderão os agregados básicos de indivíduos numa sociedade, os quais se opõem entre si pelo papel que desempenham no processo produtivo, do ponto de vista das relações que estabelecem entre si na organização do trabalho e quanto à propriedade.

O percurso de escolaridade que tem a criança da classe média indica um progresso contínuo e gradual. No entanto, esse vem, nos dias atuais, acoplado ao ideário de felicidade da classe média.

As crianças das classes subproletárias estão mais próximas de uma estrutura sociológica tradicional ou moderna? Com base nessa questão, cabe destacar o modo pelo qual as crianças eram vistas tanto nas sociedades tradicionais e, hoje, nas sociedades modernas.

Nas sociedades tradicionais, em que a produção era agrícola, a infância era vista como peso. Sua duração era reduzida, já que, quando a criança começava a adquirir um mínimo de auto-suficiência, era colocada em meio aos adultos, partilhando seus trabalhos e jogos. Ariès (1981, s. p.) afirma que "de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude...". A criança logo se afastava dos pais, e, durante séculos, a educação foi garantida pela

aprendizagem, graças ao convívio da criança e do jovem com adultos.

Cabe ressaltar que, além de estar deslocada ou desconsiderada nas relações da família medieval, as crianças eram, desde muito cedo, afastadas da família e colocadas em outra, de pessoas estranhas, como aprendizes para que pudessem ser educadas. Assim, verifica-se que a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental (REDIN, 1998).

Ariès (1973, *apud* ENGUIITA, 1993, p. 216) conclui que “a transmissão de uma geração à seguinte era assegurada mediante a participação cotidiana das crianças na vida adulta”. Enguita (1993, p. 216) destaca que, “na Idade Média, a família não era somente uma unidade afetiva e uma instituição encarregada de reprodução, mas também uma unidade produtiva fosse por conta própria ou alheia”.

A classe subproletária moderna é reproduzida, por meio da criança, da mesma maneira que na sociedade tradicional. Tal afirmativa ganha força quando analisada sob a forma como essas crianças convivem com seus familiares e com seus semelhantes.

A partir do fim do século XVII, a escola passou a substituir a aprendizagem como meio de educação, o que significa que as crianças deixaram de ser misturadas aos adultos e de aprender pelo convívio com eles. É nesse contexto que surge o processo de escolarização. Já no século XVIII, a criança passa a conquistar um lugar junto aos pais, que começam a se preocupar com sua educação, carreira e futuro.

Ariès (1981, p. 11) destaca que

... essa separação – e essa chamada à razão – das crianças deve ser interpretada como uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado. A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se exprimiu, sobretudo através da importância que se passou a atribuir a educação.

Atualmente, a insignificância da criança no Brasil é uma imposição do modelo socioeconômico predominante. A criança ocupa, unicamente, um lugar como preocupação dos adultos e do sistema no sentido de preparação, de receptora de valores e comportamentos dominantes, de organismo ainda em formação. A sociedade considera a criança e o adolescente como seres que ainda não ocupam lugar. (REDIN, 1998)

Considerando, porém, o público-alvo do projeto e o sistema capitalista vigente, germinam incertezas sobre o real lugar ocupado por esses jovens tanto no seio da família quanto na sociedade na qual estão inseridos.

INTERLOCUÇÕES SOBRE ESCOLA, INSERÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Considerando a escola um aparelho ideológico do Estado, cuja função primordial é formar para o trabalho, e avaliando tal afirmativa de acordo com o objetivo principal do Projeto Sol da Serra, que é possibilitar aos adolescentes da classe subproletária inserção social por meio do trabalho lícito, cabe destacar as relações de produção capitalista.

As relações sociais de dominação e exploração existentes no capitalismo são permeadas pela submissão das pessoas, a qual pode se dar, em maior ou menor grau, pela necessidade material, pela interiorização de certos elementos e relações como necessários, bem como pela coerção direta.

Na atualidade, vários são os mecanismos que obrigam, de maneira eficaz e sutil, as pessoas a se submeterem às relações de produção. A generalização em si do trabalho assalariado, a impossibilidade de subsistir sem vender a própria força de trabalho e submeter-se às relações de produção capitalista e, finalmente, segundo Enguita (1993, p. 215), a

multiplicação das necessidades humanas, infinitamente distanciadas já da mera sobrevivência biológica e canalizadas socialmente para um consumo crescente de mercadorias e serviços que, hoje em dia, e fora dos que vivem do trabalho dos outros, parece(m) excluir qualquer possibilidade de renunciar à venda da própria força de trabalho.

Analisando a classe subproletária com base nos moldes capitalistas, verifica-se a presença dos diversos mecanismos citados. Além da necessidade da venda da mão-de-obra para a manutenção de mínima qualidade de vida, é possível verificar que, embora a idéia de progresso não esteja introjetada na referida classe, a Ética da Estética surge de forma muito presente nas pessoas, nas quais o modelo de consumo, ao criar o real, passa a transformar o desejo em necessidade:

O consumo é um instrumento de hierarquia social. A sociedade de consumo é um imenso processo de produção de ‘valores-signo’ cuja função é reinscrever diferenças sociais em uma era igualitária. A ideologia hedonista que sustenta o consumo é só um alibi para uma determinação mais fundamental que é a lógica da diferenciação e superdiferenciação sociais. (LIPOVETSKY, 2002, p. 171)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância que os jovens da classe subproletária tenham a possibilidade de inserção social mediante práticas de trabalho lícito. O Projeto Sol da Serra, verificando tal necessidade, proporciona aos adolescentes formações profissionais básicas em Design de Moda e Produtos, além da introjeção de valores e normas diferentes daqueles apresentados pela cultura de violência vigente no Aglomerado da Serra. A importância da escola como aquela que forma para o trabalho é óbvia, mas cabe destacar que esse papel deve ser realizado em todas as esferas sociais para que, assim, haja realmente a inserção social das classes miseráveis do Brasil.

Aproveitamos o ensejo para solicitar ao Setor de Extensão da Universidade FUMEC que estude a possibilidade de dar continuidade ao Projeto, por intermédio de outros professores, uma vez que o professor coordenador, por estar em regime, não poderá continuar.

Sites:

www.ibge.gov.br

www.cirancaesperanca.globo.com

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3. ed. Inglaterra: Presença, 1970.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 279 p.

DEMARTINI, Z., LANG, A. *Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras*. São Paulo: Loyola, 1985, 205 p.

ENGUITA, Mariano Fernandes. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, 272 p.

ENGUITA, Mariano Fernandes. *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993. 351 p.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

REDIN, E. O espaço e o tempo da criança. *Cadernos Educação Infantil*, Porto Alegre: Mediação, 1998, v. 6.

SANTOS, Theotonio dos. *Conceito de classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1982, 81 p.

WARDE, Mirian Jorge. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, 190 p.



PROJETO ASAS: DESIGN, ARTESANATO E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE FUMEC

EQUIPE

Professora Coordenadora:

Natacha Rena – Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora do Curso de Design da Faculdade de Engenharia e Arquitetura – Universidade FUMEC

Alunos Bolsistas:

Joanna Sanglard Bernardes;
Felipe Sales Melo Franco;
Rafael Miranda Barbosa;
Pedro Duarte Sena de Oliveira;
Ana Luisa Ferreira;
Bruno Elias Gomes de Oliveira;
Daniel Patrick Cordeiro Pimentel;
Eduardo Goulart de Macedo;
Rodrigo Matar;
Pedro Ivo Carele;
Cristiane Araújo;

Voluntários:

Guilherme Bonsato Deriz;
Karina de Oliveira Leite;
Priscila Soares Da Silva;
Leonardo Monte Alto Pacheco;
Gisele;
Andressa Furtado Calixto.

UNIVERSIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Acreditamos que projetos como esse ressaltam a importância da participação da universidade em projetos de responsabilidade social. O Projeto ASAS, com uma atuação ampla em diversos

setores e cursos da Universidade, auxilia na consolidação da relação entre pesquisa e extensão, desenvolvendo um papel muito importante ao abordar questões acadêmicas, metodológicas e conceituais para que os projetos realizados na universidade, relacionados, principalmente, ao tema do artesanato urbano tenham embasamento teórico e projeção científica. Cria-se, também, um ambiente coeso para que possamos atuar ativamente junto aos órgãos nacionais (e internacionais) de fomento ao desenvolvimento sustentável em comunidades pertencentes a grupos de alta vulnerabilidade social, levantando não somente ações pragmáticas para a melhoria das condições de vida de diversos cidadãos envolvidos, mas também envolvendo alunos e professores em novas e diversas realidades para além do ambiente acadêmico.

Para compreensão de como o Projeto ASAS surgiu, apresentamos, aqui, um breve histórico relacionado às atividades acadêmicas integrando ensino, pesquisa e extensão realizadas por um grupo de professores e alunos da Universidade FUMEC. Acreditando na relação essencial entre Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como na importância do envolvimento das universidades com a comunidade, é que demos início, em 2003, a uma série de trabalhos relacionados a temas sociais.

O primeiro trabalho desenvolvido em comunidades com alto índice de vulnerabilidade social foi o Projeto Interdisciplinar de Pesquisa Táticas de Sobrevivência¹ em 2003/2004. Nessa pesquisa realizamos um vasto levantamento de inventos – resultados das táticas e estratégias de sobrevivência – dos moradores da Vila Ponta Porã, favela pertencente à região central da cidade de Belo Horizonte. Construimos um catálogo de objetos e produtos do cotidiano que revelaram o enorme potencial criativo do cidadão comum, principalmente quando exposto a situações de precariedade econômica. “Como detectar modos de subjetivação emergentes, *focus* de enunciação coletiva, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório de nossas cidades?” (PELBART, 2003, p. 139).

Na tentativa de responder a essa questão, nossa intenção foi traçar uma microcartografia de pequenas táticas de sobrevivência no cotidiano de *homens comuns e sem qualidades* de uma pequena favela da região central de Belo Horizonte. Percebemos que, em decorrência da urgência para sobreviver, os habitantes das favelas produzem *design* e arquitetura de forma superinventiva, dada a imediaticidade que solicita improvisação – criação não planejada.

Para construir esse manual ilustrado, catálogo de inventos, a equipe de pesquisa participou, durante seis meses, da vida íntima dos moradores da vila, o que significou uma apreensão de

¹ Esse projeto foi desenvolvido com apoio do PROPIC e contou com a participação da professora Cássia Macieira e de cinco alunos dos cursos de Design e de Arquitetura e Urbanismo.

formas particulares de habitar e sobreviver destes moradores, que constroem um universo mágico de “gambiarras” produzindo artefatos que esbarram nos limites da arte e do design. A idéia geral dessa pesquisa foi revelar alguns procedimentos pouco convencionais – composições inesperadas, trabalhos artísticos não projetados – adotados na produção de um design sem desenho, para que, a partir daí, pudéssemos incitar, nas disciplinas de projeto, processos de criação menos estratégicos e mais táticos, tanto nos cursos do Design quanto no curso de Arquitetura e Urbanismo.

Já nossos trabalhos acadêmicos envolvendo Design Social tiveram início em 2005, por meio de iniciativas de Capacitação em Artesanato e Design, com o projeto de extensão intitulado Sempre Savassi – Design e Cultura.² Esse projeto envolveu diversas comunidades de artesãos e parcerias com instituições como CDL e SEBRAE. Ao construirmos uma metodologia específica para a realização desse projeto, sentimos necessidade de desenvolver uma pesquisa conceitual mais consistente sobre questões como artesanato e suas relações com a arte e o design. Essa investigação resultou na criação de um conceito-chave que tem norteado todo o nosso trabalho na área do artesanato urbano.

Essa pesquisa, que surgiu de um projeto de extensão, foi finalista no concurso anual realizado pelo Museu da Casa Brasileira e ficou entre os melhores textos sobre *design* produzidos no Brasil em 2006, o que foi uma surpresa para nós, sinalizando que estávamos construindo um caminho fértil para a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Como resultado desse trabalho de capacitação, também realizamos duas exposições com os produtos desenvolvidos e publicamos um catálogo com todo o processo de trabalho. Em 2008, recebemos Menção Honrosa em um concurso nacional Objeto da Casa Brasileira em São Paulo, e nossos produtos e o catálogo foram expostos no espaço Objeto da Casa Brasileira em Pinheiros.

Outro projeto de extensão desenvolvido em 2006 foi o *Artesanato Solidário no Barreiro*.³ Essa capacitação em artesanato e *design* foi voltada para grupos de Terceira Idade, no intuito de oferecer melhoria na qualidade dos produtos artesanais já desenvolvidos pelos grupos existentes na região do Barreiro.⁴ Nosso objetivo com o projeto foi desenvolver uma coleção temática de almofadas.

Ao longo de 8 meses, 23 senhoras participaram de aulas, palestras, visitas técnicas, oficinas e orientações individuais. O projeto contou com diversas parcerias: Prefeitura Municipal de Belo

² Esse projeto foi realizado pelas professoras Cássia Macieira e Juliana Pontes, do Curso de Design da FUMEC.

³ Esse projeto foi realizado com a participação da aluna Sara Martinho.

⁴ Num âmbito mais geral, o projeto esteve integrado a outros dois projetos coordenados por professores do Curso de Administração da FUMEC que pretendiam a formação de um Escritório de Negócios para que os produtos criados fossem comercializados.

Horizonte - Administração Regional Barreiro, que nos cedeu profissionais responsáveis pelos grupos de terceira idade da região; UNITEC - Nova Zelândia, com o suporte metodológico para ações de responsabilidade social; Associação da Terceira Idade e Idosos do Barreiro (ASTIB), representante oficial dos grupos de terceira idade regionais; Via Shopping, que nos cedeu espaço e equipamentos para o início do projeto. O resultado efetivo do trabalho culminou numa coleção temática de 10 almofadas (9 quadradas e uma circular): Coleção 9 + 1. O tema “Memória” foi um fio condutor de todo o processo de criação possibilitando a elaboração de uma pesquisa conceitual mais ampla e comum a todas as artesãs. Ao mesmo tempo, elas foram incentivadas a criar almofadas com temas singulares, relacionados à história pessoal de cada uma.

Outra atuação satisfatória foi nossa participação no *Projeto Rondon*, realizado pelo Ministério da Defesa. Fomos selecionados para participar das expedições em janeiro de 2007 e em julho de 2007. Para a realização destes dois projetos, nos vimos obrigados a desenvolver uma metodologia específica para atuarmos em projetos de curto prazo em cidades no interior do país. Nossa equipe, formada para atuar com diversas ações nas cidades de Assis Brasil e Jequitaiá, focou na Capacitação em Artesanato como forma de geração de renda para as comunidades. Nos dois casos obtivemos respostas positivas revelando eficácia dos participantes locais nas oficinas ministradas.

Em Assis Brasil, iniciamos um processo de capacitação em artesanato e *design* dirigindo grande parte das nossas atividades em oficinas voltadas exclusivamente para o *design* de produtos e mobiliário em bambu. Criamos alguns protótipos de produtos como bandeja, pratos, copos, talheres, candelabros, saleiros, porta-guardanapos, etc. Oferecemos, também, uma oficina em bordados utilizando o tema da taboca, que foi aplicado na confecção de em jogos americanos, toalhas de mesa, guardanapos; e outra oficina em bijóias, na qual foram gerados diversos produtos utilizando a própria taboca como matéria prima, fato inovador na produção de bijouterias na região amazônica.

Em Jequitaiá, cidade situada no norte de Minas Gerais, desenvolvemos um projeto de capacitação em artesanato. O tema adotado para o desenvolvimento da coleção foi a própria cidade e suas peculiaridades sertanejas: rio, garimpo, pesca, lavadeiras, cerrado, casarios, religiosidade, mapas e ruas. A força expressiva dos produtos foi resultado de um trabalho que revelou tanto as singularidades de cada uma das artesãs quanto a contaminação mútua de um intenso trabalho coletivo. Essa ação serviu de oportunidade para a comunidade jequitaiense resgatar a cultura local por meio de processos criativos inovadores e materializá-la em produtos singulares que pudessem gerar renda para uma parcela da população.

Também faz parte deste nosso processo de consolidação acadêmica (relacionando ensino, pesquisa e extensão) a conformação de um *Grupo de Pesquisa DADAA. Diferenças: Arte, Design, Arquitetura e Artesanato*. Uma intenção clara dos projetos desenvolvidos pelo grupo é o envolvimento com questões relacionadas à responsabilidade social mediante a disponibilização do nosso conhecimento técnico, científico, artístico e cultural para a comunidade externa à universidade.

Reconhecemos a necessidade do desenvolvimento de projetos teóricos que possam nortear os trabalhos práticos mediante a construção de conceitos que possam consolidar linhas de pesquisa, além de criar metodologias específicas para cada situação de capacitação em artesanato. Portanto, também realizamos uma Pesquisa de Iniciação Científica na qual mapeamos parte da produção significativa do *artesanato urbano* em Minas Gerais. O objetivo principal foi analisar se a produção artesanal desde a sua concepção metodológica, passando pelo resultado dos produtos até a etapa de inserção no mercado, teria tido uma eficácia desejada.

Durante todo esse processo de constituição de projetos abordando artesanato e *design*, surgiu uma demanda, por parte dos alunos da graduação, por uma disciplina que pudesse constituir instrumental teórico com uma abordagem crítica para auxiliar a atuação em projetos de responsabilidade social. Criamos, então, uma disciplina optativa – *Artesanato e Design* – que pudesse instigar a reflexão teórica sobre a relação entre *design*, artesanato e arte, construindo um panorama atualizado sobre as principais ações brasileiras relevantes nesse campo. Também tem sido objetivo desta disciplina, preparar o aluno de *design* para que ele possa se tornar um profissional com potencial ativo para atuar em programas de capacitação em artesanato e em projetos de gestão cultural com caráter social.

No mês de abril de 2007, fomos convidados para participar da produção de utensílios para serem vendidos com exclusividade na nova loja do INHOTIM, museu de arte contemporânea de referência internacional no município de Brumadinho, MG. Como já tínhamos contatos com grupos de artesãos qualificados por nós no projeto anterior, *Sempre Savassi*, simplesmente conectamos os alunos aos artesãos desse grupo e, juntos, eles desenvolveram, como trabalho prático da disciplina, uma coleção de produtos com características iconográficas recolhidas no próprio espaço do museu. Esses produtos tiveram excelente resultado estético e foram muito bem aceitos pelos consumidores que frequentam a loja do INHOTIM.

Como reconhecimento máximo do nosso esforço em desenvolver trabalhos de inclusão social, p de programas de ensino, pesquisa

e extensão na Universidade FUMEC, fomos selecionados com o projeto *Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra*,⁵ que ficou entre os dez premiados dos 212 inscritos no concurso Banco Real Universidade Solidária, que está em sua 11ª edição com o tema “Desenvolvimento sustentável” com ênfase em geração de renda. O prêmio foi de R\$ 40 mil e serviu como incentivo para a implementação dos projetos ao longo de 2008. Os vencedores foram escolhidos por uma comissão formada por 60 nomes de todo o País, entre acadêmicos, especialistas em terceiro setor e profissionais de imprensa e dos setores público e privado. No início de 2009, fomos contemplados para a continuidade do projeto ASAS, que será apresentado a seguir.

O PROJETO ASAS

O artesanato é uma atividade com elevado potencial de geração de renda e inclusão social e posiciona-se como eixo estratégico de valorização e desenvolvimento dos territórios. Com o Projeto ASAS, *Artesanato Solidário do Aglomerado da Serra*, de capacitação em artesanato e *design*, a intenção foi desenvolver produtos mediante a capacitação de estudantes da comunidade e da montagem de uma oficina de criação e produção em serigrafia. A idéia foi estabelecer um processo sustentável de geração de renda no Aglomerado da Serra (conjunto de vilas e favelas da cidade de Belo Horizonte) com base no conceito de autonomia realizado pelo empoderamento da comunidade. De acordo com um conceito amplo de artesanato solidário, o objetivo foi implementar, ao longo de doze meses, uma metodologia de criação para capacitar um grupo de multiplicadores pertencentes a grupos de alta vulnerabilidade social de forma colaborativa, desenvolvendo processos criativos para construção de objetos inventivos.

Além da criação de uma metodologia específica – que garantisse sustentabilidade das ações implementadas – e de sua aplicação, esse projeto objetivava a criação de um mix de produtos com alto valor agregado (acompanhados de catálogo e exposição) que pudesse ser comercializado com foco em um público consumidor A e B.

A comunidade específica escolhida para o desenvolvimento do projeto aqui proposto é a Escola Municipal Padre Guilherme Peters,⁶ situada no conjunto de vilas e favelas de Belo Horizonte denominado Aglomerado da Serra. Essa escola pertencente à Vila Novo São Lucas tem procurado parcerias para que seus

⁵ As atividades foram desenvolvidas em parceria com a professora de Design Gráfico, Juliana Pontes, e do funcionário da estamperia, Éder Almeida, juntamente com alunos dos cursos de Design, Psicologia e Direito, o que contribui para o desenvolvimento interdisciplinar dessa atividade.

⁶ Rua Coronel Jorge Dário, s/n, bairro Novo São Lucas, Belo Horizonte, CEP 30240560.

alunos possam se apropriar de novos conhecimentos e novas tecnologias que os ajudem a enfrentar novos ambientes educacionais e novos ambientes de trabalho. A escola vai da Educação Infantil até a 8ª série do Ensino Fundamental e há, também, no noturno a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Novas parcerias têm aberto novos horizontes para esses jovens, que em sua maioria estão muito distantes da oportunidade do primeiro emprego ou de exercer uma atividade econômica lucrativa e promissora, por falta de capacitação específica. A localização do Aglomerado pertence a uma comunidade existente na chamada região sul da cidade, setor residencial de alto poder aquisitivo (onde se encontra a Universidade FUMEC).

Atualmente, a prefeitura de Belo Horizonte está executando uma grande obra de urbanização do aglomerado (considerado um dos maiores projetos de urbanização de favelas do País no momento), que inclui a construção de uma via asfaltada de mão dupla que atravessará o conjunto de vilas, ligando diretamente duas regiões da cidade. Há um investimento real na melhoria das condições de vida da população local e na inserção definitiva dela no contexto urbano, o que implica a educação e a capacitação dessas pessoas para uma nova condição de trabalho e relação social. O que acontece no caso específico da Escola Municipal Padre Guilherme Peters é que a sua localização não é próxima das margens da via a ser construída, o que resultou em menor investimento dos projetos citados acima nessa escola. Esta situação poderá produzir um futuro desnível de oportunidades dentro do próprio aglomerado, acentuando ainda mais as questões ligadas ao desemprego, violência e exclusão social.

O Aglomerado da Serra possui uma grande dimensão,⁷ com muitos focos de violência e disputa de grupos ligados ao tráfico de drogas, o que dificulta ações eficazes em todo o seu território. O foco nas escolas municipais, começando com um projeto piloto em uma escola específica, limita a ação a um campo fértil, que é o dos jovens em formação, pois eles são as maiores vítimas do aliciamento para a atividade do tráfico e da violência gerada por essa economia ilegal. A falta de infra-estrutura, de recursos materiais e de capital humano nas escolas municipais constitui, também, um grande empecilho para que essas unidades sustentem projetos de inserção econômica e capacitação profissional adequadas à nossa realidade social e às demandas do mercado de consumo e serviços hoje.

As escolas também podem ser pontos de apoio permanentes para que iniciativas como essas se desenvolvam com acompanhamento adequado e previsão de continuidade. Sem esse tipo de suporte muitas boas idéias, ações e projetos se perdem por falta de investimentos em longo prazo, gerenciamento das atividades de formação, estruturas de equipe para captar novos

7 O Aglomerado possuía, em 1999, uma população de 37.641 habitantes, segundo dados da URBEL; segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social, 45.920; e, segundo o jornal Estado de Minas, 160 mil.

recursos e orientar novas investidas educacionais. Nesses espaços a parceria entre o ensino tradicional e o grupo de artesãos, por um lado, complementa o ensino tradicional e, por outro, amplia os horizontes de atuação dos seus alunos e professores.

O Aglomerado da Serra possui uma população com poder aquisitivo baixíssimo, mas inserida em uma das regiões com índice socioeconômico mais alto da cidade. Ao mesmo tempo, a Universidade FUMEC tem optado estrategicamente por desenvolver projetos de natureza social nessa região, já que é vizinha da universidade e delimita um campo de atuação solidária. Na última pesquisa para a Prova Brasil, o índice socioeconômico no aglomerado foi de 1.1, numa escala de 1 a 5. E aqui também há uma justificativa concreta para a escolha da Escola Municipal Padre Guilherme Peters: entre as cinco escolas municipais existentes no Aglomerado, por intermédio da Prova Brasil, foi comprovado que ela é uma de mais baixo índice socioeconômico da cidade e com uma necessidade imensa de melhorar sua infra-estrutura e estabelecer parcerias externas que complementem o processo educativo e respondam a demandas que a escola não pode atender sozinha. A maioria dos alunos não conhece a cidade de Belo Horizonte, vive em uma área onde existem várias facções do tráfico de drogas que constantemente estão aliciando os jovens.

ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO ENFRENTADA E EXPECTATIVAS DO PROJETO

A oportunidade da parceria com a Universidade FUMEC tem proporcionado a um grupo de alunos dessa escola o conhecimento de um ambiente de estudo completo, de nível superior, além do aprendizado de técnicas inovadoras no *design* de estamparia. Isso aconteceu em uma primeira etapa, com oficinas e aulas realizadas na própria universidade, utilizando suas salas de aulas, equipamentos didáticos e o ateliê de estamparia. Além disso, pode-se criar para a comunidade, a partir da primeira turma a frequentar esse programa de capacitação, a figura dos multiplicadores, que serão pessoas que participarão do projeto e irão repassar o conhecimento dando continuidade ao trabalho, formando novos empreendedores e até uma cooperativa para trabalhar com confecções da cidade e/ou do Estado. Esses multiplicadores poderão iniciar outras pessoas da comunidade, até mesmo na Escola Aberta, que funciona aos sábados e domingos e oferece oficinas de artesanato, percussão, capoeira, informática e, possivelmente, a de estamparia também poderá funcionar aos finais de semana.

Outro fator essencial ao projeto é que a Prefeitura de Belo Horizonte ofereceu como contrapartida a construção de um espaço onde será instalada a oficina de estamperia, cujos equipamentos e materiais de uso foram financiados pelo Prêmio *Unisol/Banco Real*. A primeira turma formada poderá montar uma associação que se auto-sustentará e que formará novos trabalhadores ao capacitar os jovens, dando-lhes também a oportunidade do primeiro emprego e uma atitude empreendedora. A escola funciona em horário integral, e esses futuros artesãos podem começar a aprender tecnologias que, em curto prazo, poderão servir para melhores condições de trabalho e de vida. A idéia é que essa comunidade, com a implementação de projetos como esse, possa iniciar a criação de uma rede de sustentabilidade e economia solidária, melhorando sua condição econômica, sua inserção social, diminuindo os índices de violência local e aumentando-lhe a auto-estima.

OBJETIVO GERAL

O principal objetivo, aqui, é fomentar o artesanato de forma integrada, como setor econômico sustentável que valoriza a identidade cultural das comunidades e promove a melhoria da qualidade de vida, ampliando a geração de renda e postos de trabalho para os jovens de comunidades com alta vulnerabilidade social. A idéia é propiciar a criação de produtos manufaturados com possibilidade de comercialização em mercados consumidores proeminentes, como feiras nacionais e eventos, além dos locais com possibilidades de venda de produtos com alto valor agregado.

O projeto tem proporcionado um cruzamento de ações de capacitação, tais como orientação com metodologia específica para trabalhar um reposicionamento subjetivo e criativo do artesão de baixíssima renda perante um novo mercado consumidor mais exigente por meio da formação de repertório estético geral e histórico e também de atualização cultural (incluindo tendências na moda, no *design* e na decoração). Nesse projeto estamos produzindo coleções de produtos com características da comunidade que possam compor um catálogo e ser lançados em uma exposição em local adequado. Após o lançamento dos produtos, a idéia é que, por meio de parcerias, sejam comercializados em pontos de venda onde sejam valorizados como resultado e processo de projetos de artesanato e *design* que promovem inclusão social e geração de renda em comunidades carentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Todo o trabalho proposto nesse projeto objetiva a ampliação efetiva do repertório cultural dos participantes do grupo por meio de aulas teóricas sobre arte, cultura, *design*, arquitetura, antropologia, ecologia e sustentabilidade. Passeios culturais e visitas a exposições de arte também se enquadram nessas ações, além da participação do grupo em oficinas que possam envolver outros grupos culturais já organizados na própria comunidade. Esse artesanato especial aqui produzido é resultado da implementação de projetos capacitação em *design* em determinadas comunidades sem tradição em artesanato e tem sido classificado pelo SEBRAE Nacional como artesanato conceitual. Esse tipo de artesanato abarca produtos que atingem altos preços no mercado nacional e também costumam ser os prediletos no mercado de exportação.

Pretendemos, com esse projeto, desenvolver a técnica de estamperia para aplicação em produtos variados. Percebemos que essa técnica, além de valorizar o produto, também dá agilidade à produção por conseguir uma reprodução em série mesmo que por processos artesanais. Nesse projeto para jovens do Aglomerado da Serra, essa técnica será de uma enorme eficácia, já que faz parte do universo estético desses jovens a idéia de aplicação de imagens colhidas pelos artesãos como forma de demarcar as relações entre a identidade pessoal e o lugar.

Também são objetivos do projeto: ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população envolvida em situação de risco pessoal e social num projeto de inclusão social; promover o acesso a tecnologias adequadas para o desenvolvimento artesanal produtivo; utilizar a inovação e a identidade cultural como um dos fatores de diferenciação do produto; educar o olhar do grupo para perceber soluções inventivas e sensíveis às demandas objetivas e subjetivas do homem urbano no seu próprio cotidiano; promover a cultura da cooperação estimulando a criação e fortalecimento de associações e cooperativas; resgatar a cultura urbana e jovem como fator de agregação de valor ao artesanato; disponibilizar informações sobre a utilização racional dos recursos naturais, segundo os postulados da legislação ambiental; socializar o acesso às informações e ao conhecimento no âmbito do setor artesanal; articular parcerias para aumentar a participação do artesanato na produção nacional e para o consequente fortalecimento do setor; melhorar a auto-estima e a qualidade de vida da população; desenvolver a capacidade de criação e produção coletiva.

METODOLOGIA

Uma metodologia eficaz para o desenvolvimento de capacitação em artesanato que tenha sustentabilidade surge do entendimento de que só é possível induzir grupos a criar o novo quando se constrói um vasto repertório (informações, conceitos e instrumentalização), por meio do qual os participantes possam compreender a situação atual da arte, do *design* e da cultura contemporânea e que sejam capazes de, com base nisso, desenvolver futuras coleções de produtos sem a dependência da instrução de *designers* e artistas.

Nitidamente com caráter de inclusão social, esse projeto apresenta uma metodologia específica para desenvolver coleções de produtos artesanais que se relacionem culturalmente de forma direta com o universo do Aglomerado da Serra. Ao mesmo tempo em que reforçamos o contexto local do projeto nos temas escolhidos para as estampas, a concepção da linha de produtos está ligada a um pensamento global, como diz Ianni (1997, s.p.), “muitas coisas desenraizam-se, parecendo flutuar pelos espaços e tempos do presente”, ou seja, mais do que tradições buscamos um diálogo com a contemporaneidade. Desenvolvemos procedimentos de pesquisa, de criação e de produção que advenham da identidade da relação entre a cultura urbana e a cultura da favela, para que seja possível construir um forte laço identitário entre os artesãos e os produtos criados. Ministramos um grande leque de oficinas e aulas teóricas que possam dialogar diretamente com o cotidiano deles.

- **Primeiro momento** – A primeira atividade da capacitação foi a realização de um diagnóstico das qualidades espaciais e estéticas do território cotidiano do grupo com base na experiência subjetiva de cada um. A idéia foi fazer com que os participantes descobrissem características cotidianas nunca observadas, agora com um olhar estético que revelasse o valor cultural das favelas e em especial o território específico a que eles pertencem. Esse diagnóstico foi elaborado com fundamento em mapas subjetivos (produção de imagens fotográficas e inúmeros desenhos, mapas, colagens e anotações) construídos coletivamente pelo grupo. A coleta dessas informações tem sido referência iconográfica e conceitual para a criação dos produtos numa etapa posterior.
- **Segundo momento** – Uma ação importante para a capacitação foi a apresentação de aulas teóricas (fundamentos de arte e design) acompanhadas de exercícios práticos que reforçaram o conhecimento adquirido de forma empírica. Também foram ministradas aulas sobre: elementos visuais e composição gráfica; o olhar como forma diferenciada de percepção; história da arte – do cubismo à arte contemporânea; teoria da cor; tendências no design; design do cotidiano e vernacular; arte popular e artesanato, street art, etc. Essas aulas teóricas são sempre ilustradas com apresentações de

imagens dos conteúdos dados para gerar essa nova bagagem de cultura visual, tão necessária para a compreensão da estética e dos processos criativos contemporâneos. Também foram exibidos vídeos e filmes, entre documentários e longas-metragens, que abordam questões da arte e da cultura do século XX, peças de design e artesanato contemporâneos. Além de aulas expositivas, mas em momentos intercalados a elas, produzimos oficinas práticas para oferecer novos instrumentais (tanto para criação – desenhos, pinturas, maquetes, colagens – quanto para o desenvolvimento do protótipo – mistura de muitas técnicas) por meio de procedimentos técnicos híbridos. Portanto, esse trabalho de capacitação em design e artesanato inclui uma série de ações fundamentais para a construção do ambiente criativo necessário.

- **Terceiro momento** – Numa etapa final do plano de capacitação, que teve início em agosto de 2008, iniciamos as oficinas de criação, nas quais foram efetivamente trabalhados os produtos específicos para a coleção final.

Acreditamos que somente com a consolidação do conhecimento ao longo de oficinas, seminários, visitas de estudo e com a produção de peças com qualidade estética, cultural e eficácia mercadológica é que um processo sustentável pode ser iniciado nessa escola pública, já que iremos construir e efetivar uma oficina de estamperia para que, futuramente, não somente alunos, mas também alunos egressos possam continuar gerando renda e se incluírem socialmente com dignidade. O trabalho aconteceu com um acompanhamento intensivo do processo criativo e da finalização dos produtos. A principal idéia dessa metodologia é dotar os alunos de uma nítida capacidade para gerar novos produtos partindo de um processo criativo baseado na pesquisa e na inovação. Mais importante do que gerar produtos finais com forte interferência do *designer*, esse processo de capacitação deverá estimular metodologias de criação e desenvolvimento de produto. A metodologia incluiu, também, *workshops* para o desenvolvimento de trabalhos em grupo e identificação de lideranças.

Também fizeram parte dessa etapa final: montagem da oficina de criação e produção artesanal; Registro de todo o processo através de fotografias e filmagens; planejamento do catálogo, que inclui a reunião de todas as informações desde o processo até o resultado final da coleção e da oficina em funcionamento; planejamento da exposição; avaliação do processo e do resultado final; estabelecimento de planos de continuidade do projeto na escola específica e já início do plano de ação para a próxima escola do aglomerado.

DESDOBRAMENTOS

Além de o projeto ser resultado da Premiação Nacional no concurso *Unisol/Banco Real*, ao longo do trabalho conseguimos uma parceria com a empresa Raiz da Terra, que desenvolve e produz camisetas ecológicas. A parceria consistiu no desenvolvimento de estampas exclusivas pelas artesãs com o tema fauna e flora do Aglomerado da Serra. A empresa, além de produzir os modelos de estampas criados por elas, apresentou a coleção em Paris, em um evento de moda ética. Esse trabalho serviu para abrir portas comerciais para o grupo, além de consolidar e divulgar a marca do ASAS.

As parcerias oficiais aconteceram ao mesmo tempo em que as próprias artesãs começaram a comercializar suas *ecobags*, que foi o primeiro produto desenvolvido pelo grupo a título de exercício. A atividade de início foi encarada como uma prática para o exercício da técnica e acabou formando mais um produto de qualidade que foi comercializado por elas individualmente.

Como desdobramento das atividades acadêmicas envolvendo o projeto, tivemos a pintura dos muros da escola Padre Guilherme Peters pelos alunos da disciplina Núcleo de Projeto 2, do curso de *Design Gráfico*. As imagens estampadas nas paredes da escola foram resultado de oficinas realizadas com as crianças e adolescentes do Aglomerado, focando em experiências de vida positivas de cada um. A pintura foi encerrada com um evento na própria escola, onde a aluna de *Design de Moda* Karina Leite apresentou sua coleção de final de curso, toda feita com estampas criadas pelas artesãs especialmente para as peças dela. O desfile envolveu alunos e familiares da comunidade, pois as modelos também foram escolhidas no próprio Aglomerado.

Outras atividades paralelas à criação da coleção também foram desenvolvidas como um estímulo criativo e oportunidade de integração do grupo. Um exemplo foi a exposição *Aglomeradas*, resultante de uma oficina de pinhole realizada na FUMEC pelo professor Alexandre Lopes. Cada artesã fotografou com uma caixa de fósforo o seu cotidiano e essas imagens foram ampliadas em acetato e montadas em caixas de luz na cor preta, iluminadas por *leds* eletrônicos na parte interna. A exposição foi muito bem-sucedida e, além da repercussão na mídia, fez as caixinhas de luz se tornarem mais um produto comercializável para o grupo.

PROPOSTA DE CONTINUIDADE DO PROJETO ASAS PARA 2009

Felizmente, dado o bom desempenho que obtivemos no decorrer de 2008, fomos contemplados, com mais R\$ 40.000,00, para implementar uma série de ações ainda necessárias. A proposta

de continuidade do Projeto ASAS pretende consolidar as ações iniciadas em 2008. O grupo produtivo deve iniciar, agora, um processo real de autonomia tanto criativa quanto de gestão.

Para a realização desse objetivo maior, o projeto de continuidade tem como objetivos específicos: adquirir novos equipamentos e materiais para o desenvolvimento das coleções de forma sustentável; adquirir uma oficina completa de corte e costura e outra de papelaria; ofertar cursos complementares ao de estamparia (de gestão e comercialização, de corte e costura); criar uma nova coleção de produtos com maior autonomia criativa; ampliar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos com foco na consciência ambiental; divulgar o grupo; auxiliar tanto na implementação do negócio/comercialização dos produtos quanto na atuação das artesãs como multiplicadoras de conhecimento na escola integrada; fortalecer o espírito de grupo; consolidar as parcerias estabelecidas e ampliar os contatos comerciais; e acompanhar a produção artesanal focando na qualidade do acabamento dos produtos/atendimento ao cliente.

Para a comunidade, é fundamental a implementação de projetos como esse, melhorando sua condição econômica, sua capacidade de inserção social e sua auto-estima. Para a Universidade FUMEC, o apoio a projetos de responsabilidade social consolida a atuação de alunos e professores em processos de ensino, pesquisa e extensão com base em uma prática relacionada a problemas reais da nossa sociedade.

REFERÊNCIA

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA NO MUNICÍPIO DE RAPOSOS: DO PROJETO ARQUITETÔNICO AO ATENDIMENTO

EQUIPE

Professores coordenadores:

Sérgio R. Palhares – Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor da Faculdade de Engenharia e Arquitetura – Universidade FUMEC.

Vânia Débora Gonçalves – Mestre em Ciências da Reabilitação pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora da Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade FUMEC.

Júlia Pelluzo – Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade FUMEC.

Caroline L. S. Teixeira – Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade FUMEC.

Andressa F. Calixto – Graduando em Fisioterapia pela Universidade FUMEC.

Renata O. Gesualdo – Graduando em Fisioterapia pela Universidade FUMEC.

INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Raposos, por intermédio de sua secretária municipal de Saúde, Margareth Torres, procurou, em setembro de 2007, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade FUMEC com o objetivo de formar uma parceria para viabilizar o desenvolvimento do projeto para a construção, em Raposos, de uma Clínica Escola de Fisioterapia. O serviço de fisioterapia era terceirizado até então, onerando os cofres públicos, bem como dificultando o atendimento prestado à população dada sua localização em região de difícil acesso.

A proposta de unificação dos esforços da Prefeitura Municipal de Raposos, das empresas privadas envolvidas no município e da

Universidade FUMEC, representada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo e pelo curso de Fisioterapia, foi responsável pela concretização desse projeto que responde, de forma prioritária, à demanda levantada pelo município.

Para tanto, a Prefeitura Municipal de Raposos disponibilizou um galpão doado pela empresa AngloGold Ashanti, em região central da cidade, onde foi construída a Clínica que tornou possível à população ter seus direitos de saúde garantidos. A viabilidade da implementação se fortaleceu mediante recurso financeiro no valor de R\$ 100.000,00, disponibilizado pelo governo federal, destinado à compra dos equipamentos necessários à montagem da clínica em questão.

Anteriormente à instalação da Clínica Escola, os serviços municipais de saúde atendiam os pacientes em prédio de difícil acesso, comprometendo a eficácia do tratamento, que era constantemente interrompido. Com a conclusão e a implementação do projeto para a Clínica Escola, num espaço físico adequado, com atendimento mais abrangente, estima-se uma nova demanda para esse serviço. Deverão ser favorecidas entre 1.000 e 1.500 pessoas no universo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no primeiro ano de funcionamento. Esse atendimento demandará, aproximadamente, dez estagiários do curso de Fisioterapia e dois preceptores fisioterapeutas, além uma equipe de apoio para a área administrativa e a manutenção do espaço físico.

OBJETIVOS

O objetivo com a implantação de uma Clínica Escola de Fisioterapia foi proporcionar melhor qualidade de vida e de saúde à população do município de Raposos e adjacências. Ao mesmo tempo, promoveu a ligação dos conhecimentos teóricos adquiridos nas mais diversas áreas de formação dos graduandos do curso de Arquitetura e Urbanismo e do curso de Fisioterapia, com a realidade prática de suas respectivas profissões.

O planejamento arquitetônico foi desenvolvido mediante a adequação do espaço físico do galpão com base no projeto desenvolvido pela aluna Julia Peluzzi, estagiária do curso de Arquitetura. O programa de necessidades foi elaborado de maneira planejada, possibilitando uma logística de funcionamento pleno da Clínica Escola de Fisioterapia, o qual se baseou em atendimentos acadêmicos realizados pelos alunos estagiários do 9º período do curso de Fisioterapia no município de Raposos.

Dessa forma, tanto as expectativas da Prefeitura Municipal de Raposos quanto da universidade FUMEC em criar e fortalecer o conhecimento necessário à construção e à implementação de uma Clínica Escola no processo de formação dos graduandos foram alcançadas.

METODOLOGIA

Para suprir a necessidade da demanda da população já existente na realidade da prefeitura de Raposos e visando atender às expectativas da Universidade FUMEC, algumas etapas foram necessárias:

- seleção dos alunos bolsistas mediante análise curricular e entrevista;
- reunião com técnicos da Prefeitura Municipal de Raposos para o fornecimento e o levantamento de dados;
- pesquisas para a formação de arcabouço teórico dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo e do curso de Fisioterapia, levando-os a fortalecer o conhecimento necessário à construção e à implementação de uma Clínica Escola;
- discussões entre os grupos setoriais em que foram compatibilizadas as demandas programáticas levantadas pela Fisioterapia, com as disponibilidades físicas, levantadas pela Arquitetura;
- levantamento, seleção e especificações técnicas dos equipamentos adequados ao programa terapêutico, agrupamen-

to deles por setor, bem como o orçamento deles;

- visitas técnicas, em Raposos, à Secretaria de Saúde, à Unidade Mista de Atenção a Saúde, à Secretaria de Obras e, em diversas etapas, ao local da construção da Clínica Escola;
- levantamento do espaço físico, por meio de visitas e documentação fotográfica, para adequação de equipamentos no espaço proposto para melhor dinâmica e funcionalidade da Clínica Escola de Fisioterapia;
- reuniões semanais entre a coordenadora do projeto e alunas da Fisioterapia para discussão de artigos e acompanhamento da execução da obra;
- relatórios das visitas e reuniões, além dos relatórios mensais feitos pelas acadêmicas de fisioterapia participantes.

LEVANTAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO (FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) RELATIVOS AOS ATENDIMENTOS FISIOTERÁPICOS

PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM 2007

Tabela 1
PROCEDIMENTOS RELACIONADOS A FISIOTERAPIA (PERÍODO DE 2007)

	2007	TOTAL
1801101 – Atendimento a alterações motoras	1.165	1.165
1801105 – Paralisia cerebral/retardo do desenvolvimento motor	500	500
1801106 – Paresias	352	352
1801107 – Parkinson	227	227
1801108 – Plegias	1.753	1.753
1804101 – Alterações do eixo da coluna vertebral	226	226
1804102 – Disfunções decorrentes de amputação de membro	218	218
1804103 – Disfunções decorrentes de contusões	827	827
1804104 – Disfunções decorrentes de entorses	465	465
1804105 – Doença origem reumática de membro/coluna vertebral	1.893	1.893
1804106 – Doença tendinosa/muscular p/lesões ligamentos	1.404	1.404
1804107 – Recuperação funcional pós-cirúrgica/após imobilização	876	876
1804108 – Sequela traumatismos torácicos/abdominais	199	199

Atendimentos durante o ano: 10 105

Dias de atendimento estimados: 251

Atendimentos diários: 40, 25

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS	PORCENTAGENS ANUAIS
1801101 – Atendimento a alterações motoras	1165	11,52%
1801105 – Paralisia cerebral/retardo do desenvolvimento motor	500	4,94%
1801106 – Paresias	352	3,48%
1801107 – Parkinson	227	2,24%
1801108 – Plegias	1753	17,74%
1804101 – Alterações do eixo da coluna vertebral	226	2,23%
1804102 – Disfunções decorrentes de amputação de membro	218	2,15%
1804103 – Disfunções decorrentes de contusões	827	8,18%
1804104 – Disfunções decorrentes de entorses	465	4,60%
1804105 – Doença origem reumática membro/coluna vertebral	1893	18,73%
1804106 – Doença tendinosa/muscular p/lesões ligamentos	1404	13,89%
1804107 – Recuperação funcional pós-cirúrgica/após imobilização	876	8,66%
1804108 – Sequela de traumatismos torácicos e abdominais	199	1,96%

O atendimento diário se caracteriza por maior quantidade em:

- atendimentos a coluna vertebral/ coluna vertebral;
- plegias;
- doenças tendinosas/ musculares/ lesões ligamentares;
- atendimentos alterações motoras; seguidos por contusões e pós-operatórios.

Ainda assim, podemos considerar os demais atendimentos como essenciais.

Os alunos de Arquitetura e Fisioterapia diante dessa proposta, aplicaram o conhecimento adquirido ao longo dos respectivos cursos e desenvolveram diagnósticos e pesquisas que orientaram os procedimentos técnicos necessários à construção de uma clínica de reabilitação voltada para o atendimento da comunidade do município de Raposos. Para o caso da Arquitetura, os alunos desenvolveram projeto técnico baseado nas necessidades levantadas no diagnóstico. Complementarmente, os alunos da Fisioterapia formataram o projeto de funcionamento desta unidade como Clínica Escola de Fisioterapia.

DISCUSSÃO

Para a adequação do galpão preexistente disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Raposos ao programa de necessidades da Clínica Escola, os acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo fizeram diversas visitas técnicas com o objetivo de fazer o levantamento físico do local, com desenho técnico, o levantamento fotográfico e análises das patologias da construção, bem como o estado de conservação dela.

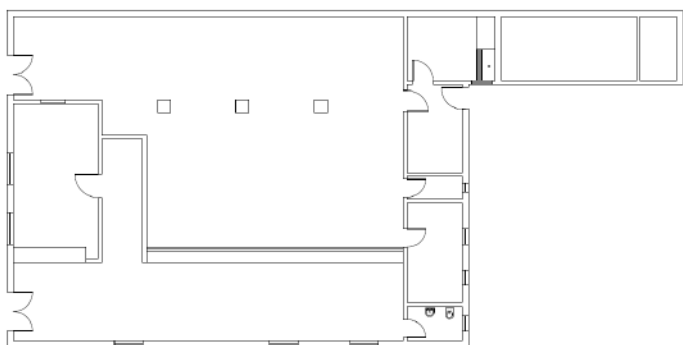


Figura 1 – Planta do levantamento físico do galpão
Autora: Júlia Peluzzo

Com esse material recolhido, foi possível dar prosseguimento ao processo de desenvolvimento e execução do projeto de arquitetura que constou das seguintes etapas:

- Estudos preliminares de arquitetura, que foram submetidos à apreciação de todo o grupo, com o objetivo de explicitar as

soluções funcionais propostas para a Clínica Escola.

- Anteprojetos de arquitetura com revisões com base nas discussões e recomendações ocorridas durante a análise do estudo preliminar, com especificação técnica dos materiais de acabamento, soluções de acessibilidade universal, conforto térmico, acústico, recursos passivos de iluminação e ventilação.

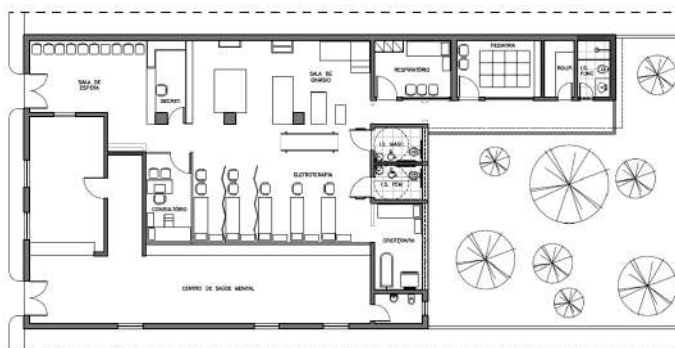


Figura 2 – Planta da primeira proposta de anteprojeto
Autora: Júlia Peluzzo

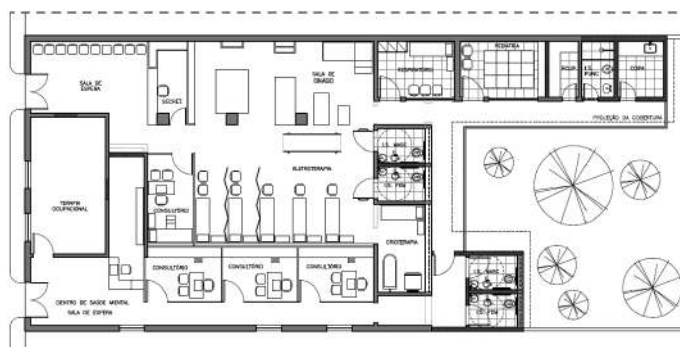


Figura 3 – Planta da segunda proposta de anteprojeto
Autora: Júlia Peluzzo

- Projeto básico de arquitetura com todas as soluções técnicas necessárias ao desenvolvimento da obra, detalhamento construtivo, bem como informações técnicas suficientes para a formatação de planilhas de materiais e cronograma físico-financeiro.



Figura 4 – Planta conforme execução e com reajuste de layout
Autora: Júlia Peluzzo

- Desenvolvimento do projeto da logística de funcionamento pleno da Clínica Escola de Fisioterapia, com base nos procedimentos acadêmicos, otimizando o espaço físico, equipamentos e recursos humanos e potencializando o atendimento fisioterapêutico quantitativa e qualitativamente.
- E por último, a execução da obra.



Figura 5 – Foto da execução da obra
Autora: Júlia Peluzzo



Figura 6 – Foto da execução da obra
Autora: Júlia Peluzzo

O processo de desenvolvimento do projeto de arquitetura foi acompanhado pela equipe de graduandos do curso de Fisioterapia, que auxiliou na proposta da logística de funcionamento, com base nas demandas de tratamentos identificados na região.

Além da adequação do espaço físico, o projeto contou com a etapa em que os alunos do curso de Fisioterapia fizeram, mediante visitas ao local da obra, um levantamento técnico para a seleção dos equipamentos adequados ao programa terapêutico e seus agrupamentos por setores.

EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS SUGERIDOS:

- 8 macas simples
- 6 escadas de dois degraus
- 30 travesseiros em curvim azul
- 6 mesas auxiliares em aço
- 1 cadeira para turbilhão com regulação de altura
- 5 colchonetes
- 1 tatame tipo colchonete 1,90 cm x 1,40 cm x 3 cm
- 1 barra paralela em aço com piso em madeira revestido com borracha na cor azul
- 1 escada de canto e rampa
- 1 moldura para espelho de postura de madeira para espelho de postura com rodinhas
- 1 espaldar
- 1 kit de banquetas em madeira com cinco unidades
- 1 cama elástica 0,90cm
- 2 pranchas rampa para alongamento confeccionada em madeira.
- 1 tábua de equilíbrio quadrada fabricada em madeira
- 1 balanço proprioceptivo ortopédico
- 1 tábua proprioceptiva ortopédica antero-posterior
- 1 tábua proprioceptiva ortopédica lateral
- 1 carro de emergência completo com suporte para bala de oxigênio, soro, plasma e tábua de ressuscitação.
- 2 cadeiras de rodas com apoio de braços e pés fixos – até 85 kg
- 1 andador fixo em aço
- 1 andador dobrável regulação com rodízio
- 1 bicicleta para exercícios vertical

- 1 esteira ergométrica
- 1 bicicleta horizontal
- 1 aspirador de secreção
- 1 negatoscópio
- 3 voldynes adultos – 500 ml,
- 1 oxímetro de pulso
- 1 nebulizador
- 1 válvula unidirecional de pep
- 2 *peak flow*
- 2 *threshold* PEP
- 2 *threshold* IMT
- 4 *shaker*
- 1 bola de espinho 28 cm
- 2 bolas dente-de-leite confeccionada em borracha
- 2 kits de bolinhas terapêuticas
- 1 bola *bobath* 65 cm
- 1 bola *bobath* 45 cm
- 1 *phiso roll*
- 1 cunha grande 50x50x45 forrada em curvim azul
- 1 cunha pequena 50x50x20 forrada em curvim azul
- 2 tábuas de tríceps
- 1 ventosa para cicatriz
- 1 banco tipo tartaruga
- 1 rede de exercício tipo *power web* pequena
- 1 rede de exercício tipo *power web* grande
- 2 pares de tornozeleira 1 kg
- 2 pares de tornozeleira 2 kg
- 1 par de halter emborrachado 0,5 kg
- 1 par halter emborrachado 1,0 kg
- 1 par halter emborrachado 2,0 kg
- 1 par halter emborrachado 3,0 kg
- 1 kit *thera-band* 6 cores
- 1 kit bastão com suporte
- 1 aparelho de ondas curtas
- 2 equipamentos microprocessadores de TENS e FES
- 2 equipamentos de ultra-som portáteis
- 1 turbilhão em inox 80 lts

- 1 banho de parafina 8 kg
- 30 bolsas térmicas de gel quente e frio
- 20 suportes para bolsa de gel



Figura 7 – Foto dos equipamentos comprados
Autora: Júlia Peluzzo



Figura 8 – Foto dos equipamentos comprados
Autora: Júlia Peluzzo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de proporcionar uma troca de conhecimentos entre os alunos graduandos da Universidade FUMEC e aplicar o conhecimento teórico deles à realidade prática da profissão foi alcançado, bem como os interesses da Prefeitura de Raposos em criar um espaço físico adequado às atividades fisioterápicas, proporcionando melhor qualidade de vida à população do município.

A implantação desse projeto de extensão proporcionou aos graduandos de Arquitetura participar de um processo completo, desde as proposições de diretrizes de planejamento arquitetônico que atendessem conceitual, ambiental e funcionalmente as necessidades de uma Clínica de Fisioterapia até a sua execução e avaliação pós-ocupação do ambiente construído. Já aos alunos de Fisioterapia foi possível entender a implantação e o funcionamento de uma Clínica Escola-Modelo, além do fornecimento de dados para a organização e o planejamento de ações voltadas para a saúde coletiva.

Foi implementada, no dia 5 de maio de 2008, a Clínica Escola de Fisioterapia no Município de Raposos, que se encontra em atendimento desde então. Com o funcionamento pleno da clínica, os atendimentos feitos por estagiários de Fisioterapia da Universidade FUMEC poderão continuar sendo feitos no local, complementando-lhe a formação profissional.

Para que esse projeto se concretizasse, foi necessária a unificação dos esforços da Prefeitura Municipal de Raposos, das empresas privadas envolvidas no município e da Universidade FUMEC, representada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo e pelo curso de Fisioterapia. Tratando-se de uma atenção à saúde, essa unificação foi a condição determinante para atender, de forma prioritária, à demanda levantada pelo município.



Figura 9 – Foto da Clínica de Fisioterapia já reformada e em atendimento
Autor: Júlia Peluzzo



Figura 10 – Foto da recepção da Clínica de Fisioterapia já reformada e em atendimento
Autora: Júlia Peluzzo



Figura 11 – Foto do atendimento feito pelos acadêmicos de Fisioterapia
Autora: Júlia Peluzzo

REFERÊNCIAS

BARROS, F. B. M. de. Autonomia profissional do fisioterapeuta ao longo da história. *Revista FisioBrasil*, Brasil, n. 59, p. 20-31, 2003.

BARROS, M. E. B.; MORI, M. E.; BASTOS, S. S.; O desafio da política nacional de humanização nos processos de trabalho: o instrumento “programa de formação em saúde e trabalho”. *Cadernos de Saude Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 31-48, 2006.

BRITO, L. S.; MATOS, M. C.; NASCIMENTO, M. T. A.; SILVA, D. R. R. Acessibilidade de cadeirantes em clínicas de fisioterapia do plano piloto de Brasília – DF. *Universitas: Ciências da Saúde*, v. 4, n. 1 / 2, p. 17-35, 2006.

GOMES; A. M.; MOURA, E. R. F.; ALBUQUERQUE, C.M.; SILVA, R. M. da. Sala de espera como ambiente para dar informações em saúde. *Cadernos de Saude Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.7-18, 2006.

GUELLI, A.; ZUCCHI, P. A influência do espaço físico na recuperação do paciente e os sistemas e instrumentos de avaliação. *RAS*, v. 7, n. 17, abr./jun. 2005.

MACIELI, R. V.; SILVA, P. T. G.; SAMPAIO, R. F.; DRUMMOND, A. F. Teoria, prática e realidade social: uma perspectiva integrada para o ensino de fisioterapia. *Fisioterapia em Movimento*, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 11-17, jan./mar. 2005.

NETO, A.; Segurança dos pacientes, profissionais e organizações: um novo padrão de assistência à saúde. *RAS*, v. 8, n. 33, out./dez., 2006.

NEUWALD, M. F., ALVARENGA, L. F.; Fisioterapia e educação em saúde: investigando um serviço ambulatorial do SUS. *Boletim de Saude*, Porto Alegre, v.19, n.2, jul./dez., 2005.

PERLOIRO, M. F.; PRAZERES, L.; Características Ideais do Educador Clínico: Perspectiva dos Supervisores de Estágio de Escolas Portuguesas de Fisioterapia. *EssFisioOnline*, Portugal, v.1, n.4, set., 2005.

SANTOS, S. M. S.; UCHIMURA, K. Y.; LANG, R. M. F. Percepção dos usuários do programa de saúde da família: uma experiência local. *Cadernos de Saude Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 687-704, 2005.

SEBRAE. *Ponto de partida*: clínica de fisioterapia. 31 out. 2007. Disponível em: <www.sebraeminas.com.br>. Acesso em: mar. 2008.

CONSOLIDANDO AS ATIVIDADES DO PROJETO OFICINA DO RISO – ARTE NO CUIDAR

EQUIPE

Professor coordenador:

Eduardo Carlos Tavares – Mestre e Doutor em Medicina, área de concentração Pediatria, pela Faculdade de Medicina da UFMG. Professor adjunto da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC e da Faculdade de Medicina da UFMG

Alunos bolsistas e voluntários:

Grupo Oficina do Riso: Adriana Moreira de Paoli, Bárbara Barros Simões de Almeida, Denise Cristiane Costa, Julia Carolina Ribeiro, Juliana de Sá Lopes, Karina, Marina Ribeiro Bretas, Natália Maria Linhares Brazil, Natália de Oliveira Pinheiro Silva, Nathalia de Sousa Santos Bolina, Paula de Oliveira Pinto Ferreira, Samyra Francisco Silva, Thaís Cristina Ferreira Fonseca, Viviane Reis Couto.

INTRODUÇÃO

A assistência, na área da saúde, não deve focar apenas o atendimento à doença com seus aspectos físicos e biológicos. É essencial que haja uma abordagem sistêmica, na qual, além da busca da saúde biológica, se cuide, também, do desejo de viver dos indivíduos atendidos. É necessário ir além dos esforços para a manutenção da vida, objetivando, também, instaurar ou recuperar a saúde emocional, os laços afetivos e a alegria de viver, proporcionando melhor qualidade de vida, independentemente do quanto essa poderá durar

Em abril de 2007, após sua aprovação como projeto de extensão da Universidade FUMEC, os alunos que formavam o grupo Oficina do Riso iniciaram suas atividades visitando hospitais, creches e asilos para idosos na Grande Belo Horizonte. Em 2008 com sua equipe renovada, houve a consolidação dessas atividades, muito bem aceitas pelas instituições parceiras e reconhecidas pela comunidade.

Diversos órgãos de divulgação das entidades publicaram notícias elogiosas sobre as visitas dos monitores. Desde então, o grupo recebe convites sucessivos para apresentar sua experiência em eventos científicos e, em especial, naqueles cujo tema central é a humanização dos cuidados de saúde. Já foram realizadas apresentações nos seguintes eventos: Dia do Idoso, na Praça da Assembléia; Dia da Criança, no Hospital das Clínicas da UFMG e no CGP – FHEMIG; Mostra FUMEC, Ginástica Laboral, em parceria com a SLU. Houve, ainda, um convite para participar do programa *Caleidoscópio*, na TV Horizontes, e convites para palestras na própria FCS-FUMEC, durante a Semana Acadêmica, e nas Faculdades de Medicina e de Enfermagem da UFMG; Ciências Médicas de Minas Gerais (FELUMA); e Faculdade de Enfermagem do Izabela Hendrix. Após as palestras, alunos de outras universidades procuraram os membros do grupo solicitando apoio para a criação de grupos semelhantes em suas unidades.

Segundo informações obtidas por entrevistas informais com familiares dos pacientes e com diretores e funcionários das instituições, o impacto foi muito positivo e todos demonstraram interesse na continuidade do projeto no próximo semestre. Quanto aos monitores participantes, uma análise dos formulários de avaliação dos bolsistas e as afirmações verbais de todos os monitores, bolsistas e voluntários, durante as reuniões, demonstraram grande satisfação e aprendizado, com ganhos pessoais e sociais, ao participarem do projeto.

A fundamentação teórica do projeto baseia-se em extensa literatura e experiências prévias em outras entidades.

Em especial, na área da pediatria, é bem conhecida a síndrome do hospitalismo (ESCARDO; GIBERTI, 1963; SPITZ, 1979), em que a insegurança e o medo tomam conta do lado emocional da criança no momento da sua internação. A hospitalização tende a se tornar traumática, dificultando o trabalho da equipe de saúde.

Alguns hospitais buscaram estratégias para a criança enfrentar o tratamento com a introdução de brincadeiras. Françani (1998, s.p) relatou que “o ambiente hospitalar torna-se mais informal e descontraído, o riso pode ser ouvido com maior frequência e objetos, sons, movimentos, cores, espaços e personagens podem se tornar brinquedos”.

Posteriormente, Motta (2004, s.p.) afirmou que “a criança passa a se adaptar aos horários, confiar em pessoas desconhecidas, recebem injeções sem se agitar e outros tipos de medicações, e até permanece mais no quarto, quando possibilitada da atividade de brincar”. Especificamente na área da introdução do humor e da arte mágica nos cuidados de saúde, citamos as experiências do Dr. Patch Adams (imortalizado em filme de grande sucesso); dos Doutores da Alegria (personagens de um recente documentário); do Doutor Bartom Kamen (do Robert Wood Johnson Me-

dical School); do grupo Magic Care (que recentemente estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal do Paraná); e do mágico David Cooperfield (idealizador do *Project magic*, que utiliza da arte mágica na reabilitação de pacientes com distúrbios físicos, psicossociais e do desenvolvimento).

Outros autores reafirmam a importância do humor e do riso na eficácia dos cuidados de saúde. De acordo com Lanbert (1999) o riso promove a liberação de endorfinas, que promovem o bem-estar geral, melhoram a circulação e a pressão arterial e fortalecem as defesas orgânicas. O autor acredita, ainda, que rir e sorrir são modos de nos expressarmos de forma agradável e exprimir nosso prazer de viver. Para Masetti (1998), o sorriso é um aspecto importante para a recuperação física do paciente e está relacionado à energia para lidar emocionalmente com a doença e com a hospitalização. Nesse sentido, o humor surge como um importante recurso, permitindo que o indivíduo explore fatos que, por barreiras pessoais, não poderiam se revelar de forma aberta e consciente. O acesso ao humor e ao riso permite a liberação da energia investida no problema que, então, pode ser utilizada em outros pontos importantes da recuperação física.

METODOLOGIA

O coordenador seleciona, por análise de currículo e entrevistas, 15 alunos entre os inscritos voluntariamente, convocados na faculdade por meio de edital formal para projetos de extensão e divulgação verbal em salas de aula. Dos 15 selecionados, é eleito um para ser bolsista e os demais aceitam a participação como monitores voluntários. O processo é supervisionado pela comissão responsável pelos projetos de extensão da FCS e da Universidade FUMEC.

São realizadas oficinas de treinamento dos monitores com atividades teórico-práticas, com profissionais na arte do palhaço e na arte mágica, para aprendizado e treinamento das técnicas de apresentação. Os monitores devem assumir o compromisso de apresentar, pelo menos, uma *performance* semanal, além de frequentar as oficinas de treinamento e rever a literatura especializada sobre a arte mágica e a arte do palhaço (*clown*) para contínuo aperfeiçoamento, sem se descuidar do objetivo principal, que é o cuidado de saúde da população-alvo. São, então, formadas as equipes, em geral trincas, para visitar periodicamente hospitais públicos e privados, que aceitaram participar do projeto, onde são realizadas as *performances* previamente aprendidas e treinadas, para os pacientes hospitalizados e para os funcionários. As seguintes instituições concordaram em participar e são visitadas regularmente: Hospital Vila da Serra, Hospital Infantil São Camilo, Hospital da Baleia, Lar dos Idosos, Hospital Felício

Rocho, Centro Geral de Pediatria (CGP). Existe um projeto de ampliar essas parcerias.

São previstas reuniões periódicas com o coordenador do projeto, para avaliação e ajustes que se fizerem necessários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados têm superado a expectativa do coordenador, uma vez que, além das atividades propostas inicialmente, várias atividades, não previstas originariamente, foram incorporadas ao projeto, como já dito na introdução. Acreditamos que o grupo tem divulgado e agregado valor ao nome da Universidade FUMEC, consolidando-lhe a vocação de, além do ensino, formar cidadãos comprometidos socialmente.

Outro fruto desse trabalho foi o Trabalho de Conclusão de curso intitulado A Utilização do Humor e da Arte nos Cuidados Pediátricos, das alunas do curso de Enfermagem da FCS-FUMEC, Nathalia de Sousa Santos Bolina, Paula de Oliveira Pinto Ferreira, Viviane Reis Couto, já aprovado pela banca examinadora com muitos elogios.

Pequenos problemas surgidos durante a efetivação do projeto não chegaram a comprometer-lhe a eficácia, mas necessitam ser analisados e minimizados. Um aspecto crítico foi o acúmulo de atividades de alguns monitores, principalmente estágios e trabalhos de conclusão de curso que, algumas vezes, interferiram nas visitas compromissadas com as instituições. Grande parte das impossibilidades foi compensada por outros colegas que se sentiram sobrecarregados. Isso ocasionou alguns problemas de relacionamento interpessoal na equipe, mas várias reuniões foram realizadas, sob supervisão do coordenador, para minimizar esses conflitos.

CONCLUSÃO

Pelas informações obtidas entre os pacientes e seus familiares, bem como entre os diretores e funcionários das instituições participantes e entre os próprios alunos monitores, conclui-se que o projeto vem cumprindo, com êxito, seus objetivos, trazendo momentos de alegria e descontração, tornando mais agradável a estada dos pacientes nos hospitais e asilos para idosos. Pela relevância e pela boa aceitação do público-alvo, pretendemos dar continuidade a esse projeto, sanando os pequenos problemas e ampliando os locais de ação. Pretendemos, ainda elaborar um projeto de pesquisa para avaliar melhor o impacto dele nos cuidados de saúde.

REFERÊNCIAS

ESCARDO, F.; GIBERTI, E. Sobre hospitalismo. *Rev. Colomb. Pediat*, v. 21, n.157, 1963.

FRANÇANI, G. M. *et al.* Prescrição do dia: infusão da alegria: utilizando a arte como instrumento na assistência à criança hospitalizada. *Revista Latino-Americana*, Ribeirão Preto, v. 6, n .5, p. 27-33, dez, 1998.

LANBERT, E. *A terapia do riso: a cura pela alegria*. São Paulo: Pensamento, 2001.

MASETTI, M. *Soluções de palhaços: transformações na realidade hospitalar*. São Paulo: Palas Athena, 1998. 80 p.

MOTTA, A. B.; ENUMO, S. R. F. Brincar no hospital: estratégia de enfrentamento da hospitalização infantil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p.19-28, 2004.

SPITZ, R. *The first year of life*. New York: International Universities Press. 1965.

Foto 1 – Grupo da Oficina do Riso



Foto 2 – Oficina do Riso na Semana Acadêmica da FUMEC



PROJETO COSTURA E ARTE – SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE RIBEIRÃO DAS NEVES

EQUIPE

Professora Coordenadora:

Gabriela Maria Ladeira Ferreira Torres – Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – Coordenadora do Curso de Design/Modada Faculdade de Engenharia e Arquitetura – Universidade FUMEC

Colaboradores:

Profa. Maria de Fátima Singulano – Extensionista do Bem-Estar Social da EMATER

Giovana Gomes S. Filismino – Presidente da Associação de Artesãs

Monitores do projeto:

Anísia Vicente da Silva

Efigênia L. dos Santos Araújo

OBJETIVOS

Em Ribeirão das Neves Região Metropolitana de Belo Horizonte, a EMATER-MG, em parceria com a FUMEC-Design/Moda, desenvolve projeto de capacitação de artesãs em costura, reforma, produção de peças de vestuário e acessórios de moda para a geração de renda e redução do lixo, utilizando resíduos têxteis. Somar nossas habilidades para melhores resultados junto ao grupo de 50 artesãs, Guerreiras do Florença, e associar à costura a arte do bordado e dos acabamentos com grande qualidade, são objetivos da proposta de capacitação.

CONTEÚDO TRABALHADO

O Projeto *Costura e Arte: Solidariedade e Sustentabilidade* teve uma primeira fase de capacitação em corte e costura, reformas em geral (cursos de 40 e 60 horas) e ampliação da visão da costura introduzindo outras peças. Em 2008, além de continuar com as atividades da primeira fase, serão capacitados os monitores que darão continuidade ao projeto, pois a demanda é grande e impossível de ser absorvida.

O projeto foi estruturado pensando na questão técnica, na geração de renda, mas, principalmente, na inserção social e na cidadania, com todas as ações voltadas para a gestão coletiva.

Diante dessa realidade,

- avançamos com grupo de mulheres que já estão juntas há um ano e hoje produzem bolsas e peças criativas e peças criativas (já com etiqueta) aproveitando retalhos que iram para o lixo, mapeado em 2007 pela secretaria da Economia Solidária.
- demos prosseguimento ao projeto com a capacitação de monitores para aqueles trabalhos que já finalizaram o corte e costura e irão ajudar nas próximas turmas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Negociação de verba para o Projeto do Museu da Costura e da Moda para 2010 (o projeto já foi elaborado).
- Realização, em 2009, do encontro dos Profissionais da Costura e da Moda de Ribeirão das Neves.
- Participação da coordenadora do projeto em Ribeirão das Neves de um curso de *Design Fashion* no Instituto Marangoni (Milão – julho 2009).
- Montagem de uma fábrica social: parceria EMATER-Neves/CEF/PAC-Neves com o projeto

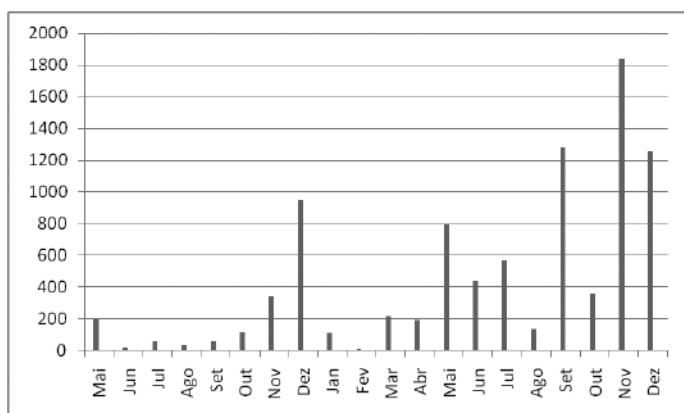


Gráfico – Evolução das vendas de produtos e serviços – Grupo Florença (maio de 2007 a dezembro de 2008)

Duas das participantes desse projeto receberam (cada uma), em 2008, R\$ 1 700,00 (mil e setecentos reais) por venda de produtos e prestação de serviços sem nenhum investimento financeiro.

O projeto é uma referência não somente no município, como também em todos os escritórios da EMATER-MG.

DESIGN DE INTERIORES ESCOLARES, PSICOLOGIA E INCLUSÃO

EQUIPE

Professora coordenadora:

Patrícia Ribeiro Campos de Abreu – Mestre em História, Arte, Arquitetura e Cidade pela Universitat Politècnica de Catalunya – Barcelona – Espanha. Professora de *Design* da Faculdade de Engenharia e Arquitetura – Universidade FUMEC.

Professor colaborador:

Custódio Cruz de Oliveira e Silva – Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Pedagógico Enrique José Varona – Universidad de La Habana – Cuba. Professor de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas – Universidade FUMEC.

Alunos bolsistas:

Eliane G. Q. Lucio – *Design* Interiores.
Marcos B. C. Ribeiro – Psicologia.

OBJETIVOS

Avaliar as necessidades psicológicas e físicas dos estudantes portadores de necessidades especiais.

Implantar projetos ambientais especiais em escolas públicas de ensino fundamental.

Planejar e desenvolver ambientes escolares adequados às necessidades especiais desses estudantes.

METODOLOGIA

Discussão sobre as necessidades especiais e ambientes especiais para os gestores e professores da escola.

Entrevista com os gestores da escola, o estudante e os familiares dele.

Desenho dos projetos ambientais.

Debates com a comunidade envolvida.

Desenvolvimento dos projetos ambientais.

RESUMO

Desde 1996, a legislação brasileira referente ao ensino – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) – reserva um lugar definido para a Educação Especial. Passados 11 anos, registra-se, hoje, uma mobilização da sociedade com o objetivo de criar espaços para os portadores de necessidades especiais.

Na prática, as escolas procuram incluir o estudante em um ambiente que apresenta inúmeras barreiras para o desempenho adequado ao potencial dele. Posteriormente, buscam a integração do estudante, adaptando equipamentos e ambientes adequados às necessidades dele. Após avaliação do espaço, levando em consideração as carências psicológicas, concluiu-se que uma adaptação dignificante para os portadores de necessidades especiais deveria partir da remodelação espacial, antes mesmo da pedagógica. Diante dessa realidade, a Escola Municipal Padre Guilherme Peters, por apresentar localização próxima à FUMEC e condições espaciais favoráveis ao construto do projeto, foi escolhida como objeto de nosso estudo.

Localizada na Regional Leste, no bairro Novo São Lucas, com um corpo discente formado por 120 alunos do ensino de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e 380 alunos do Ensino Fundamental, a escola Padre Guilherme possui 1 aluno deficiente auditivo, 1 aluno portador de nanismo, 1 professor e 1 aluno deficiente visual. Contudo, a arquitetura da escola não prevê qualquer integração tanto do ponto de vista espacial quanto do ponto de vista pedagógico, deixando, assim, de contemplar a acessibilidade na sua real necessidade.

Dessa forma, propomos, em um primeiro momento, melhorarias na acessibilidade, de acordo com a ABNT/NBR 9050-2004: instalações de pisos táteis, rampas de acesso com inclinação máxima de 8,33% e, em último caso, plataforma mecânica de deslocamento vertical. Nos quesitos estética e conforto, propomos a reavaliação das cores utilizadas nas fachadas e a melhoria da ventilação e iluminação natural nos ambientes.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Durante as visitas à Padre Guilherme Peters, conhecemos suas dependências e o perfil da comunidade que ela assiste. De imediato, percebemos a falta de um projeto que priorizasse a ergonomia de maneira mais profunda, visto que essa é uma ferramenta importante para a acessibilidade de forma integral. É fundamental que tenhamos espaços projetados especificamente para sua função, que promova a integração, além de proporcionar

nar segurança, conforto e bem-estar. Portanto a aplicação dos conceitos e padrões ergonômicos no projeto é indispensável, pois é a base da criação de espaços mais humanizados e funcionais, perfeitamente adaptados ao homem e às necessidades específicas dele.

Como proposta, pensou-se em uma intervenção que venha contemplar a integração de seus espaços físicos, como: remanejamento das portarias e estacionamento, promovendo a segurança dos alunos, funcionários e visitantes; construção vertical das dependências da escola para atender às possíveis demandas sem suprimir os espaços existentes; elevador; rampas de acesso; mobilidade pedagógica entre salas, bebedouros, banheiros, refeitório e áreas de lazer; além de um projeto paisagístico para a humanização do ambiente.

- **Portarias e estacionamento** – Planejamento do entorno da escola, projeção das entradas e reestruturação do estacionamento.

Implantação de sinalização nas ruas de acesso à escola, como: placas de sinalização de área escolar; sinalização de travessia de crianças; faixa na rua indicando a escola; e faixa de travessia com rebaixamento das calçadas fora da faixa de pedestre.

Construção de uma guarita entre as duas portarias, com o objetivo de restringir o acesso às dependências da escola, garantindo maior segurança aos funcionários e alunos. Instalação de portões eletrônicos, arames de extensão no muro, sinalizações de piso tátil direcional e alerta e cromodiferenciado.

A portaria de acesso principal ficará restrita à entrada de alunos, professores, funcionários e visitantes, que terão acesso imediato à coordenação e às salas de aula, evitando o trânsito de carros e pessoas.

A portaria de acesso secundário ficará para a entrada de automóveis, com sinalização de piso indicativo das vagas do estacionamento, sendo as vagas para deficientes identificadas pelo símbolo internacional de acesso. Sinalização tátil direcional e alerta no piso, cromodiferenciado e sinalização sonora para a entrada e saída de veículos.

- **Prédios** – A falta de projeto arquitetônico específico para a topografia do terreno faz com que os blocos sofram desníveis acentuados na construção deles. São interligados por extensa escadaria, que os torna inacessíveis aos portadores de necessidades especiais.
 - **Bloco 1: salas de aula e administração** – De acesso apenas para pedestres, o projeto prevê a instalação de

um elevador para o andar das salas de aula; telas de arame na mureta que delimita o desnível do terreno para segurança dos alunos; instalação de banheiros e bebedouros com atenção à acessibilidade; sinalização de piso direcional e alerta e cromodiferenciado. Pictogramas visuais e táteis de identificação nas portas; sala de aulas acessíveis; instalação de telefone público e extintores em lugares específicos estratégicos.

- **Bloco 2: refeitório e instalações sanitárias** – Sofrerá uma expansão vertical, que ampliará suas dependências, como: auditório, sala para oficinas e banheiros, sem suprimir seu espaço físico; construção de uma plataforma nivelando os blocos 1 e 2 e de uma rampa para interligar as dependências da escola, evitando o uso constante da escadaria e tornando acessíveis todas as dependências dos prédios; instalação de telefone público, extintores em lugares específicos estratégicos e lixas de atrito.
- **Mobilidade pedagógica** – Visa à interligação dos espaços físicos que integram o ambiente escolar e tornam o deslocamento entre esses espaços menos distantes e mais dinâmicos para o aproveitamento do ensino e aprendizagem. Devem existir rotas acessíveis interligando o acesso dos alunos às áreas administrativas, salas de aula, bebedouros, banheiros, refeitório e áreas de lazer, com otimização do tempo pedagógico.
 - **Áreas administrativas** – Recepções adaptadas aos portadores de necessidades especiais; acesso a água e banheiro; portas adaptadas aos cadeirantes.
 - **Salas** – As salas de aula utilizadas pelos deficientes ficarão perto do elevador; as portas serão adaptadas para os cadeirantes; as carteiras, largas, de assento separado para cadeirantes; carteiras para anões; bebedouros e banheiros próximos.
 - **Bebedouros** – Reforma do bebedouro existente com medidas anatômicas, que evitarão inclinações demasiadas do corpo com movimentos inseguros. Dimensionamento do bebedouro respeitando a variação de estatura existente entre os alunos (crianças, adolescentes, adultos e portadores de necessidades especiais). Instalação de novos bebedouros acessíveis em pontos estratégicos da escola.
 - **Banheiros** – Instalação de banheiros acessíveis nos dois prédios; reforma do vestiário, distinguindo as dependências dos chuveiros com paredes ao invés de grades, criando um melhor impacto visual ao ambiente; adaptação de um chuveiro para cadeirantes; cubas sanitárias e lixeiras, bem como pictogramas de identificação visual e tátil nas portas.
 - **Refeitório** – Novo *layout* que proporcione a acessibi-

lidade do ambiente como: reorganização dos espaços com armários e bancadas adequadas à circulação, que respeitem as dimensões do corpo humano; atenção especial para a iluminação, proporcionando bem-estar aos usuários e assentos específicos para os portadores de nanismo.

- **Áreas de lazer** – Fechamento da comunicação das áreas de lazer com o estacionamento; melhoria da área de convivência e criação de área de recreação no fundo do bloco 1; expansão lateral da quadra no sentido do talude, criando arquibancadas, com espaço acessível e devidamente sinalizado para portadores de necessidades especiais; revitalização das áreas de lazer, observando a acessibilidade; projeto paisagístico para a humanização desses espaços.
- **Paisagismo** – Num aspecto mais organizado e harmônico com estímulos diversos e específicos, o paisagismo foi pensado tanto do ponto de vista pedagógico-estético, quanto psicológico-estrutural, priorizando não somente o conforto dos alunos, mas, também a permanência deles.

Quanto ao ambiente, sem destoar nos tons, estipular cores específicas para salas de aula e biblioteca, áreas administrativas, refeitório e áreas de lazer distintas das cores de sinalização e segurança. Manter a *art street graffiti*, nos espaços abertos como forma de respeito e valorizar a cultura local. Revitalização da entrada, com pintura dos muros e portões em cores adequadas ou com a própria *art street*.

Melhorias nos canteiros e espaços verdes, com inserção de novas espécies de plantas, priorizando, em determinados pontos, as rasteiras, as eflorescentes e arbustivas. Priorizar a iluminação natural nos espaços fechados, providenciar taludes com gramados e instalar grelha de piso para evitar ocasionais acidentes.

Instalação de uma lixeira seletiva suspensa para depositar o lixo recolhido da escola; colocar lixeiras seletivas menores espalhadas em pontos de maior circulação e consumo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Lei 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais. *Guia de acessibilidade urbana*. Belo Horizonte, 2006.

TORRES, Flávio Pinheiro Tavares. *Guia de acessibilidade em edificações*. Belo Horizonte, 2006.

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NO CONTEXTO HOSPITALAR: CAPACITAÇÃO E TRABALHO EM EQUIPE

EQUIPE

Professora Coordenadora:

Ana Cláudia Gonçalves Lima -Especialista em Distúrbios da Comunicação - Faculdades Metodistas Integradas Isabela Hendrix - professora da Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade FUMEC

Professores colaboradores:

Flávia Horta Azevedo Gobbi - mestre em Fonoaudiologia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora da Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade FUMEC

Luciana Vianello – Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais – Professora titular da Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade FUMEC

Alunos bolsistas e voluntários:

Iana Maciel Borges

Nathália Aguiar Jorge Cruz

Sueli Clotildes Cunha

Evane Aparecida dos Santos

INTRODUÇÃO

A participação do fonoaudiólogo na equipe multidisciplinar vem se tornando cada vez mais ampla. A ocorrência de alterações no mecanismo de deglutição configura-se como uma das justificativas para tal crescimento no contexto hospitalar.

De acordo com dados da literatura específica (JACINTHO, 2003; HERNANDES, 2004; ANGELIS, 2009), a principal demanda refere-se aos problemas relacionados à deglutição, denominados disfagia. Essa alteração engloba todo e qualquer tipo de dificuldade funcional que um paciente possa apresentar no processo de alimentação via oral (FURKIN, 2000). O processo de atenção fonoaudiológica constitui-se de dois momentos. Inicialmente, a avaliação fonoaudiológica da deglutição permite a identificação

e a descrição da dificuldade. Num segundo momento, acontece o monitoramento e/ou a reabilitação, a qual pode viabilizar a alimentação via oral segura, ou seja, sem riscos de aspiração pulmonar ou desnutrição e desidratação (ANGELIS, 2009).

A reabilitação do paciente, na maioria dos casos, envolve a adaptação das características dos alimentos e, também, cuidados no momento da oferta alimentar (HERNANDES, 2004). Para tanto, o fonoaudiólogo precisa de participar diretamente da equipe de enfermagem e da nutrição, respectivamente, responsáveis pela oferta e pela preparação do alimento.

As características multidisciplinares desse tipo de intervenção incidem na idéia de que os profissionais envolvidos saibam sobre o fazer dos outros e possam utilizar uma linguagem única (CARVALHO, 2004), aspecto esse que se enquadra na realidade maior da atenção hospitalar. De modo geral, o atendimento do doente hospitalizado envolve a participação de uma série de profissionais.

Especificamente no Hospital da Baleia, identificou-se certa fragilidade nas relações existentes entre as diferentes equipes, marcadas pela superficialidade das práticas em conjunto no cotidiano hospitalar. A ampliação do serviço de fonoaudiologia já existente no hospital, integrado ao estágio curricular da Universidade FUMEC, permitiu tal identificação e, a partir dela, a criação e a realização de propostas que permitam o aperfeiçoamento geral.

Nesse contexto, este projeto de extensão teve como objetivo o aprimoramento das relações de interdisciplinaridade e a promoção de diálogos convergentes entre profissionais das equipes de fonoaudiologia, de enfermagem e da nutrição, envolvidas no atendimento de pacientes internados no Hospital da Baleia, por meio de ações de capacitação e de troca de informações e experiências dos participantes envolvidos.

Esses objetivos, por sua vez, foram justificados pela necessidade de ir além da multidisciplinaridade, ou seja, permitir o acontecimento real da interdisciplinaridade no contexto hospitalar, ao desenvolver um conhecimento comum entre diferentes áreas ao pensar na prática propriamente dita.

METODOLOGIA

O grupo de trabalho contou com um aluno bolsista, acompanhado por três alunos voluntários, todos graduandos do curso de Fonoaudiologia. Após as primeiras reuniões realizadas para a estruturação das ações, definiu-se o cronograma e a divisão de tarefas.



As primeiras visitas ao Hospital da Baleia objetivaram o reconhecimento físico do local e do seu funcionamento, além dos primeiros contatos com as equipes profissionais envolvidas.

Nesse momento inicial, também foi feito o levantamento, por meio de questionário fechado, de características da atuação dos enfermeiros e nutricionistas e de dados sobre conhecimento de cada equipe em relação à atuação das demais. No total, foram respondidos 50 questionários pela enfermagem e 10 pela nutrição.

Cabe ressaltar que tais visitas e a aplicação dos questionários contaram com a autorização institucional e apoio das coordenações de equipe nos aspectos logísticos de tal ação. Os primeiros contatos com as equipes seguiram uma linha hierárquica (partindo dos coordenadores dos serviços), para que fosse possível encontrar as melhores formas de reunir os grupos de trabalho. Além disso, todos os participantes tornaram-se cientes das atividades por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram informados sobre o conteúdo do projeto e destino das informações coletadas.

As informações colhidas nesses relatórios serviram de base para a elaboração das intervenções e atividades propriamente ditas., as quais, por sua vez, foram caracterizadas como ações de capacitação profissional centradas na interdisciplinaridade.

Tais ações aconteceram em formatos diferenciados, como palestras, oficinas, grupos de discussão, e tiveram temáticas diferentes. A formação dos grupos também foi diversificada, mas não houve a possibilidade de reunir em um mesmo grupo enfermeiros e nutricionistas.

Em relação aos horários para a realização das oficinas e demais ações, destaca-se uma das principais dificuldades, principalmente no caso dos enfermeiros: o trabalho em regime de plantão impossibilitou a participação de um número maior ou mesmo total dessa categoria de profissionais, condição idealizada no projeto inicial. Na tentativa de driblar tal obstáculo, além da oferta de horários e dias variados, as próprias ações foram adaptadas para menor tempo de duração.

Uma vez definido o cronograma de ações, a divulgação dos horários foi feita por meio de avisos repassados pelos coordenadores de cada setor.

A primeira palestra, denominada *Dificuldade na alimentação: disfagia*, aconteceu em junho de 2008, com o grupo de nutricionistas e enfermeiros. O tema foi demonstrar o porquê, como e quando o fonoaudiólogo vai atuar junto aos pacientes com alteração da deglutição. A segunda, *Engolir e comer: qual a diferença?*, ocorreu em agosto do mesmo ano, com o grupo de enfermagem, e tratou de demonstrar a necessidade de cuidados simples durante a oferta do alimento e as consequências positivas desse fato na assistência ao paciente.

Em sequência, as demais oficinas seguiram-se assim: ainda em agosto, *Consistências e reticências*, realizada com a nutrição, cujo objetivo foi esclarecer a importância da produção do alimento ofertado ao paciente, principalmente o disfágico, na sua reabilitação; em setembro, *Atuação fonoaudiológica com pacientes internados: como funciona?*, que permitiu expor e explicar a natureza e efeito das orientações, posturas, exercícios realizados pelos fonoaudiólogos no atendimento dos pacientes disfágicos.

Ao final, foi realizada uma reunião com as coordenadoras de cada setor (Fonoaudiologia, Nutrição e Enfermagem) para discutir os resultados.

RESULTADOS

As ações realizadas direcionaram-se a nutricionistas e enfermeiros do Hospital da Baleia, local onde se desenvolveu o projeto de extensão em questão, proporcionando intercâmbio de informações e experiências profissionais.

De modo geral, o projeto permitiu a divulgação do profissional fonoaudiólogo como integrante da equipe hospitalar, assim como sua forma de atuar com os pacientes internados e seus objetivos.

No total, 130 profissionais das equipes de enfermagem e nutrição do Hospital da Baleia participaram do conjunto de ações realizadas. Desse total, 90 eram enfermeiros e 22 nutricionistas.

Os dados coletados nos questionários demonstraram que a maioria dos profissionais da enfermagem e nutrição não conhecia ou tinha pouca informação sobre o trabalho desenvolvido pelo fonoaudiólogo no âmbito hospitalar.

A forma como as palestras e as oficinas foram realizadas pode ser apontada como um aspecto positivo. Tanto na elaboração quanto na realização, trabalhou-se com os conceitos teóricos de forma diferente, na tentativa de transformá-los em estratégias que permitissem a construção do conhecimento pelo grupo de docentes e discentes participantes.

Os profissionais que participaram das oficinas puderam experimentar o conteúdo específico de maneira mais concreta. Dessa forma, viabilizou-se maior chance de absorção do conhecimento.

Os resultados das vivências puderam ser observados na aproximação entre as áreas e em mudanças na prática cotidiana de atenção aos pacientes. As temáticas trabalhadas despertaram o interesse pelo conhecimento fonoaudiológico relacionado à alimentação. Isso levou ao alcance de acertos na prática cotidiana de atendimento aos pacientes em comum, que puderam ser ob-



servadas por meio de modificações nas formas de intervenção e manuseio pelos nutricionistas e enfermeiros.

No que diz respeito ao trabalho com nutricionistas, foi possível definir uma relação padronizada entre nomenclaturas e consistência das dietas que são oferecidas aos pacientes acompanhados pela equipe fonoaudiológica. Isso leva ao aumento da segurança nos procedimentos de reabilitação da deglutição e normatização da função alimentar, pois a consistência do alimento oferecido é fundamental. Além disso, o contato com o conhecimento específico sobre a disfagia permite a participação efetiva do nutricionista no processo de reabilitação, uma vez que lhe permite compreender a natureza das solicitações fonoaudiológicas ao serviço de nutrição.

Já no que diz respeito ao trabalho com a enfermagem, o aperfeiçoamento adquirido incide no momento da oferta da dieta via oral para os pacientes. Existem cuidados básicos que precisam ser seguidos para que intercorrências relacionadas à ingesta alimentar, que dependem do cuidado na hora da oferta, sejam evitadas, como: postura do paciente, quantidade de alimento na colher, velocidade da oferta, utensílios.

Em ambos os casos, pode-se observar, portanto, que a parcela de profissionais que participou das ações do projeto tornou-se multiplicadora do conhecimento discutido. Isso porque as modificações observadas passaram, aos poucos, a fazer parte da prática cotidiana dos serviços em questão.

Observou-se, por parte dos alunos envolvidos, que a experiência de elaboração e execução das ações possibilitou-lhes o contato com o conhecimento teórico de maneira diferente da que tradicionalmente acontece no processo de graduação. As vivências propiciaram contato mais próximo com a multidisciplinaridade no contexto hospitalar e promoveu o desenvolvimento de habilidades que vão além do fazer clínico-terapêutico. Tal constatação foi ao encontro da discussão existente no campo da saúde coletiva e da formação de profissionais na área da saúde, que diz respeito ao aprimoramento do trabalho em equipe nas instituições de saúde.

CONCLUSÃO

Com esse trabalho, foi possível alcançar os objetivos de troca de conhecimento entre as equipes de profissionais envolvidos, fonoaudiólogos, enfermeiros e nutricionistas, bem como capacitação para o aprimoramento da prática no cuidado com o paciente internado.

Os resultados alcançados poderão incidir em melhorias no serviço oferecido pela instituição de saúde na qual os alunos realizam

seus estágios prático-clínicos e, conseqüentemente, na qualidade da formação que lhes é proporcionada como instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C.; MODES, L. C. *Leitura do prontuário: avaliação e conduta fonoaudiológica com o recém-nato de risco*. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

ANGELIS, E. C.; JOTZ, G. P.; BARROS, A. P. B. *Tratado da deglutição e disfagia no adulto e na criança*. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

CARVALHO, E. C.; STEFANELLI, M. C. *A Comunicação nos diferentes contextos da enfermagem*. São Paulo: Manole, 2004.

FRUKIN, A. M. *Disfagias orofaríngeas*. São Paulo: PróFono, 2004.

HERNANDES, A. M.; MARCHESAN, I. *Atuação fonoaudiológica no ambiente hospitalar*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

JACINTHO, I. *Conhecimentos essenciais para atender bem em fonoaudiologia hospitalar*. São Paulo: Pulso Editorial, 2003.

DIFICULDADE NO PROCESSO DE MONITORIA EM UM PROJETO DE EXTENSÃO – A EXPERIÊNCIA DO INFORMÁTICA SÊNIOR

EQUIPE

Professora Coordenadora:

Eunice Maria Rocha de Moraes – Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – Professora titular da Faculdade de Ciências Sociais – Universidade FUMEC, Brasil

Equipe de bolsistas em 2008:

Marilene da Silveira Coelho de Souza, Mariana Azevedo Ximenes Abreu, João Afonso Figueiredo, Alessandra Oselieri, Gustavo Oliveira Canabrava, Fabrício Vilaça Valente, Gabriella Fortes Murta, Jacqueline Mota Amaral, Solange Maria Couto Teixeira Pires, Michelle Baccarani Viegas, Necilda Irber, Henrique Augusto Dorgele Borges, Carlos Eduardo Oliveira Álvares, Mônica Duarte de Souza.

Agradecimentos especiais às profissionais:

Edna Mara Marcolino, Tânia Maria Silva Castro e Junia Resende de Albuquerque Moura, pelas intervenções no Projeto.

INTRODUÇÃO

“Ninguém é insubstituível”. Essa foi a frase que ouvi e me assustou quando estava cursando o segundo período de Administração. No final do curso, cheguei à conclusão de que era a mais pura verdade, pois todas as pessoas podem ser substituíveis. Ressalte-se que no tempo certo, principalmente, quando há atendimento ao público e a pessoas da terceira idade.

O objetivo com este *paper* é discutir a relação que é estabelecida entre os bolsistas de um projeto de extensão e a coordenação do projeto, bem como dos bolsistas com a comunidade atendida quanto:

- a sentir-se ou não insubstituível;
- individualismo vs. equipe;

- transferência de relação: maternal (familiar) x professor (profissional)

Cabe lembrar que a comunidade atendida por este projeto são pessoas idosas com as alterações próprias do envelhecimento e cujos preconceitos impostos pela sociedade fizeram com que, na sua maioria, se tornassem pessoas deprimidas, com baixa estima e inseguras. Vários desses idosos encontram nos bolsistas um amigo, com paciência para lhes ensinar informática, algo inacessível na visão familiar e deles próprios, para conversar e escutar suas histórias muitas vezes repetidas, e que lhes oferecem segurança para clicar com o *mouse* no local correto.

Portanto, o bolsista atua não apenas como instrutor ou monitor de informática; ele precisa ter equilíbrio emocional e aceitar seu papel de coadjuvante no processo biopsicossocial para conseguir o aprendizado do idoso. É nesse momento que a coordenação dos bolsistas torna-se penosa, uma vez que requer amadurecimento e profissionalismo desses alunos, cuja maioria conduz o projeto como se fosse apenas mais uma disciplina da sua matriz curricular: quando lhe é conveniente ele dedica-lhe atenção.

DESENVOLVIMENTO

É importante iniciarmos com a seguinte pergunta: “O que faz um aluno procurar um projeto de extensão, especificamente o Informática Sênior?”

No início do projeto, partimos de duas suposições: a necessidade da bolsa para complementar a mensalidade escolar e a busca de experiência profissional. Entretanto, após três anos de acompanhamento dos bolsistas no projeto, percebemos que, dos selecionados até então, poucos precisavam da bolsa para complementação da mensalidade ou mesmo para o lanche, o ônibus e xerox, e grande parte deles ia motivada pelo tipo de público que o projeto trabalhava – idosos. Aqueles que estavam na casa dos 20 anos falavam da fortíssima identificação e do amor para com os avós, por isso achavam que lidar com os idosos do projeto seria o mesmo que relacionar com os avós deles.

Essa forma familiar de perceber a relação com os idosos é bastante prejudicial neste projeto, uma vez que os alunos não procuravam ler e entender o idoso com uma visão profissional. As dificuldades encontradas em relação ao idoso, durante o processo de acompanhamento dos alunos em sala de aula, eram vistas como normais por eles e, nas reuniões, percebia-se grande desinteresse em discutir a situação para encontrar soluções para amenizar as perdas daquele que está envelhecendo e sente as limitações físicas, cognitivas e sociais.

Vale lembrar que essa visão míope da maioria dos bolsistas era proveniente do desinteresse deles por leituras que indicavam que este é um campo novo de pesquisa e várias descobertas ainda estão por vir, principalmente quando falamos da pedagogia do envelhecimento. Tratar essas dificuldades como comuns a qualquer outro meio é um erro. É importante buscar respostas baseadas em teorias que expliquem e solucionem ou ajudem a solucionar tais problemas. Por mais que lhes fossem explicadas e solicitadas observações, controles e atenção às dificuldades, havia grande resistência em participar.

Outra dificuldade enfrentada na coordenação dos monitores proveniente dessa visão dos bolsistas colocando os idosos como extensão da própria família foi quando o número de idosos atendidos aumentou significativamente. No 1º e 2º semestre de 2008 o projeto possuía 154 e 168 alunos, respectivamente. Com esta quantidade de idosos, é necessário saber lidar profissionalmente com eles, ressaltando-se que temos pessoas com diversos problemas e devido à falta de estrutura física e humana, não temos acompanhamento individualizado. Alguns desses idosos requerem acompanhamento psicológico, pois sofrem maus-tratos em casa; outros têm problemas sérios de depressão e doenças crônicas, sem contar que, na maioria deles, o avanço da idade desencadeou um processo de fragilidade emocional e de memória, o que requer atendimento com pessoas com conhecimentos multidisciplinares sobre o envelhecimento.

Como o projeto iniciou com trabalhos voluntários nos seis primeiros meses e posteriormente foi incluída uma bolsa para a professora e dois ou três alunos, o que era insuficiente para fazer acompanhamentos fora da sala de aula, não havia um prontuário para cada idoso que participava das aulas. Ressalte-se, também, que o projeto tinha características de curso de informática, e apenas depois de dois anos de operacionalização é que percebemos que ultrapassava os limites de um simples curso. Neste último ano, 2008, observações mais intensas da coordenação, uma bolsista e uma ex-bolsista, permitiram algumas conclusões.

No primeiro momento, achávamos que esses problemas das especificidades do público é que desestabilizavam as relações com os bolsistas – entre eles mesmos, entre eles e a coordenação e, às vezes, até entre eles e alguns idosos.

Dentre as especificidades do público podemos citar:

- Alguns alunos tinham muita dificuldade de aprendizado, dados os déficits cognitivos. Eles não conseguiam acompanhar as instruções ministradas no ritmo da turma, que era um pouco mais adiantada.
- Alguns alunos tinham problemas físicos, como visão inadequada, articulação dos dedos impedia utilização do *mouse* ou do teclado, dificuldade para sentar adequadamente, etc.

- Grande parte da turma não conseguia manter-se concentrada por muito tempo nas atividades.
- A maioria prestava pouca atenção nos detalhes das atividades, o que dificultava a realização posterior.
- Alto grau de conversa causada pela dificuldade de realizar a atividade ou por ter grupos de amigos na sala de aula.
- Necessidade de atenção do monitor para as tarefas e, também, para conversar.

Os bolsistas eram orientados a evitar algumas dessas situações ou mesmo minimizar alguns efeitos, mas, como tinham pouca experiência, havia pouco interesse em leituras orientadoras sobre a Terceira Idade e aqueles que cursavam o curso de Cuidador de Idosos colocavam-se como conhecedores do assunto, mas não conseguiam aplicar com eficiência o que propunham.

Um exemplo foi no treinamento ministrado em julho para o grupo de bolsistas. Foram abordados vários conteúdos, como: definir plano de aula, diário, a importância do comportamento do instrutor em sala, etc. Também solicitou-se que uma ex-aluna de Cuidador de Idosos, que estava cursando pós-graduação em Gerontologia e que tinha sido bolsista e ainda atua com aulas particulares em informática, trouxesse sua experiência como gerontóloga e bolsista. Houve discussão das apostilas e estratégias para melhorias do projeto.

Foi proposta pelas alunas do curso de Cuidador de Idosos uma ficha complementar à ficha de inscrição em que se perguntava com qual pessoa entraríamos em contato em caso de acidente, telefone dessa pessoa, peso, tipo e fator sanguíneo, doenças que teve e tem, cirurgias e remédios que toma. Segundo elas, o objetivo era que, em caso de um passeio ou mesmo em sala de aula, se o idoso tivesse algum problema pudéssemos ter acesso rápido às informações dele. Todos acharam muito importantes tais informações, principalmente para as viagens que geralmente fazemos com os idosos.

Embora essa ficha complementar tenha sido decidida no treinamento com todos os bolsistas, alguns alunos ingressaram depois nas turmas e os instrutores e monitores não pediram que preenchessem as fichas. Ao final do semestre, tínhamos alunos sem ficha preenchida. Ressalte-se que transportar quase 170 fichas em uma viagem era inviável, por isso solicitei a tabulação delas no Excel, pois dessa forma teríamos, no máximo, 10 folhas com todos os dados. A bolsista que tinha horas para tal atividade e que foi uma das que deram a idéia da ficha só entregou a tabulação no dia 11 de novembro e, mesmo assim, faltando dados. Além disso, essa entrega somente foi possível após várias cobranças e de discussões sobre a necessidade dessa ficha. Lembrando, ainda, que ela começou a questionar o porquê da ficha e dessa exigência da coordenação.



Esse é apenas um exemplo, mas as atividades burocráticas do projeto não eram bem aceitas pelos bolsistas que, também, tinham muita dificuldade em entendê-las. Principalmente os bolsistas que atuavam como instrutores e que tinham as aulas bem avaliadas pelos idosos, colocavam claramente nas reuniões que eram excelentes em sala de aula e, por isso, argumentavam que eram desnecessários outros controles. Muitas vezes diziam não entender o que estava sendo pedido, mas parecia que essa dificuldade de entendimento era muito mais uma forma de esquivar-se para não fazer qualquer outra atividade a não ser entrar em sala de aula e ministrar a aula.

Outra grande dificuldade de coordenação foi no início de 2008, com a inclusão de quatro alunos do Curso de Ciência da Computação na equipe.

Estes alunos diziam-se como grandes conhecedores de informática e dos seus diversos “avós” adquiridos no projeto. Coordenar esses alunos, às vezes, era tarefa muito difícil, pois faltavam-lhes humildade e respeito à autoridade. Como foi o caso de um bolsista que se recusou a fazer algumas correções em uma das apostilas por considerar que tudo estava correto, inclusive as concordâncias verbais, a grafia, etc., escritas errado.

A apostila do Word esta pronta. Não alterei tudo o que você pediu. Coloquei o que eu achei certo. (Mensagem de e-mail enviada pela bolsista LL da Ciência Computação junto com o arquivo anexado)

Após receber a apostila e conferir, percebi que ainda havia alguns erros na cópia impressa. Conversei com a aluna, mas ela foi logo dizendo que estava tudo certo e que não alteraria. Foi necessário solicitar a outra bolsista de Psicologia que fizesse as alterações. Em sua mensagem de retorno, percebe-se, além de respeito à autoridade abertura para diálogo, o que geralmente não era possível com os alunos da Ciência da Computação:

Eunice, fiiz oq vc pediu. o d q vc me mandou da silvia nao tem nada.. ta vazio.. mas a apostila do word ja esta boa assim.. e acho q se acrescentar algo mais nao vai da tempo de dar tudo ate o fim do semestre. e tb os alunos ja estão querendo a apostila logo.. sei q a culpa nao é sua a demora, mas se ficar p colocar mais conteudoo na apstila vai demorar mais.. é isso. qualquer coisa me fala. (Mensagem de e-mail enviada pela bolsista PP de Psicologia junto com o arquivo anexado)

Outros incidentes com alunos da Ciência da Computação também observados, como a solicitação de que um deles confeccionasse a ata de uma reunião. Após quase um mês cobrando a ata, o aluno respondeu que eu poderia esperar deitada, que sentada me cansaria. Esse bolsista teve de ser desligado do projeto com dois meses de atuação, pois vários foram os problemas causados por ele no projeto.

Outra dificuldade é a comunicação com os idosos, uma vez que eles se esquecem com facilidade das informações, têm dificuldade de ler e entender os e-mails, de acessá-los com agilidade e encontrar aqueles encaminhados com notícias do projeto junto ao grande número de mensagens que eles costumam trocar com seus com seus amigos por e-mail. Por isso, é necessário que o instrutor e os monitores estejam sempre informando sobre os acontecimentos. Muitas vezes, também, para não atrapalhar a aula, era preferível utilizar o instrutor. O problema era que as informações não eram lidas em sala ou transmitidas.

Os bolsistas comportavam-se como os idosos; além de mandar o e-mail, precisávamos telefonar para eles e lembrá-los de abrir a mensagem e ler em sala. E, mesmo assim, ainda havia esquecimentos. Isso também acontecia com tarefas que eram solicitadas por e-mail; era muito raro obter respostas de prontidão, não importava se era a coordenação ou um colega bolsista que as solicitava:

Aluno QQ, bom dia.

Peço enviar com urgência o material pedido anteriormente, pois tenho que passá-lo para a Eunice na segunda.

(Nomes dos desistentes e nomes dos novatos, dados importantes para o fechamento das inscrições)

Obrigada

Aluna NN. (Bolsista NN, responsável pela parte burocrática solicitando atividade a bolsista QQ Ciência Computação)

INSTRUTORES, aquele abraço. Estou querendo saber como anda a divulgação das 2 importantes palestras, e como está sendo a receptividade. Quero, por favor, o retorno. Obrigada, GG. (E-mail enviado pela Monitora voluntária GG aos bolsistas)

Ressalte-se que a monitora voluntária GG não obteve nenhuma resposta desse e-mail. Foi necessário que ela e outra aluna idosa que estavam organizando a palestra fossem às salas para lembrar os idosos da data e do horário da palestra.

Essa dificuldade de divulgar um evento, transmitir um recado ou mesmo ler um e-mail em sala de aula pode ser analisado como falta de comprometimento dos bolsistas com o projeto, mas, percebendo a relação entre os próprios bolsistas, as dificuldades de relacionar entre os alunos de cursos diferentes, principalmente com os alunos do curso de Cuidador de Idosos, o ciúme da relação da coordenação com os outros alunos, o medo do reconhecimento do outro e não do seu, pode ser analisado muito mais como falta de maturidade e dificuldade de trabalhar em equipe do que como problema de comprometimento.

Observamos esta solicitação em 21/10/2008:



NN

Por favor, veja onde podemos comprar copos de água de 200 ml ou 300 ml mais barato para levar no passeio. Acho que tem que ser uns 200 copos.

Eunice. (E-mail enviado pela coordenação à bolsista NN)

Resposta do e-mail em 22/10/2008:

Quem é responsável pelo planejamento de viagens é a GG eu cuido da parte burocrática do infosenior e da monitoria e isso não faz parte da minha função (fazer orçamento e compras).

(Resposta da bolsista NN ao e-mail da coordenação)

Percebe-se que a dificuldade é auxiliar uma colega de trabalho. Além disso, como no início do semestre as atividades foram divididas para evitar sobreposições ou mesmo para que tarefas ficassem sem ser realizadas, a bolsista NN usa tal argumento para não ajudar. É válido colocar que os passeios e viagens organizados pela aluna GG estavam sendo muito apreciados pelos idosos e fazia, nessa altura, muito sucesso. A aluna GG conseguiu envolver os alunos nos passeios, e as brincadeiras e dinâmicas eram propostas pelos próprios integrantes do passeio.

É difícil entender a forma dessas relações, pois, dos bolsistas que estavam atuando em 2008, apenas a aluna GG trabalhava em empresa privada e os outros estavam iniciando a primeira experiência profissional no projeto. Percebeu-se que a aluna GG teve uma postura profissional do início ao término de sua atuação no projeto.

A aluna NN, no dia 27/10/2008, encaminhou um e-mail à coordenação e aos outros bolsistas informando que não continuaria no projeto. O interessante é que em momento algum ela havia feito qualquer comentário com a coordenação. Durante o mês de outubro, em todas as solicitações da parte burocrática realizadas, ela dizia que não poderia fazer em razão de problemas em sua monografia. Entretanto, nos contatos que a coordenação fazia com a professora que a orientava, ela informava que a monografia era uma das mais adiantadas da sala:

Caríssima Eunice e colegas de projeto

Venho comunicar o meu desligamento do Projeto de Informática Sênior por motivos pessoais que inviabilizarão a continuação do exercício das funções a mim delegadas.

Me comprometo a enviar até dia 8 próximo listagens de dados pessoais dos alunos, horas feitas pelos alunos no curso de informática dos meses de agosto, setembro e outubro, nova lista de presença de novembro, horas dos monitores e a inclusão dos e-mails no aulasdeinfosenior. Agradeço a acolhida que tive no grupo, por todos os membros e pela cooperação de todos. Abraços. NN. (E-mail enviado pela bolsista NN avisando sobre o desligamento projeto)

Após o envio desse e-mail, procurei a aluna para conversar, pois as atividades que ela colocou que enviaria até dia 8 já estavam atrasadas. O projeto finalizaria no final de novembro, e aquele era o momento em que precisávamos confeccionar certificados dos alunos com todas as horas, organizar formatura e finalizar o curso. Ela mostrou-se bastante agressiva, apontando o dedo para o meu nariz e dizendo “psiu”.

Antes um pouco da solicitação de desligamento do projeto pela aluna NN, a aluna PP, no final de setembro, começou a mostrar desgosto pelo projeto em e-mail. Em julho, essa bolsista solicitou que preferia ficar como instrutora a monitorar, por isso assumiu um número maior de turmas como instrutora. Como todos os outros instrutores, os bolsistas não gostavam de preparar o plano de aula; queriam deixar o conteúdo caminhar sem um direcionamento. Também não gostavam de registrar o que era ministrado diariamente. Quando, em setembro, as cobranças tornaram-se mais intensas, recebi o seguinte e-mail:

Eunice,

Vou fazer tudo oq tenho q fazer.. pelo menos tentar. e estou te avisando com 2 meses de antecedencia q estou fora do projeto.. acabando o semestre não faço mais parte do projeto. pra nao te deixar na mao.. pq a vontade ta sendo largar hoje. e nao to falando isso atoa nem da boca pra fora nao.. to falando pra voce ja olhar alguem para assumir as turmas no semestre q vem. desde ja agradeço a oportunidade q vc me deu.. ate certo ponto foii mt bacana estar no projeto. é isso. Valeu. PP. (E-mail enviado à coordenação pela bolsista PP)

Vale ressaltar que logo após o recebimento desse e-mail, transferei a instrutoria de uma das turmas para outro bolsista, procurando reduzir-lhe a carga de trabalho. E neste mesmo dia assisti à aula da bolsista PP e houve uma discussão entre ela e uma idosa em sala de aula, pois ela pedia aos alunos que fizessem uma atividade e uma idosa disse que não faria, pois era bobagem. Depois da aula, conversei com a bolsista e informei-lhe a troca, quando ela ficaria como monitora e o monitor como instrutor. E expliquei que tal discussão, com certeza, era por causa do cansaço e estresse, e ela concordou. Lembrando que esta aluna é formada em Cuidador de Idosos e nas últimas reuniões para discussões dos problemas que acontecem em sala de aula com os idosos ela já havia se posicionado como conhecedora dos assuntos sobre idosos, por isso fazia outras coisas na reunião, como ler livro, corrigir exercícios dos alunos e não participava das discussões.

Entretanto, na minha leitura, mais parecia uma forma de não se misturar com os alunos do curso de Cuidador de Idosos, pois estes relatavam os problemas, mas não conseguiam fazer intervenções cruzando problemas com teoria, e a aluna PP mantinha laços de amizade com os alunos da Ciência da Computação.

Quando ela resolvia participar, era realizando brincadeiras com esses alunos, atrapalhando a reunião.

É importante lembrar que saber sobre fisiologia de um idoso não quer dizer que se tem conhecimento suficiente para alguém ensiná-lo. No caso da aluna PP com a idosa, faltou-lhe conhecimento sobre como o idoso aprende: é necessário ele ter um objetivo para aquele aprendizado. E, no caso da discussão com a idosa, ela não conseguiu convencer que era um objetivo útil.

Após ter conversado com a aluna PP, ela encaminhou o seguinte e-mail no dia 2/10/2008:

Se vc me perguntar, kero q vc saiba, qnd minha hora chegar, esqueça os erros q cometi, ajude-me a deixar p tras algumas razoes q deixem saudade... nao fike ressentida comigo; guarde-me na sua memoria, deixe de fora todo o resto. Não tenha raiva de levar minha derrota, eu compartilhei oq fiz.. eu sor forte por fora, nao completamente. Eu nunca fui perfeita, mas nem vc foi. Eu nao posso ser quem voce é. (Bolsista PP)

Percebe-se, por esse e-mail, que há certa confusão emocional. Ao mesmo tempo em que parece que ela está desistindo do projeto porque ele não a satisfaz, mostra-se frágil, com medo da incompetência profissional e por não conseguir ser como a professora que ela idealizou. Procurando equilibrar a situação, enviei-lhe a seguinte resposta:

*PP,
Ninguém aprende sem cometer erros. Nós só crescemos quando erramos. Eu vou continuar errando até o final da minha vida e, sempre que chegar alguns anos mais à frente, vou olhar para trás e me perguntar: Por que agora é tudo tão simples? Por que eu não fazia do jeito que eu faço agora? Simplesmente porque eu ainda não estava preparada, eu não tinha experiência suficiente.*

As pessoas não sofrem derrota, elas só sofrem vitórias, pois cada erro é mais um degrau que ela subiu da sua experiência.

Derrotados são aqueles que não compreendem isto e DE-SISTEM antes de adquirir suas experiências e tornar-se a luz de outros que estarão por vir após eles, simplesmente por que querem ser perfeitos. Ninguém é perfeito.

TODAS AS ESTRELAS DO CÉU TÊM BRILHO, em dias nublados, vc não vê o brilho delas, mas elas estão lá. Alguns dias, elas brilham menos, mas estão lá. Mas certos dias o brilho delas é tão intenso que chama a atenção de todos que passam pela terra. Como o céu está lindo, veja o brilho DAQUELA ESTRELA EM ESPECIAL.

E assim são as pessoas. Só temos que nos perguntar, por que às vezes deixamos o nublado tampar o nosso

brilho.

Lembre-se, existem muito poucos professores profissionais na FUMEC que têm o domínio de turma que você tem. E um professor que tem o domínio de turma já tem uma vitória e tanto; no mais só precisa ter domínio de conteúdo e cativar os alunos. Eu te admiro muito por este domínio que você tem. Eu mesma não consigo ter este domínio; é um dos problemas das minhas aulas. E vc já foi minha aluna, deve saber disto.

Eu acredito em você! Espero que você esteja bem.

*Abraços,
Eunice.*

Apesar dos e-mails e conversando pessoalmente com a aluna, no dia 20/10/2008, ela enviou um e-mail solicitando seu desligamento do projeto no mês de novembro. Após novas conversas, trocas com outro monitor, ela finalizou o semestre.

Foram os dois meses mais difíceis pelos quais o projeto Informática Sênior já passou. Na organização da festa de formatura, duas alunas idosas eram responsáveis pelo planejamento e execução da formatura. Elas me comentaram sobre a dificuldade para recolher o dinheiro nas turmas, pois, apesar de terem representante em cada turma, era necessário um elo, e os instrutores são peças fundamentais. E elas tiveram dificuldade para que os instrutores fossem esses elos.

É interessante ressaltar, também, que alguns alunos estavam fazendo estágio curricular para o curso de Cuidador de Idosos. Uma dessas alunas bolsistas participou pouco das reuniões no segundo semestre de 2008 que estavam marcadas desde agosto, não entregou as tarefas definidas sem cobranças, faltou a vários encontros de um grupo que participava sem avisos e não fez nenhuma proposta que utilizasse seus conhecimentos de cuidadora de idosos para valer como estágio. Quando me foi solicitado realizar um parecer do estágio, eu questionei, principalmente, a falta de utilização dos conhecimentos e do comportamento passivo dela:

[...] como a aluna realiza o curso superior de Cuidador de Idosos, sugere-se que trabalhe mais seu comportamento para conseguir desenvolver grupos de idosos, principalmente se for trabalhar com grupos de idosos carentes, pois geralmente esses idosos, além de atenção, amor e carinho, precisam de um apoio forte, incentivador, que os coloquem para cima, jogue-os para frente. Para isso, são necessárias pessoas otimistas, dedicadas, com iniciativa, que consigam interpretar a teoria estudada, principalmente para auxiliar na área emocional e social... (Parecer da Coordenação para estágio curricular de K)

Esse feedback negativo para essa aluna criou certa animosidade entre ela e a coordenação. Mas a dificuldade de receber retorno

negativo não foi somente dessa aluna; os outros alunos também se mostravam resistentes e chateados quando se fazia qualquer comentário de necessidade de melhoria na atuação deles.

Coordenar bolsistas nesse projeto é muito melindroso. Apesar do grande número de interessados em ser bolsistas, encontrar o perfil adequado é difícil, pois, além de o aluno precisar de um bom domínio de informática, como é o caso dos alunos de Ciência da Computação, é necessário saber relacionar-se bem com idosos, o que é mais complicado encontrar na área de exatas, e ainda ter interesse em compartilhar conhecimentos com a equipe interdisciplinar.

No início de 2008, a maior dificuldade foi encontrar alguém para assumir uma turma de Word. O primeiro bolsista que assumiu era do curso de Cuidador de Idosos, possuía excelente relacionamento com os idosos, mas não possuía tom de voz suficiente para que toda a turma o ouvisse, não tinha domínio do conteúdo e não estava com disposição para aprender. Após um mês, assumiu um bolsista de Psicologia que também não tinha domínio de conteúdo e, por não ter domínio de turma e ser um pouco desequilibrada emocionalmente, não conseguiu continuar. Entrou em seu lugar um bolsista da Ciência da Computação que tinha um excelente domínio de conteúdo, mas seu relacionamento com os idosos era muito conturbado. No final do semestre, mais da metade da turma não estava frequentando as aulas.

No início do semestre seguinte, alguns idosos solicitaram alteração do horário para evitar ficar na turma que essa bolsista estava como instrutora. No mês de agosto este bolsista solicitou para sair do projeto. Sem dúvida, seus conhecimentos técnicos eram muito bons, pois a apostila que elaborou é muito elogiada pelos idosos como clara e objetiva, mas relatam, com tristeza, o comportamento dela em sala. Ressalte-se que vários *feedbacks* foram passados e discutidos com a bolsista, mas ela tinha resistência em alterar o comportamento.

CONCLUSÃO

A relação bolsista vs. professor em projetos de extensão é muito difícil, principalmente quando o projeto exige um comprometimento maior dos alunos. Trabalhar com pessoas idosas é tarefa muito árdua, pois são pessoas que precisam de muita atenção, carinho, paciência, mas, acima de tudo, de pessoas que tenham interesse em compartilhar seus conhecimentos com outras pessoas de áreas diferentes. Infelizmente, como as disciplinas nas universidades são tratadas por conteúdo, os alunos têm muita dificuldade de entender como esses conteúdos se inter-relacionam.

Participar de um projeto dessa natureza é uma oportunidade ímpar para alunos que queiram crescer profissionalmente. Entretanto, para isso, os alunos devem estar dispostos a compartilhar o conhecimento delas com outras pessoas de áreas de formação diferente. É importante ressaltar, também, que a informática não funciona sozinha; é necessário entender as necessidades do mundo externo, e isso significa conhecer outras áreas.

Sugere-se que disciplinas de áreas de relações humanas e também de empreendedorismo sejam inseridas na matriz curricular de cursos que ainda não as têm, pois, dessa forma, os alunos terão oportunidade de discutir as mudanças pelas quais o mundo está passando.

Em relação ao projeto, após três anos de funcionamento, foram traçadas algumas estratégias para conseguir melhores resultados. Para estabelecer uma nova cultura, com incentivo à pesquisa e a busca de uma nova metodologia de ensino, optou-se por trocar toda a equipe de bolsistas para o ano de 2009. Também serão incluídas na carga horária dos bolsistas horas para estudo e discussão da teoria vs. prática. E na seleção dos bolsistas será privilegiada a escolha de alunos com interesse em áreas de pesquisa e que já tenham alguma experiência no mercado de trabalho, uma vez que a opção de oferecer a experiência da primeira atividade profissional atrapalhou em muito o projeto:

- Na falta de um local para realizar as atividades na universidade, os alunos levavam as atividades para serem desenvolvidas em casa e, geralmente, ficavam procrastinando.
- Quando a coordenação não estava presente no horário da aula, alguns bolsistas saíam mais cedo, atrasavam ou até não compareciam para monitorar, e, na maioria das vezes, contava com a cobertura do colega de horário que também fazia mesma coisa.
- Tinham dificuldade de entender atividades muito simples que pessoas que já trabalharam em empresas com uma estrutura hierárquica desempenhando atividades de estagiário não teriam. Isso era percebido quando a atividade era passada para um bolsista que já tinha sido estagiário e para um que estava com sua primeira experiência.

Assim, considerando que o desenvolvimento do projeto ainda não conta com uma estrutura física adequada e ao mesmo tempo atende pessoas muito especiais e que merecem respeito, não podemos desconsiderar tais variáveis na escolha dos bolsistas.

Ressalte-se que, como a Universidade FUMEC está entrando para o sistema federal de ensino e, com certeza, dará maior ênfase aos projetos de pesquisa e extensão, é salutar desenvolver programas para conscientizar seu corpo discente das vantagens de participar de um projeto; como eles podem tirar proveito; qual é a importância de um *feedback* de um professor quando se participa de um projeto e, também, de focar seminários que trabalhem comportamentos profissionais, caso contrário até no

mercado de trabalho esses alunos terão dificuldade de se manterem colocados.

REFERÊNCIAS

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SOARES, Laura Maria Teixeira; CASTRO, Tânia Maria Silva. *Inclusão digital da terceira idade*. 2006. (Monografia) – Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2006.

LIMA, Mariúza Pelloso. *Gerontologia educaciona: uma pedagogia específica para o idoso*. Rio de Janeiro: LTr, 2001.

EDUCAÇÃO GERENCIAL PARA A MAIORIDADE

EQUIPE

Professor coordenador:

Luiz Henrique Silva Junior – Mestre em Turismo e Hospitalidades – Universitat Illes Balears – Espanha – Professor do Curso de Turismo da Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC

Alunos Bolsistas

Cristiana de Moraes Godinho

Rafaela Freitas Magalhães

Mário Lago, um dos mais renomados e conhecidos brasileiros, nos ensinou um belo pensamento: “Eu fiz um acordo pacífico com o tempo: nem ele me persegue, nem eu fujo dele. Um dia a gente se encontra”.

Diante desse pensamento podemos concluir que só há fim quando vamos embora. Até lá, a vida está aí para ser vivida intensamente.

De acordo com muitos e experientes médicos e psicoterapeutas, a receita para uma vida longa e saudável não está apenas em manter boa alimentação, hábitos regrados e uma pitada de sorte. O segredo para uma velhice duradoura e com qualidade pode residir no interior das pessoas, mais exatamente na sua capacidade de se sentir útil e operacional.

Inspirado nisso, o professor da FACE, José Henrique da Silva Júnior, lançou em março de 2008, com apoio da diretoria dessa faculdade, um curso de extensão com duração de oito meses, voltado para pessoas da Terceira Idade.

Esse curso tem como objetivo principal proporcionar conhecimentos básicos nas áreas de gestão, direito, informática, bem-estar físico e mental, dentre outros, visando esclarecer os alunos sobre as possibilidades de administrar mais eficientemente o dia-a-dia com atividades diversas, estimulando os idosos a passar o tempo de forma mais interessante, divertida e atuante.

Com o nome de Curso Gerencial para a Terceira Idade, funciona de 2ª a 5ª feira, à tarde, na FACE, tendo como professores e colaboradores muitos dos nossos colegas professores, funcionários, estudantes e, também, convidados externos ilustres, que

se dispuseram, voluntariamente, a dar aulas para aquelas pessoas.

A resposta tem sido extraordinariamente positiva. Uma turma de mais de 35 alunos, muitos com mais de 70 anos, tem frequentado as aulas com assiduidade, afincado, carinho, dedicação, e entusiasmo de dar injeção aos nossos graduandos.

O programa tem a duração de 672 horas, distribuídas ao longo de quatro bimestres. A carga horária é das 14 às 17 horas e tem como método atividades em classe e extraclasse,

O processo de aprendizagem, orientado para o acompanhamento das idosas participantes, implica o cumprimento das diretrizes propostas, sendo utilizados métodos de ensino, por meio de aulas teóricas expositivas, palestras, aplicações práticas, dinâmicas de grupo, exercícios, seminários, pesquisas, orientações bibliográficas, simulações e estudos de casos aplicados às áreas de direito, administração, finanças, psicologia, alimentos e bebidas, dentre outras. O espaço para debates e discussões construtivas é garantido, qualquer que seja o método empregado, além de serem privilegiadas técnicas de ensino que estimulem o raciocínio dos temas levantados.

Segundo o coordenador do curso, José Henrique, de acordo com o IBGE, o Brasil já é um país de idosos, pois tem mais de 9% da população com idade superior a 60 anos, e muitos deles ainda estão em busca de uma formação que seja capaz de lhes dar, além de motivação na vida, competitividade no mercado de trabalho.

A ATIVIDADE EXTENSIONISTA PARA A MAIORIDADE

A atividade de extensão universitária caracteriza-se por sua integração direta com o ensino e com a pesquisa realizados pela Universidade FUMEC, permeando as diferentes facetas que constituem suas áreas do conhecimento. O objetivo, direta ou indiretamente, é a inclusão cultural, social, econômica e tecnológica de diferentes grupos sociais em várias linhas temáticas; a descoberta de novos caminhos metodológicos para o entendimento da arte no ensino regular como uma das formas de relacionamento, leitura do mundo e expressão humana é uma de suas maiores preocupações. Nesse sentido, propõe-se a adoção de um conjunto de ações de extensão, visando melhorar o ambiente escolar.

O projeto de extensão voltado para a maioria tem por objetivo geral difundir o conhecimento promovido pela Universidade seja pela produção, seja pela sistematização do estudo universal disponível, oferecendo ao aluno matérias que visam à possibili-

dade de complementar sua educação formal, acrescentando conhecimento a ser adquirido em sala de aula com aulas presenciais, eventos extraclasse, a serem realizados na comunidade ou na própria escola; e participar de atividade de extensão, pesquisa, planejamento e cooperação técnica, realizada por professores e estudantes de graduação no âmbito de projetos, planejamento, projetos orientados por professores qualificados, visando à aplicação e ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade empreendedora e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da nossa sociedade.

Ou seja, proporcionar conhecimentos básicos nas áreas de gestão, para esclarecer sobre as possibilidades de administrar mais eficientemente o dia-a-dia, e desenvolver atividades diversas, estimulando os idosos a passar o tempo de forma mais interessante, divertida e atuante.

RESULTADOS ESPERADOS COM O PROJETO

- Promover maior articulação entre os pilares do ensino.
- Estreitar as relações entre a universidade e a comunidade.
- Realizar, por meio de palestras, rodadas de oficinas pedagógicas com alunos e pessoas da comunidade, rodada de oficinas recreativas, feira de extensão (mostra talentos), visitas técnicas, envolvimento em atividades interdisciplinares, dentre outros.
- Tornar-se oportunidade de inclusão social efetiva, de acordo com as habilidades e competências da FACE-FUMEC.
- Estimular e desenvolver no participante idoso a mentalidade gerencial e empreendedora.
- Possibilitar ao idoso a aquisição de conhecimentos.

RESULTADOS OBTIDOS

- No seu segundo ano de existência, o projeto já permitiu experiências de ensino aprendido a 50 pessoas, que vão receber seus certificados de conclusão no final de novembro.
- Obteve mídia espontânea para a divulgação do Projeto e da Universidade: TV Minas – Programa de televisão de duração de 4 minutos; TV Record – reportagem duração de um minuto e meio; jornal *O Tempo* – matéria jornalística; revista *Encontro* – matéria; Rádio CDL FM – entrevista ao vivo, com duração cinco minutos por ocasião do dia do idoso; Jornal Estado de Minas, dentre outros.

- Capacitação de 50 alunos em informática
- Atividades complementares:
 - No decorrer de 2008, ocorreram oficinas de danças, onde os idosos aprenderam a vencer barreiras; a dança ajudou-os na desinibição. Nessas atividades, aprenderam os ritmos como forró, bolero, tango e salsa, tudo na medida das preferências das próprias alunas.
 - Visita técnica ao sítio Essência, que dista 20 km de Belo Horizonte, onde foram realizadas dinâmicas de grupo e brincadeiras coletivas.



Foto 1 – Saída de Belo Horizonte



Foto 2 – Café da manhã no sítio

- Programas de língua estrangeira, quando as participantes acessaram os termos técnicos básicos da informática e puderam compreender algumas dificuldades da própria vida cotidiana e a tecnologia embutida na informática.
- Oficinas de bem-estar físico, que incluiu a biodança, que significa o caminho do reencontro com a alegria de viver, em qualquer idade, por meio do movimento, do sentido e

da emoção das músicas que os harmonizam. A biodança estimula o sentido e a emoção, sentimentos capazes de criar uma harmonia entre as pessoas. É um convite a mudar os estilos de vida para melhor.



Foto 3 – Relaxamento e alongamento



Foto 4 – Aula de relaxamento e alongamento

- Realização de atividades que incluem ciclos de palestras sobre temas do cotidiano: sexualidade, direito do idoso, convivência, relacionamento com parentes, etc.
- Realização de uma feira de exposição de atividades desenvolvidas pelas participantes ao longo do desenvolvimento do projeto.
- Realização da solenidade de formatura das participantes.



Foto 5 – Solenidade de formatura das participantes.

ESTRUTURAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM BANCO DE DADOS GEORREFERENCIADO E UNIFICADO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NA WEB

EQUIPE

Coordenador:

Prof. Luiz Antônio Antunes Teixeira – Doutor em Direção de Empresas pelo Instituto de Estudos Superiores de La Empresa, Espanha – Professor titular do Mestrado em Administração da Universidade FUMEC, Brasil

Bolsista do CNPq EXP1:

Prof. Rodrigo Baroni de Carvalho – Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais - Professor Adjunto IV da Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC

Técnicos do IGAM; bolsistas BEP (CNPq):

Joselaine Filgueiras; Wanderson Luiz Gomes Soares

Estagiário:

Bruno Nogueira Alves Motta – FACE-FUMEC

Instituições participantes:

Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

INTRODUÇÃO

As atividades de consultoria realizadas neste projeto de extensão fazem parte do convênio firmado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e a Universidade FUMEC.

A entidade responsável pela gestão dos recursos hídricos do Estado de Minas Gerais –IGAM – conseguiu apoio técnico-científico e financeiro para desenvolver um projeto que visa estruturar as informações da gestão de recursos hídricos em banco de dados georreferenciado e unificado, para disponibilização na WEB. A aprovação do projeto apresentado no Edital CT-HIDRO nº 38/2006 do CNPq possibilitou a concessão de bolsas para auxílio na execução das atividades e parceria com a Instituição de Ensino Superior (IES) Universidade FUMEC. O projeto iniciou-se em 4 de setembro de 2007, com a primeira reunião da equipe, formada por profissionais do IGAM e da FUMEC.

O objetivo com o projeto foi realizar a capacitação de técnicos do IGAM, visando à estruturação de um banco de dados georreferenciado e unificado. Teve por base as informações existentes no órgão gestor, especialmente em relação ao monitoramento da qualidade de água, banco de dados das outorgas concedidas, redes de alerta contra cheias e legislação de recursos hídricos. A elaboração do banco de dados constituiu-se no marco da construção do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos, o que será realizado com base no Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos Hídricos, em desenvolvimento pela Agência Nacional das Águas (ANA).

Especificamente, buscou-se atingir:

- capacitação, visando à melhor forma de reunir os dados do monitoramento quali-quantitativo das águas, das outorgas concedidas, redes de alerta contra cheias, legislação de recursos hídricos;
- capacitação para incorporar outras funções necessárias aos gestores de bacia hidrográfica
- capacitação para a atualização das informações sobre a disponibilidade e a demanda de recursos hídricos;
- disponibilização de informações relevantes aos Comitês de Bacia Hidrográfica para apoiá-los em suas tomadas de decisões, aos usuários e à sociedade em geral;
- apoiar ações e atividades de gerenciamento de recursos hídricos no Estado

JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO

O Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos, como “sistema de coleta, tratamento, armazenamento, recuperação e divulgação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão, com-

patível com o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos”.

É competência do IGAM, conforme a mencionada política, gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos e compete à Agência de Bacia, por sua vez, gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação. Trata-se, portanto, de ferramenta essencial de apoio à decisão para os participantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, base para os demais instrumentos de gestão previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos (enquadramento, outorga, cobrança e planos de recursos hídricos) e também para a fiscalização.

Tal como previsto na legislação, pode-se dizer que Minas Gerais ainda não implementou o Sistema de Informações. No entanto, existem várias informações de importância, tanto no aspecto qualitativo como quantitativo, dispersas e fragmentadas no âmbito do órgão gestor. Cabe destacar, também, a existência do Sistema Integrado de Informações Ambientais (SIAM), que tem se mostrado uma eficiente ferramenta da gestão ambiental e de recursos hídricos. Nesse sentido, a capacitação da equipe técnica do IGAM, para que esta tenha condições de estruturar todas as informações sobre recursos hídricos em banco de dados georreferenciado e unificado, foi para iniciar a construção do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

ATIVIDADES REALIZADAS

Inicialmente, percebeu-se a necessidade de obter um diagnóstico no nível macro sobre a gestão da informação das gerências do IGAM que irão disponibilizar os dados para o banco de dados de recursos hídricos. Apesar de não ser um dos objetivos específicos do projeto CT-Hidro, esse diagnóstico se fez necessário para definir o escopo e as necessidades de integração do projeto CT-Hidro com os fluxos de informação das gerências do IGAM e com os sistemas atualmente utilizados pelo IGAM, em especial o SIAM.

O diagnóstico contemplou um levantamento prévio dos requisitos para o CT-Hidro, das necessidades de informação, da estrutura organizacional e da forma com que cada gerência do IGAM coleta, trata, organiza e estrutura os dados que possui. Foi feito um levantamento na forma de entrevista com técnicos de cada gerência a fim de obter as informações necessárias, visando a uma compreensão ampliada da situação e possibilitando traçar as principais metas para a execução do projeto. O diagnóstico permitiu conhecer em nível macro a demanda de informações de cada unidade gerencial do IGAM.

O projeto CT-Hidro também propiciou a organização dos dados existentes no IGAM que deverão ser inseridos no Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos, um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos previsto na Lei Estadual nº 13.199, que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Dada a natureza da atividade extensionista, os resultados alcançados se concentram em um conjunto de atividades, programas e projetos realizados no IGAM que podem ser vistos mais como processos que produtos, como os seguintes:

- **Relatório de levantamento de requisitos na GEMOG** – O relatório de diagnóstico dos processos de informação do IGAM identificou a necessidade de priorizar os sistemas de informação de responsabilidade da Gerência de Monitoramento e Geoprocessamento (GEMOG) em razão da utilidade e da quantidade de dados georreferenciados existentes. Foram realizadas entrevistas com todos os especialistas da GEMOG ao longo de dois meses, com o objetivo de identificar e refinar as necessidades de melhor gestão da informação. Para todas as questões apontadas durante as entrevistas foram propostas ações, com diferentes graus de prioridade, ao longo do ano de 2008.
- **Levantamento de requisitos para alteração e manutenção do SCQA** – Foram definidas as principais funções da GEMOG: coletar, armazenar, tratar e divulgar informações hidrológicas, meteorológicas e de qualidade da água, bem como criar e manter banco de dados geográficos. No monitoramento de qualidade de água desenvolvido pela GEMOG, foram definidos dois tipos de redes de amostragem: as “redes básicas” e as “redes dirigidas”.

As redes básicas são desenvolvidas no “Projeto Águas de Minas”, no qual é realizado o monitoramento nas oito principais bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, fornecendo, dessa forma, um conhecimento mais abrangente da situação em termos de bacia hidrográfica no Estado. Foi estabelecido um convênio entre o IGAM e o Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) para a realização dos trabalhos de coleta e análises laboratoriais. Esse Centro envia ao IGAM os dados obtidos em formato *x/s* (Excel). Após o recebimento dos dados, é necessária a inserção deles em banco de dados (Access) da GEMOG, responsável pelo trabalho.

Apesar de os procedimentos de tratamento dos dados e o cálculo dos indicadores estarem muito bem especificados em documentos armazenados, eles são complexos e precisam ser executados com excessiva atenção, dados os vários níveis de consistência existentes. Considerando o risco de perder ou alterar indevidamente dados, foram avaliadas a inadequação do banco de dados e a necessidade de sua atualização constante em todas as máquinas após o tratamento dos dados. Essas ações

permitiram maior padronização do envio dos dados do CETEC ao IGAM, a atualização do SCQA e a migração dos dados para o banco de dados Oracle com mais segurança, agilidade e confiabilidade na geração e no fluxo dos dados.

- **Diagnóstico preliminar dos fluxos e necessidades de informação das gerências do IGAM** – Percebeu-se uma grande quantidade de informações geradas pelas gerências que necessitam de uma unificação, a fim de diminuir a duplicidade e o tempo perdido para coletar os dados, assim como a necessidade de padronizar a gestão da informação, tendo em vista que uma considerável parte dos processos são informais e/ou pessoais, não havendo uma rotina eficiente de controle dos dados produzidos pelas gerências. Outro ponto verificado foi a necessidade da adoção de mecanismos que poderiam facilitar a comunicação e troca de informações, bem como a exposição das atividades desenvolvidas (reuniões, seminários, publicações e outros) envolvendo todas as gerências, tendo em vista que muitas gerências não têm conhecimento dos dados produzidos e serviços realizados pelas outras.

A nova estrutura proposta possibilitou gerar a sistematização dos dados produzidos, bem como iniciar uma adequada gestão da informação no IGAM, obtendo o resultado desejado e necessário para a estruturação de um banco de dados único e funcional do IGAM.

- **Criação de formulário online de solicitação de mapas** – Os novos formulários propostos facilitaram a constante solicitação de mapas, redimensionando a tarefa dos funcionários, que, em razão da quantidade de solicitações e do trabalho manual e repetitivo, precisavam fornecer aos solicitantes informações de maior rapidez e consistência. Foi desenvolvido mecanismo para um controle interno sobre o tipo de solicitação, sobre o solicitante e sobre o motivo e a frequência da solicitação.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PROJETO

O projeto desenvolvido permitiu vivenciar situações de aplicação de conhecimento teórico tanto para os professores quanto para o aluno estagiário. Foi possível dar maior consistência e qualidade aos programas implementados graças ao trabalho da equipe FUMEC e IGAM. A participação dos professores permitiu maior relacionamento entre a universidade e o IGAM, possibilitando definir novos projetos futuros. Ressaltam-se os seguintes aspectos positivos para os participantes do projeto:

- aquisição de conhecimento sobre gestão de informação de

recursos hídricos em órgão público;

- participação no treinamento da Equipe do IGAM na elaboração de diagnóstico e implementação de políticas de informação;
- disponibilização para o aluno estagiário vivenciar situações reais de desenvolvimento e aplicação de conhecimentos teóricos adquiridos no curso de graduação;
- identificação de temas para desenvolvimento de monografias e dissertações nos cursos de pós-graduação da FUMEC;
- aquisição de dados para a elaboração de artigos científicos sobre gestão de informações em recursos hídricos;
- desenvolvimento de atividade extensionista valorizada pela CAPES como forma de inclusão do curso de mestrado em seu meio ambiente.

Como aspectos dificultadores, vale ressaltar:

- não-conclusão de atividades programadas provocadas pela pesada burocracia e descontinuidade gerencial próprias do setor público;
- mudanças de fornecedores de serviços de informática que provocaram descontinuidade na programação estabelecida.

DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

As ações iniciadas por esse projeto de extensão não foram concluídas. De acordo com o cronograma apresentado pelo CNPq, ele tem duração prevista até 2010. Em 2009, pretende-se dar continuidade ao processo de reformulação do site do IGAM e desenvolver políticas de maior acessibilidade, dirigibilidade, rastreamento, flexibilidade e interatividade de informações da Gestão de Recursos Hídricos.

ESTUDO DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS GERADOS PELA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG

EQUIPE

Professor coordenador:

Otávio Luiz do Nascimento - Mestre em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Minas Gerais – Professor da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade FUMEC.

Alunos bolsistas e voluntários:

Guilherme de Abreu Pimenta
Lucas Múcio Souza Lima Murta
Paula Comini Rabello
Pedro Henrique Souza Simões
Rafael Atayde Glauss

INTRODUÇÃO

Neste projeto de pesquisa apresentam-se as condições em que se encontram o tratamento de resíduos gerados pelas unidades de saúde de Ribeirão das Neves, com o objetivo de identificar pontos importantes para a melhoria do meio ambiente e, conseqüentemente, da saúde dos cidadãos. São apresentadas, também, a metodologia de gerenciamento desses resíduos pelos usuários, funcionários e a área médica envolvida na cadeia de ciclo do material e seu descarte.

Este trabalho foi elaborado objetivando documentar e fundamentar pesquisas posteriores, bem como apresentar uma cartilha de treinamento para os usuários do manuseio de resíduos hospitalares visando à melhoria do gerenciamento e qualidade do meio ambiente.

Tendo como objetivo o cumprimento das atividades relativas ao projeto universitário citado, o qual se refere à parceria entre a Universidade FUMEC, localizada em Belo Horizonte – Bairro Cruzeiro, Rua Cobre, 200 – e a Secretaria de Saúde do Muni-

cipal de Ribeirão das Neves, o projeto foi realizado pelos alunos do curso de Engenharia Ambiental que buscam detectar, por meio de informações baseadas em fontes diversificadas, o atual estágio em que se encontram a aplicabilidade dos planos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (PGRSSs) em algumas unidades de saúde do município de Ribeirão das Neves. Com este projeto, pretende-se apresentar conjunto de ações e treinamento para esta destinação e manuseio de resíduos de forma e linguagem simplificada nos planos desenvolvidos no município.

As questões relacionadas aos resíduos sólidos receberam atenção especial em nível global, pela primeira vez, em 1992, na *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro, quando foi aprovada a “Agenda 21”, que apresenta, em seu capítulo 21, seção 2, “Buscando soluções para o problema do lixo sólido”. Esse capítulo é dedicado integralmente ao problema e aponta quatro áreas-programa como proposta para a administração dos resíduos: redução dos resíduos, reuso e reciclagem, tratamento e disposição e ampliação dos serviços.

Poucas são as cidades, desenvolvidas ou não, que se preocupam com as questões relacionadas aos resíduos sólidos. Manejo, tratamento e destruição dos resíduos ainda são atividades dificilmente encontradas. Aqueles resíduos que eram facilmente destruídos na antiguidade, entrando muitas vezes nos ciclos de vida dos ecossistemas existentes no planeta, a partir do século XVIII se tornaram inviáveis, dada a existência de novos produtos industrializados que muitas vezes demoram centenas de anos para se degradarem no meio onde foram descartados. O que ocorre a partir de então é a progressiva saturação dos mecanismos de degradação do ambiente, que têm tornado cada vez mais exígua a destruição ou a reciclagem desses resíduos pela natureza.

O Brasil tem investido, mesmo que de forma modesta, no controle dos resíduos sólidos. Já se faz sentir leve mudança de consciência quanto ao descarte de materiais recicláveis, além de um controle cada vez maior dos resíduos perigosos, que vem ocorrendo à medida que tomam forma e são implementados instrumentos legais e normativos que chamam à responsabilidade os geradores (SCHNEIDER *et al.*, 2004). Segundo a Política Nacional de Saneamento Básico de 2000, porém, no Brasil, atualmente, apenas 15,8% do lixo é destinado a aterros sanitários.

RESÍDUOS SÓLIDOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE

Essa descrição da forma de manejo dos resíduos sólidos de serviço de saúde tem como objetivo demonstrar quais foram os critérios analisados nas visitas aos centros de saúde elaborados pelo grupo de pesquisadores. Com base nas informações primárias captadas ao longo da execução do projeto, juntamente com aquelas identificadas em dados secundários aqui transcritos, pode-se elaborar uma avaliação da aplicação do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde no município de Ribeirão das Neves.

ACONDICIONAMENTO

- **Grupo A** – O acondicionamento do grupo de resíduos infectantes ou biológicos deverá ser realizado em sacos plásticos resistentes a rupturas e possíveis vazamentos. Impermeável, de acordo com a NBR 9191/2000 da ABNT, apresenta identificação por meio de simbologia conforme NBR 7500 da ABNT e coloração branca ou vermelha.

Os sacos de acondicionamento dos materiais infectantes devem estar contidos em recipientes sem tampa quando presentes em salas de cirurgia. Tal exigência acontece dada a necessidade de agilidade no descarte. Em relação aos recipientes, estes deverão ser formados por material facilmente lavável, serem resistentes a punctura, ruptura e vazamento, contendo tampa provida de sistema de abertura sem necessidade de contato manual (quando não estiver em salas cirúrgicas).

É importante mencionar que o acondicionamento do resíduo sólido infectante dos centros de saúde, quando não realizado em sacos plásticos, substituídos por caixas de plástico, como aconselhado pela própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é considerado inapropriado. As caixas plásticas recomendadas pela ANVISA são contestadas por especialistas como Borges (ano??), pelo fato de o reaproveitamento desses materiais para reuso em casa por catadores de lixo, além do alto custo do material e o tempo que este gastaria para ser degradado quando disposto em aterro sanitário.

A tabela a seguir demonstra em divisões de subgrupos as condições gerais de acondicionamento e as condições dos resíduos.

Tabela 1
Aspectos técnicos e operacionais na fase Intra-Estabelecimento de serviços de saúde

Condições gerais	Grupo A Subgrupos	Acondicionamento
Antes do trabalho e no local de geração	A1.1, A1.2	Saco plástico de cor branca leitosa
Antes do trabalho e no local de geração	A1.3, A1.4	Saco plástico de cor vermelha
Com tratamento fora do estabelecimento gerador	A1.2, A1.3, A1.4	Após o acondicionamento, usar recipiente rígido para o transporte
Após o tratamento sem descaracterização física das estruturas	A1.1, A1.2, A1.3, A1.4	Saco plástico de cor branca leitosa
Após o tratamento com descaracterização física das estruturas	A1.1, A1.2, A1.3, A1.4	Conforme resíduos do Grupo D
No local de geração	A2	Tratamento – Saco plástico cor vermelha com inscrição de “Peças Anatômicas de Animais”. Aterro sanitário – Saco plástico de cor branca leitosa
No local de geração	A3	Saco plástico cor vermelha com inscrição de “Peças Anatômicas”
No local de geração	A4	Saco plástico de cor branca leitosa
No local de geração	A5	Uso de duplo saco plástico de cor vermelha

Fonte 1: MEB 2008

Em relação ao armazenamento externo dos rejeitos, após acondicionados em saco plástico devidamente identificados, deve ser feito em recipiente ou contenedor padronizado e mantido, de forma ordenada, no abrigo externo de armazenamento final, exclusivo para os resíduos pertencentes a esse grupo, até a coleta externa ou tratamento no estabelecimento.

- **Grupo B** – Em relação aos cuidados do grupo B, prioriza-se, principalmente, a forma de separar e identificar permanentemente os produtos e seus componentes.

Tabela 2
Substâncias que devem ser segregadas separadamente

Líquidos inflamáveis	Brometo de etídio	Ecotóxicas
Ácidos	Formalina ou Formaldeído	Sensíveis ao choque
Bases	Mistura sulfocrômica	Criogênicas
Oxidantes	Resíduo fotográfico	Asfixiantes
Compostos orgânicos não halogenados	Soluções aquosas	De combustão espontânea
Óleos	Corrosivos	De combustão espontânea
Materiais reativos com o ar	Explosivos	Metais pesados
Materiais reativos com a água	Venenos	
Mercúrio e seus compostos	Carcinogênicos, Mutagênicos e Teratogênicos	

Fonte 2 – MEB 2008

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Ácido butírico • Ácido nítrico • Ácidos concentrados • Bromo • Bromofórmio • Álcool benzílico • Anilina • Butadieno • Ciclohexano • Cloreto de etila, forma líquida • Cloreto de tionila • Bromobenzeno • Cloreto de amila • Cloreto de vinilideno • Cresol | <ul style="list-style-type: none"> • Dietil benzeno • Dissulfeto de carbono • Éter • Fenol/Clorofórmio • Nitrobenzeno • O-diclorobenzeno • Óleo de canela • Óleo de cedro • P-diclorobenzeno • Percloroetileno • Solventes bromados e fluorados • Solventes clorados • Tolueno • Tricloroetano • Xileno |
|---|--|

Os resíduos do Grupo B devem ser armazenados em local apropriado e exclusivo para esse fim e mantidos devidamente identificados com o nome de substância ou resíduo, sua concentração e principais características físico-químicas.

- **Grupo C** – Por se tratar de resíduos radioativos, o Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN) deve ser imediatamente informado sobre a geração dos resíduos radioativos, sólidos do Grupo C para que as devidas providências possam ser tomadas.

Esses resíduos devem ser acondicionados em material de recipiente rígido, forrados internamente com saco plástico resistente e identificado pelo símbolo internacional de presença de radiação ionizant. (trifólio de cor margenta) em rótulos de fundo amarelo e contornos pretos, acrescidos da expressão **Rejeito radioativo**, indicando o principal risco que apresenta aquele material, além de informações sobre o conteúdo, nome do elemento radioativo, tempo de decaimento, data de geração, nome de unidade geradora, conforme norma da CNEN NE 6.05 e outras que a CNEN determinar.

Tratando-se dos resíduos radioativos líquidos, estes são acondicionados em frascos de até dois litros ou em bombonas de material compatível com o líquido armazenado. Sempre que possível de plástico, rígidos e estanques, com tampa rosqueada, vedante, acomodados em bandejas de material inquebrável e com profundidade suficiente para conter, com a devida margem de segurança, o volume total de rejeito, e identificado pelo símbolo internacional de presença de irradiação ionizante, de acordo com Borges (2008).

- **Grupo D** – Os resíduos sólidos do Grupo D são aqueles de caráter doméstico, portanto não entram no escopo deste estudo analisá-los. Como em qualquer outro ambiente, os resíduos domésticos devem ser acondicionados em saco plástico cinza, conforme Resolução CONAMA nº 275/2001.

O Grupo D, quase em sua totalidade, pode ser reciclado. O que tem trazido benefícios não somente para a redução de impactos ambientais no meio físico e socioeconômico. Várias são as famílias beneficiadas com os programas de reciclagem presente de maneira intensa nas capitais brasileiras. A lista a seguir demonstra os resíduos recicláveis e suas respectivas cores de identificação:

- azul – papel;

- amarelo – metal;
- verde – vidro;
- vermelho – plástico;
- marrom – resíduo orgânico;
- cinza – demais materiais do Grupo D.

Após serem acondicionados em seus devidos sacos plásticos de coloração cinza ou clara, devem ser colocados em contenedores ou recipientes contendo cores fixadas na Resolução CONAMA n° 275/2001 e mantidos no abrigo externo de armazenamento final de uso exclusivo. Já aqueles separados para reciclagem devem ser armazenados separadamente em ambiente seguro e exclusivo, até a coleta seletiva.

- Grupo E – Acondicionados em recipiente rígido, resistente a perfurações, ruptura e vazamento, contendo tampa e devidamente identificado, atendendo aos parâmetros referidos na norma da NBR. É importante salientar que tais materiais não devem, em hipótese alguma, ser reaproveitados. O volume de resíduo é referente à quantidade de material captado até o enchimento completo do recipiente sem haver sobrecarga. Quando recolhidos, os resíduos perfurocortantes devem ser acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa com identificação de resíduos infectantes, conforme NBR 7500 da ABNT, acrescida da inscrição Perfurocortante e os riscos adicionais, químico ou radioativo.

Antes de mencionar as formas corretas de abrigar o “lixo” dos serviços de saúde, vale a pena destacar que existe uma forma de acondicionamento interno quando se trata de resíduos sólidos hospitalares. O armazenamento interno dos resíduos, chamado temporário, como o próprio nome indica, trata-se de uma forma de armazenar provisoriamente os resíduos recolhidos dentro do hospital. Contestado por alguns estudiosos, é condenado por causar e elevar os riscos de infecções hospitalares.

Utilizado para armazenar, principalmente, os resíduos biológicos pertencentes ao Grupo A, o armazenamento temporário é realizado dentro de um pequeno abrigo, situado na parte interna dos hospitais, local onde transitam funcionários e pacientes do centro de saúde. Os abrigos internos devem conter, no mínimo, 2 m², sendo proibido o armazenamento junto aos resíduos hospitalares, os resíduos domésticos Grupo D.

A resolução da ANVISA responsável pelas exigências de construção dos abrigos internos é a RDC n° 306/2006. O abrigo é necessário nas unidades de internação geral, isolamento, berçário, unidade de tratamento intensivo, pronto atendimento, centro cirúrgico, centro obstétrico, laboratório de patologia clínica, hemoterapia, hemodiálise e anatomia patológica.

Por fim, como mencionado, devem ser acondicionados em recipientes rígidos, resistentes à punctura, ruptura e vazamentos, contendo tampa e devidamente identificados.

Tabela 3
Dimensões em mm padronizadas de contenedores

Contenedor	Capacidade/carga máxima	Comprimento máximo (mm)	Largura máxima (mm)	Altura máxima (mm)
2 rodas	120 litros/48 kg	470+3 ou -3	5530+3 ou -3	915
2 rodas	240 litros/96 kg	580+3 ou -3	715+3 ou -3	1070
4 rodas	660 litros/270 kg	1370	710	1215
4 rodas	1000 litros/450 kg	1370	1118	1295

Fonte: Transcrito de BORGES (2008, s.p.)

ABRIGO

Diferentemente do armazenamento, o abrigo pode ser tratado de forma mais abrangente, de forma que serão tratados vários grupos com uma norma para construção em comum, ou seja, os grupos A, B, D e E serão armazenados em um mesmo abrigo. Para abrigar tais grupos, segue descrição de exigências cabíveis.

- Ter porta possibilitando maior facilidade para a circulação dos contenedores, com abertura de 2,10 metros, além de lugar compatível com as dimensões dos recipientes externos.
- Possuir porta, tipo veneziana, para circulação do ar, contendo tranca externa e abertura para fora, dotada de proteção inferior contra acesso de vetores. Caso não haja circulação de vento através de janela, deverá haver ventilação artificial.
- Possuir pé direito de 2,50 metros.
- Dispor de ponto de luz e interruptor para iluminação artificial interna e externa.
- Possuir ponto de água, preferencialmente quente.
- Ser construído em alvenaria, fechado, coberto, dotado de aberturas com tela, tipo mosquiteiro de modo a permitir a ventilação local.
- Possuir pisos resistentes a choques e a produtos de ação agressiva, de cor clara, sem degraus, impermeável, antiderrapante, lavável e que permita facilidade na limpeza do local facilitando desinfecção.
- Possuir paredes e teto com superfície lisa, resistente, lavável, impermeável e de cor branca.
- Abertura para ventilação natural, com abertura de aproximadamente um décimo da área do piso do brigo.

Dois critérios devem ser analisados antes de determinar o espaço em uma obra de abrigo para resíduos: primeiramente, deve-se ter conhecimento da quantidade de material a ser coletado; em segundo lugar, o período em que este material será coletado. Uma vez conhecidas as dimensões, pode-se, por fim, determinar o volume do abrigo, de forma que o operador terá espaço suficiente para manusear os contêineres.

Em caso de derramamento, os órgãos de defesa devem ser acionados e registrados todos os documentos necessários para apuração futura.

TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL

O tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos da saúde seguem a mesma idéia: ambos se dividem com base na classe em que se enquadra o resíduo.

Portanto devem-se seguir as normas do município, que foi idealizada a partir da Resolução CONAMA n° 358/2005.

RESÍDUOS COM AGENTES BIOLÓGICOS

Os resíduos do grupo de atividades A, resíduos com agentes biológicos, são divididos em subgrupos, que diferenciam o tratamento e a disposição final deles.

O subgrupo A1, que se refere a culturas, estoques, meios de cultura e resíduos de manipulação genética, deve ser tratado no próprio local de geração, objetivando a redução ou a eliminação de sua carga microbiana por meio de um equipamento nível III de inativação microbiana e, logo após, deve ser encaminhado para a disposição final. Portanto, se o resíduo apresentar descaracterização física, ele deve ser disposto em saco branco leitoso, caso contrário, em saco de resíduo domiciliar. Em seguida, seu descarte deve ser feito em aterro sanitário ou local licenciado.

Os demais resíduos referentes ao subgrupo A1 – que se referem à atividade de vacinação com microorganismos vivos ou atenuados; à atenção à saúde de indivíduos ou animais com microorganismos Classe de Risco IV e outros relevantes; a bolsas transfusionais rejeitadas; a recipientes e materiais de assistência à saúde contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre; e a sobras de amostras de laboratório com sangue ou líquidos corpóreos – exigem o mesmo processo, sendo ele primeiramente um tratamento no próprio local de geração ou fora, porém dentro do estabelecimento. Pode-se optar por fora do estabelecimento, porém somente em estabelecimentos licenciados, ambos visando à redução ou à eliminação da carga microbiana em um equipamento compatível com nível III de inativação microbiana. A disposição final deve seguir os mesmos passos da apresentada para as primeiras atividades do subgrupo A1.

O subgrupo A2 – que corresponde às atividade de carcaças, peças anatômicas, vísceras e resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres suspeitos de serem portadores de microorganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diag-

nóstica – necessitam de um processo diferenciado, sendo o tratamento feito com base na classificação de risco do agente. Nos casos de Classe de Risco III ou IV, deve ser feito o tratamento no próprio local em um equipamento compatível com o nível III de inativação microbiana, visando à redução ou à eliminação desta; para os de Classe de Risco IV deve ser feito a incineração. Para a Classe de Risco II, deve ser feito o mesmo processo, porém por meio de um equipamento compatível com o nível II de inativação microbiana. A disposição final deve ser em aterro sanitário ou local licenciado para ambas as classes; nas Classes II e III devem ser destinadas em saco branco leitoso identificado como “peças atômicas de animais”, quando aplicável em sepultamento em cemitério de animais. Na Classe IV, destinação das cinzas diretamente para o aterro sanitário ou local licenciado.

O subgrupo A3, ao qual pertencem membros do ser humano e produtos da fecundação sem sinais vitais (peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 cm ou idade gestacional menor que 20 semanas), estes não necessitam de tratamento quando submetidos a sepultamento ou incineração. Caso a escolha seja a incineração, as cinzas resultantes do processo podem ser dispostas em aterro sanitário ou local licenciado.

O subgrupo A4, ao qual pertencem resíduos sem contaminação, exclui a necessidade de um tratamento. A disposição final deles deve ser feita em aterro.

O subgrupo A5, no qual se encontram resíduos com presença de príons, estes devem ser submetidos a um processo de incineração. Logo após descartar as cinzas resultantes do processo, em aterro sanitário ou local licenciado.

RESÍDUOS COM SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

O Grupo B refere-se aos resíduos com substâncias químicas, sendo eles classificados de acordo com a atividade geradora.

As embalagens e os materiais contaminados por substâncias químicas de risco, caso haja a presença de contaminação, devem ser tratados da mesma forma que a da substância que as contaminou.

As excretas de pacientes tratados com quimioterápicos antineoplásicos devem ser eliminadas em esgoto com um sistema de tratamento.

Antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossuppressores, digitálicos, imunomoduladores, antiretrovirais, quando descartados por serviços assistenciais de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos, mere-

cem um sistema diferenciado por sólidos e líquidos. Os sólidos devem passar por um tratamento e ser disposto em aterro de resíduos perigosos (Classe I). Já os líquidos devem passar por um tratamento específico e vedado para a disposição final em aterros.

Resíduos de produtos e de insumos farmacêuticos, sujeitos a controle especial, especificados na Portaria MS nº 344/98, e suas atualizações devem atender à legislação sanitária presente na mesma portaria.

Reveladores utilizados em radiologia necessitam da neutralização no pH, deixando entre 7 e 9, logo após lançar na rede coletora de esgoto, desde que de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.

Fixadores usados em radiologia devem seguir o processo de recuperação da prata, tratamento e disposição em aterro de resíduos perigosos-Classe I, em instalações licenciadas. Resíduos líquidos devem seguir orientações específicas dos órgãos ambientais locais.

Pilhas, baterias e acumuladores de carga contendo chumbo (Pb), cádmio (Cd) e mercúrio (Hg) e seus compostos devem ser acondicionados por tipo, seguindo as orientações do CONAMA nº 257/1999.

Resíduos contendo metais pesados são distintos por resíduos sólidos, que devem passar por um processo de tratamento em instalações licenciadas. Já resíduos líquidos devem seguir orientações específicas dos órgãos ambientais locais.

Resíduos contendo mercúrio na forma líquida (Hg) devem ser acondicionados em recipientes sob o selo d'água e encaminhados para recuperação visando ao reaproveitamento.

Resíduos sólidos e líquidos sem risco químico visam à reutilização, recuperação ou reciclagem. Caso contrário, disposição final em aterros ou locais licenciados, no caso dos sólidos. Para os líquidos lançar na rede coletora de esgoto.

Resíduos de produtos cosméticos, quando descartados por farmácias, drogarias e distribuidores ou apreendidos pela Vigilância Sanitária, são destinados de acordo com a substância química de maior risco e concentração existente em sua composição, independentemente da forma farmacêutica.

Resíduos químicos dos equipamentos automáticos de laboratórios clínicos e dos reagentes de laboratórios clínicos, quando misturados, devem ser avaliados pelo maior risco ou conforme as instruções contidas na Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico (FISPQ).

REJEITOS RADIOATIVOS

Os resíduos do Grupo C correspondem aos rejeitos radioativos. Quando excedem o limite especificado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEM), devem seguir as orientações da comissão.

RESÍDUOS EQUIPARADOS AOS RESÍDUOS DOMICILIARES

Esse tipo de resíduo deve, sempre, visar à reutilização, recuperação ou reciclagem. Em casos de resíduos sem contatos com excreções, secreções ou outros fluidos corpóreos pode-se optar pela compostagem, tipo específico de resíduo. Caso submetido previamente a processo de tratamento avaliado e comprovado por órgão competente da Agricultura e de Vigilância Sanitária, pode-se utilizar para ração animal alguns tipos de resíduos. Em último caso, o resíduo deve ser encaminhado ao aterro sanitário ou a local licenciado.

RESÍDUOS PERFUROCORTANTES

Se contaminado com microorganismo Classe de Risco IV ou relevante epidemiologicamente, submeter a tratamento que garanta nível III de inativação microbiana antes da disposição final em aterros sanitários ou locais licenciados. Se contaminado com radionuclídeo, submeter ao mesmo tempo de decaimento.

TRANSPORTE

O transporte dos resíduos de serviços de saúde se divide em dois setores: o interno e o externo.

- **Transporte interno** – O transporte interno deve ser realizado por funcionários treinados. Consiste no recolhimento dos resíduos do ponto de geração até o abrigo de armazenamento temporário ou de armazenamento externo, seguindo rotas específicas e planejadas.

A coleta interna de resíduos deve ser realizada separadamente, de acordo com o grupo de resíduos e em recipientes específicos a cada um, no mínimo, uma vez por

dia, em horários diferenciados que não coincidam com a distribuição de roupas, alimento e medicamentos, períodos de visita ou de maior fluxo de pessoas ou atividades.

Os recipientes destinados ao transporte interno devem ser fechados, constituídos por material rígido, lavável e impermeável, com cantos e bordas arredondadas, abertura em toda a face superior e tampa articulada de fácil manejo. Devem ter capacidade de, no máximo, 100 litros para coleta e remoção até a sala de resíduos e de 500 litros para a coleta e transporte internos até o abrigo externo de armazenamento final. Devem possuir rodas revestidas de material que impeça o ruído, para não perturbar o paciente, dreno no fundo para os recipientes com mais de 400 litros, para facilitar o escoamento de líquidos, e a lavagem e identificação correspondente ao risco do resíduo nele contido.

Não é permitida a transferência do conteúdo de um recipiente para outro e a compactação do RSS.

- **Transporte externo** – A coleta e o transporte externos consistem na remoção dos RSS do abrigo de armazenamento externo até a unidade de tratamento ou disposição final, seguindo as normas NBR 12.810 e NBR 14652 da ABNT. Deve ser apresentada no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde uma cópia do contrato ou comprovante de prestação de serviço de coleta e transporte externos dos resíduos com a empresa responsável, assim como a cópia do licenciamento desta. Devem ser utilizadas técnicas que garantam a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, de modo a atender às exigências dos órgãos responsáveis.

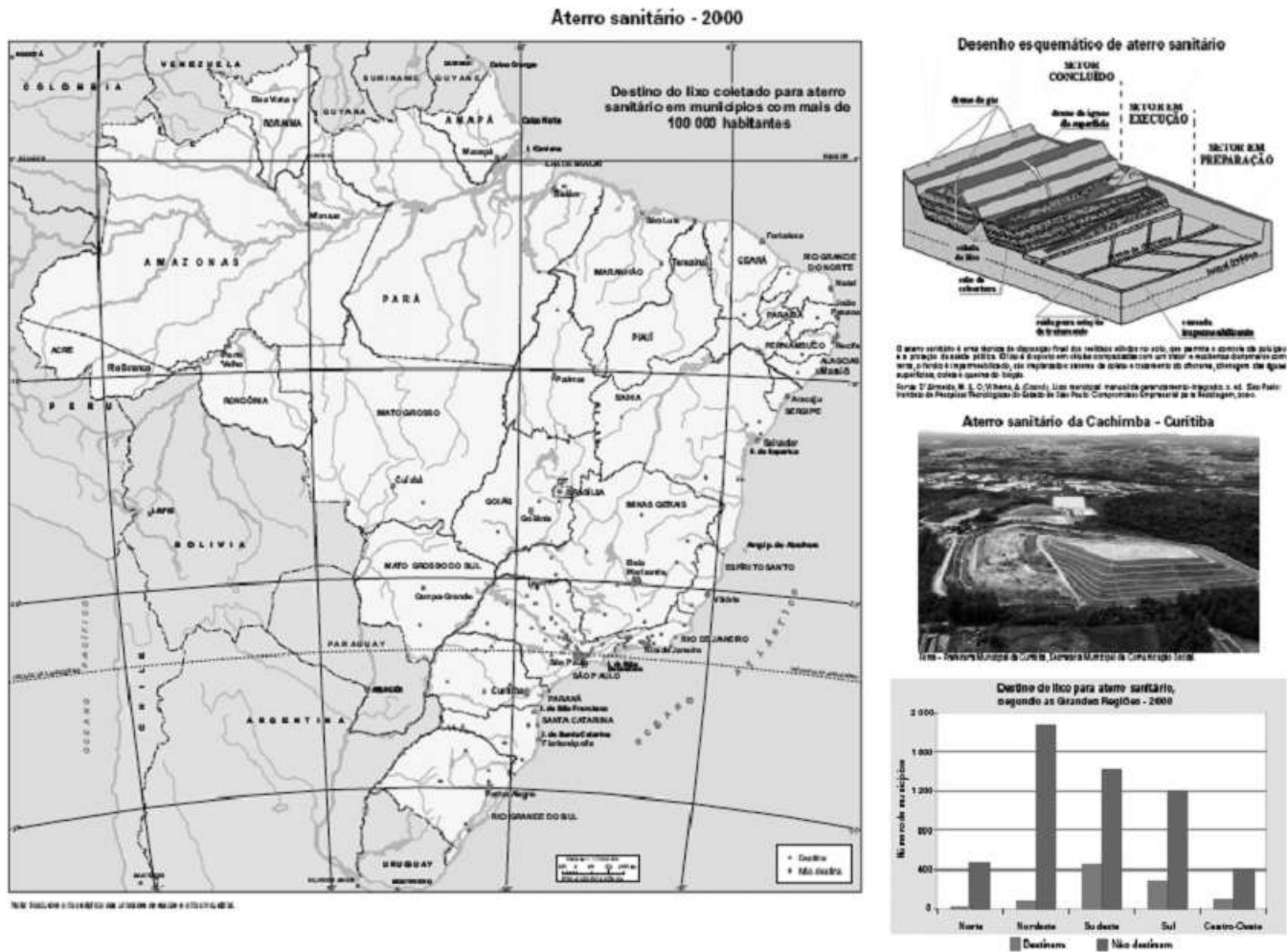


Figura 1 – Mapa do Brasil contendo informações referentes ao destino de resíduos sólidos no Brasil para aterros sanitários

GEOPROCESSAMENTO

O geoprocessamento denota a disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica e que vem influenciando de maneira crescente as áreas de cartografia, análise de recursos naturais, transportes, comunicações, energia e planejamento urbano e regional. As ferramentas computacionais para geoprocessamento, chamadas Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georreferenciados, tornando possível, ainda, automatizar a produção de documentos cartográficos (CÂMARA; DAVIS, 2001).

É no contexto do Planejamento Urbano e Regional citado que este item se encaixa neste. É importante aludir os benefícios decorrentes da utilização do geoprocessamento como ferramenta de gestão pública em toda a cadeia de serviços prestados aos cidadãos de um município. Um ótimo exemplo da utilização do geoprocessamento como ferramenta de modelagem do espaço urbano é a cidade de Curitiba, localizada no Estado do Paraná, região Sul do Brasil. Em Curitiba existe um setor da administração pública que trata exclusivamente da análise espacial do território municipal por meios de técnicas de geoprocessamento. Dessa forma, tanto a aprovação de empreendimentos públicos como privados são condicionados a pareceres favoráveis de tal órgão, considerando sua localização e efeitos naquela região.

Por meio do exemplo acima é possível abstrair formas de utilização de ferramentas SIGs na administração da saúde pública, assim como na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Como fator facilitador, a utilização dessa tecnologia para a administração municipal está no desenvolvimento acelerado de tecnologias de geoprocessamento, tal qual o desenvolvimento constante de *softwares* especializados, imagens de satélite de alta definição e qualidade, levantamentos aerofotogramétricos contratados, além da capacitação técnica de profissionais especializados.

SURGIMENTO DO GEOPROCESSAMENTO

As primeiras tentativas de automatizar parte do processamento de dados com características espaciais aconteceram na Inglaterra e nos Estados Unidos, na década de 1950, com o objetivo principal de reduzir os custos de produção e manutenção de mapas. Dada a precariedade da informática na época e a especificidade das aplicações desenvolvidas (pesquisa em botânica, na Inglaterra e estudos de volume de tráfego, nos Estados Unidos), esses sistemas ainda não podem ser classificados como “sistemas de informação”.

Os primeiros sistemas de informação geográfica surgiram na década de 1960, no Canadá, como parte de um programa governamental para criar um inventário de recursos naturais. Esses sistemas, no entanto, eram muito difíceis de usar: não havia monitores gráficos de alta resolução, os computadores necessários eram excessivamente caros e a mão-de-obra tinha que ser altamente especializada e caríssima. Não havia soluções comerciais prontas para uso, e cada interessado precisava desenvolver seus próprios programas, o que demandava muito tempo e, naturalmente, muito dinheiro. Além disso, a capacidade de armazenamento e a velocidade de processamento eram muito baixas. Ao longo da década de 1970, foram desenvolvidos novos e recursos de *hardware* mais acessíveis, o que tornou viável o desenvolvimento de sistemas comerciais. Foi, então, que o Geographic Information System (GIS) foi criado. Foi também nessa época que começaram a surgir os primeiros sistemas comerciais de *Computer Aided Design* (CAD), ou projeto assistido por computador, que melhoraram em muito as condições para a produção de desenhos e plantas para engenharia, e serviram de base para os primeiros sistemas de cartografia automatizada. Nessa mesma década também foram desenvolvidos alguns fundamentos matemáticos voltados para a cartografia, incluindo questões de geometria computacional. No entanto, dado o alto custo e o fato de e esses protossistemas ainda utilizarem exclusivamente

computadores de grande porte, apenas grandes organizações tinham acesso à tecnologia.

Na década de 1980, iniciou-se um período de acelerado crescimento da tecnologia de sistemas de informação geográfica que dura até os dias de hoje. Até então limitados pelo alto custo do *hardware* e pela pouca quantidade de pesquisa específica sobre o tema, os GISs se beneficiaram grandemente da massificação causada pelos avanços da microinformática e do estabelecimento de centros de estudos sobre o assunto. Nos Estados Unidos, a criação dos centros de pesquisa que formam o National Centre for Geographical Information and Analysis (NCGIA) (NCGIA, 1989) marca o estabelecimento do geoprocessamento como disciplina científica independente.

No decorrer da década de 1980, com a grande popularização e o barateamento das estações de trabalho gráficas, além do surgimento e evolução dos computadores pessoais e dos sistemas gerenciadores de bancos de dados relacionais, ocorreu uma grande difusão do uso de GIS. A incorporação de muitas funções de análise espacial proporcionou, também, o alargamento do leque de aplicações de GIS. Na década atual, observa-se um grande crescimento do ritmo de penetração do GIS nas organizações, sempre alavancado pelos custos decrescentes do *hardware* e do *software*, e também pelo surgimento de alternativas menos custosas para a construção de bases de dados geográficas (CÂMARA; DAVIS, 2001).

Essa conjuntura descrita constitui fatores relevantes para a formação do quadro atual de utilização de recursos de informação geográfica nas mais diversas atividades humanas. Para uma gestão pública municipal, é inegável os benefícios da utilização de tais recursos, uma vez que por meio deles a gestão de espaços e recursos é significativamente otimizada.

O GEOPROCESSAMENTO E SUA APLICABILIDADE

O geoprocessamento pode ser entendido não somente como uma área do conhecimento de tecnologia da informação que trata de dados geográficos em um ambiente gráfico e computacional por meio de técnicas matemáticas e da ciência computacional. Ele também permite a um especialista de determinada área transformar a representação conceitos específicos em representação computacional, de forma que seja possível transmitir esses dados a profissionais de outras áreas.

Nesse sentido, as ferramentas SIGs têm como resultado a universalização da informação do espaço, tornando o geoprocessamento um campo de conhecimento multidisciplinar e de intera-

ção de diversos ramos do conhecimento. Foi com base nesses conceitos que foi proposta a inserção do geoprocessamento na elaboração deste projeto.

O GEOPROCESSAMENTO E O PGRSS

Quando levantada à possibilidade de utilização do geoprocessamento como ferramenta presente na elaboração de um PGRSS, tinha-se como objetivo uma relação direta de causa e efeito para unidades de saúde de forma isolada. Ou seja, a proposta era utilizar ferramentas SIGs como auxiliaadoras no processo de elaboração, implementação e monitoramento dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos das unidades de saúde municipais de Ribeirão das Neves. No entanto, por meio da revisão bibliográfica realizada, não se identificou a possibilidade de correlação direta entre os dois campos de conhecimento, pelo menos não da forma prevista.

GEORREFERENCIAMENTO DAS UNIDADES COM BASE NAS IMAGENS DE SATÉLITE

Tomando as conclusões citadas, optou-se trabalhar com o geoprocessamento neste projeto mesmo que de forma indireta, mas que reforça a necessidade de um planejamento da logística externa ao estabelecimento de serviço de saúde que possibilite o transporte correto, o manejo e o confinamento adequados dos resíduos sólidos gerados. Nesse sentido, é importante que a prefeitura municipal, por intermédio dos órgãos competentes, aliada à iniciativa privada concessionária do serviço de limpeza urbana, como é o caso de Ribeirão das Neves, lance mão de ferramentas que otimizem o planejamento da gestão dos resíduos sólidos. No caso específico em estudo, as ferramentas a serem utilizadas são duas: o PGRSS na fase intra-estabelecimento e o geoprocessamento na fase extra-estabelecimento.

Para a geração do mapa municipal de Ribeirão das Neves indicando cada unidade de saúde existente, utilizou-se imagem de satélite obtida por meio do *software* gratuito *Google Earth*. Optou-se pela utilização desse recurso pelos seguintes fatores: não haver custo de aquisição de imagem e o fato de o imageamento para o local de interesse apresentar-se em alta resolução, fator importante para a análise de locais específicos no meio urbano. A imagem foi adquirida em seu formato integral por meio

de um sistema de mosaico, em que diversas imagens do local foram capturadas e montadas tal qual um quebra-cabeça, para que fosse conservado o nível de detalhe requerido.

A seguir, observa-se a imagem utilizada em escala ampliada, evidenciando a mancha urbana do município de Ribeirão das Neves.

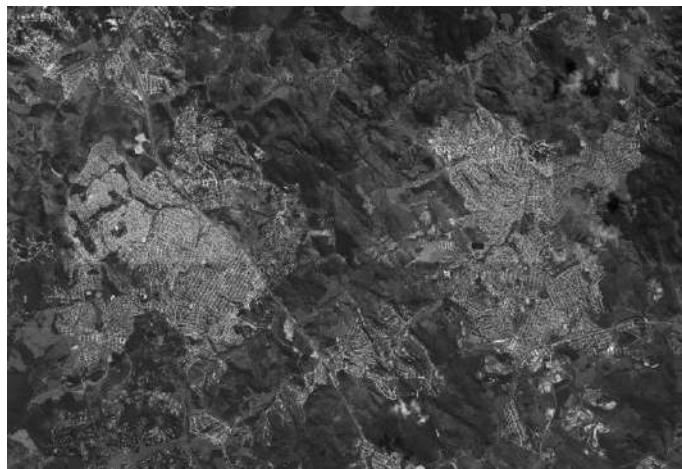


Figura 2: Mancha urbano do município de Ribeirão das Neves. Imagem do *Google Earth*

Após a aquisição da imagem, o passo seguinte foi realizar o georreferenciamento da imagem obtida, o que foi efetivado por meio de *software* específico de geoprocessamento com o auxílio do Mapa Municipal Estatístico de Ribeirão das Neves, proveniente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para que os pontos de referência fossem locados corretamente.

Por meio da imagem referenciada foram localizados o hospital e os centros de atendimento da rede de saúde pública do município, e marcados no mapa juntamente com uma tabela de especificações do estabelecimento.

OBJETIVO DA REPRESENTAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE NA IMAGEM DE SATÉLITE

O objetivo com o trabalho descrito é espacializar as unidades de saúde de forma matemática e visual, aliando a essa espacialização dados da unidade de saúde que possibilitem o desenvolvimento de uma logística extra-estabelecimento mais eficiente. Esses dados foram extraídos dos PGRSSs de cada estabelecimento, como volume dos resíduos gerados, gravimetria e materiais existentes.

Além de armazenar dados referentes aos resíduos das unidades, podem ser incluídos dados relativos à capacidade de atendimento, ao número de funcionários e outros, de forma que seja possível aplicá-la aos planos de expansão da rede de saúde pública municipal, incentivando, assim, a utilização dessa ferramenta em outras áreas da administração pública.

GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE EM RIBEIRÃO DAS NEVES

CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Para a seleção das unidades de saúde estudadas, foram formuladas diversas hipóteses com relação ao universo amostral, composto pelas unidades de saúde que fazem parte do sistema de saúde público do município de Ribeirão das Neves. Essas unidades estão distribuídas de forma a atenderem à demanda das regionais administrativas e de planejamento.

- O sistema de saúde de Ribeirão das Neves é composto por um único hospital localizado na região central do município.
- Análise dos planos de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde.
- Educação ambiental nas unidades analisadas: elaboração de cartilha para treinamento de funcionários e colaboradores (anexo). FALTA COMPLETAR ESTA PARTE

REFERÊNCIAS

CÂMARA, G.; DAVIS, C. *Introdução à ciência da geoinformação*. Brasília: INPE, 2001.

TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1990. 134 p.

ANEXO A

QUESTIONÁRIOS APLICADOS

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DO PGRSS

ADMINISTRAÇÃO

Identificação

1. Nome do hospital:
2. Localização:
3. Número de leitos:
4. Número de funcionários:
5. Tipo: Público Privado

Quanto ao gerenciamento dos resíduos

6. Quantidade total de resíduo gerado: _____
7. Quantidade de resíduo de coleta especial (infectante): _____
8. Quanto é gasto em coleta especial: R\$ _____
9. O gerenciamento dos resíduos é auto avaliado?
10. Há indicadores? Quais?
11. Há métodos de controle?
12. Quem avalia?
13. Qual a periodicidade?
14. Há segregação de resíduos? ___S___N
15. Se sim, desde quando?
16. Quantidade de resíduo reciclável gerado: _____
17. Houve variação nos custos com gerenciamento de resíduos após a implantação da segregação?
18. Como é avaliada a segregação dos resíduos no hospital?
19. Há indicadores?
20. Há métodos de controle?
21. Quem avalia?
22. Qual a periodicidade?
23. O que melhorou?
24. Em quanto tempo?
25. Há desvantagens?
26. Que materiais estão armazenados, sem previsão de destino?
27. E onde estão?

Quanto à formação e treinamento do pessoal envolvido

28. Qual a formação do responsável pelo Gerenciamento dos RSS? (Graduação, cursos de especialização, cursos de curta duração na área de resíduos, meio ambiente, etc.)
29. Quantos funcionários estão envolvidos diretamente no gerenciamento dos resíduos?
30. Qual é o nível de escolaridade desses funcionários?
31. Que tipo de treinamento é dado na admissão de um novo funcionário?
32. Há algum tipo de treinamento para os funcionários do hospital no que diz respeito à coleta seletiva e gerenciamento dos resíduos? Se sim, os médicos participam:
Sempre Às vezes Nunca
33. Qual a frequência desses treinamentos?

Quanto às políticas institucionais e comprometimento da alta gerência

34. Dentre os programas a seguir, você identifica algum neste hospital?
- Programa de qualidade

 - Programa de redução de custos

 - Programa de redução de água e energia

 - Programa de redução e segregação de resíduo

 - Outros

35. O hospital tem alguma política de compras de materiais com menos embalagens, embalagens recicladas, de materiais reciclados ou devolução de embalagens?
____ S ____ N

Como funciona esta política?

36. O hospital tem alguma política de incentivo à reutilização de embalagens e produtos quando possível?
____ S ____ N

Descreva

37. A alta gerência:
- Participa de seminários, encontros relacionados ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, coleta seletiva, meio ambiente:
Sempre Às vezes Nunca

- b) Incentiva e apóia iniciativas em relação ao meio ambiente, coleta seletiva, redução de resíduos:
Sempre Às vezes Nunca
- Mostra-se preocupada com a problemática ambiental, partindo dela algum programa de meio ambiente, coleta seletiva, minimização de resíduos ou outro relacionado ao tema?
Sempre Às vezes Nunca

Quanto a dúvidas, problemas e busca de informações

38. Cite, em relação ao gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do hospital:
- Deficiências:
 - Problemas:
 - Questionamentos:
39. Onde o hospital busca informações sobre o gerenciamento de RSS?
40. Há algum tipo de encontro ou seminário entre os hospitais de Ribeirão das Neves para discussão de problemas e troca de informações?

O hospital:

- Participa sempre
- Participa às vezes
- Nunca participa
- Qual a periodicidade desses encontros?
- Quem promove esses encontros?

ANEXO B

ROTEIRO PARA A OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA

1. Descrição do Gerenciamento: fluxo do resíduo desde a geração até o armazenamento para a coleta.
2. Anotações de diálogos com os funcionários
3. Visita ao local de armazenamento dos produtos sem destino
4. Verificação da existência de um plano de Gerenciamento de RSS
5. Verificação da existência de documentação (históricos e controles) em relação ao Gerenciamento de RSS
6. Visita ao setor de medicamentos para levantamento de dados sobre medicamentos vencidos e disposição destes.

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DO PGRSS

FUNCIONÁRIOS

Identificação:

1. Nome:
2. Cargo:
3. Nome da unidade de saúde:
4. Tipo: *Público*
5. Tempo que trabalha na unidade de saúde:

Quanto à formação e ao PGRSS:

6. Qual a sua formação técnica? (Graduação, técnico, cursos de curta duração na área de resíduos, meio ambiente, etc.).
 7. Você cursou alguma disciplina relacionada a gerenciamento de resíduos ao longo de sua formação acadêmica? () Sim () Não
 8. Você participa ou já participou de algum evento relacionado ao gerenciamento de RSS? (seminários, palestras ou congressos). () Sim () Não
 9. Existe na unidade de saúde um PGRSS implantado? () Sim () Não
 10. Se sim, você o considera importante?
 - Quais os pontos positivos desse plano?
 - Quais os pontos negativos e as deficiências?
 - Como você avalia o PGRSS dessa unidade de saúde?
Ótimo ()
Bom ()
Regular ()
Ruim ()
 - Você tem algum questionamento quanto à aplicabilidade, eficiência e função desse plano?
 11. A unidade de saúde tem alguma política de incentivo à reutilização de embalagens e produtos quando possível?
 12. Você recebeu algum tipo de treinamento da unidade de saúde no que diz respeito à coleta seletiva e gerenciamento dos resíduos:
 - Ao começar a trabalhar na unidade de saúde? Sim () Não ()
 - Em algum outro momento? Sim () Não ()
 - Qual a frequência desses treinamentos?
 - Quem são as pessoas responsáveis por esse treinamento?
- Percepção ambiental (no cotidiano)
13. Você se preocupa em reduzir seu consumo de água e energia? De que forma?
 14. Você se preocupa em reduzir e/ou separar o lixo que você produz? De que forma?
 15. Você possui outras preocupações quanto ao meio ambiente?
 16. Falando em transporte:
 - Ao adquirir um veículo, a questão ambiental funciona como fator relevante?
() Sim () Não.
 - Às vezes utiliza transporte público ao invés do veículo particular pensando no meio ambiente?
() Sim () Não. Se não, por quê?
 17. Como você acha que a implantação de um PGRSS pode contribuir para a preservação ambiental?

FORMAÇÃO DE EDUCADORES INFANTIS PARA AVALIAÇÃO DOS CONTEÚDOS CONCEITUAIS, PROCEDIMENTAIS E ATITUDINAIS TRABALHADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA CRECHE FILANTRÓPICA EM BELO HORIZONTE

EQUIPE

Professores coordenadores:

Custódio Cruz de Oliveira e Silva – Professor do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC

Thaís Estevanato – Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC

Alunos bolsistas:

Sarah Ribeiro Carvalho – Psicologia

Thasla Alvarenga – Pedagogia

OBJETIVOS

- Refletir, junto com as educadoras da escola infantil, sobre uma proposta de avaliação para que possam analisar os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais das crianças da educação infantil.
- Contribuir para a elaboração de uma proposta de avaliação das crianças voltada para o desenvolvimento da auto-estima, a socialização e a formação de valores.
- Discutir os processos para a avaliação de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto consistiu na revisão de literatura sobre a temática, priorizando-se a análise dos Referenciais Curriculares Nacionais (RCNs) para a Educação Infantil e a Proposta de Educação da Unesco para o século XXI. Foi feito um diagnóstico para a leitura da realidade, utilizando a observação e a entrevista. As observações foram realizadas durante as aulas, mediante a coleta de dados sobre os planos de atividades pedagógicas, os conteúdos envolvidos e a avaliação utilizada, bem como os interesses dos estudantes e o envolvimento deles com as professoras. A entrevista foi realizada com as professoras, mediante a coleta de dados sobre a concepção de conteúdos e avaliações, o material e recursos existentes na escola e utilização deles pelas professoras.

A proposta foi elaborada com a participação das gestoras e das professoras da instituição. A análise dos dados possibilitou a elaboração do programa de atividades que foi desenvolvido. Durante todo o processo, os professores orientadores se reuniam, semanalmente, com as bolsistas para orientação e discussão das atividades e implementação da proposta:

- Tanto o planejamento como as avaliações das atividades do projeto envolveram todos da equipe: professores e bolsistas da FUMEC, educadoras, supervisora e gestora da creche, de forma a comprometer a todos no sucesso e pertinência das ações formuladas. Esta prática, já adotada nos projetos anteriores, tem se mostrado eficiente, uma vez que permite que as bolsistas tenham incumbência na organização e na execução das tarefas extensionistas.
- Palestras e debates dos professores e bolsistas da FUMEC (ou convidados externos) para educadoras e familiares das crianças sobre conceitos fundamentais da educação infantil segundo o RCN.
- Oficinas de atividades previstas no projeto envolvendo educadoras e familiares.
- Reuniões e discussões com a equipe da FUMEC e a equipe pedagógica da creche para delimitação de critérios e instrumentos para avaliação dos alunos, por exemplo, diferentes formas de registros e observação de dados.

Ao iniciar o projeto de 2008, pensávamos em colaborar com a organização do trabalho escolar no que se refere à discussão sobre concepções de aprendizagem e desenvolvimento da criança e como elaborar um quadro de conteúdos real para a prática pedagógica das professoras.

Ao longo das atividades, percebemos a relevância da proposta, pois constatamos a transformação ocorrendo na elaboração das atividades pedagógicas. Este processo acompanha o amadurecimento que, felizmente, está acontecendo no ensino infantil, especialmente na rede municipal, vinculada à instituição.

Desde o início, do primeiro projeto desenvolvido nessa instituição, foram produzidos por outros professores, de outros cursos, como Administração, Direito, Arquitetura, muitos trabalhos de estágio, extensão e pesquisa, que vieram analisar e auxiliar suas atividades gerenciais e pedagógicas. Por isso, pode-se facilmente desdobrar este projeto em um programa de extensão ou projeto de pesquisa, voltados para a formação de professores em Educação Infantil.

A Prefeitura de Belo Horizonte está desenvolvendo o programa de elaboração das “proposições curriculares”, que se relacionam diretamente com o projeto de extensão ora vigente. Dessa forma, estamos convictos da necessidade de continuidade deste projeto, pois estaremos completando um ciclo valioso de atividades que poderão marcar profundamente esse processo de transformação na instituição.

Nos últimos trinta anos, a Educação Infantil vem passando por uma série de transformações ocasionadas pelos avanços tecnológicos e científicos como também socioculturais, o que tem contribuído para gerar mudanças de paradigmas acerca desse momento tão importante na vida do ser humano: ser criança.

Essas mudanças de concepção ocorrem em todo o mundo, inclusive no Brasil, contrapondo-se à concepção de criança da Idade Média, concebida como um ser adulto em miniatura, tanto afetiva como cognitivamente, pois nessa época a criança desenvolvia sua aprendizagem para a vida adulta vivenciando as atividades coletivas, em seu grupo social, juntamente com os demais adultos.

Assim, os novos paradigmas e concepções de avanços e transformações buscam um novo entendimento para compreender esse momento tão especial na vida do ser humano. Busca-se, dessa forma, um olhar diferenciado para a infância e uma compreensão holística sobre a criança: seu desenvolvimento físico-psíquico-social-afetivo, seus sonhos e imaginação, angústias e dores... Esse novo paradigma sobre a infância nos permite ver a criança como um ser em desenvolvimento, com direito à vida, à dignidade e à identidade própria, vivendo em um momento sócio-histórico determinado. Dessa forma, cuidar e educar a criança não é mais um ato exclusivo da mãe/família, mas uma responsabilidade da sociedade e do Estado, como enfatizam a Constituição Federal do Brasil/1988 (artigo 208, inciso IV) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990).

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, criança cidadã, e as especificidades da infância, propõem novas práticas político-pedagógicas para promover uma aprendizagem voltada para a exploração do ambiente, a convivência com a diversidade de pessoas e objetos e a expressão de suas emoções. Por essa razão, os educadores devem preparar o am-

biente escolar, bem como as ações e intenções educativas, para que a criança possa interagir ativamente com as mais diversas situações de aprendizagem, seja no âmbito interno da sala de aula, em atividades ao ar livre, em contato com os elementos da natureza, seja por meio de processos de socialização, intercâmbio e relacionamento com outras crianças e/ou adultos. Essas práticas pedagógicas têm contribuído para uma nova forma de trabalho com os conteúdos da Educação Infantil e, como consequência, uma nova concepção de avaliar essas crianças com base em concepções qualitativas de avaliação, cuja ênfase recai sobre o processo e não sobre o conteúdo. A avaliação vai do coletivo ao particular.

Dessa forma, a prática extensionista, realizada nos últimos dois anos, tem possibilitado à equipe de professores e bolsistas do projeto contribuir para a formação continuada das educadoras da creche no sentido de capacitar e valorizar essas profissionais da Educação Infantil para melhor compreensão e valorização da infância.

O projeto de extensão, desenvolvido em 2007, possibilitou estudos e discussões sobre as concepções do *processo ensino aprendizagem* decorrentes das concepções pedagógicas contemporâneas e sua vinculação com o processo avaliativo.

Por essa razão, a equipe de professores do projeto, atendendo à demanda das educadoras e gestoras da creche envolvida, propõe como sequência às atividades extensionistas para 2008 um novo projeto contemplando a formação de educadoras infantis para a avaliação dos *conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais* trabalhados na Educação Infantil em uma creche filantrópica em Belo Horizonte

Este projeto busca possibilitar às crianças entre 2 a 6 anos de idade viver no espaço educativo da creche, primeira referência escolar, a experiência da vida cidadã, onde as primeiras trocas socioculturais e afetivas não sejam estigmatizadas em concepções equivocadas de aprendizagem e avaliação que permeiam, em geral, os ambientes e espaços educativos. Essa concepção de avaliação permitirá que as crianças, em seu processo de aprendizagem, realizem avaliações contextualizadas, baseadas em observações que lhes sinalizem avanços, conquistas e possibilidades de superação de dificuldades.

A ênfase dada ao projeto desenvolvido em 2008 consistiu em discutir com as educadoras o processo de avaliação na perspectiva *diagnóstica e processual*, a avaliação dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais trabalhados nos diversos momentos das atividades educativas, no sentido de auxiliar e aprimorar o processo de aprendizagem e o fortalecimento da auto-estima das crianças e na apropriação de habilidades e conhecimentos construídos por elas.

O projeto destinou-se a capacitação de professoras da Educação Infantil, possibilitando-lhes uma formação continuada. Também contribuiu para a formação inicial das graduandas dos cursos de Pedagogia e Psicologia, envolvidas como bolsistas no projeto. Possibilitou, ainda, aos professores coordenadores e colaboradores do projeto discutir concepções teóricas e suas práticas profissionais.

Desenvolvido no entorno (cinco quarteirões) da Universidade, em uma creche que atende, atualmente, oitenta crianças, oriundas de famílias de baixa renda, cujas mães trabalham nos bairros Anchieta, Cruzeiro e Serra, o projeto assumiu uma dimensão de responsabilidade social e cidadania.

Participaram do projeto, diretamente, 90 pessoas, entre professoras, crianças, bolsistas, e, indiretamente, 270 pessoas, entre pessoal técnico-administrativo da creche e os familiares das crianças.

RESUMO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Capacitação das educadoras da “Escola Infantil Nosso Abrigo” na compreensão da avaliação dos conteúdos a serem trabalhados na instituição.
- Adequação do planejamento da escola aos referenciais curriculares do MEC em consonância com os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.
- Análise da prática pedagógica das educadoras no contexto da instituição considerando os conteúdos trabalhados.
- Elaboração de um currículo para a Educação Infantil de acordo com o projeto político-pedagógico da instituição, contemplando os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.

A execução da proposta contribuiu para estreitar as relações interpessoais – estudantes-estudantes; estudantes-professora – e a aproximação da escola com os familiares, por meio das reuniões para os pais/responsáveis (Escola de Pais) e a comunidade na qual a instituição está inserida.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ARROYO, Miguel González. *A construção social da infância*. São Paulo: Cortez, 1975.

BLANCO PÉREZ, A. *Sociologia*. Havana: ISPEJV, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura (MEC)/Secretaria de Educação Fundamental, *Referenciais curriculares nacionais*. 2. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2000. v. 8.

CASTELLANOS SIMONS, Doris. *Los proyectos educativos: una estrategia para transformar la escuela*. Havana: ISPEJV, 2001.

DELORS, J. *Educação um tesouro a descobrir*: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4. ed. Paris: Unesco; Rio de Janeiro: MEC Cortez, 2000.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *A infantilização da criança pelo adulto X O infantil na experiência do ser criança*. Petrópolis: Vozes 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. *Psicologia educacional: uma avaliação crítica*. In: LANE, S.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação Infantil em creche e pré-escola: concepções e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2003.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GEMTI – GRUPO DE ESTUDANTES QUE MULTIPLICAM E TRANSFORMAM IDÉIAS

EQUIPE

Professores coordenadores:

Amália Verônica Mendes da Silva - Doutora em Parasitologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – Professora da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC
Maria Elizabeth Margutti - pós-doutorado pela University Of Edinburgh - Professora da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC

Alunos bolsistas e voluntários:

Daniele M. Andrade (bolsista), Fernanda S. Vieira (bolsista), Carolina Hoelzle, Laíse M. V. Miranda, Carolina Rodrigues, Monique Camargos e Marina Bretãs

Professora colaboradora ICB/UFMG:

Maria Norma Melo

Alunos da UFMG:

Felipe C. Silva Arruda (bolsista) e Ana Carolina Lage

INTRODUÇÃO

As doenças parasitárias têm grande importância em saúde pública. A esquistossomose, a amebíase, a giardíase, as verminoses em geral, bem como a pediculose, constituem grave problema para milhões de brasileiros. A ocorrência dessas enfermidades está associada às condições econômicas, políticas, sociais e educacionais da população, e sabe-se que essas poderiam ser evitadas com auxílio de medidas preventivas relativamente simples (WHO, 1998).

Intervenções educacionais que visam levar informação à população sobre os aspectos ligados à epidemiologia, ao diagnóstico e à prevenção dos parasitos podem contribuir para minimizar os transtornos causados por tais organismos (AZEVEDO *et al.* 2007).

A educação em saúde é um caminho que converge linhas de pensamento de diversas áreas do conhecimento biomédico, so-

cial e pedagógico, o que explica a complexidade da discussão sobre educação e promoção de saúde. Estudos mostram quão difícil tem sido evitar as tendências tradicionais da educação em saúde, principalmente aquelas sustentadas na transmissão vertical de conhecimento (PUPULIN, 2001).

Entretanto, apesar de todas as dificuldades encontradas, ainda são realizados trabalhos que buscam a construção de ações de promoção de saúde em perspectivas menos individualistas e mais abrangentes na transmissão de informação e mudança de estilo de vida. Diante desse contexto, o Grupo de Estudantes Que Multiplicam e Transformam Idéias (GEMTI), formado em 2004 por acadêmicos de medicina e, atualmente, por alunos de enfermagem e biomedicina da FUMEC e enfermagem e medicina UFMG, em parceria com a Secretaria de Educação de Nova Lima, ampliam e avançam na discussão dos objetivos que nortearam o projeto: “O que fazer com o conhecimento adquirido na disciplina Parasitologia e como conjugá-lo com a prática da realidade profissional?” Para tanto, o GEMTI propõe atividades que permitam a articulação da teoria e da prática, considerando novas dimensões, sociais e políticas para o estudo da parasitologia e da atenção à saúde.

OBJETIVOS

Pretendeu-se, com este trabalho, contribuir para a promoção da saúde dos menores, seus responsáveis e funcionários de escolas de Nova Lima; inserir precocemente e promover a integração dos acadêmicos na realidade social; capacitá-los para o diagnóstico das parasitoses e de microrganismos; além de propor atividades que permitam a articulação da teoria e da prática considerando dimensões, sociais e políticas para o estudo da parasitologia e da microbiologia.

METODOLOGIA

Dando continuidade ao trabalho de extensão que vem sendo desenvolvido desde 2007 em parceria com a Secretaria de Educação do município de Nova Lima, foi selecionada para as intervenções de educação em saúde a comunidade da escola fundamental Benvinda Pinto Rocha, no Jardim Canadá. Estão Na instituição matriculados cerca de 1 000 alunos, nas faixas etárias de 6 a 18 anos, distribuídos em três turnos de acordo com os ciclos pedagógicos.

Foi estabelecido que as atividades fossem quinzenais durante quatro meses e os participantes seriam os escolares até 12 anos

das três turmas do período da manhã e da tarde e seus responsáveis.

Orientados pelo GEMTI, acadêmicos do quarto período do curso de Biomedicina da FUMEC formaram equipes multidisciplinares, desenvolveram estratégias lúdicas para realizar as atividades educativas em saúde com pais e alunos. No planejamento, determinou-se que no primeiro encontro seriam distribuídos coletores para a coleta de fezes para exames co-proparasitológicos.

Posteriormente, o grupo desenvolveu atividades sobre a contaminação dos alimentos, cuidados com o armazenamento e a manipulação deles, bem como fez o levantamento das demandas na comunidade.

O projeto inicial foi elaborado segundo as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Resolução nº 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde) e foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, Parecer nº ETIC 454/04.



Foto 1: Alunas bolsistas e voluntárias do projeto

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira reunião do GEMTI com os gestores da escola foi positiva e animadora. As demandas levantadas foram semelhantes às aquelas identificadas e discutidas pelo GEMTI durante sua trajetória. Portanto, o grupo encontrava-se preparado para orientar os alunos de biomedicina especialmente com relação às atividades. Para o primeiro encontro houve grande expectativa dos acadêmicos que desenvolveram ações de educação em saúde por meio de dramatizações, com diferentes enfoques para atingir crianças e adultos.

TOSCANI *et al* (2007) afirmam que atividades lúdicas contribuem para o aprendizado sobre parasitoses. Eles constataram que essa estratégia para a promoção da saúde alcança melhores resultados quanto mais jovens forem os indivíduos.

A adesão da comunidade ao primeiro encontro foi baixa: apenas uma mãe! É interessante frisar que nem os gestores, tampouco os professores estavam presentes. Os acadêmicos e o GEMTI foram recebidos pelos faxineiros e cantineiros que se encontravam na escola fazendo limpeza. Apesar de decepcionados com a ausência dos atores principais, os escolares, o grupo desenvolveu todas as atividades planejadas para aquele dia: dramatização sobre parasitoses envolvendo cuidados com a higiene pessoal e dos alimentos; forneceram informações sobre exame parasitológico de fezes e distribuíram coletores para a realização dos exames. A atividade foi apresentada para a única mãe e para os cinco funcionários da escola Benvinda Pinto Rocha. A ausência da comunidade, mais uma vez, chamou a atenção do grupo, que já havia encontrado “resistência”, “desinteresse” ou talvez deficiência na comunicação em duas outras escolas de ensino fundamental em Nova Lima.



Foto 2: Os acadêmicos encontraram a escola vazia no dia da atividade

Essas dificuldades motivaram discussões dentro do grupo no sentido de buscar novas estratégias metodológicas para motivar tanto o trabalho em equipe como a comunidade do ponto de vista da educação em saúde: o que fazer para sensibilizar a comunidade e como fazê-lo?

Nova estratégia: colaboração com professores da FUMEC para a realização de oficinas, curso de atualização e capacitação docente oferecido para os professores das escolas municipais de Nova Lima. O primeiro tema, “Alimentos e nutrientes”, contou com a participação do gestor e de 18 professores da escola Benvinda Pinto Rocha.



Fotos 3,4,5: Oficina com os professores

CONCLUSÃO

Durante a caminhada, o GEMTI realizou centenas de atividades com menores carentes, no município de Belo Horizonte e Nova Lima, resultando em 16 apresentações em congressos.

O grupo teve como parceiros equipes da “Estratégia da Saúde da Família” do bairro Cabana do Pai Tomás e há três anos conta com a parceira da secretaria de Educação de Nova Lima.

Além do aprendizado, dos resultados saltaram um emaranhado de sentimentos: alegria, satisfação, decepção e inquietações. Outro olhar diante da profusão de sentimentos e observações: novas discussões e muitas dúvidas. Houve dificuldades durante todo esse processo, o que não induz o grupo a tentar direcionar suas atividades com a intenção utópica de quebrar paradigmas na saúde, ou a estrutura social da população com que se trabalha. Verdadeiramente, o objetivo é a mudança das designações intra e interpessoais, favorecendo a criação de multiplicadores de idéias e, conseqüentemente, permitir o desenvolvimento de estratégias do cuidar em saúde. Contudo, a dificuldade no estabelecimento de uma relação de respeito e confiança mútuos entre a equipe do projeto e a comunidade é ainda um dos aspectos mais marcantes do trabalho.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C M. *et al.* Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.12, n. 3, p. 743-753, 2007.

PUPULIN A. R. T. *et al.* Envolvimento de acadêmicos em programa integrado visando à melhoria nas condições de vida de comunidade. *Acta Scient*, v. 23, 725-729, 2001.

TOSCANI, N. V. *et al.* Desenvolvimento e análise de jogo educativo para crianças visando à prevenção de doenças parasitológicas. *Interface*, Botucatu, v. 11, n. 22, p. 281-294, 2007.

WHO. *The world health report: life in the 21st century: a vision for all.* Geneva: World Health Organization, 1998. 241p.

GINÁSTICA LABORAL – PARCERIA SLU/ UNIVERSIDADE FUMEC

EQUIPE

Professoras coordenadoras:

Cláudia Ferreira Mazzone Doutorado em Doutorado Em Biomecânica Ocupacional. pela Queen's University, QUEEN'SU, Canadá. Professora da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC

Aládia Cristina Rodrigues – Mestre em Educação. Pela Fundação Universidade de Itaúna, FUIT, professora da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC

Alunos do curso de Fisioterapia:

Daniel Márcio D. S. Costa

Fernanda Ferreira Moreira

Maria Flávia Ferreira Pimenta

André Freire Costa

Eduardo Tadeu Nascimento

Alunos do curso de Educação Física:

Déborah Krícia

Jacqueline Santana S. Moreira

João Carlos R. Silveira

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresenta-se a continuidade do projeto de extensão Ginástica Laboral/Parceria SLU-Universidade FUMEC, que vem sendo desenvolvido desde 2006. O objetivo principal com esta atividade é a implantação de iniciativas que colaborem para a melhoria da qualidade de vida dos garis e dos coletores da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida pode ser definida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e no sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (FLECK, 2000). Portanto, trabalhar em prol da qualidade de vida significa pensar em vários fatores como educação, transporte, moradia, trabalho, participação nas decisões. Está relacionada, ainda, com um conjunto de

condições materiais e não materiais, com os aspectos culturais, históricos e de classes sociais e, acima de tudo, com a saúde.

Caracterizada como multifatorial, a queda da qualidade de vida pode implicar prejuízos na saúde e contribuir para a instalação de níveis de incapacidade para a realização de lazer, sociais e atividades laborais. (BUSS, 2000)

A ginástica laboral tem sido apontada como uma estratégia de ação importante tanto no caráter preventivo de sintomas do sistema musculoesquelético como na integração social de pessoas envolvidas em atividades laborais afins.

Os benefícios diretos para as empresas que promovem a ginástica laboral, revelados em pesquisas, seriam a melhoria na qualidade dos serviços prestados, diminuindo o afastamento do trabalho gerado por distúrbios osteomusculares e a elevação da força, flexibilidade, agilidade e resistência no exercício das tarefas. Dentre os benefícios para trabalhadores estão a diminuição de dores corporais; a prevenção de doenças ocupacionais, como LER/DORT; redução do cansaço e da fadiga muscular; melhora da atenção e concentração para as atividades diárias; melhora no relacionamento social, do trabalho em equipe e do ambiente de trabalho; além da prevenção de acidentes de trabalho (GONÇALVES; VILARTA, 2004).

Após três anos de implantação do projeto, o objetivo continuou centrado na busca da melhoria da qualidade de vida dos servidores. Para tal, demos continuidade às ações anteriores, enfocando a avaliação da percepção dos funcionários sobre o programa.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE EXTENSÃO GINÁSTICA LABORAL – PARCERIA FUMEC/SLU

Este projeto foi elaborado com base em demanda da própria SLU – que é uma autarquia municipal criada pela Lei nº 2.220, de 27 de agosto de 1973, e tem como finalidade a exploração dos serviços de varredura, limpeza urbana, coleta, depósito, tratamento, transformação dos resíduos sólidos da capital. Para a realização desses serviços, conta com aproximadamente, 5 mil trabalhadores, entre pessoal próprio e empresas prestadoras de serviços.

O projeto vem sendo desenvolvido desde 2006 e se manteve em 2007 e 2008. Dez acadêmicos participaram da terceira fase desse projeto, sendo nove voluntários e um bolsista (um acadêmico do curso de Fisioterapia) orientados por duas professoras dos cursos de Educação Física e de Fisioterapia. O envolvimento de

todos os segmentos da instituição parceira se manteve, o que garantiu a continuidade das atividades nos viadutos de Santa Tereza, Floresta e Castelo Branco, bem como a implementação do programa junto aos coletores de lixo e motoristas. A metodologia foi mantida na implantação do programa no novo grupo. Uma ação diferenciada foi desenvolvida por meio da aplicação de um questionário, para avaliar a percepção dos servidores quanto à satisfação nos três anos de participação no programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Trinta e oito funcionários responderam a um questionário com o objetivo de avaliar a percepção dos servidores quanto à satisfação nos três anos de participação no programa. Desses, 76,31% eram frequentes às atividades relativas ao projeto, 18,42 se auto-avaliaram como pouco frequentes e o restante não era frequente. (GRAF. 1)

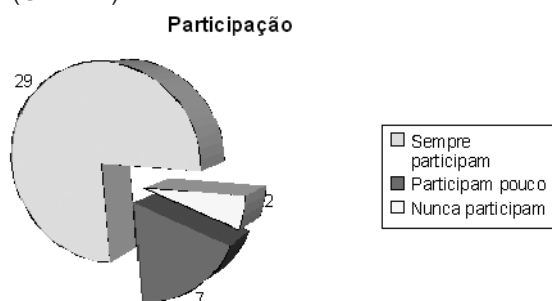


Gráfico 1 – Frequência dos funcionários no projeto

Sendo o objetivo principal do projeto a melhoria da qualidade de vida, observou-se que em 71,4% os sintomas musculoesqueléticos diminuíram; 31,6% relataram que tinham maior disposição nos afazeres em geral; e 21% relataram mudança de hábitos, tais como parar de fumar, execução de alongamentos em casa e caminhadas diárias. Além disso, foram registrados relatos de sensação de alegria e bem-estar social, uma vez que as ações estabelecidas promoviam a interação entre os participantes. (GRAF. 2)

Comentários dos funcionários

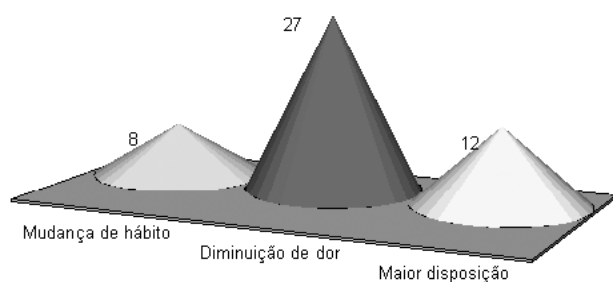


Gráfico 2 – Percepção dos funcionários dos benefícios do programa

O GRAF. 3 ilustra a ocorrência de sintomas musculoesqueléticos em diversos segmentos corpóreos. Cumpre ressaltar que, apesar do alto grau de satisfação relatado, os sintomas não desapareceram totalmente. No entanto, foi observada diminuição da intensidade deles. As dores e os desconfortos foram registrados, principalmente nos membros inferiores, ombros e coluna toracolombar, o que é compatível com as posturas e sobrecargas inerentes à atividade de gari.

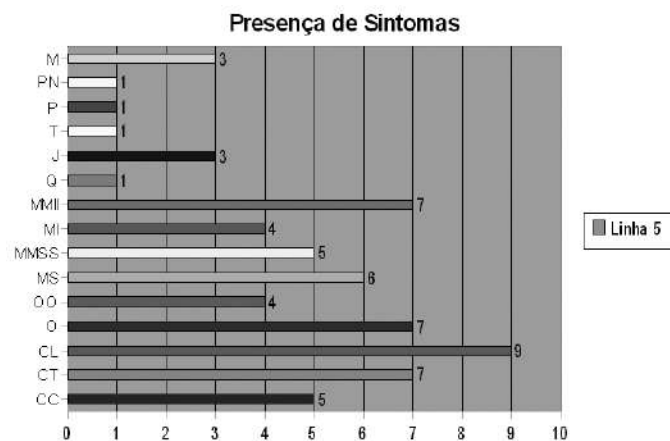


Gráfico 3 – Presença de sintomas musculoesqueléticos em diversos segmentos corpóreos

Os garis continuam creditando à ginástica laboral a melhor disposição para manter não somente as atividades ocupacionais, mas também os afazeres domésticos. Para muitos garis, a ginástica laboral é a única oportunidade que têm de participar de uma atividade física regular.

Apesar dos vários ganhos e pontos positivos apresentados, a continuidade de um programa de ginástica laboral é um grande desafio. A manutenção da motivação dos garis, as alterações semestrais de horários dos acadêmicos, refletindo em composições de novas escalas de trabalho, e as trocas esporádicas de estagiários são fatores que acarretam interrupções temporárias das atividades.

CONCLUSÃO

O planejamento, a organização e o desenvolvimento deste projeto vêm ao encontro das diretrizes curriculares dos cursos de saúde que enfatizam a necessidade da formação do profissional com visão crítica e reflexiva que seja capaz de desenvolver suas competências com base na realidade em que está inserido. A interação entre acadêmicos e profissionais de Fisioterapia e Educação Física, o aprendizado dos acadêmicos na organização e liderança de atividades, a oportunidade da vivência da práxis

com a aplicação de conceitos teóricos de disciplinas e a percepção dos acadêmicos de como e o quanto eles podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida do grupo de trabalhadores são aspectos positivos que justificam a continuidade deste projeto de extensão.

REFERÊNCIAS

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas, *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 5(1): 33-38, 2000.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. *Qualidade de Vida e Atividade Física*. São Paulo: Manole, 2004.

FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 33-38. 2000.

INCLUSÃO DIGITAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS

EQUIPE

Professor coordenador:

Renata de Sousa da Silva Tolentino – Mestre em Administração pela Universidade FUMEC, professora da Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC.

Alunos bolsistas:

Alexandre Filgueiras
Fernanda Pires da Silva
Jenniffer Antunes Aguiar
Magno Wilton Neiva de Souza

Alunos voluntários:

Felipe Ribeiro
Lucas Miranda Batista Perreira

Instituição parceira:

AMAS: Associação Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte

Período de realização:

1ª turma: de 31/3 a 17/4/2008
2ª turma: setembro de 2008

Local onde foi desenvolvida a atividade:

FACE-FUMEC

Cursos envolvidos:

Informática Básica: Microsoft Word, Microsoft Excel e Microsoft Powerpoint.

Público atingido:

Adolescentes entre 15 e 21 anos

OBJETIVO GERAL

- Formar adolescentes e jovens em conhecimentos básicos em Tecnologia da Informação, qualificando-os para inserção no mercado de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular nos alunos, elementos que permitam caracterizar as principais perspectivas da Informática, com um direcionamento de sua importância em nossa sociedade e no mercado de trabalho.
- Apresentar-lhes programas de edição de texto, planilhas eletrônicas e apresentações. Assim como utilizar os programas navegadores da Internet e também correio eletrônico.

INTRODUÇÃO

A Inclusão Digital faz parte da sociedade brasileira como um auxílio à formação de milhões de pessoas que gostariam de ter acesso às mídias avançadas e não conseguem por seus próprios meios. Então instituições e pessoas comprometidas em melhorar a qualidade de vida de outras pessoas se doam a projetos sociais como este de formação tecnológica de adolescentes em risco social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender melhor como a Inclusão Digital é abordada, verificaremos alguns conceitos básicos como a expressão “Tecnologia da Informação (TI)”, que designa o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação. Também é comumente utilizado para designar o conjunto de recursos não humanos dedicados ao armazenamento, processamento e comunicação da informação, bem como o modo como esses recursos estão organizados em um sistema capaz de executar um conjunto de tarefas.

A TI não se restringe a equipamentos (*hardware*), programas (*software*) e comunicação de dados. Existem tecnologias relativas ao planejamento de informática, ao desenvolvimento de sistemas, ao suporte ao software, aos processos de produção e operação, ao suporte de hardware, etc. É a difusão social da informação em larga escala de transmissão, com base nesses sistemas tecnológicos inteligentes. Seu acesso pode ser de domínio público ou privado, na prestação de serviços das mais variadas formas.

As tecnologias da informação não incluem somente componentes de máquina. Existem tecnologias intelectuais usadas para lidar com o ciclo da informação, como técnicas de classificação, por exemplo, que não requerem uso de máquinas apenas um esquema. Esse esquema pode, também, ser incluído em um sof-

ware que será usado, mas isso não elimina o fato de que a técnica já existia independentemente do software. As tecnologias de classificação e organização de informações existem desde que as bibliotecas começaram a ser formadas.

A Informática é o estudo das ciências que manipulam informações tais como computador e comunicação. É a área do conhecimento humano que trata da pesquisa, do desenvolvimento, da utilização e das implicações da informação nas organizações e na sociedade de maneira geral.

O computador é um equipamento capaz de receber dados sobre um problema, submetê-los a uma sequência de operações predeterminadas (programa) e fornecer os resultados das operações com grande velocidade e precisão.

Sistemas de informação é uma expressão bastante ampla. Para melhor compreendê-la, vamos verificar o que alguns autores e pesquisadores entendem sobre ela.

Laudon e Laudon (2001, p. 4) consideram que “sistema de informação pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta (ou recupera), processa, armazena e distribui informação para dar suporte à tomada de decisão e ao controle da organização”. Adicionalmente, os autores indicam que, “além de apoiar, coordenar e controlar a tomada de decisão, os sistemas de informação também podem ajudar os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos”

O'Brien (2002, p. 17), num primeiro momento, define sistema de um ponto de vista universal e, posteriormente, efetua considerações mais sintéticas e aplicáveis à área de informações. Para ele “sistema pode ser definido simplesmente como um grupo de elementos inter-relacionados, ou em interação, que formam um todo unificado”. Ele observa que “muitos exemplos de sistemas podem ser encontrados nas ciências físicas e biológicas, na tecnologia moderna e na sociedade humana”. O autor apresenta uma definição genérica, porém apontando para componentes essenciais aos sistemas de informação: “Um sistema é um grupo de componentes inter-relacionados que trabalham juntos rumo a uma meta comum recebendo insumos e produzindo resultados em um processo organizado de transformação”, indicando que um sistema dessa ordem possui três componentes ou funções básicas de interação: entrada, processamento e saída.

Para Albertão (2005, p. 67), um sistema de informação

é uma série de elementos ou componentes inter-relacionados, numa ordem específica, que coletam (entrada), manipula (processamento), disseminam (saída) os dados e informações e fornecem um mecanismo de feedback (retroalimentação). Essas informações são então utilizadas pelos usuários para a tomada de decisões.

Polloni (2000, p. 29), inicialmente, define sistema como “um conjunto de partes coordenadas que concorrem para a realização de um conjunto objetivos, segundo um plano”. Para ele, “qualquer sistema pode ser encarado como um subsistema de um outro maior, sendo isso denominado hierarquia de sistemas”. Sistemas de informação (SI) “é qualquer sistema usado para prover informações (incluindo seu processamento), qualquer que seja sua utilização”.

De acordo com Mattos (2005, p. 5-6), um sistema de informação “é um sistema especializado no processamento e na comunicação de dados (máquinas) ou de informações (organismos vivos)” sendo constituído por “um conjunto de módulos (objetos) de comunicação, de controle, de memórias e de processadores, interligados entre si por meio de uma rede com protocolo comum”. O autor ainda observa que “as relações lógicas entre esses módulos são definidas pelos programas executados pelo sistema de informação”.

Zwaa (1997), por sua vez, define sistema de informação como um conjunto de componentes organizados que realizam a coleta, a transmissão, o armazenamento e o processamento de dados, fornecendo informação para o desenvolvimento de ações. Segundo ele, nas empresas e organizações, essa informação é necessária tanto para a área operacional quanto para o gerenciamento.

Turban, Rainer Jr. e Potter (2003, p. 17) observam que um sistema de informação “coleta, processa, armazena, analisa e dissemina informações com um propósito específico”. Adicionalmente, observam que, “como qualquer outro sistema, um sistema de informação abrange entradas (dados) e saídas (relatórios, cálculos), processa essas entradas e gera saídas que são enviadas para o usuário ou outros sistemas”. Também consideram que “é possível incluir um mecanismo de resposta – *feedback* – que controle a operação”.

Cortês (2008, p. 25), considera que

sistema de informação é o conjunto de componentes ou módulos inter-relacionados que possibilitam a entrada ou coleta de dados, seu processamento e a geração de informações necessárias à tomada de decisões voltadas ao planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de ações.

Adicionalmente, o autor observa que

é necessário considerar a existência de mecanismos de retroalimentação (feedback), possibilitando que o sistema seja realimentado com informações anteriormente geradas (ou em função delas), permitindo o refinamento dos resultados obtidos ou a análise de outras situações e possibilidades.

Então, Sistemas de Informação são programas que nos auxiliam em tarefas diárias, sejam pessoais, sejam profissionais, além de nos ajudar a resolver problemas de forma rápida e precisa.

METODOLOGIA

O curso foi desenvolvido em 36 horas, sendo 12 dias com 3 horas de aula e intervalo de 20 minutos com lanche gratuito para os alunos.

Formamos duas turmas de 30 alunos adolescentes em risco social, selecionados pela AMAS. Gostaríamos de formar mais, porém esses alunos não têm condições financeiras para pagar transporte para fazer o curso.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Na primeira turma, 26 alunos iniciaram o curso, 5 abandonaram e 21 concluíram, passando pelas avaliações práticas.

Motivos do abandono do curso relatados pelo monitor e professor Alexandre Filgueiras:

- Deixou de frequentar há quatro dias. A AMAS foi avisada e tentou contato várias vezes, por celular e fixo, sem sucesso.
- Deixou de frequentar, há seis dias. A AMAS já foi avisada e tentou contato varias vezes, sem sucesso.
- Há cinco dias não frequenta. A AMAS entrou em contato. Motivo: levou um tiro na perna.
- Deixou de frequentar há três dias. A AMAS entrou em contato e foi informada que o filho da aluna adquiriu meningite bacteriana e veio a falecer.
- Deixou de frequentar há cinco dias, aparentemente sem motivo. A AMAS foi avisada e não conseguiu trazer o aluno de volta ao curso, por motivos não informados.

Na segunda turma, 30 começaram o curso, 4 desistiram, por motivos não informados e 26 concluíram, com mais de 70% de aproveitamento nas avaliações práticas e frequentes às aulas.

Segue comentário do aluno bolsista e professor das turmas Alexandre Filgueiras, aluno do curso de Ciência da Computação.

Pela satisfação dos alunos, e entusiasmo da maioria em aprender, concluí que o curso foi muito proveitoso para os alunos e monitores. Mesmo todo semestre passando o mesmo conteúdo, sempre aprendo algo novo. A turma é obediente e disciplinada, a timidez atrapalha muitos

no aprendizado, mas, com a ajuda dos monitores explicando passo a passo e pessoalmente, esse problema foi contornado facilmente. Muitos reclamaram que o curso foi curto e queriam mais aulas e perguntavam se teria o avançado.

O curso pode parecer básico e simples para quem já tem o conhecimento, mas para esses alunos, este curso é tudo. Fiquei orgulhoso, quando via na sala de estudos (ao lado da biblioteca) alguns alunos que vinham mais cedo para estudar a matéria ou para tirar duvidas comigo.

FOTOS

1ª Turma: Alexandre, Felipe e Fernanda, alunos bolsistas e voluntários

2ª turma: Jenniffer, Alexandre e Magno, alunos bolsistas e voluntários





A seleção desses alunos foi feita sem nenhuma interferência da FUMEC. Os alunos foram selecionados pela AMAS, que tem conhecimento da carência de centro de formação de alunos nos bairros de Belo Horizonte.

Durante o curso, os alunos receberam *kits* com camisetas, lapiseira, caneta, boné e sacola da FUMEC como forma de incentivo e motivação. Contaram, também, com a apostila elaborada especialmente para o curso. Os assuntos foram abordados de forma sintética e, na medida do possível, apresentados com clareza e simplicidade. Enfocando o uso da Informática como ferramenta de trabalho. Assim como, ensinando a utilizar os aplicativos mais comuns de processadores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações e navegadores da Internet.

Inicialmente, os alunos apreenderam como utilizar o aplicativo Microsoft Word na elaboração de textos, formatação e configuração de trabalhos como cartas, memorandos, artigos, currículos, etc. O segundo módulo do curso apresentou o Microsoft PowerPoint, com suas ferramentas de edição de apresentações. Por último, estudamos o Microsoft Excel, na elaboração de planilhas

eletrônicas com funções matemáticas, estatísticas, dentre outras.

As avaliações eram feitas em forma de provas práticas, de acordo com o conteúdo ministrado ao longo do curso. Foi estabelecido um limite de 70 pontos em 100 distribuídos para recebimento do certificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão Digital já faz parte das atividades de extensão da Universidade FUMEC, por meio de sua unidade de Ciências Empresariais há quatro anos. O primeiro projeto teve ações voluntárias de professores e alunos dos cursos de graduação em Administração e em Ciência da Computação e contou com o apoio incondicional da Diretoria da FACE-FUMEC.

A partir de 2005, o projeto amadureceu e ganhou formas institucionais para ser desenvolvido em favor de centenas de adolescentes que procuram a AMAS para se inscrever nos cursos de Informática Básica da FUMEC. Neste artigo, conta-se a experiência de 2008, que se mostrou adequada e oportuna no cenário nacional de constante atualização das massas produtivas brasileira.

Neste artigo, apresentamos a experiência obtida nos eventos de Inclusão Digital para Adolescentes realizados pela Universidade FUMEC, no último ano. Concluímos que é um desafio permanente para todos, em especial, alunos e docentes, conhecer profundamente e sintonizar a realidade vivida por nossos alunos e o amadurecimento de projetos como estes.

Cumprimos parte de nossa missão de usar o computador em pró da sociedade, contribuindo para formação de aperfeiçoamento de jovens em busca de um lugar no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBERTÃO, E. S. ERP. *Sistema de gestão empresarial: metodologia para avaliação, seleção e implantação*. 2. ed. São Paulo, Iglu, 2005.

BASTOS, Gustavo Kreuzig. *Internet e informática para profissionais de saúde*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

BIO, S. R. *Sistema de informação: um enfoque gerencial*. São Paulo: Atlas, 1985.

BRASIL. *Oficinas de planejamento estratégico* – Relatório consolidado – Comitês técnicos. Comitê Executivo do Governo Eletrônico, maio de 2004.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. 2. ed. São Paulo: Campus, 2000.

DIGERATI (Ed.). *101 dicas: Microsoft Excel*. São Paulo: Digerati Books, 2003. v. 1.

DIGERATI (Ed.). *101 dicas: Microsoft Excel*. São Paulo: Digerati Books, 2003. v. 2.

DIGERATI (Ed.). *101 dicas: Microsoft Word*. São Paulo, Digerati Books, 2003.

DIGERATI (Ed.). *101 dicas: Microsoft Power Point*. São Paulo, Digerati Books, 2003.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. *Sistema de informação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnico e Científicos, 1998

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. *Gerenciamento de sistemas de informação*. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

O' BRIEN, J. A. *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2002.

REZENDE, A. D.; ABREU, A. F. *Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TURBAN, E.; RAINER, Jr., R. K.; POTTER, R. E. *Administração de tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VICENT, Beatriz Rodrigues Lopes. *Internet – guia para profissionais de saúde*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Atheneu, 2004

MANUTENÇÃO DO CEPETURH (CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM TURISMO E HOTELARIA)

EQUIPE

Coordenadora:

Rita Lages Rodrigues: Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, /UFMG, Professora coordenadora do CEPETURH e Professora da Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC.

Alunos bolsistas:

Dário Fernandes Resende Couto
Nathalee Félix de Oliveira
Pedro Ernesto de Abreu Beaumont

Alunos voluntários

Março a julho:

Amanda Silva Amaral
Carolina Resende
Diego Xavier
Felipe José Fernandes
Larissa Morimoto

Pedro de Alcântara e Silva Zille

Patrícia Andrade
Rafaela Naide Mesquita
Shamir Rachid
Thiago Heringer
Tatiana Laura Prata

Agosto a dezembro:

Hebrom Max Weber Tebas
Paula Rezende

O CEPETURH nasceu em 2001, de reuniões realizadas com os primeiros alunos do curso de Turismo – Gestão em Hotelaria, juntamente à professora Cláudia Freitas Magalhães, nas quais eram discutidas questões referentes a atividades de pesquisa e extensão. Foram vários os projetos que tiveram lugar nesse cen-

tro ao longo dos seus sete anos de existência.¹ Foram coordenadores do Centro, também: Magalhães, Elaine Porto Guimarães, José Henrique da Silva Júnior e Rita Lages Rodrigues.

Dezenas de alunos, entre bolsistas e voluntários, tiveram a aprendizagem enriquecida ao integrarem a equipe do CEPETURH. O CEPETURH é um espaço onde os alunos podem colocar suas idéias em prática, na proposição de projetos e na participação no desenvolvimento dos projetos já existentes.

Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão em Turismo e Hotelaria traz, na sua concepção, a idéia de continuidade. Os alunos podem colocar em prática conhecimentos adquiridos no curso de Turismo, assim como relacionar o ensino, a pesquisa e a extensão, como é o caso do nosso projeto *City Tour*, em que o ensino aparece com conhecimentos adquiridos em disciplinas como Lazer e História associado à extensão. Levamos pessoas (crianças e idosos) para conhecerem atrativos turísticos da cidade de Belo Horizonte, os quais não teriam condições de realizar tais atividades se não fosse com o apoio da Universidade FUMEC. O retorno para os alunos participantes se dá por meio do reconhecimento por parte dos envolvidos nos passeios: o brilho no olhar, a alegria, o agradecimento aos alunos participantes. Sem falar do contato que nossos alunos passam a ter com uma realidade distante da deles, no momento em que parte do público alvo de nosso projeto pertence a comunidades de classes sociais mais baixas.

Entende-se por extensão a prática acadêmica que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. Por meio das atividades de extensão, a Universidade amplia o acesso ao conhecimento, capacitando pessoas a utilizar o conhecimento disponível. Entende-se por atividade de extensão universitária aquela voltada para o objetivo de tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da Universidade, seja por sua própria produção, seja pela sistematização do conhecimento universal disponível. Tem caráter educativo no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizar os conhecimentos em suas próprias atividades.

O objetivo do CEPETURH é realizar a ponte entre pesquisa, ensino e extensão no curso de Turismo – Gestão em Hotelaria, por meio de projetos desenvolvidos por professores e alunos nas comunidades externa e interna. Além desse objetivo geral, existem outros objetivos, a dizer:

- otimizar as relações de intercâmbio entre a Universidade e a sociedade em relação aos objetivos da Instituição;
- aumentar a probabilidade de que as pessoas e a instituições utilizem, da melhor maneira possível, o conhecimento exist-

¹ Dentre os projetos desenvolvidos encontram-se: Projeto Cinema Comentado, Projeto Mineirinho, Projeto Vale Verde e Projeto Sempre as Seis. Os outros projetos, ainda em desenvolvimento, encontram-se descritos ao longo do texto.

tente na realização de suas atividades;

- produzir conhecimentos sobre o processo de apropriação do conhecimento existente por parte da população e das instituições;
- facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da população do País;
- preservar e proteger o conhecimento produzido pela sociedade.
- difundir o conhecimento promovido pela Universidade, gerando condições para o cumprimento, pelos alunos do curso de Turismo – Gestão em Hotelaria, do estágio curricular supervisionado;
- oferecer espaço para manifestações técnico-culturais;
- otimizar as relações de intercâmbio entre a FACE e as demais faculdades da FUMEC;
- oferecer aos alunos a possibilidade de complementar a educação formal, acrescentando conhecimento a ser adquirido em eventos extraclasse realizados na própria Universidade.

- escolha das entidades que se beneficiarão com o projeto (critérios: proximidade da FUMEC, necessidades, condições físicas das pessoas da Terceira Idade; autorização dos pais das crianças para os passeios);
- planejamento, organização e execução de cada *City Tour* (pesquisa na entidade escolhida, para verificar o número de pessoas/crianças que participarão do evento, aluguel de transporte, estudo dos roteiros a executar, preparação dos lanches dos participantes e das atividades lúdicas que serão desenvolvidas durante o *City Tour*). Os lanches são preparados pelos alunos da FUMEC utilizando as instalações do laboratório de Turismo.
- elaboração do roteiro de visitas;
- execução do *City Tour*;
- Elaboração do relatório de atividades e avaliação.

No projeto *City Tour*, foi incentivada a participação das instituições atingidas, com a própria instituição sugerindo, juntamente com a equipe de estagiários, os lugares-alvo dos circuitos turísticos pela cidade de Belo Horizonte.

Em 2008, realizamos seis passeios com as seguintes instituições: FULIBAN e Creche Nosso Abrigo. Os locais visitados foram: o Museu do Brinquedo, o Jardim Zoológico, o Parque Ecológico da Pampulha e o Parque Municipal.

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO



Foto 1 – Visita ao Parque Ecológico da Pampulha com alunos da Creche Nosso Abrigo – Junho/2008

PROJETO CITY TOUR

O projeto *City Tour*, do CEPETURH, tem como objetivos levar entidades carentes (creches, asilos ou escolas) a conhecer os atrativos de Belo Horizonte, propiciando-lhes conhecimento e lazer.

As atividades desenvolvidas no estágio supervisionado, referentes ao *City Tour* seguem a seguinte metodologia:



Foto 2 – Visita dos alunos da Creche Nosso Abrigo ao Museu do Brinquedo – Abril 2008

PROJETO SEMANA DO CEPETURH/TALENTOS DA CASA

Esse projeto atua em duas frentes: tanto trazer o aluno do curso de Turismo para o CEPETURH, espaço cuja existência é legitimada pelo uso por parte dos alunos, como fazer com que os conhecimentos adquiridos pelos alunos em contexto não universitário sejam mostrados na Universidade, trazendo saberes distintos dos produzidos em sala de aula e na Universidade.

São objetivos desse projeto:

- fazer com que os alunos do curso de Turismo tenham contato com o mercado de trabalho e com as atividades extensionistas promovidas pela Universidade;
- sensibilizar os alunos para a existência do CEPETURH e fazer com que os alunos do curso de Turismo se sintam como parte integrante do Centro;
- chamar palestrantes para realizarem apresentações relativas ao curso de Turismo e ao mercado, bem como atividades sociais com a participação dos alunos;
- pesquisa em todas as salas da FACE para detectar os alunos que têm talentos especiais e estimular a sua participação no evento promovendo a sua integração;
- montar o ambiente para o evento;
- coordenar e controlar o evento;
- acompanhar a desmontagem do evento;
- elaborar o relatório de atividades e relatório de despesas.

Parte da equipe de estagiários é responsável por entrar em contato com as prefeituras, observando o interesse delas em estabelecer parcerias para a realização de inventários turísticos, em que entraríamos com o capital humano e as prefeituras com a infra-estrutura para a realização das atividades: transporte e hospedagem para os alunos. A área prioritária é a região central de Minas Gerais. Realizamos o inventário da cidade de Martinho Campos.

CLIPPING ELETRÔNICO E PÁGINA NA INTERNET

- Pesquisa em meios eletrônicos, jornais, publicações e pesquisas científicas de artigos, notícias, teses, dissertações, monografias, congresso, seminários, lançamentos de livros, entrega de prêmios para suprir de informações a página do CEPETURH na internet (FACE). Essa página será implementada no CPD da Universidade FUMEC.

Busca de parcerias com prefeituras e afins para a realização de inventários turísticos

Na pesquisa com os alunos sobre as atividades que gostariam de realizar,² o inventário turístico foi a mais citada. Há uma metodologia desenvolvida pela Secretaria Estadual de Turismo referente à realização desse inventário, com a existência de formulários próprios a serem preenchidos para a realização da pesquisa.

² Essa pesquisa foi realizada com os alunos do curso de Turismo – Gestão em Hotelaria em outubro de 2007.

CENTRO DE MEMÓRIA DO HOSPITAL FELÍCIO ROCHO

De agosto de 2008 a maio de 2009 foi firmado um acordo com a Fundação Felice Rosso, mantenedora do Hospital Felício Rocho, para a realização de pesquisa e criação de um Centro de Memória do Hospital.

Essa atividade é importante por articular a pesquisa e a extensão da Universidade FUMEC, um dos objetivos do CEPETURH.

Esse projeto encontra-se em andamento desde agosto de 2008 e tem a previsão de durar até maio do próximo ano. A Fundação Felice Rosso está oferecendo estágio a duas alunas para trabalhar no projeto e todas as condições para a realização da pesquisa sobre a história do hospital que subsidiará o Centro.

Os objetivos desta pesquisa são: a formatação de um Centro de Memória para valorização da história do hospital; a pesquisa sobre a história do hospital; a escrita de um texto sobre a trajetória da instituição e a realização de exposições periódicas sobre o Hospital.

Para que essa pesquisa seja efetuada, foram contratadas duas estagiárias que trabalharão especificamente nesse projeto, cujas bolsas são oferecidas pela Fundação Felice Rosso.

Após o primeiro levantamento documental (pesquisa bibliografia e em arquivos específicos), será redigido um texto com uma breve história do hospital. Esse texto servirá de norte para a efetivação do Centro de Memória e o estabelecimento do cronograma de exposições a serem realizadas.

Dentre as exposições, a primeira já possui o seu tema definido: a criação da Fundação e a construção e a inauguração do Hospital. Os outros temas serão definidos de acordo com a pesquisa. A princípio, pensou-se em fazer uma exposição para cada momento importante do hospital, como a criação de clínicas e momentos de expansão.

ASPECTOS POSITIVOS E ASPECTOS CRÍTICOS DO PROJETO CEPETURH

Aspectos positivos

- Envolvimento dos alunos e comunidade na execução do projeto.
- Participação dos alunos no *City Tour*.
- Realização do *clipping*.

- Realização do inventário da cidade de Martinho Campos.
- Estabelecimento de parceria com a Fundação Felice Rosso.

Aspectos críticos

- Diminuição do número de alunos voluntários no CEPETURH.
- Mudança no espaço físico do CEPETURH, que significou um atraso nas atividades.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2008



Foto 3 – Visita ao Jardim Zoológico com frequentadores das atividades sociais da Fundação Libanesa (FULIBAN) – Junho/2008

- Realização de seis *City Tours*.
- Realização do *clipping* eletrônico ao longo do ano.
- Parceria com o mestrado para a realização de pesquisa quantitativa a respeito de lealdade junto aos hotéis de Belo Horizonte.
- Realização de coleta de brinquedos para o projeto Curumim em conjunto com a FETAGE, com a realização de campanha para a arrecadação de brinquedos para 150 crianças (coletamos 170).
- Parceria com a Fundação Felice Rosso para a implementação de um Centro de Memória do Hospital Felício Rocho.
- Participação de 15 alunos diretamente no CEPETURH.
- Atingimos mais de 600 pessoas com as atividades realizadas.

PROJETO MELHOR IDADE EM AÇÃO IV

EQUIPE

Coordenadora:

Luciana de Oliveira Assis – Mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC

Professora colaboradora:

Sandra Maria das Graças Maruch Tonelli – doutora em Morfologia pela Universidade Federal de São Paulo e professora titular da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC.

Aluna bolsista:

Larissa Alves Carvalho

Alunas voluntárias:

Ana Cláudia Loureço

Cláudia Domingues Oliveira

Emília Carolina Parreras

Natália de Oliveira Pinheiro Silva

Nathália do Amaral

Patrícia Barbosa

Rose Aparecida Pereira Marques

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento e a velhice vêm sendo algumas das preocupações da humanidade desde o início das civilizações. Entende-se por envelhecimento o processo dinâmico e progressivo que envolve modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas. Essas alterações determinam o prejuízo na capacidade de adaptação ao meio ambiente, acarretando maior vulnerabilidade e incidência de processos patológicos, que terminam por levar os indivíduos à morte. (MOTTA, 2006)

Sabe-se que a idade cronológica é apenas um indicador do processo de envelhecimento. As mudanças decorrentes desse processo e os fenômenos tais como autonomia, qualidade de vida, capacidades mentais e produtividade na velhice, são influenciados pelo estilo de vida, pela personalidade, pela saúde física, pela renda e pela escolaridade, além de por outros fatores genético-biológicos e socioculturais em interação. (PAPALÉO NETTO, 1996)

A estimulação é o melhor meio para minimizar os efeitos negativos do envelhecimento e levar as pessoas a viver em melhores condições (ZIMERMAN, 2000). Dessa forma, é fundamental para a população idosa a ativação da capacidade funcional, biológica, física e mental. Nesse processo, o idoso mantém e/ou aprimora sua condição de saúde, desperta sua consciência de ser o sujeito principal da própria vida, aprende a se posicionar e a buscar a satisfação nas realizações do dia-a-dia, exercendo seu direito à alegria, esperança e criatividade. (MOTTA, 2006)

A formação de recursos humanos na área gerontológica também é fundamental para lidar com as consequências do envelhecimento populacional. Isso implica uma concepção de ensino que tenha um enfoque globalizador, o que requer metodologias abrangentes que estabeleçam as possíveis relações entre os conteúdos ministrados e a intervenção na realidade (ZABALA, 2002). Nesse sentido, as atividades extensionistas vêm complementar a formação dos alunos, uma vez que confrontam os conteúdos acadêmicos com outros saberes e técnicas, viabilizando o surgimento de novas produções e conhecimentos. Além disso, cria-se a possibilidade de uma relação de diálogo e comunicação entre os alunos e os idosos no sentido de uma assistência interativa, mais adequada às diversidades do envelhecimento. (CARVALHO, M. C. B. *et al.*, 2002; MARTINS DE SÁ, 2006)

Com o intuito de contribuir para a promoção de um envelhecimento bem-sucedido de moradores de Nova Lima, com idade igual ou superior a 60 anos, professores da Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) da Universidade FUMEC desenvolvem, desde 2005, o projeto de extensão *Melhor Idade em Ação*. Busca-se, também, oferecer aos alunos da área da saúde da FCS/FUMEC a oportunidade de ampliar a percepção da realidade deles, tornando-os mais aptos a trabalhar em equipe e com pacientes idosos, visto que a atuação interdisciplinar é imprescindível para a realização de um trabalho sério em geriatria e gerontologia. Em 2008, foi desenvolvido o *Melhor Idade em Ação IV*, que manteve as ações realizadas com sucesso nos anos anteriores, atendeu à solicitação feita pelos idosos nos três anos anteriores de aumentar a duração do projeto por mais meses, ampliou atuação monitores do projeto e serviu de espaço de prática para os alunos da disciplina de Atividade e Desenvolvimento Humano do Adulto e do Idoso do curso de Terapia Ocupacional.

OBJETIVOS

Em 2008, o projeto teve como objetivo principal proporcionar a melhoria da autonomia, conhecimento e perspectiva de vida de idosos de Nova Lima, por meio de ações educativas programadas por uma equipe interdisciplinar da área de saúde da FCS/FUMEC. Para tanto, foi imprescindível propiciar aos idosos um

espaço que lhes oferecesse informações sobre temas do interesse deles, troca constante de vivências, experiências, ensino e aprendizado de habilidades entre os próprios idosos, buscando a valorização e a melhoria da qualidade de vida deles. Após o desenvolvimento do projeto, buscou-se avaliar qualitativa e quantitativamente as mudanças ocorridas na vida desses idosos.

Outro objetivo trabalhado foi o de oferecer aos alunos da área da saúde da FCS/FUMEC a possibilidade de desenvolver habilidades necessárias à formação profissional deles, como: conduta com os idosos, iniciativa, espírito crítico, responsabilidade, compromisso, solidariedade, respeito e interação com outras áreas profissionais.

METODOLOGIA

Foram selecionados 12 acadêmicos dos cursos de graduação de Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que recebem treinamento por meio de reuniões de preparação e aprofundamento de temas que envolvem saúde e qualidade de vida de idosos. Os acadêmicos foram responsáveis por aplicar os questionários de avaliação, colaborar na organização do material para as aulas, elaborar e desenvolver atividades com os idosos, auxiliar os idosos na execução das atividades propostas pelos palestrantes, e estudar a bibliografia indicada para o desenvolvimento dos trabalhos.

Após a seleção dos monitores, 35 indivíduos idosos foram convidados para participar do projeto, que teve a duração de nove meses. Nesse período, foram desenvolvidas palestras e oficinas com temas que incluíam: diversos aspectos da saúde do idoso (conhecimento do corpo humano, nutrição, depressão, principais doenças, importância do lazer e atividade física, utilização de medicamentos); aspectos políticos e sociais do envelhecimento (formação de grupos de convivência, implicações sociais do envelhecimento, Política Nacional do Idoso); temas de interesse geral, como inclusão digital, a relação entre saúde e religiosidade, resgate ocupacional, adaptações ambientais para a Terceira Idade, oficina de culinária, oficina de memória e apresentação de dança e teatro. Além disso, foram realizadas quatro atividades externas à FCS: visitas ao Museu de Ciências Morfológicas da UFMG, Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte, à Igreja Anglicana e Museu de Mineração em Nova Lima e a festa junina realizada fora das dependências da FCS.

1. Os idosos responderam aos instrumentos de avaliação no início e no final do projeto. Foram aplicados questionários avaliando a condição socioeconômica, a função cognitiva (minimental e desenho do relógio), a presença de sintomas depressivos (GDS-15) e a qualidade de vida (WHOQOL-

OLD), além de um protocolo qualitativo para avaliar a opinião e o nível de satisfação com as atividades desenvolvidas ao longo do projeto, com a equipe organizadora, incluindo alunos e professores, e com os palestrantes. Os acadêmicos, junto com a equipe de professores, avaliavam semanalmente o desenvolvimento dos temas e das atividades, elaboravam e entregavam mensalmente um relatório das atividades realizadas, bem como elaboraram um relatório final, com avaliação de seu desempenho, dos professores orientadores e do desenvolvimento do projeto. Eles foram avaliados quanto à dedicação ao projeto, assiduidade, responsabilidade, capacidade de liderança, apresentação de conteúdos nas reuniões de preparação e condução das atividades com os idosos.

RESULTADOS

O efeito positivo na vida dos idosos participantes foi comprovado pela avaliação qualitativa realizada no final do projeto. Por meio dessa avaliação, pôde-se perceber a importância do projeto para os idosos como um espaço de aprendizado, troca de experiências e reflexão, impulsionando a busca de um novo sentido para a vida.

Outro resultado positivo foi obtido com a criação, o ensaio e a apresentação de peça teatral e de dança pelos próprios idosos, estimulando-lhes a participação, a comunicação e a criatividade.



Foto 1 – Oficina de resgate ocupacional



Foto 2 – Dinâmica de grupos conduzidos pelos acadêmicos

Os participantes, em sua maioria, relataram que aprenderam muito, se sentiram mais ativos, confiantes, comunicativos e animados, além de apontarem aumento na sensação de bem-estar e de alegria e diminuição do sentimento de tristeza, nervosismo e ansiedade no dia-a-dia. As novas relações construídas durante o projeto também apareceram como fonte de satisfação e apoio. Alguns também relataram que aprenderam a lidar melhor com a memória.



Foto 3 – Visita ao museu de Artes e Ofícios



Foto 4 – Translado para o museu de Artes e Ofícios

A oportunidade que os monitores (bolsista e voluntários) tiveram de estudar, elaborar e apresentar palestra e/ou conduzir atividades para o público idoso foi de grande importância pessoal, acadêmica e profissional. Além disso, o trabalho social e interdisciplinar representou um aprimoramento dos conhecimentos teóricos, de trabalho em equipe interdisciplinar, de reforço do compromisso de trabalhar com a promoção da saúde e, principalmente, de desenvolvimento de condutas na relação com pessoas idosas.



Fotos 5 e 6 – Atividades conduzidas pelos acadêmicos

O relatório elaborado pelos alunos da disciplina de Atividade e Desenvolvimento Humano do Adulto e do Idoso, do curso de Terapia Ocupacional, com base na vivência com os idosos e mediante a comparação dos aspectos percebidos com a literatura, mostrou que a experiência é bastante enriquecedora, desperta o interesse dos alunos pela gerontologia e pelas atividades de extensão, além de ajudar na fixação e apropriação do conhecimento teórico adquirido em sala e nos estudos.

O projeto foi apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia em Porto Alegre e o resumo do trabalho foi publicado, junto com os anais do congresso, na revista *Geriatria & Gerontologia*.

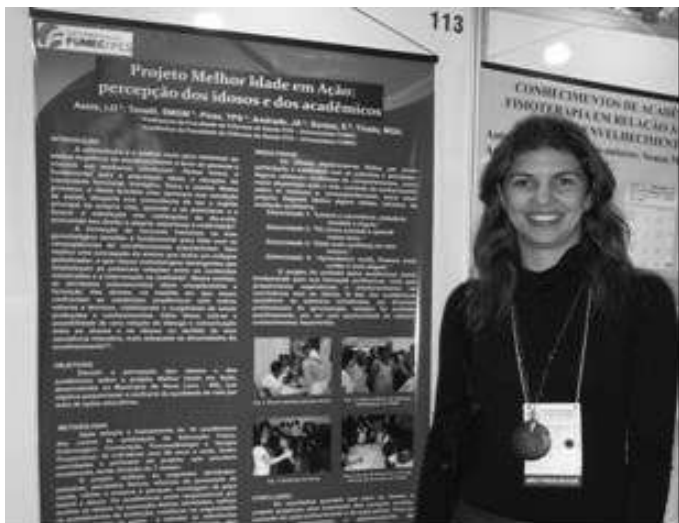


Foto 7 – Apresentação de pôster em Congressos de Geriatria e Gerontologia (Ouro Preto-MG e Porto Alegre-RS)

Os resultados evidenciam a importância da estimulação como um meio para minimizar os efeitos negativos do envelhecimento e levar as pessoas a viver em melhores condições. Desse modo, espera-se que os idosos, ao ampliarem o conhecimento deles e se sentirem valorizados, percebam que a velhice pode ser vivida com qualidade e dignidade.



Foto 8 – Ensaio dos grupos de dança e teatro

Torna-se fundamental a continuidade desse tipo de iniciativa na comunidade, uma vez que as pessoas se sentem valorizadas e têm acesso a informações fundamentais sobre diversas áreas do conhecimento científico, a fim de promoverem o envelhecimento saudável. Acredita-se que a Universidade deva continuar a oferecer e incentivar propostas e atividades que contemplem a Terceira Idade, ampliando suas ações extramuros e assumindo seu verdadeiro papel social.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. C. B., *et al.* *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EducEd.; & Cortez, 2002.

MARTINS DE SÁ, J. L. A formação de recursos humanos em gerontologia: fundamentos epistemológicos e conceituais. In: FREITAS, Elizabete Viana. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MOTTA, A. B. Visão Antropológica do envelhecimento. In: FREITAS, Elizabete Viana. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PAPALÉO NETTO, M. P. *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 1996.

ZABALA, A. *Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar*. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZIMERMAN, G. I. *Velhice, aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

O MARKETING CULTURAL COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULO À CULTURA: O INVESTIMENTO NO FOMENTO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E O RETORNO ÀS EMPRESAS

EQUIPE

Professor coordenador:

Bruno Portela de Lima Fernandes – Mestre em Administração pela Universidade FUMEC e professor da Faculdade de Ciências Empresarias da Universidade FUMEC

Professora colaboradora:

Elaine Porto Guimarães – Mestre em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário UNA, professora coordenadora do Curso de Turismo da Faculdade de Ciências Empresarias da Universidade FUMEC

Aluno bolsista:

Ana Angélica da Silva Fernandez

INTRODUÇÃO

Entende-se por marketing cultural o desenvolvimento de um conjunto diversificado de ações, estratégias e produtos com o objetivo de estimular a produção e a difusão da cultura, entendida no seu sentido mais amplo. Incluem-se nesse conceito, sobretudo, o apoio e o patrocínio a atividades culturais (literatura, dança, música, cinema, teatro, folclore, etc., e manifestações culturais e artísticas em geral) por parte de empresas públicas e privadas.

Segundo Reis (2002), o marketing cultural consiste na combinação de esforços entre empresa e produtores culturais a fim de fazer de um produto cultural um meio alternativo de comunicação empresarial. Quando bem utilizado, esse mecanismo age como qualificador do produto/empresa ao estabelecer uma relação mercadológica entre a produção cultural e os objetivos de comunicação das empresas.

Ao utilizar argumentos psicográficos no processo de comunicação, o marketing cultural atende às necessidades de diferenciação das empresas. Estilos de vida e variáveis da personalidade são alguns dos aspectos psicográficos que podem estar representados no produto cultura: a obra de arte expressa valores simbólicos como qualidade, erudição, prestígio, transgressão, rebeldia, dentre outros. Esse processo, segundo Costa (2004), permite que o indivíduo, ao interpretar o conteúdo da obra de arte, assimile valores simbólicos associando-os à marca/empresa patrocinadora.

CONTEXTO CULTURAL

Segundo Lisboa (1999), com a diversidade dos valores culturais, consegue-se que cada empresa adapte determinado valor artístico ao conceito de imagem objetivado. Essa identificação apropriada permite que a comunicação seja dirigida ao seu público específico, segmentada de forma efetiva.

O governo federal, os governos estaduais e muitos municípios brasileiros têm editado leis com o objetivo de estimular a participação das empresas na produção e difusão da cultura brasileira, como a Lei Rouanet, a Lei do Audiovisual (Federais) e as leis estaduais e municipais. Os investimentos em cultura, no Brasil, têm sido favorecidos após a edição dessas leis.

ASPECTOS DO MARKETING CULTURAL

Para se fazer marketing cultural não há fórmula fechada, pois há variáveis que, conforme combinadas, podem resultar numa excelente ação de marketing. O que manda é a criatividade para atingir o público-alvo de forma a atender os objetivos de comunicação da empresa com os recursos disponíveis (MUYLAERT, 1993).

A promoção da arte, da ciência e do pensamento permitia aos governantes projetar a imagem deles atrelando-a a projetos artísticos e científicos para que permanecessem sempre, ao longo da história, como amantes das artes.

A relação segue ao longo da história, podendo o Renascimento, no final da Idade Média e início da Era Moderna, ser citado como palco de um intenso movimento de valorização das artes. As famílias aristocráticas da época, os altos membros do corpo clerical ou mesmo indivíduos sem título, buscando distinção social e posição de destaque perante outras nações, incentivavam

produções artísticas, financiando parcial ou integralmente o trabalho desses artistas.

Uma terceira fase de atuação do capital privado no suporte à cultura data do final do século XIX, início do século XX, quando, nos Estados Unidos, os novos detentores de fortunas, originários do capital emigrado da Inglaterra, buscavam legitimação social, da qual não eram detentores por direito, por intermédio do patrocínio artístico. São esses “novos ricos” os principais responsáveis pelo fortalecimento da cultura no período.

De acordo com Reis (2002, s.p.),

atualmente, a associação entre capital e artes é revestida de características diversas das apresentadas na evolução histórica. O mecenas deixa de ser necessariamente a classe governante ou seus integrantes, pessoas em busca de status ou poder de afirmação. O grande agente passa a ser a comunidade empresarial, que busca nas atividades culturais atingir os objetivos da estratégia global de comunicação da empresa ou da marca.

O marketing cultural, para Almeida (1992), seria a extensão do marketing empresarial, que utiliza as atividades artísticas como ferramenta de comunicação, buscando a promoção das marcas e produtos das empresas. Já para Fischer (1998), o marketing cultural é o conjunto de ações promocionais baseadas em eventos, atividades culturais ou produtos artísticos com o intuito de criar, desenvolver ou reforçar uma imagem favorável à organização que as patrocinam.

Assim, observa-se que o marketing cultural é um elemento da estratégia de comunicação que visa, sobretudo, à promoção, à defesa, ao patrocínio e à valorização de bens e padrões culturais, sejam de cunho literário, sejam de cunho científico, artístico, educacional, e a vinculação desses valores com a empresa para a valorização da marca ou da instituição perante os agentes econômicos.

MARKETING CULTURAL E A COMUNICAÇÃO

O desenvolvimento da tecnologia e a globalização da economia provocaram e ainda provocam gradativas mudanças nas relações mercadológicas. Barroso Neto (2001, s.p.) afirma que,

na busca de eficiência e excelência empresarial, parece não ser mais satisfatória a tradicional alquimia do cálculo custo-benefício com o aumento da produtividade e a ampliação das vendas no mercado. Os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão

além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental. Pode-se dizer [...] que a eficiência não é só ‘fazer as coisas bem’, segundo as regras de mercado, mas é ‘fazer as coisas boas’, segundo princípios éticos.

A saturação da publicidade convencional levou as empresas a buscar formas de comunicação empresarial que consigam, de forma ágil e eficiente, atrair um público consumidor exigente e diferenciado, conferindo-lhes grande valor de mercado. Isso acontece porque o patrocínio de eventos culturais encontra-se quase sempre associado a uma atividade valorizada socialmente.

Assim, o ganho de imagem alcançado pela associação da arte e da empresa origina-se da transferência de valores próprios da primeira, como beleza, sofisticação, exclusividade, ousadia e prestígio, para os produtos e para a marca da segunda.

Logo, por meio do marketing cultural agrega-se ao produto vendido uma carga simbólica das atividades culturais que oferece aos consumidores mais do que o valor de sua própria utilidade.

Nesses termos, o marketing cultural, utilizando o estabelecimento de relações entre realidades distintas, associa as necessidades e os desejos de expressão do artista ou agente cultural às características, necessidades e vontades de expressão empresarial. E, alcançada uma associação e a identificação, pelo consumidor, de uma manifestação cultural por ele valorizada com uma marca, tende-se a criar um vínculo de fidelidade e preferência por aquele produto, cujo potencial mercadológico se amplia.

A utilização da cultura como instrumento de marketing é, de certa forma, uma maneira de conquistar o consumidor por meio da “emoção”. Como observa com toda propriedade Machado Neto (1999, s.p.), a

alegria, o choro, o riso, a agressividade, a admiração e a inquietação são experiências pessoais que a cultura e a arte podem criar e recriar indefinidamente. Decorre daí, o fato de elas se constituírem um excelente canal de comunicação, porque renovam a capacidade do consumidor de ouvir, ler e assimilar uma mensagem, porque aquela marca ou empresa já presente no cotidiano rotineiro, também está presente no momento da superação, da recompensa proporcionada pela atividade cultural.

A diversidade dos valores culturais permite que cada empresa ajuste determinado valor artístico ao conceito de imagem objetivado. Essa identificação apropriada permite que a comunicação esteja dirigida ao público específico daquela empresa, sendo segmentada de forma efetiva. A segmentação é aqui entendida como a

concentração consciente e planejada de uma empresa em parcelas específicas de seu mercado [...], a empresa opta voluntariamente por concentrar todos os seus esforços

de marketing em determinados segmentos de mercado, possivelmente abandonando outros segmentos, mesmo que constituam potencial. (COSTA, 2004, s.p.)

O marketing cultural pode possibilitar que as empresas patrocinadoras associem sua marca e produtos às ações culturais que a elas se adaptem, visando dar credibilidade e perenidade à sua imagem institucional, despertando interesse, gerando a fidelidade de seus públicos e, se possível, transformando consumidores em defensores. Esse é o princípio orientador do marketing cultural que, segundo Brant (2001), hoje é estruturado como um conjunto de ações planejadas que, lançando mão das ferramentas do marketing, visam ao desenvolvimento da empresa com seu público direto e indireto, por meio da atividade cultural, fundada nos compromissos ético/estético/sociais.

CONCEITUANDO CULTURA

Muitas são as definições sobre o conceito de cultura. Durand (apud FISCHER, 1998) mostra a dificuldade de definir cultura nos dias atuais ao dizer que estamos numa época em que as definições de cultura proliferam: tudo pode ser arte e nada é arte.

Em sua origem, a cultura tem correlação com o termo cultivo, cuidado, relacionado ao sustento físico de dado indivíduo ou de determinada sociedade. Em sentido amplo, refere-se aos padrões de comportamento, ao modo de vida de um povo. Relaciona-se a símbolos, crenças, costumes, valores, dentre outros fatores que caracterizam o homem como membro da sociedade a que pertence.

Conforme Muylaert (1993), o termo “cultura” é definido como o modo de vida de um povo; uma estrutura social no campo das idéias, crenças, costumes, artes, linguagem, moral e direito; leis que traduzem ações, sentimentos e pensamentos de um povo.

Medeiros (1986, s.p.) afirma não haver dúvida quanto ao fato de que “o universo cultural, através de suas múltiplas atividades, oferece extenso campo para as ações de interesse do marketing de inúmeras empresas”. Eis o que esse e outros autores denominam de “cultura no marketing”, ou seja, o marketing de empresas ou instituições que subvencionam eventos artísticos e culturais com, dentre outros, o objetivo de dar suporte à própria imagem.

Nesse sentido, o marketing cultural deve ser entendido como uma zona instável de trocas, nas quais se intercambiam recursos financeiros e valores, imanentes ao produto cultural ou dele derivados, como prestígio e legitimidade, repassados sob a forma de qualidades agregadas a uma imagem social. Tal negociação de produtos tão díspares – recursos financeiros por produção de imagem pública e vice-versa – não pode ser formulada como

necessariamente harmônica, como idealizam muitos textos dedicados ao tema.

Ao associar lógica mercantil e produção de imagem, o marketing cultural, simultaneamente, aproxima-se e diferencia-se da ação do mercado e do Estado, em suas conexões com a cultura. O caráter mercantil da negociação distancia o marketing cultural das iniciativas culturais normais do Estado e aproxima-o da ação do mercado. Em trajetória inversa, a perseguida produção de imagens sociais tem proximidade com certa atuação cultural do Estado, orientada pela necessidade de legitimação social, mas afasta o marketing cultural de uma relação mercantil de realização mais imediata, como aquela inscrita na lógica da indústria e do consumo cultural.

Assim, o marketing cultural, surgido após a Segunda Guerra, em sua novidade, afirma-se como modalidade distinta e contemporânea de organização e funcionamento da cultura, retendo e ao mesmo tempo se distanciando do mecenato, da atuação do Estado e da ação do mercado, em suas feições de mercado de consumo cultural ou de produção de bens simbólicos, orientada por uma lógica de indústria cultural.

OS SENTIDOS DO MARKETING CULTURAL

A popularização da expressão marketing em nosso país veio acompanhada de um específico deslocamento de sentido. Em terras brasileiras, marketing quase passou a significar “promover visibilidade”. Neste trabalho de (re)significação, especial ênfase foi dada ao mix comunicacional do marketing.

Mais recentemente a expressão marketing cultural entrou na moda. A utilização entre especialistas e de modo crescente por um público mais amplo também fez emergir uma larga margem de ambiguidades e indefinições.

O acionamento da expressão marketing cultural não tem sido acompanhado, mesmo entre os especialistas, de uma preocupação com o sentido impregnado na noção. A bibliografia brasileira sobre o tema, composta em sua quase totalidade por relatos de casos (*cases*), não tem enfrentado o problema do significado atribuído ao termo. Isso acontece, por exemplo, com o recente e interessante *Dicionário crítico de política cultural* (COELHO, 1997), que sequer possui um verbete sobre marketing cultural.

Para discutir sobre o que, afinal, se está falando, neste texto são percorridos dois itinerários distintos. No primeiro, busca-se, em uma viagem histórica, encontrar uma especificidade de sentido do marketing cultural, por sua contraposição às modalidades de organização da (produção da) cultura existentes em momentos

anteriores da história cultural. Na segunda trajetória, complementar à inicial, a procura concentra-se na especificidade de sentido do marketing cultural no contexto do próprio marketing.

MARKETING CULTURAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

As organizações que realizam um trabalho de responsabilidade social contínuo e dinâmico conseguem a empatia da comunidade e têm maior possibilidade de subsistir, uma vez que conseguem se adaptar às demandas da sociedade que compõem o ambiente externo da empresa.

Além disso, o incentivo à cultura local é um dos mais importantes e atraentes meios éticos e socialmente responsáveis de construir um vínculo com a comunidade, tendo em vista que demonstra o compromisso da organização com ela.

As empresas conseguem interagir, relacionar-se com o público-alvo, inclusive pela possibilidade de distribuir convites a eventos, fazer mais contatos e fortalecer vínculos. Esse relacionamento permite que se conquiste uma boa reputação perante o público.

Isso melhora a imagem corporativa, atributo intangível importante para as empresas se diferenciarem das demais, já que essa imagem não pode ser copiada, porque é resultado da impressão dos consumidores, que é formada em decorrência de um conjunto de ações da organização.

Além da boa imagem, as ações culturais geram valorização da marca e lhe dão maior credibilidade. Assim, a organização pode conquistar importante posicionamento estratégico.

Tudo isso mostra os benefícios do marketing cultural e social no ambiente externo da empresa. No entanto, há também benefícios internos, uma vez que ações culturais propiciam o *endomarketing*. Por meio do incentivo a projetos, a empresa pode ampliar o acesso de funcionários e de suas famílias aos bens culturais, quando distribui o produto do projeto entre eles. Além disso, a organização expressa os valores da cultura organizacional.

Dessa forma, aumenta-se o estímulo e a auto-estima dos funcionários e proporciona-se a identificação deles com a empresa onde trabalham. Os funcionários sentem mais orgulho de trabalhar em uma organização que tem compromisso com o bem comum e, conseqüentemente, tornam-se mais produtivos e mais fiéis à empresa. Vale salientar também que, assim, a organização amplia a capacidade de contratar e de manter talentos.

E, para que a comunicação por atitude seja eficaz, o patrocínio de projetos deve seguir um planejamento em longo prazo, em vez de se restringir a alguns eventos isolados. Além disso, essas

ações refletem os valores da empresa. Dessa forma, a marca permanece na memória das pessoas e os benefícios para a sociedade vão ser permanentes.

MARKETING CULTURAL: COMO E COM QUAL OBJETIVO

Existem diversas formas de uma empresa investir em cultura, de acordo com o capital que tem disponível, com suas características e objetivos, de acordo com os quais serão definidas suas ações de marketing.

Apoio ou permuta é a participação em eventos culturais mediante a cessão de serviços ou da permuta de produtos. Não há, nesses casos, o investimento financeiro direto por parte da empresa, o que não impede que a empresa investidora obtenha tanto retornos comerciais quanto institucionais.

Já a transferência de recursos aos empreendedores para a realização de projetos culturais visando à participação nos seus resultados financeiros é denominada investimento.

Cabe ressaltar que a maioria das instituições culturais, quando celebra contrato com as empresas parceiras, define a categoria na qual a empresa será classificada, pautando-se em cotas de valores preestabelecidas, segundo as quais a empresa é situada em um dos tipos de gasto acima descritos. É justamente a categoria na qual a empresa é classificada que permite definir o espaço que sua marca receberá de determinado evento ou instituição cultural.

Segundo Machado Neto (2002), o papel promocional da atividade de marketing cultural (que constitui o componente “comunicação” – traduzido do inglês *promotion* – do composto de *marketing*) seria obter retorno de imagem à marca patrocinadora (seja de produto, serviço ou institucional) em termos de simpatia e de aprovação da opinião pública à adoção de tais práticas (o que em relações públicas se caracteriza como obtenção da boa vontade ou *goodwill*).

A modalidade do marketing cultural utilizada por determinada empresa permite perceber sua orientação de mercado e o segmento de público que deseja atingir. Dentre as ações possíveis no âmbito cultural, cita-se a comunicação dirigida, o marketing de relacionamento, a comunicação de massa, a promoção de vendas, o *merchandising*, o tráfego do ponto de venda, as relações públicas, o *endomarketing* e a divulgação da marca.

Em razão do aumento da vigilância social dos cidadãos, tem se tornado comum a adoção ou criação de espaços culturais por parte de empresas que desejam empreender ações de marke-

ting cultural mais constantes e regulares. Pode-se citar como exemplo espaços como o Centro Cultural Banco do Brasil, o Centro Cultural Itaú, o Chevrolet Hall, o Freeggells Music, o Claro Hall e a Usina Unibanco de Cinema.

Existem, ainda, outras ações de marketing cultural utilizadas com frequência que não recebem denominação específica. Pode ocorrer, por exemplo, de artistas integrantes de determinado elenco participarem de campanhas de comunicação de uma marca ou tornar público o fato de utilizarem produtos ou serviços dessa marca. É possível, ainda, promover a venda de produtos ou serviços de determinada marca no local de apresentação de um dado evento cultural ou a elaboração de pesquisas de interesse de determinada marca com o público da ação cultural, formando, assim, um banco de dados detalhado e estratificado.

O marketing cultural é cercado de inúmeros recursos e opções, para aqueles que desejam utilizá-lo. Sua função primordial seria associar a imagem da empresa a manifestações artísticas que levassem seu público-alvo a concluir que, uma vez que o nome da empresa está ligado a uma atividade cultural relevante, então a empresa também possui papel social relevante.

Em termos atuais, é possível distinguir entre a filantropia e o denominado mecenato moderno. Enquanto a primeira é meramente concebida como “um ato de generosidade”, o mecenato moderno é tido como uma estratégia empresarial. É pouco comum, no entanto, a utilização da terminologia mecenato moderno, o que se torna positivo, uma vez que estão em jogo outros aspectos que não o temporal.

Em meio à produção literária sobre o tema, são comuns as divergências sobre as definições que tratam das formas possíveis de relacionamento empresa-arte. A legislação cultural brasileira trata mecenato e patrocínio como termos diferentes. São as seguintes as definições encontradas na Lei n. 8.313/91, comumente conhecida com Lei Rouanet:

- a. Mecenato: é “a proteção e o estímulo das atividades culturais e artísticas por parte dos incentivadores”;
- b. Doação: é “a transferência gratuita, em caráter definitivo, à pessoa física ou pessoa jurídica de natureza cultural sem fins lucrativos, de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos culturais, vedado o uso de publicidade paga para divulgação desse ato”;
- c. Patrocínio: pode se dar de duas formas:
 - “transferência gratuita, em caráter definitivo, à pessoa física ou jurídica de natureza cultural com ou sem fins lucrativos, de numerário para realização de projetos culturais com finalidade promocional e institucional de publicidade;
 - “cobertura de gastos ou utilização de bens móveis ou imóveis, do patrimônio do patrocinador, sem a transferência de domínio, para a realização de projetos culturais por

pessoa física ou jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos.”

A terminologia da Lei Rouanet tem sido bem aceita pelos agentes envolvidos nos processos de marketing cultural, mas existem ainda outras definições a considerar. Lisboa (1999) faz uma diferenciação entre a existência do marketing cultural, do mecenato e de uma espécie de disfunção de marketing cultural, uma simbiose entre marketing cultural em seu sentido puro e o mecenato.

De acordo com essa concepção, os usuários do marketing cultural têm uma visão de negócio no que se refere ao relacionamento com o artista, sendo que cada uma das partes tem algo a contribuir e a ganhar. O mecenas, por sua vez, é caracterizado como um doador que investe em cultura visando, exclusivamente, à satisfação pessoal e acreditando ser o artista o único beneficiado pela relação. Essa visão é compartilhada por Almeida (1992), que afirma ser o mecenato marcado pelo personalismo na decisão, sem razões mercadológicas e com o usufruto dos incentivos fiscais.

Já na disfunção de marketing cultural, o empresário, embora conheça, pelo menos teoricamente, as vantagens do investimento em cultura, não consegue mensurar os possíveis ganhos advindos dele, de forma que sua relação com o artista se encontra pautada por patamares desiguais.

A escolha da atividade a ser incentivada é feita, no marketing cultural, segundo criteriosa análise da relação manifestação artística/estratégia empresarial, o que se deve ao zelo com que essas instituições costumam ter em relação à sua imagem perante seu público-alvo. Isso não ocorre na disfunção de marketing cultural, na qual a definição do incentivo é baseada na visualização do projeto e no gosto particular dos ocupantes dos cargos mais elevados na hierarquia da empresa. Não há, portanto, a busca pela compatibilização entre a atividade artística e os objetivos mercadológicos e/ou institucionais da empresa.

Nas empresas usuárias do marketing cultural, há um planejamento anual, com a utilização de um percentual do faturamento em investimentos em cultura. Tal planejamento não ocorre no mecenato ou na citada disfunção de marketing cultural. No primeiro o investimento é esporádico e não planejado, enquanto, no segundo, depende do surgimento de uma oportunidade.

Com relação às leis de incentivo à cultura, a diferenciação entre as três modalidades definidas por Lisboa (1999) fica ainda mais explícita. No marketing cultural, o percentual destinado ao incentivo independe do amparo das leis, ainda que elas possam ser utilizadas. No mecenato, embora as leis de incentivo sejam consideradas importantes, a manutenção do mecenato não está vinculada a elas, mas, sim, ao desejo particular do mecenas. Na disfunção, as leis de incentivo são consideradas fundamentais, sendo o incentivo plenamente dependente delas.

A aqui denominada por Lisboa (1999) como disfunção de marketing cultural pode ser entendida, talvez mais corretamente, como um estágio de transição entre o mecenato e o marketing cultural. Acredita-se que não existam três modalidades de patrocínio cultural, mas, sim, entendimentos e estágios diversos de sua utilização. É certo que o entendimento do marketing cultural como instrumento de comunicação empresarial é ainda incipiente, assim como a compreensão das diversas formas de retorno que ele pode trazer.

Independentemente da corrente terminológica a ser seguida, fica clara a diferenciação atual existente entre mecenato e patrocínio, tanto relacionada aos objetivos com os quais se investe em cultura quanto à postura do investidor em cultura com relação ao produto cultural.

O QUE LEVA UMA EMPRESA A INVESTIR EM MARKETING CULTURAL?

O marketing cultural vem ganhando força no meio empresarial porque apresenta soluções relativamente baratas a três novas exigências do mercado:

- necessidade de diferenciação das marcas;
- diversificação do mix de comunicação das empresas para melhor atingir seu público;
- necessidade das empresas se posicionarem como socialmente responsáveis.

Ao patrocinar um projeto cultural, a empresa se diferencia das demais a partir do momento em que toma para si determinados valores relativos àquele projeto (por exemplo, tradição, modernidade, competência, criatividade, popularidade, etc.).

Amplia, também, a forma como se comunica com seu público-alvo e mostra para a sociedade que não está encastelada em torno da sua lucratividade e de seus negócios. Ao patrocinar um show, por exemplo, a empresa pode não só associar sua marca ao artista, tipo de música e público, como pode também:

- distribuir amostras de produto – Promoção;
- oferecer ingressos para os seus funcionários – *Endomarketing*;
- eleger um dia exclusivo para convidados especiais – Marketing de Relacionamento;
- enviar mala-direta informando que o show é patrocinado pela empresa – Marketing Direto;
- mostrar o artista consumindo o produto durante o show –

Merchandising

- levantar informações por meio de pesquisas feitas no local – *Database Marketing*
- fazer uma publicação sobre o patrocínio do evento – Marketing Editorial;
- realizar uma campanha destacando a importância do patrocínio – Publicidade

“Marketing Cultural é para empresas que querem construir reputação de mercado, manter seu posicionamento e ética, expor suas marcas de forma qualificada e fidelizar seus públicos de interesse”. (COSTA, 2004, s.p.)

MARKETING CULTURAL NO BRASIL

No Brasil, o setor ainda carece de investimentos, e a maior parte das produções vem sendo realizada com incentivos previstos nas leis Rouanet e do Audiovisual.

Num país em que, para cerca de 90% da população, cultura é o que chega pela tela da TV, incentivar a indústria do setor e democratizar o acesso aos bens culturais continuam rendendo roteiro para uma novela que parece não ter fim. Embora leis de incentivo fiscal para os patrocinadores de projetos deste tipo tenham se tornado o grande instrumento de investimento em cultura no País – dos R\$ 2,4 bilhões investidos entre 1996 e 2001, R\$ 1,6 bilhão vem das leis Rouanet (de 1991) e do Audiovisual (1993) – produtores e consumidores permanecem insatisfeitos e longe de um final feliz.

O problema é que estas leis favorecem o investimento na indústria, não no desenvolvimento social da cultura. Segundo Brant (2001), presidente do Instituto Pensarte, “a maior parte do dinheiro vai para a região sudeste (69%) e é aplicada em projetos de entretenimento e diversão”.

Atualmente, contamos com dispositivos legais de incentivo à cultura que estimulam as doações e patrocínios de empresas e pessoas físicas, mediante a redução de impostos. Sempre houve empresas atuantes no apoio à cultura, independentemente de benefícios fiscais.

Em 1986, com a promulgação da Lei n. 7.505 (Lei Sarney), muitas empresas passaram a patrocinar a cultura. Essa lei vigorou até 1990, quando o governo Collor suprimiu os incentivos fiscais.

Já em 1991, esse mesmo governo criou a Lei n. 8.313 (Lei Rouanet), que vem recebendo aperfeiçoamentos. A Lei do Audiovisu-

al, de 1993, também foi uma das principais razões do chamado “renascimento” do cinema brasileiro nos últimos cinco anos.

Na esteira dessas legislações federais, Estados e municípios passaram a criar legislações, no âmbito dos seus impostos para incentivo à cultura.

CONCLUSÃO

Além das vantagens tributárias, o patrocinador pode obter imensurável retorno por meio do incentivo à cultura. Poucas empresas com potencial real de investimento o fazem e, consequentemente, o desenvolvimento do setor não acontece por puro desconhecimento das ferramentas de marketing cultural.

O valor agregado à marca, a visibilidade, as maneiras diferenciadas de comunicação e, dependendo de prévia negociação, a possibilidade de obter retorno em produtos ou ingressos, no caso de apresentações, para serem distribuídos como brinde, como material didático às escolas carentes e/ou *release* para imprensa, obtendo mídia espontânea, já seriam motivos para que os empresários invistam na cultura.

Analisando do ponto de vista comparativo com outros países e com o avanço da história do Brasil, a Lei de Incentivo à Cultura, bem como todas as modalidades de apoio às atividades culturais em todas as instâncias de governo, devem ser apoiadas pelas empresas. Estas devem, deduzindo o valor transferido de seus tributos, experimentar o apoio à cultura como alternativa de divulgação de produto para um público segmentado, de associação de sua marca com o produto cultural, além de todos os benefícios de mídia proporcionados pelo marketing indireto.

A consequência, mesmo que indireta nesse caso, uma vez que, para os empresários, o fim é a visibilidade, é um cenário cultural mais desenvolvido e uma população com maior acesso a bens culturais. Não se espera da iniciativa privada uma postura de mecenas, mas uma atitude proativa em termos de investimentos culturais. Provado está, todos ganham com isso.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Rômulo. *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural*. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008.

ALMEIDA, Cândido José Mendes de, DARIN, Silvio. *Marketing cultural ao vivo: depoimentos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

ALMEIDA, Candido José Mendes de. *A arte é capital: visão aplicada do marketing cultural*, 1994. Rio de Janeiro. Editora Rocco.

BARBOSA, Adriana de Cássia *et al.* *Marketing cultural e o setor público: a experiência da Fundação Clóvis Salgado*. 2001. Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Habilitação em Administração Pública (CSAP), Escola de Governo (EG) da Fundação Clóvis Salgado, Belo Horizonte, 2001.

BARROSO NETO, Eduardo. *Planejamento, desenvolvimento e gestão estratégica de produtos e serviços culturais*. Belo Horizonte: [s.n.t.], 2001. Mimeo.

BOTELHO, Isaura, As leis de incentivo fiscais à cultura. In: _____. *Marketing cultural: um investimento com qualidade*. São Paulo: Informações Culturais, 1998.

BRANT, Leonardo. *Mercado cultural: investimento social, formação e venda de projetos, gestão e patrocínio, política cultural*. São Paulo: Escrituras, 2001.

CESNIK, Fábio de Sá; MALAGODI, Maria Eugênia. *Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais, busca de patrocínio* – Marketing cultural 2001. São Paulo: Escrituras.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COSTA, Ivan Freitas da. *Marketing cultural: o patrocínio de atividades culturais como ferramenta de construção de marca*. São Paulo: Atlas 2004.

FISCHER, Micky. *Marketing cultural: legislação, planejamento e exemplos práticos*. São Paulo: Global, 2002.

FRANCESCHI, Antônio de *et al.* *Marketing cultural: um investimento com qualidade*. São Paulo: Informações Culturais, 1998.

LISBOA, Simone Marília. *Razão e paixão dos mercados: um estudo sobre a utilização do marketing cultural pelo empresariado*. Belo Horizonte: Arte, 1999.

MACHADO NETO, Manoel Marcondes. *Marketing Cultural: das Práticas à Teoria Ciência Moderna*, 2002.

MEDEIROS, Roberto Pereira. Marketing na cultura e cultura no marketing. *Marketing*, São Paulo, n.148, p. 43-44, fev. 1986.

MUYLAERT, Roberto. *Marketing cultural e comunicação dirigida*. 3. ed. São Paulo: Globo, 1993.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Marketing cultural e financiamento da cultura*. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

ROCHA, Everardo. *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

SANTA ROSA, Eleonora. Os caminhos do patrocínio cultural. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 dez. 1991. Segunda seção.

SCHIRMER, Cristina *et al.* *Palcos e Bastidores: Marketing Cultural em Belo Horizonte*. 1997. Monografia (Graduação) – Publicidade e Propaganda, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

OLIMPÍADA ESPORTIVA CULTURAL FUMEC

EQUIPE

Professores coordenadores:

Georgio Miranda Alves: Especialista em Treinamento Esportivo – Professor da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC

Licene França – Professora da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC

Valdir de Oliveira – Professor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC

Aluna bolsista:

Fernanda Alves Batista

Alunos voluntários:

Adriane Mara Moura Soares Batista Alvarenga, Eduardo Gomes Souza, Evandro Nogueira Salvo, Felipe Furtado de Barros, Flávia Gomes Pires, Janerson Samuel de Jesus, Odília de Cássia Soares Silva, Pedro Rodrigues Silva, Roberta de Freitas França, Rogério Dias de Souza Pinto Abras

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão *Olimpíada Esportiva Cultural FUMEC* é a continuidade de uma proposta que vem sendo desenvolvida há quase uma década e cujo objetivo inicial era complementar as aulas de Educação Física (que constavam na grade curricular de todos os cursos). Neste primeiro momento ele também procura a integração da comunidade da Universidade FUMEC.

Tendo também como um dos seus objetivos essa integração, o projeto *Olimpíada Esportiva Cultural FUMEC*, realizado em 2008, contou com a participação de mais de 500 alunos em 47 equipes que disputaram 94 partidas nas modalidades futsal masculino, handebol feminino, peteca masculino e misto, voleibol masculino e voleibol duplas masculino e misto.

Além do aspecto social, sabemos que a saúde e a qualidade de vida do homem podem ser preservadas pela prática regular de atividade física e que o sedentarismo é uma condição indesejável e apresenta risco para a saúde.

O sedentarismo tem alta incidência em nossa sociedade e possui um significativo risco relativo em relação às doenças crônico-

degenerativas (hipertensão arterial sistêmica, arteriosclerose coronariana, acidente vascular encefálico, obesidade, diabetes melito tipo II, dentre outros). O incremento da atividade física de uma população contribui decisivamente para a saúde pública, com forte impacto na redução dos custos com tratamentos, inclusive hospitalares, uma das razões de seus consideráveis benefícios sociais (ARAÚJO, 1996).

Segundo a Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte (CARVALHO *et al.*, 1996), estudos epidemiológicos vêm demonstrando uma expressiva associação entre estilo de vida ativo e menor possibilidade de morte e melhor qualidade de vida.

Outro ponto a ser levado em consideração é que, atualmente, o esporte é um fenômeno marcante em nossa sociedade, uma vez que se relaciona com os aspectos políticos, históricos, sociais e econômicos. Enraizado no cotidiano das pessoas, ele também se mostra legitimado por grande parte da sociedade como um acontecimento bom, puro, saudável e transmissor de valores dignos, tanto para as pessoas que o praticam como para as que assistem a ele.

Os professores e alunos do curso de Educação Física e de Fisioterapia da Universidade FUMEC, conscientes da responsabilidade social e preocupados com a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica, propõem fomentar a prática da atividade física por meio do esporte na nossa comunidade universitária mediante a realização das *Olimpíada Esportiva Cultural FUMEC*.

OBJETIVOS

GERAIS

- As *Olimpíada Esportiva Cultural FUMEC* têm como finalidade promover a integração social e desportiva do corpo docente e discente, bem como de ex-alunos e do quadro administrativo desta instituição através da atividade desportiva.

ESPECÍFICOS

- Fomentar a prática do esporte com fins educativos.
- Proporcionar maior intercâmbio entre alunos, professores e funcionários.
- Estabelecer um elo de identidade entre aluno/professor/funcionário e sua unidade de ensino.
- Contribuir para a participação integral do aluno/professor/funcionário/ex-aluno como seres sociais, autônomos e democráticos, estimulando o pleno exercício da cidadania.

- Oferecer aos alunos da área da saúde da FCS/FUMEC a oportunidade de ampliar sua percepção da realidade, tornando-os mais aptos para trabalhar em equipe e na atuação em competições esportivas.

METODOLOGIA

Durante o primeiro mês da realização do projeto, foi realizada a seleção dos alunos voluntários e bolsista, o levantamento e a negociação dos locais para a realização dos jogos, o contato com o parceiro e a organização do curso de qualificação dos alunos que trabalharam como árbitros, delegados de competição e socorristas, além da divulgação do evento entre a comunidade universitária.

ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO

O projeto contou com a participação de professores da FCS e FCH/FUMEC, além de alunos voluntários e bolsista da FCS/FUMEC.

A seleção dos alunos, bolsista e voluntários, foi feita por meio de edital próprio do Departamento de Extensão da FCS/FUMEC. Dentre as atividades realizadas pelos alunos bolsista e voluntários, destacam-se:

- aquisição da fundamentação teórica e prática para o desenvolvimento das tarefas propostas, mediante um curso de qualificação ministrado por especialistas da área;
- divulgação no processo de inscrição;
- colaboração na organização do Congresso Técnico e na elaboração dos Boletins Técnicos;
- participação como árbitros, delegados de competição e pronto-socorristas durante toda a competição.

Foi realizada uma avaliação dos alunos pelos professores, considerando: assiduidade, responsabilidade, interesse, prestabilidade em ajudar atletas e professores; participação efetiva nas atividades programadas; e relação com o grupo de alunos.

TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS ALUNOS

Foram realizados dois encontros com o grupo de alunos voluntários selecionados. O primeiro encontro foi dedicado à revisão das regras das modalidades disputadas, das normas e condutas das equipes durante a realização dos jogos para os alunos do curso de Educação Física e de primeiros socorros para os alunos do curso de Fisioterapia. O segundo encontro foi prático, e os alunos tiveram a oportunidade de simular as atuações em situações reais de competição, com orientação dos professores.

DIVULGAÇÃO E INSCRIÇÕES

A divulgação da *Olimpíada Esportiva Cultural FUMEC* foi realizada por meio de cartazes afixados, chamadas no site da Universidade, além da ida de alunos voluntários às unidades para tirar dúvidas dos alunos a respeito do processo de inscrição e da competição.

As inscrições foram realizadas em cada unidade, no início do mês de abril, para o torneio esportivo segundo o regulamento da competição.

ATIVIDADES PROGRAMADAS

Foram realizadas competições de futsal masculino, handebol feminino, voleibol masculino, peteca masculino e misto, voleibol de duplas masculino e misto.

Os jogos seguiram o cronograma estipulado nesse projeto segundo o critério estabelecido pelo Congresso Técnico e premiou com troféus e medalhas os três primeiros colocados em cada modalidade disputada.

AVALIAÇÃO

Professores e alunos se reuniram mensalmente para avaliar o andamento do projeto e levantar possíveis falhas e sugestões para a realização dos jogos, segundo o andamento da competição.

Cada aluno foi avaliado pelos professores considerando alguns pontos, tais como: responsabilidade, iniciativa, trabalho realizado e relacionamento com o grupo.

O projeto foi avaliado mediante a verificação do alcance ou não dos objetivos propostos nos prazos estipulados no cronograma.

RESULTADOS

Os resultados do projeto superaram as expectativas, pois, apesar da transição que ocorreu em razão da modificação do coordenador, todas as atividades propostas foram realizadas.

Foram disputadas 94 partidas nas competições de futsal masculino, handebol feminino, voleibol masculino, peteca masculino e misto, voleibol de duplas masculino e misto envolvendo a participação de mais de 500 alunos que faziam parte das 47 equipes participantes.

Por meio de informações obtidas por entrevistas informais com os alunos/atletas, o impacto foi positivo e a maioria demonstrou interesse em participar novamente do projeto em 2009.

A análise dos formulários de avaliação da bolsista e das afirmações coletadas durante as reuniões com os monitores voluntários apresenta um nível de satisfação bastante elevado, tanto em relação ao processo de qualificação quanto da possibilidade de colocar esse conhecimento em prática durante a participação do projeto.

Os problemas surgidos durante o projeto não lhe comprometeram a realização, mas devem ser analisados e soluções devem ser implementadas. Um dos pontos mais críticos foi conciliar o cronograma da realização das competições com a agenda de compromissos dos alunos voluntários que trabalharam como árbitros, já que estes também fazem parte do quadro efetivo das federações das diversas modalidades.

CONCLUSÃO

Podemos concluir, mediante as informações obtidas dos atletas e entre os próprios alunos monitores, que os objetivos propostos no projeto foram cumpridos, uma vez que houve integração social e desportiva do corpo docente e discente, bem como de ex-alunos e do quadro administrativo da instituição por meio da atividade desportiva,

Pela importância e pela receptividade do público alvo, pretende-se a continuidade deste projeto, realizando as correções necessárias nos pontos que apresentaram problemas e tentando ampliar a participação de toda a comunidade acadêmica na Olimpíada Esportiva Cultural FUMEC.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, T. *et al.* Posição oficial da sociedade brasileira de medicina do esporte: atividade física e saúde. *Rev. Bras. Med. Esport.*, v. 2, n. 4, p. 79-81, 1996.

ARAÚJO, Cláudio Gil Soares de. *Exercício físico e saúde: guia de estudos*: programa de educação e saúde através do exercício físico e do esporte. Brasília: Ministério Extraordinário dos Esportes/Ministério da Saúde, 1996. 20 p.

PASSAPORTE DE LEITURA^{1*}

EQUIPE

Professora coordenadora:

Dulce Helena Braz Soares de Melo – Professora de Língua Portuguesa, Comunicação Intercultural e Teoria Geral da Comunicação na Universidade FUMEC. Graduada em Letras. Especialista em Leitura e Produção de Textos. Mestre em Linguística, Análise do Discurso.

Alunos bolsistas e voluntários:

Caroline Faria Costa

Rubens Natal Giaquinto

INTRODUÇÃO

Ler e escrever são processos importantes para a formação de qualquer ser humano. Parafraseando Drummond, “penetrar no mundo das palavras descortina ao ser humano o caminho do conhecimento, bem como o gosto e a fruição estética” (CARNEIRO; DAYRELL; CONDE, 2004). Além disso, a leitura e a escrita eficientes possibilitam a inclusão e a participação social. Por

^{1*} Neste artigo, apresenta-se o projeto de extensão *Passaporte de Leitura*, sua trajetória, resultados e contribuições no percurso de março a dezembro de 2008. Esse projeto de leitura e escrita, em sua segunda versão, foi desenvolvido em uma escola estadual, no entorno da Universidade FUMEC, cujo público são crianças e adolescentes, moradores, em sua grande maioria, do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. O projeto tem o apoio da Pró-Reitoria e Coordenadoria de Extensão da Universidade FUMEC e atende uma turma de alunos de 7ª série do Ensino Fundamental, bem como a professora que acompanha a turma. A intenção com o projeto *Passaporte de Leitura*, 2008, foi motivar a inserção dos educandos, público do projeto, no mundo dos textos escritos de forma prazerosa e que aos poucos fosse sendo aprofundada com leituras de gêneros diferenciados e o preenchimento do *Passaporte de Leitura*. Esse instrumento de leitura e escrita, *Passaporte de Leitura*, cria uma analogia entre leituras e viagens. A leitura, como ferramenta, pode possibilitar uma “viagem mental pelo mundo das palavras escritas”, desenvolvimento da cognição, formação de uma “bagagem enciclopédica” e propiciar relações intertextuais e, muitas vezes, o reconhecimento e a diferenciação do eu no(s) Outro(s) descrito(s) nos livros. Busca-se, com isso, propiciar, ao leitor “viajante” a construção da autoria de um sujeito-leitor em interação com o mundo da leitura e da escrita. Alia-se a essas questões a discussão sobre o letramento como caminho possível de ser trilhado por meio da leitura e da escrita, bem como da experiência com gêneros textuais variados. Acreditamos que o incentivo à leitura pode, enfim, possibilitar ao sujeito o desenvolvimento de sua capacidade leitora e a consequente interação com o mundo social e cultural.

meio da escrita, podemos nos fazer ouvir e por meio da leitura podemos dialogar com as diversas vozes da história e dos textos que nos rodeiam. A leitura e a escrita são instrumentos de desenvolvimento da sensibilidade do sujeito, seu gosto artístico, como também uma forma de ampliar sua maneira de ver e entender o mundo.

Vivemos em uma sociedade com tecnologias altamente elaboradas de escrita, representada por símbolos aos quais temos de ter acesso para a participação social efetiva. Porém, infelizmente, não são todos que têm acesso à educação de qualidade; não são todos que dominam com proficiência a leitura e a escrita seja social, seja acadêmica; não são todos que decifram o universo da leitura; não são todos que, além de conseguir a alfabetização, de fato se tornam sujeitos letrados para assumir uma participação social/política efetiva e crítica.

Sabemos que a maior parcela de nossa população, embora hoje possa estudar, não chega a ler. A escolarização, no caso da sociedade brasileira, segundo Kock (2002, s.p.) “não leva à formação de leitores e produtores de textos proficientes e eficazes”, já que a leitura, aqui entendida por nós, não se resume somente em decodificar os sinais gráficos da escrita ou em encontrar informações em um texto, mas, também, em assumir uma atitude de diálogo com os textos, por meio da qual se exerça um comportamento de discussão e participação do mundo social e cultural.

Nesse sentido, promover ações que possam despertar para o prazer de ler e produzir textos é uma oportunidade de potencializar as possibilidades de cidadania e participação social. Não oferecemos grandes passos, mas queremos ser aqueles que auxiliam em pequenas ações que buscam despertar o cidadão a querer mais possibilidades para si, a ser um bom leitor da sociedade onde vive, alguém que, por meio da leitura e da escrita, se faz ouvir e também ser lido.

O PROJETO PASSAPORTE DE LEITURA



Foto 1: Passaporte de Leitura



Foto 2 – Aluno do projeto em momento de leitura

O projeto *Passaporte de Leitura* foi apresentado, no final de 2006, ao Programa de Extensão da Universidade FUMEC – PRO EX – e está em sua segunda versão. Na primeira versão, em 2007, discutimos sobre as práticas de leitura dos alunos, procurando conhecer-lhes as motivações e representações sobre a leitura. Enfocamos a leitura prazerosa, o contato com materiais de leitura, com gêneros textuais variados, sem, necessariamente, solicitar uma escrita dos alunos que fosse associada às leituras. Nosso foco estava na motivação ao gosto pela leitura e na possibilidade de leitura de gêneros e tipos textuais diversificados.

Nessa segunda versão, em 2008, apresentamos a proposta de um trabalho de leitura por meio do qual foram buscadas atividades associativas de leitura e escrita registradas em um documento denominado *Passaporte de Leitura*. Esse objeto é semelhante a um passaporte de viagem em que o aluno, após selecionar os textos e lê-los, registra-os por escrito no documento de leitura: dados de identificação do texto lido: gênero, nome do texto, autor, data do texto, editora, data da leitura; um resumo do texto lido e um comentário. Ao mesmo tempo, o documento de leitura funciona como um objeto lúdico que associa as leituras a viagens imaginárias e passeios em mundos que se descortinam por intermédio dos textos. Visa ao incentivo à leitura de gêneros variados, além de trabalhar de forma integrada com a leitura e a escrita.

O projeto é baseado em estudos de Bamberger (1975) sobre leitura. O pesquisador aponta pesquisas internacionais e trabalhos práticos na área da leitura, levando-nos a entender que o ensino da leitura, orientado mediante estratégias e técnicas educacionais, pode estar a serviço do aprimoramento humano. Com base nos estudos de Bamberger, fizemos uma adaptação do modelo de *Passaporte de Leitura*, proposto pelo autor (1995),² com a intenção de incentivar a prática da leitura associada a uma escrita de registro. Essa escrita, especialmente o resumo, resulta de um processamento da leitura, compreensão e sumarização, uma produção elaborada e importante para o desenvolvimento da habilidade de leitura, compreensão e síntese.

Além dessa atividade elaborada de leitura, síntese e produção, nossa principal motivação³ foi procurar despertar, no público-alvo do projeto *Biblioteca – Passaporte de Leitura*, o gosto pela leitura. Para isso, levamos os “viajantes” a empreender a tarefa de ler textos em suportes variados (CDs, cinema, livros, revistas, jornais, teatro...) manusear materiais de leitura, assistir a filmes, ouvir histórias, músicas, a discutir essas leituras e a registrá-las não somente no Passaporte, mas também em outros suportes e gêneros textuais como cartazes, desenhos, poesia e depoimentos. Com essas atividades no desenrolar do projeto, estamos sempre em busca de valorizar a atitude de ler, como também despertar nos alunos um interesse maior pela leitura. Compartilhando os livros, as histórias, as opiniões, os personagens, os sentimentos, as afinidades, o medo e o prazer, buscamos criar um clima de interlocução entre sujeitos e leituras e entre sujeitos e participantes do projeto, inseridos no ambiente escolar.

Nosso projeto compreende a leitura, também como uma prática social, uma interação entre leitor e texto, em que instigado

² Trata-se de um objeto semelhante a um passaporte de viagens que associa, de forma lúdica, as leituras a viagens no mundo dos textos, feitas pelos alunos no decorrer de um ano letivo. As viagens (leituras) são registradas no passaporte e carimbadas por um responsável pelo controle do passaporte, normalmente o professor. Esse modelo original possui questões de múltipla escolha sobre a compreensão de certos livros indicados no documento.

³ Participam do Projeto de Extensão *Passaporte de Leitura*, em 2008, Rubens Giaquinto e Caroline Faria, alunos do Curso de Psicologia da Universidade FUMEC.

pelo que lê, o leitor produz sentidos, dialoga com o texto, com os intertextos e com o contexto, ativando o seu conhecimento interno.

A ESCOLA E O PÚBLICO DO PROJETO PASSAPORTE DE LEITURA



Foto 3 e 4 – Alunos em momento de leitura de revistas e jornais

A escola onde o projeto foi desenvolvido fica no entorno da Universidade FUMEC. Trata-se de uma escola que recebe, em sua grande maioria, alunos do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, representantes de uma classe social carente de recursos básicos de acesso à cultura e à saúde.

A escola passa por uma reforma no espaço físico há dois anos, tem recebido alguma atenção do governo nesse sentido, embora tudo muito demorado e burocrático, segundo relato de funcionários da escola. A despeito disso, apresenta, ainda, muitas necessidades básicas, no que se refere ao material educacional, como livros de literatura, de pesquisa e acesso à informática. E, somado a isso, nesses dois anos em que estivemos na escola com o projeto, não havia lá uma biblioteca. Ao que nos parece, os livros que a escola tem estão em caixas, longe do acesso dos alunos, e a biblioteca, ainda no final de 2008, dependia de verbas para pintura e montagem das estantes.

O público-alvo do projeto se compõe de adolescentes na faixa de idade entre 12 e 14 anos. Alguns alunos faltam significativamente às aulas e outros param de frequentar a escola no decorrer do ano letivo por motivos variados ou até desconhecidos para a professora. Houve, também, dias sem aula, ou por greve dos professores por melhores salários e condições de trabalho, ou por reuniões dos professores em conselho de classe. Além disso, houve mudanças significativas, ao longo do ano, nos horários de aula de Português, o que acabou fazendo com que reformulássemos nossos horários do projeto, o que prejudicou a continuidade de um processo de leitura iniciado em semanas anteriores. Somado a esse fato, alguns alunos não possuíam material escolar básico e tinham um aparente desinteresse pela escola como ela se apresenta a eles. Por outro lado, tivemos alunos que se mostraram interessados pela leitura de livros de aventura, revistas de super-heróis e alunas mais interessadas na leitura de romances, músicas e revistas de curiosidades. Podemos dizer que os meninos sobressaíram às meninas no que diz respeito ao interesse pela leitura. Creditamos o menor interesse das meninas à fase adolescente por que passam, pois se mostraram muito preocupadas com outros meninos mais velhos de outras salas. Davam sinais de vaidade com o cabelo e com o rosto, pintando o rosto, ou algumas se dizendo apaixonadas, por vezes chorando ou contando histórias fantasiosas, como foi o caso de uma menina de 12 anos que dizia estar grávida de um menino da série posterior à dela. A professora da turma que nos acompanhava disse que parecia ser uma informação fantasiosa da adolescente, quando a indagamos sobre o fato.

Nesse contexto, procuramos estar perto dos alunos, levando-os a um passeio na Universidade FUMEC para uma sessão de cinema comentado e um lanche coletivo, a fim de nos conhecermos melhor e de possibilitar maior abertura no relacionamento. No decorrer do ano, na ausência de uma biblioteca na escola, nosso trabalho se pautou pela idéia de uma biblioteca ambulante. Levávamos, semanalmente, para a sala de aula, os livros adquiridos para o projeto no final de 2007, alternando a leitura de livros com revistas em quadrinhos, como as revistas *Superinteressante*, *Galileu* e *Mundo Estranho*; jornais; audição de música e sessão de filme comentado; num processo que envolveu

motivação e discussão das leituras, o relato de histórias, reconto pelos alunos, discussão sobre gêneros textuais no percurso de alguns gêneros lidos, assim como o tipo textual predominante neles. Tivemos, também, a produção dos gêneros cartaz, depoimento, resenha, produções por meio das quais buscávamos explorar o lúdico associado à leitura e a construção de uma escrita associada com as leituras.

REVISÃO DA LITERATURA

Sabemos que é tarefa da escola, como uma agência do letramento⁴ que se destaca socialmente por seu grau de importância na vida das pessoas, propiciar aos educandos recursos que os capacitem a usar a escrita⁵ de forma competente no contexto escolar e também fora dele. Britto (2003, p. 22) pondera que “o que se deve buscar com o ensino da escrita na escola é a ampliação do conhecimento linguístico do sujeito, criando condições para que possa usar a leitura e a escrita como instrumento de participação social”. No entanto, o letramento, entendido como processo, não se inicia na escola e não termina ali como muitos pensam. Ele se constitui nas interações familiares, nas relações com a comunidade, passa pela escola e continua a fazer parte da vida dos sujeitos sempre que eles estão expostos a situações que envolvem o uso da escrita nas suas práticas cotidianas.

O que a escola deve promover são condições para que o aluno adquira outros domínios para se inserir no mundo da escrita de forma cada vez mais competente, saber e poder operar com os objetos culturais e com os discursos da cultura escrita, o que demanda ter a informação, saber manipulá-la e inseri-la em determinados universos referenciais.

Assim como a escrita, a leitura é um ato cultural, um ato de posicionamento político exercido nas práticas sociais:

Ela se faz sempre sobre textos que se dão a ler, textos que trazem representações do mundo e com as quais o leitor vê-se obrigado a negociar, já que, ao ler um texto, o leitor mobiliza dois tipos de ‘informações’: aquelas que se constituíram em sua experiência de vida e aquelas que lhe fornece o autor em seu próprio texto. (GERALDI, 1996, p. 125)

Apoiando-nos em Soares (1991), Britto (2003), Kleiman e Morais (1999) e Geraldi (1996), concebemos a leitura como um ato em

4 O termo “letramento” é uma versão da palavra inglesa *literacy* para o português. Do latim *littera* (letra) mais o sufixo *-cy* (qualidade, condição, estado, fato de ser...), *literacy* pode ser traduzido como estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever; resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever. (Cf. SOARES, 1998)

5 Estamos estendendo o conceito de escrita para abranger tanto as atividades de leitura como as de produção de textos.

que se compartilham experiências, trocam-se informações, fazem-se inferências, constroem-se significados decorrentes tanto das pistas textuais como das nossas experiências; e, ainda, quanto mais se lê, mais se detectam vestígios de outros textos naquele que se está lendo e mais fácil se torna perceber as suas relações com outros objetos culturais e, portanto, mais fácil é a sua compreensão. (KLEIMAN; MORAIS, 1999)

Como membros e leitores de um grupo social, torna-se fundamental, então, que tenhamos acesso a atividades de leitura/escrita o mais diversificadas possível. O domínio sobre elas também se faz importante, já que constituem as experiências comunicativas de interação entre os sujeitos. Para enfatizarmos a importância da escrita em nossa vida, trazemos as palavras de Marcuschi (2001, p. 16):

Numa comunidade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais que uma tecnologia. Ela se tornou um bem indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos, ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno.

A escrita, dessa maneira, é vista como um objeto de comunicação, com função interativa entre aqueles que a ela recorrem nos seus diversos atos cotidianos. E, como estamos focalizando neste trabalho o letramento, pensamos, como Britto (2003, p. 50), que o objeto de ensino a ser privilegiado na escola é a leitura e a escrita, bem como os usos da língua em situações de instâncias públicas que, em última análise, se orientam pelos gêneros textuais. A abordagem sobre os gêneros textuais, aqui, é tomada à luz dos estudos de Bakhtin (1992, original de 1929; 2000, original de 1979), Marcuschi (2000, 2001) e Schneuwly (2004). Da leitura que fazemos desses autores podemos, de forma generalizada, afirmar que os gêneros são textos sócio-historicamente situados e devem ser pensados nas situações comunicativas de uso da língua. Como esses autores, acreditamos que a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas, e a reflexão sobre a sua funcionalidade no circuito social não somente amplia sobremaneira a competência linguística e discursiva dos alunos, mas também lhes aponta inúmeras formas de participação social que eles, como cidadãos, podem ter, fazendo uso da linguagem (CEREJA, 2002).

O estudo dos gêneros, em sua variabilidade, pode fornecer ao estudante da língua possibilidades de ampliar suas habilidades de leitores e de produtores de textos. Por consequência, ao pressupor ações muito mais amplas do que somente ler e escrever, as experiências com os gêneros traz maturação para o processo de letramento desses sujeitos. O letramento, para Soares (1998), consiste em um grande número de diferentes habilidades, competências cognitivas e metacognitivas, aplicadas

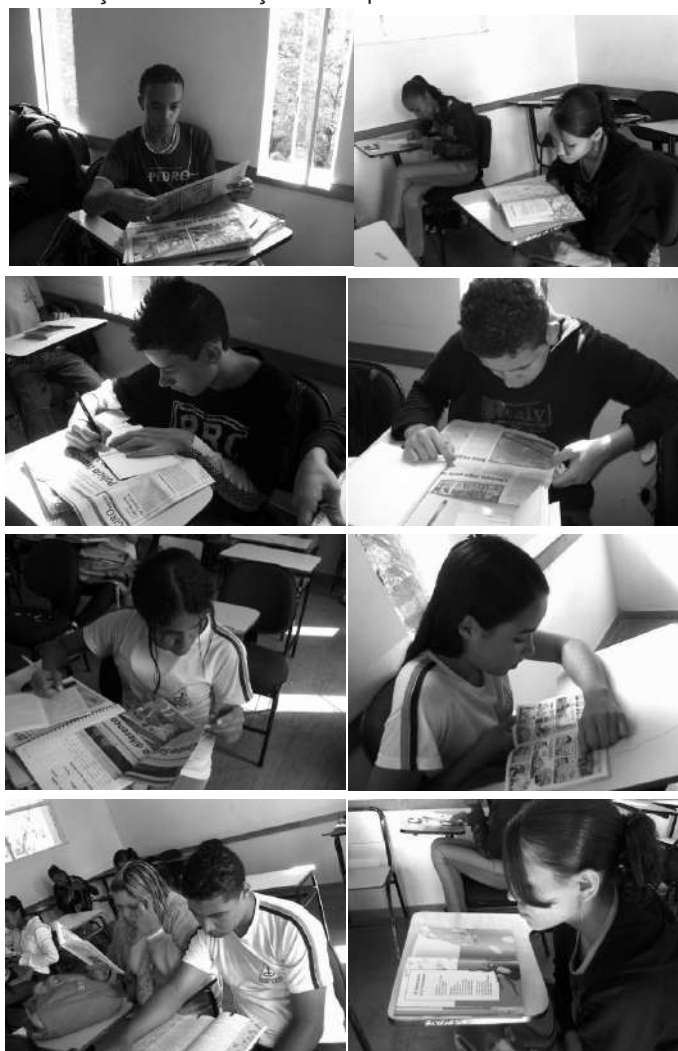
a um vasto conjunto de materiais de leitura e gêneros da escrita e refere-se a uma variedade de usos da leitura e da escrita praticada em contextos sociais diferentes. Traz a idéia implícita de que a escrita/leitura tem consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas tanto para o indivíduo quanto para o grupo social. Para Kleiman (1995), o letramento é considerado um conjunto de práticas sociais cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder. Diz Kleiman (1995, p. 7) que,

em sociedades tecnológicas, industrializadas, a escrita é onipresente. Integra cada momento de nosso cotidiano, constituindo-se numa forma tão familiar de fazer sentido de nossa realidade que seu uso passa despercebido para os grupos letrados.

Esses grupos fazem uso das experiências e práticas de uso da leitura no seu dia-a-dia – por exemplo, ao listarem objetos de compras, ou atividades, e/ou compromissos nas agendas; ao consultarem catálogos ou mapas; ao preencherem cheques; ao interpretarem os diversos textos do cotidiano, como *outdoors*, faixas, letreiros, sinalizações, símbolos... – ou seja, realizam ações quase comuns em suas práticas de leitura e escrita, mas que “representam verdadeiros obstáculos para os grandes grupos de brasileiros não-escolarizados, que não tiveram acesso à escola, ou foram prematuramente expulsos dela” (KLEIMAN, 1995, p. 7). Acrescentamos nesse grupo aqueles que somente foram alfabetizados, mas não se envolvem com as práticas sociais de escrita, quase que somente decodificando os sinais e códigos da escrita cotidiana ou do seu ambiente de trabalho, não participando efetivamente das situações sociais que envolvem o uso da escrita e não ampliando suas experiências de leitura e de escrita social: não lêem os jornais de grande circulação nacional, não têm acesso a revistas de qualidade informativa – como científicas ou literárias –, não se envolvem com leituras mais complexas e que exigem mecanismos de processamento intelectual mais sofisticados. Seria preciso que o domínio de usos mais sofisticados da escrita e da leitura fosse acessível a uma grande maioria de pessoas, não somente às pessoas escolarizadas, já que se supõe que estas possuem de forma diferenciada de outras não escolarizadas, desenvoltura com e nas atividades de leitura e escrita sociais, o que nem sempre é verdade, como vemos na realidade. A inabilidade com que um grande número de pessoas, pensando no Brasil, lida com a leitura é uma questão que preocupa ou que deveria preocupar o sistema educacional de maneira geral. O objetivo essencial, cremos, da busca do conhecimento e dos estudos sobre o fenômeno do letramento é viabilizar elementos de ação e de análise que possam auxiliar os educadores e as políticas da educação a instrumentalizar o cidadão para lidar com as estruturas de poder na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acreditamos que o mais importante nesse projeto é o processo e não o resultado, pois buscamos, no desenrolar do nosso trabalho, despertar o interesse por atividades de leitura e a discussão delas, e o que fica para nós é o trabalho em processo e não findado. Há muito ainda nesse caminho do processo educacional de cada um. Muito ainda podemos fazer como educadores: ações empreendedoras, discussões, contato animador com o aprendiz. Passamos pela vida desses adolescentes deixando uma mensagem sobre o ato de ler e possibilitando leituras diversas em suportes diferenciados. Alguns estão abertos para recebê-las, outros não estão no seu momento melhor. No decorrer do processo, com certeza, houve alguns que se envolveram, que entraram no mundo da leitura, que, de alguma maneira, foram despertados para a ação dialógica da leitura. Esperamos que esses sejam multiplicadores dessa prática e que, para eles, a leitura faça uma diferença no seu processo educacional.



Fotos – Alunos em momento de leituras e preenchimento do
passaporte

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1989.
- COELHO, Bethy. *Contar histórias: uma arte sem idade*. São Paulo: Ática, 1990. 78 p.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999a.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAMBERGER, R. Como incentivar o hábito de leitura. São Paulo: Ática, 1995. Série Educação em ação. Original: *Promoting the reading habit*. UNESCO, 1975.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *Contra o consenso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- CARNEIRO, Mirian Chaves; DAYRELL Mônica Maria Machado Simões de Souza; CONDE, Narriman Rodrigues. Projeto Mala de Leitura. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 7°. *Anais...* Belo Horizonte, 12 a 15 set. 2004.
- COSTE, D. Leitura e competência comunicativa. In: GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Pulcinelli; OTONI, Paulo (Org.) *O texto: leitura e escrita*. São Paulo: Pontes, 1997.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. 33 ed. São Paulo: Cortez, 1997 (Coleção Questões da nossa época, v. 13).
- FRIER, Catherine. Relação com a escrita e recurso de inserção. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 81-96, 2° sem. 2002.
- GERALDI, João Wanderley (Org.) *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas, SP, Mercado de Letras, 1996.
- KLEIMAN, A. *Leitura: ensino e pesquisa*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- KLEIMAN, A. (Org.) *Os significados do letramento*. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.
- KOCK, I. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEFFA, Vilson J. Perspectivas no estudo da leitura: texto, leitor e interação social. In: LEFFA, V. J; PEREIRA, Aracy, E. (Org.) *O ensino da leitura e produção textual: alternativas de renovação*. Pelotas: Educat, 1999. p. 13-37.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2000 (versão preliminar, inédita).
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINE (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP, 2001.
- RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN A. B. (Org.). *Os significados do letramento*. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.
- SOARES, Magda Becker. Letramento. *Um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica. 1998.
- SCHEUWLY, B.; DOLZ, J. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. Tradução de Gladis Sales Cordeiro. *Revista Brasileira de Educação*, n. 11, p 5-16, maio/ago. 1999 (original de 1997).
- SCHEUWLY, B.; DOLZ, J. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. Tradução de Gladis Sales Cordeiro. *Revista Brasileira de Educação*, n. 11, p. 5-16, maio/ago. 1999 (original de 1997).
- SCHEUWLY, B. Gêneros e tipos de texto: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHEUWLY, B.; DOLZ, J. *et al. Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

PATHÉ: HISTÓRIA DE UM CINEMA E DE UMA REGIÃO^{1*}

EQUIPE

Professora coordenadora:

Ana Paola de Moraes Amorim Valente - Mestre em Ciência da Informação pela Escola da Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e professora da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC

Alunas bolsistas:

Amanda Silva Lelis

Roberta Kíssila Santana de Andrade.

Até nossos melhores sentimentos podem ser traiçoeiros. Uma pessoa chega e se lembra de um lugar com tamanha saudade que até seus defeitos são evocados como qualidade. Há que se desconfiar de um depoimento dessa lavra. Mas como compreender os sentimentos dessas lembranças sem considerar o contexto em que ela é evocada?

Essa foi uma das experiências vivenciadas no projeto de extensão *A Savassi vista do Pathé: uma das muitas histórias de BH*, que desenvolvemos com o financiamento da Universidade FUMEC. Em uma das reportagens, Ataídes Braga, professor de cinema e notório militante da causa em Belo Horizonte, lembrou como a falta de tratamento acústico do prédio do extinto Cine Pathé interferia dentro da sala, virando, nos casos em que ele lembrou, uma fonte de interação da platéia. Eram casos cômicos, até divertidos, como se pode observar no seguinte trecho da reportagem em questão:

... certa vez assistia no Pathé ao filme O nome da Rosa, clássico do autor italiano Umberto Eco (sic), adaptado para o cinema. Em uma das cenas, o assassinato de uma das personagens gera dúvida sobre o que fazer com o corpo. Ironicamente, do lado de fora do cinema, no mesmo instante, uma ambulância passava pela avenida Cristóvão Colombo. O trânsito já denunciava o caos em que mais tarde se transformaria a avenida e o veículo com sirene aberta parou entre os carros.

Quem lê desavisadamente o trecho acima pode ficar na dúvida sobre a importância de preservação de um prédio como o Pathé, pois é um dos pontos que pode revelar o descaso a que chegou

^{1*} Artigo feito com base no projeto de extensão *A Savassi vista do Pathé: uma das muitas histórias de BH*.

em seus últimos dias de funcionamento como sala de cinema. O Cine Pathé, inaugurado com pompa em 1948, foi fechado 51 anos depois, praticamente sem nenhum sinal de sua época de ouro: instalações precárias e público escasso dentro de um prédio que teve sua fachada e *hall* tombados pela Gerência Municipal do Patrimônio antes do fechamento. O tombamento do Cine Pathé preserva a arquitetura, mas não é suficiente para sustentar o patrimônio imaterial, dependente de uma ação política mais vigorosa para revitalização do espaço com preservação de sua função cultural. Ao mesmo tempo, se não é suficiente, o processo de tombamento é fundamental para que a proposta de preservação do patrimônio imaterial não se perca no tempo e seja vencido pela especulação imobiliária, como aconteceu com o não menos importante Cine Metrôpole, na Rua da Bahia, onde a construção do Bradesco não permite nenhum traço de memória do que aquele espaço representou para Belo Horizonte.

A preservação de um patrimônio imaterial da região da Savassi foi a principal idéia que motivou o desenvolvimento do projeto. Por sete meses, nos envolvemos com produção de reportagens que buscavam recuperar a história da Savassi com base nas memórias do cinema. Quando começamos, o prédio já era estacionamento. Depois de fechado, virou igreja e foi, também, centro comercial. A fachada preservada não guarda nem o nome do antigo cinema, cujo registro da memória, na região, está limitado ao ponto de ônibus em frente ao prédio.

O depoimento de Ataídes Braga, em uma reportagem sobre a tendência vivida a partir da década de 1990 de levar as salas de cinema, em tamanho reduzido, para os shoppings, se deu nesse contexto. Cinemas como o Pathé, com 800 lugares e na rua, ficam anacrônicos. Some-se a isso o fato de o Pathé ter se firmado como um cinema de arte, com filmes fora do circuito comercial que atraem grandes públicos e bilheterias mais rentáveis. O significado de um cinema que participa da vida da cidade, que está na rua, que promove encontros e a ocupação de espaços urbanos foi a proposta da matéria, publicada na edição 41 do *Beagá Savassi*.

A saída dos cinemas das ruas é marco do que muitos analisam como encerramento de uma época e sinaliza para os problemas que podem advir com a perda de referência de ocupação de espaços urbanos. A rua deixa de ser local de convivência, de encontros e vivências e passa a ter uma função meramente funcional, mercantil, ocupadas prioritariamente por lojas.

Nas reportagens em que pedíamos ao entrevistado rememorar lembranças do Pathé, não poucos ressaltaram a importância do antes e do depois do cinema. Como a de Fábio Leite, crítico de cinema do jornal *Hoje em Dia*, não engrossa o coro da saudade, embora se alie na defesa da revitalização do espaço para recuperar sua função cultural desde que o readequando aos dias de hoje. "A Savassi precisa manter esse seu histórico cultural, não

podemos deixá-la perder isso”, observa. O histórico a que ele se refere diz respeito ao papel do cinema na formação dos cinéfilos belo-horizontinos, como está presente em uma de suas falas:

Esse encontro com os amigos e nossa conversa no final das apresentações eram o melhor lazer. De certa forma, fomos influenciados um pelo outro. Todos os meus amigos que passaram pelo CEC (Centro de Estudos Cinematográficos) e viram, comigo, filmes no Pathé, hoje trabalham com cinema.

Fábio Leite comenta que o Pathé, assim como outras grandes salas de cinema, não acompanhou as mudanças tecnológicas e não se adaptou aos novos tempos com mais e diversas atrações. Cabe a pergunta que nos perseguiu por boa parte do projeto: Ele (o prédio) não acompanhou ou foi entregue à própria sorte por falta de interesse comercial? Afinal, o que fez com que um espaço com tamanha importância como o Pathé deixasse de passar por transformações para preservar sua função inicial?

Geraldo Veloso, que na década de 1960 criou a *Revista de Cinema*, é categórico. Para ele, o Cine Pathé “deu à Savassi o caráter que ela guarda até hoje”. E que caráter é esse? “No final da década de 60, houve uma mudança para filmes de arte, diferente dos Hollywoodianos exibidos anteriormente, o que atraía uma juventude Cult, contribuindo para a formação do perfil do bairro”, comenta.

O perfil que os saudosos do Pathé traçam da Savassi a partir dele é trabalhado pelo viés cultural, enquadrando não um tipo de atividade comercial, mas uma possibilidade de produção em uma região da cidade. Veloso também não é saudosista e tem dúvidas sobre a viabilidade de restauração e revitalização do prédio. Assim como Fábio Leite, acredita que os tempos são outros. Mas não despreza o valor da memória do lugar.

Uma outra pista do caráter da Savassi que se formava a partir da época de inauguração do Pathé está na fala de Aluizio Mendes, um dos integrantes da “terrível” Turma do Abrigo Pernambuco, ou simplesmente Turma da Savassi, como ficaram conhecidos. A inauguração do Pathé foi uma beleza para esses jovens irreverentes da década de 1940 e para os moradores da região, não somente pela localização, pois antes dele o mais próximo era o Metrôpole, na longínqua rua da Bahia, como pelo fato de o Pathé não exigir terno e gravata para entrar como os outros. Um prato cheio para a juventude, relembra Pacífico, lembrando uma época em que o Pathé ainda não havia aderido ao cinema de arte. Mas estava definido: no cinema da Savassi a marca era da informalidade. Assim era a frequência do lugar.

Celina Albano, autora do livro *Cine Pathé*, da coleção “BH, a cidade de cada um”, fala carinhosamente do Pathé como “nossa central de lembranças”. Em seu livro, ela reúne histórias sobre

o cinema que, segundo ela, marcaram uma geração inteira que morava ou frequentava a Savassi.

A Turma da Savassi é um caso à parte e também carece de ter sua história contada à parte, assim como as sessões do Cine Grátis, na Praça da Savassi, “disputando público com o Pathé”, como lembra Márcio Quintino, criador do projeto, e o Centro de Estudos Cinematográfico, outra fonte inesgotável de memória. Esses espaços guardam valiosos trechos de uma cidade de 111 anos.

O que objetivo com nosso projeto é questionar e refletir sobre o processo de formação de identidade de uma região e de como os espaços culturais contribuem para isso. Identificar esses traços é uma forma de manter para novas gerações referências que podem continuar abrindo novas possibilidades para desenvolvimentos futuros. Significa manter presente a concepção de processo histórico. Cuidar do registro de cada um que compõe essa identidade é também tarefa do jornalista, uma responsabilidade que nos conduziu nos sete meses de trabalho e que, esperamos, continue a render bons frutos. Precisamos saber olhar para trás para podermos cumprir nossa tarefa de analisar o dia de hoje.

PROTÓTIPOS, UMA AGÊNCIA EXPERIMENTAL DE DESIGN GRÁFICO

EQUIPE

Idealizador:

Professor Guilherme Guazzi Rodrigues – Graduado em Belas Artes com Bacharelado em Gravura pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Especialização em Cinema pelo IEC_PUC-MG; Mestre em Letras, Coordenador do curso de DESIGN GRÁFICO da UNIVERSIDADE FUMEC.

Professora coordenadora:

Claudia Terezinha Teixeira de Almeida - graduada em Desenho Industrial e Programação Visual pela Escola de Design; mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade FUMEC.

Professor convidado:

Denise Eller

Alunos bolsistas – Equipe 1:

Felipe Teixeira Nogueira
Matheus Lopes Castro
Milton Luiz de Lima Júnior
Pedro Campos Ferreira
Rogério Campi

Alunos bolsistas – Equipe 2:

Arlan Augusto dos Santos Trindade
Carolina Costa Rossetti
Fernanda Álvares Pereira
Pedro Figueiredo Bueno

INTRODUÇÃO

Em 2004, o coordenador e alguns professores do curso de Design Gráfico iniciaram uma discussão sobre a criação de um espaço onde o aluno pudesse exercitar o seu conhecimento acadêmico, desenvolvendo projetos para o mercado real. Essa discussão se baseava em dois pontos cruciais: o estágio obrigatório na área e o enriquecimento do curso.

O curso de Design Gráfico ocorre no turno da tarde, e a maior parte das empresas tem interesse em contratar um estagiário em horário integral. Dada essa realidade, o aluno encontra um obstáculo no momento de buscar um estágio na área. Outro fato é que grande parte das instituições de ensino que oferecem cursos ligados à área de design e comunicação possuem um espaço que ofereça ao aluno a oportunidade de ter contato direto com o mercado, enquanto estiver estudando.

À medida que o curso de Design Gráfico se consolidava, a coordenação passou a receber solicitações externas de desenvolvimento de projetos na área de design. Tais solicitações eram procedentes de demandas internas da Universidade, vindas de outros cursos, de empresas interessadas em desenvolver projetos com alunos, como se fosse uma parceria com a Universidade e de pequenos empresários. Tais projetos, dentro do possível, eram inseridos como propostas de trabalho de algumas disciplinas. Alguns projetos foram desenvolvidos nessa disciplina obtendo êxito. No entanto, a demanda era grande, o que impossibilitava atender a todos. Diante dessa situação, iniciou-se a elaboração de um projeto piloto de um espaço que seria destinado a atender a todas estas demandas. Durante o desenvolvimento deste projeto, começaram a surgir os pequenos obstáculos comuns a todos os projetos: ausência de espaço físico, seleção de um profissional responsável pelo projeto, seleção dos alunos, definição de uma metodologia de trabalho, aquisição de material básico necessário para desenvolver o projeto, etc. Depois de várias considerações, o coordenador do curso de Design Gráfico Guilherme Guazzi, formulou a primeira proposta do projeto para a extensão da Universidade, a qual foi aprovada.

Em 2006, nascia a Agência Experimental de Design como espaço multidisciplinar de desenvolvimento de projetos na área do Design Gráfico. Em 2007, iniciamos o trabalho, dando continuidade em 2008. Durante esses dois anos, muito se produziu e se desenvolveu. Trabalhamos com duas equipes diferentes, o que conferiu ritmos diferentes à proposta, enriqueceu nosso conhecimento e amadureceu nossa relação de trabalho, dando ao projeto confiabilidade e realização mútua.

PROPOSTA

Como o nome sugere, a Agência Experimental de Design Gráfico constitui um espaço onde o aluno, acompanhado por professores, tem a possibilidade de experimentar seu conhecimento acadêmico no desenvolvimento de projetos reais ligados à sua área profissional. A agência também visa ao desenvolvimento de pesquisas e ao desenvolvimento multidisciplinar desses projetos.

Por não ser um escritório formal, a Agência Experimental de Design Gráfico possui um ritmo diferenciado no desenvolvimento dos seus projetos. Assim, ela propõe um tempo real de amadurecimento de um projeto de design, sem sofrer as pressões normais de uma realidade de mercado. Mesmo assim, o projeto está inserido em uma realidade de prazos, sendo que tem uma data certa para ser iniciado e uma data máxima para ser finalizado. Mediante esses prazos, o aluno formula o cronograma destinado ao projeto e se torna responsável pelo controle dele.

Como os projetos abordam várias áreas de concentração diferentes, a agência proporciona a orientação do coordenador e dos professores convidados especialistas em suas áreas de atuação. Essa experiência confere ao aluno a vivência da interdisciplinaridade de conhecimentos e da complexidade no desenvolvimento de um projeto multidisciplinar.

Outro foco importante como proposta é proporcionar ao aluno a vivência integral do processo de desenvolvimento de um projeto, colocando-o em contato com todas as etapas do processo, ou seja, da criação à produção das peças.

OBJETIVOS

A Agência Experimental de Design tem como objetivos:

- proporcionar aos alunos do curso de Design Gráfico um espaço para o exercício da prática profissional do design, mediante o acompanhamento e a execução de projetos reais nos diversos seguimentos do campo profissionais sendo esses projetos provenientes de demandas interna e externa à instituição;
- proporcionar mais uma opção de estágio e/ou monitoria para os alunos do curso de Design Gráfico e apresentar-se como um espaço para discussões sobre a prática profissional;
- desenvolver produtos gráficos de caráter acadêmico ligados às demandas geradas no curso de Design Gráfico, produção de material interno de divulgação
- atender às demandas geradas em outros cursos da FEA-FUMEC e também às demandas externas;
- proporcionar a interdisciplinaridade entre as disciplinas cursadas no curso, mediante o desenvolvimento dos projetos. Essa interdisciplinaridade deve ocorrer durante a aplicação da metodologia de projeto e das pesquisas necessárias para o desenvolvimento dele. Ao dar início ao desenvolvimento do projeto, o aluno coloca em prática todos os seus conhecimentos adquiridos, iniciando-se na metodologia e finalizando na produção da peça;

- proporcionar o treinamento entre o ensino e a pesquisa, mediante a adoção de uma metodologia científica, da aplicação do conhecimento adquirido no curso.

VIVÊNCIA E METODOLOGIA DO PROJETO

Para um bom funcionamento do projeto, foram definidas regras de funcionamento: definiu-se o espaço onde a agência funcionaria e a metodologia de desenvolvimento de projeto, incluindo a forma de atendimento aos clientes. Nesse tópico, a metodologia aplicada na formação da agência foi acompanhada de comentários sobre como foi a vivência de cada etapa.

A SELEÇÃO

Assim que demos início ao trabalho, o primeiro passo foi à seleção dos alunos que viriam a participar da primeira edição do projeto.

Foram abertas quatro vagas para a Agência Experimental de Design Gráfico. A seleção dos candidatos foi divulgada através do site da universidade. No anúncio, solicitamos dos alunos o *curriculum vitae* e o seu portfólio digital ou analógico. Foi dado um prazo para as inscrições.

Após a análise do material, o candidato passou por uma entrevista para a verificação do perfil dele.

Para se inscreverem os alunos deveriam estar cursando no mínimo o quarto período do curso, pois assim teriam um mínimo de conhecimento para desenvolver os futuros projetos.

Este processo seletivo foi aplicado nas duas edições do projeto.

A VIVÊNCIA

Na primeira edição do projeto, assim que divulgamos a seleção, esperávamos que a procura fosse grande. Aguardamos ansiosamente pelos futuros integrantes da agência. O anúncio dava aos alunos quinze dias para inscrição. No término desse prazo tivemos uma grande surpresa quando deparamos com uma triste realidade: apenas quatro alunos se inscreveram. Dos quatro, apenas dois tinham o perfil adequado. Tivemos de ir atrás dos outros dois candidatos. Como não conseguimos preencher as

vagas na primeira seleção, os outros dois integrantes da agência foram agregados por meio de um convite pessoal. Concluímos que os alunos não faziam idéia do que era exatamente esta oportunidade.

Dado o sucesso da primeira edição do projeto, um dos integrantes da equipe foi convidado a participar de outro projeto. Como os outros integrantes estavam próximos do início do projeto de graduação, optaram por se dedicar exclusivamente a essa etapa do curso. Assim, foi necessária outra seleção de candidatos para a agência.

Para a segunda edição a divulgação foi feita pelo coordenador do projeto, que foi de sala em sala para avisar da seleção e para explicar como o projeto funcionava.

Desta vez a surpresa foi diferente: para quatro vagas, tivemos mais de vinte inscrições.

AS REGRAS DA AGÊNCIA

PARA OS INTEGRANTES

A agência funciona na parte da manhã das 8 às 12 horas. Na seleção dos candidatos, temos bolsistas de quatro horas e bolsistas de duas horas. O bolsista de quatro horas é o integrante que tem a responsabilidade de abrir e de fechar a agência. Outra tarefa do bolsista de quatro horas é de reportar-se ao coordenador como vai o andamento real das atividades durante a ausência dele, além de participar dos projetos. Os demais bolsistas têm a responsabilidade de desenvolver os projetos.

No horário de funcionamento da agência, os integrantes não têm permissão para desenvolver projetos pessoais ou da faculdade. Eles também não podem trazer amigos ou conhecidos para a agência. O espaço é restrito às atividades da agência.

O material da agência é de inteira responsabilidade dos integrantes, incluindo a chave de suas gavetas pessoais. Cada projeto tem uma dupla responsável pelo seu desenvolvimento, cuja tarefa é a elaboração do cronograma do projeto, o qual deve ser enviado para o cliente.

Todas as reuniões com os clientes são acompanhadas pelo coordenador e pela equipe da agência para que, posteriormente, seja definida a dupla responsável pelo projeto.

PARA OS CLIENTES

A agência funciona na parte da manhã das 8 às 12 horas.

Fora do horário os integrantes da agência não poderão desenvolver nenhuma etapa do projeto.

Para o início do projeto, o cliente deverá enviar todas as informações pertinentes ao projeto.

A agência não cobra pelo projeto; em contrapartida, o cliente deve estar ciente que os prazos de desenvolvimento do projeto são maiores que os prazos normais do mercado.

O cliente receberá um cronograma do seu projeto e deve se comprometer com ele para que os prazos não sejam afetados.

No caso de o projeto ser produzido, fica por conta do cliente custear-lhe a produção.

A VIVÊNCIA

Impor regras de funcionamento é fundamental para o desenvolvimento de um projeto dessa natureza. As regras impostas aos integrantes visam conferir-lhes responsabilidade. Quando eles se tornam responsáveis pelo espaço, pelos materiais e pelos prazos, eles iniciam a verdadeira vivência processual.

O impasse inicial foi a primeira equipe entender e realmente assumir que o projeto não tinha caráter totalmente acadêmico. Uma vez que você atende um cliente, o nome da instituição e dos próprios integrantes está sob julgamento. Esse é o primeiro passo para sentir o peso da responsabilidade. Levamos exatamente quatro meses dos nove meses totais do projeto para que a equipe se situasse. A aparente liberdade, ou seja, não ter um professor que regulasse todas as atividades durante todos os dias de funcionamento da agência, fez com que regras fossem quebradas, como fazer projetos pessoais durante o horário da agência e quebrar o prazo dos cronogramas.

Foram necessárias várias reuniões para que eles entendessem que a agência era deles. Que essa era uma vivência profissional deles e não mais um projeto a ser entregue ao professor na data marcada. Outro ponto que precisou de ajuste foi o aluno bolsista de quatro horas entender que o fato de ele estar reportando o ritmo das atividades ao coordenador não era uma forma de acusar os colegas, mas, sim, uma atitude de liderança perante o grupo.

Os cronogramas constituíram outro desafio. Os cronogramas eram montados sob orientação do coordenador e no início eram simplesmente esquecidos. As etapas acabavam sendo atropeladas e os prazos, quebrados. O tempo de adequação do ritmo dos cronogramas foi ajustado com o tempo que a equipe levou para se adequar.

Depois desses ajustes, a primeira equipe se acertou e foi responsável por belos projetos.

A segunda equipe já foi inserida no contexto com mais facilidade, pois o a primeira experiência serviu de exemplo. Assim que

os candidatos iniciaram o primeiro dia de trabalho, foram informados das suas responsabilidades. Com essa segunda equipe tivemos apenas o tempo de ajuste dos cronogramas e o ajuste da liderança do aluno bolsista de quatro horas.

Já com os clientes, deparamos com uma realidade difícil de ser alterada. A maioria dos clientes não se adapta ao tempo real de desenvolvimento dos projetos, solicitando a presença os alunos fora do horário de funcionamento da agência. O que normalmente ocorreu foi que os clientes não respeitavam os prazos do cronograma. Por vezes seguidas, as informações necessárias foram enviadas bem depois do prazo solicitado, impondo uma alteração dos prazos e um desenvolvimento fora da proposta ideal.

Uma característica dos integrantes desse projeto é o seu envolvimento e responsabilidade. Por essa razão, inúmeras vezes eles acabaram desenvolvendo etapas do projeto fora do horário previsto, para que o prazo final do cliente não fosse alterado. Essas quebras de prazo desenvolveram muito o senso de responsabilidade dos integrantes, mas não foram adequadas à proposta do projeto. Esse ainda é um ponto que devemos aperfeiçoar para que a proposta real da agência não seja atingida. Esse problema atingiu as duas edições do projeto.

O ESPAÇO FÍSICO, A RELAÇÃO DE TRABALHO E A IDENTIDADE DA AGÊNCIA

A agência funciona no laboratório de animação do curso de Design Gráfico. O espaço é de uso comum a várias atividades do curso.

Para que a agência tivesse o mínimo de organização e privacidade, foram cedidas quatro gavetas com chaves para o arquivo dos projetos e de seus materiais. O quadro de avisos também foi cedido para a fixação dos cronogramas de trabalho. Todas as reuniões e apresentação de projeto ocorrem nesta sala. O laboratório de informática de Macintosh foi cedido para o desenvolvimento dos projetos.

A VIVÊNCIA

Um fato curioso é como o espaço físico foi importante para o clima e o desenvolvimento dos projetos. Inicialmente, a falta de uma identificação personalizada do espaço trouxe para a primeira equipe uma dificuldade de identificação com o mesmo. Eles enxergavam o espaço como uma sala de aula, o que ocasionou um incomodo inicial nos integrantes. Somente depois eles en-

tenderam que não era o espaço, mas, sim, o comprometimento com a proposta que faria do projeto uma agência e não mais um trabalho do curso.

Uma ação que veio a atenuar essa falta de identificação foi a necessidade de uma busca de identidade própria. O primeiro projeto desenvolvido na agência foi para a própria agência. A primeira equipe foi a responsável pelo desenvolvimento da identidade da Agência Experimental de Design Gráfico. Precisávamos de um nome e de um visual que fosse pertinente à nossa proposta. Esse, sem dúvida, foi o projeto mais interessante que acompanhei, pois ele foi uma busca de identidade e de um espaço de identificação dos alunos.

O primeiro passo foi buscar um nome que fosse pertinente à proposta. O nome escolhido foi *Protótipos*. Esse nome traz o conceito de um projeto que está definido, mas ainda está sob estudo e aperfeiçoamento, ou seja, ele ainda não está completo. Assim os integrantes se definiram como protótipos, ou seja, eles tinham a liberdade de experimentar.

Para a identidade foi desenvolvida uma tipografia personalizada, que acentua o conceito de experimental. Foram desenvolvidas duas assinaturas, uma vertical e outra horizontal, e um símbolo, que remete ao equilíbrio.

A papelaria continuou trazendo o ar experimental em sua linguagem, sendo que nos cartões pessoais cada aluno desenvolvia seu próprio ícone para acompanhar a tipografia e também podia alterar a diagramação.

Assim, desenvolvemos uma identidade que foi a primeira âncora da equipe com o comprometimento e o entendimento de suas responsabilidades, pois eles se auto-identificaram e se assumiram. Mas mesmo assim, constatamos que um espaço personalizado e exclusivo se torna uma necessidade real para o sentimento de profissionalismo do projeto.

A METODOLOGIA DE PROJETO DA AGÊNCIA

O ponto forte do projeto é a aplicação da metodologia de projeto desenvolvida pelo curso. Todas as etapas do projeto estão previstas no cronograma e são acompanhadas pelo professor coordenador. Na agência a metodologia é o grande diferencial, assim como o grande ponto de amadurecimento do bolsista;

As etapas de desenvolvimento seguidas na agência são:

1. reunião com o cliente/*briefing*;
2. desenvolvimento do cronograma do projeto;

3. pesquisa sobre o cliente e sobre a área de concentração do projeto, assim como sobre o público-alvo;
4. registro das pesquisas iniciais no caderno de processos;
5. discussão com o coordenador sobre o desenvolvimento das pesquisas iniciais;
6. aperfeiçoamento das pesquisas e registro no caderno de processos;
7. desenvolvimento do conceito;
8. pesquisa de tema a ser adotado baseado no conceito e nas pesquisas iniciais;
9. discussão do conceito com o coordenador;
10. aperfeiçoamento da pesquisa de temas e iconografia e registro deles no caderno de processos;
11. desenvolvimento das primeiras opções no caderno de processos;
12. apresentação das primeiras opções para o coordenador;
13. eleição e aperfeiçoamento da melhor solução e pesquisa da produção gráfica envolvida no projeto;
14. desenvolvimento digital da proposta;
15. apresentação da proposta digital para o coordenador;
16. correções e ajustes, preparação do arquivo para a apresentação para o cliente;
17. apresentação para o coordenador;
18. levantamento dos custos do projeto;
19. apresentação para o coordenador;
20. apresentação do projeto final para o cliente;
21. correções e ajustes;
22. apresentação para o coordenador e cliente;
23. últimas revisões;
24. finalização do arquivo;
25. envio para produção;
26. acompanhamento de produção e instalação quando necessário;
27. entrega do projeto para o cliente.

A VIVÊNCIA

Desenvolver o projeto seguindo uma metodologia foi nossa grande experiência. O desafio foi fazer com que as equipes realmente usassem os cadernos de processo. Para a primeira equipe, foram confeccionados cadernos exclusivos da agência. As duas equipes se adequaram à metodologia e ambas sentiram o amadurecimento dos projetos.

Outro grande desenvolvimento foi o comprometimento com o cronograma. Os integrantes se dedicaram para que as etapas

fossem concluídas nas datas, buscando adequar as etapas ao seu ritmo pessoal de trabalho e também cobrando dos clientes os dados necessários para o desenvolvimento do projeto.

A metodologia utilizada e o costume do uso do caderno de processo trouxeram a cada integrante uma estágio de amadurecimento de projeto, pois cada etapa é cuidadosamente trabalhada e acompanhada.

Outro ponto importante foi a consciência da responsabilidade e complexidade da produção dos projetos. A diferença entre apenas criar e lidar com a responsabilidade financeira e de qualidade da produção.

RESUMO DAS ATIVIDADES

2007, PRIMEIRA EQUIPE

- *Projeto de Identidade Visual da Protótipos*
 - Desenvolvimento da identidade visual.
 - Desenvolvimento dos aplicativos da identidade visual.
 - Desenvolvimento do manual de normas técnicas da identidade visual.

Equipe: Matheus Lopes Castro, Milton Luiz de Lima Júnior, Pedro Campos Ferreira, Rogério Campi

- *Superliga dos reciclados* – Desenvolvido para o projeto de pesquisa do curso de Engenharia Ambiental da FUMEC
 - Desenvolvimento dos personagens ligados a reciclagem de plástico, vidro, papel e metal.
 - Desenvolvimento do personagem do lixo orgânico, que foi idealizado em concurso realizado no grupo escolar que fazia parte o projeto de pesquisa.
 - Aplicação dos personagens em cartazes, banners e estampas de camiseta.

Equipe: Matheus Lopes Castro e Rogério Campi.

- *Jornal Arena* – Desenvolvido para o projeto de pesquisa do curso de Design de Moda da FUMEC
 - Desenvolvimento da identidade visual do projeto.
 - Desenvolvimento do projeto gráfico do jornal.
 - Desenvolvimento da apresentação digital da identidade visual do jornal.
 - Diagramação de todas as edições desenvolvidas do jornal.

Equipe: Pedro Campos Ferreira.



- *Livro do arquiteto João Diniz* – Primeira versão do projeto
 - Desenvolvimento do projeto editorial do livro.
 - Edição e retoques das fotografias.

Equipe: Matheus Lopes Castro.

- Identidade visual do projeto do portal de testes do curso de Aeronáutica da FUMEC
 - Desenvolvimento da identidade visual do projeto.
 - Desenvolvimento do design das páginas do site.

Equipe: Pedro Campos Ferreira e Rogério Campi.

- *Desenvolvimento do projeto de design de interfaces para o setor de relações internacionais da FEA*
 - Desenvolvimento da identidade visual do portal.
 - Desenvolvimento do design das principais páginas do portal.

Equipe: Felipe Teixeira Nogueira e Rogério Campi.

- *Reestudo da sinalização interna da Hemoninas*
 - Reestudo da circulação dentro do prédio e da fixação da sinalização
 - Reestudo do material a ser utilizado na produção da sinalização

Equipe: Felipe Teixeira Nogueira.

2008, SEGUNDA EQUIPE

- *Stand do Núcleo de Física e Matemática na semana da Mostra FUMEC*
 - Desenvolvimento da identidade visual do stand.
 - Desenvolvimento de painel principal, cartazes adicionais e adesivos de chão do stand.
 - Desenvolvimento de mala-direta.
 - Desenvolvimento de um relógio de sol para oficina oferecida.

Equipe: Arlan Augusto dos Santos Trindade, Carolina Costa Rossetti, Fernanda Álvares Pereira e Pedro Figueiredo Bueno.

- *Material gráfico do projeto Inhotim do curso de Design de Moda*
 - Desenvolvimento da identidade visual do projeto.
 - Desenvolvimento do editorial.
 - Desenvolvimento da embalagem do editorial.

Equipe: Arlan Augusto dos Santos Trindade e Carolina Costa Rossetti.

- *Material gráfico do projeto Sustentabilidade do curso de Design de Moda*

- Desenvolvimento da identidade visual do projeto.
- Desenvolvimento do editorial.
- Desenvolvimento da embalagem do editorial.

Equipe: Fernanda Álvares Pereira e Pedro Figueiredo Bueno.

ASPECTOS MAIS RELEVANTES DO PROJETO

- Desenvolvimento do trabalho em equipe.
- Amadurecimento do processo de trabalho.
- Experiência profissional que engloba todas as etapas do projeto.
- Desenvolvimento do senso de responsabilidade e comprometimento profissional.
- Reeducação dos clientes ligados aos projetos.
- Validade da experiência como um estágio profissional.
- Enriquecimento do portfólio e do *curriculum vitae*.
- Amadurecimento do acompanhamento gráfico dos projetos e do levantamento dos custos.
- Definição do sistema de funcionamento ideal para o projeto definitivo da Agência Experimental de Design Gráfico.

REFERÊNCIAS

COELHO L. Luiz Antonio (Org.). *Conceitos-chave em design*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

COELHO L. Luiz Antonio (Org.). *Design método*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

FUENTES, Rodolfo. *A prática do design gráfico: uma metodologia criativa*. São Paulo Rosari, 2006.

MUNARI, Bruno. *Das coisas nascem as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

O VALOR do design: guia ADG Brasil de prática profissional do designer gráfico. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

SCHMITT, Bernd; SIMONSON, Alex. *A estética do marketing*. São Paulo: Nobel, 2002.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - PROJETO DE EXTENSÃO REVISTA *TRAÇA* – ARTE GRÁFICA UNIVERSITÁRIA: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO CRIATIVA DE UM POTENCIAL EXTENSIONISTA

AUTOR

Mário Arreguy-FEA/FUMEC – Artista plástico e fotógrafo. Mestre em Artes Visuais. Graduado em Comunicação Social e Artes Plásticas. Leciona disciplinas de Composição e Núcleo de Pesquisa e Projeto no curso de Design Gráfico desde 2002

Em 2004, um grupo de alunos dos cursos de Design Gráfico e de Produto da FEA, reunidos em torno do professor Marcos Malafaia, propôs a criação de uma revista que veiculasse as criações de histórias em quadrinho que a maioria deles desenvolvia. Foram incentivados por ele, que já possuía uma longa experiência como co-fundador da revista *Graffiti-76% Quadrinhos*, há mais de dez anos publicando boa produção de HQs de Belo Horizonte.

Organizaram-se e se puseram a trabalhar em seguidos encontros semanais ao final das aulas, sem ajuda de professores, com o objetivo de criar um produto gráfico que tivesse a cara deles levasse suas idéias. Alguns deles haviam tomado contato com a linguagem gráfica da colagem em duas oficinas que o professor Mário Arreguy ministrara nas recentes Mostras FUMEC: *Perturbando a imagem com a palavra* e *Memória do Design*, e assim conseguiram, com suporte da coordenação de Gráfico e do DA, publicar o nº zero.



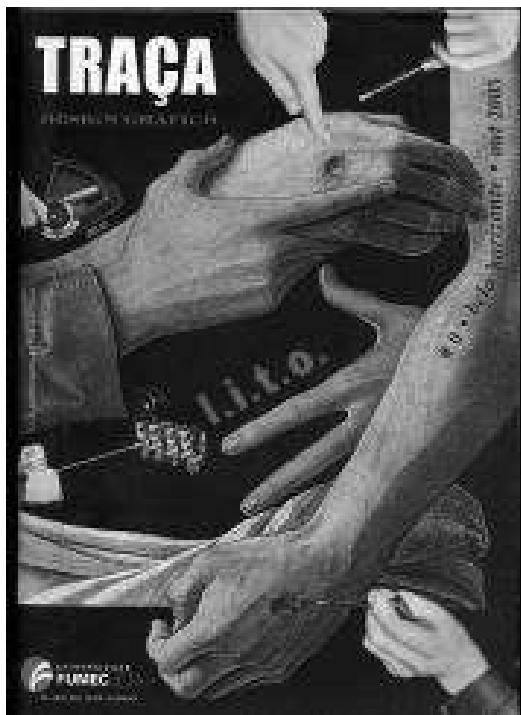
Mostra FUMEC 2004

Com um custo de cerca de R\$ 5.000,00 e apenas a capa em cores, esse primeiro número saiu em outubro de 2005, apresentando quase todo o conteúdo exclusivo dos alunos, com diagramações e concepção editorial orientadas de perto e com as mãos do professor Malafaia. Esse professor exerceu o papel importante ao finalizar a edição, definir o melhor papel para a impressão monocromática, formatar a paginação com vinhetas nas duas contracapas e comparecer com trabalhos gráficos de sua autoria. O professor Arreguy também publicou uma prancha, convidado no fechamento da edição.

Essa primeira célula de estudantes se articulava como um grupo de pesquisa e experimentação autodenominado LITO, numa atitude muito pioneira de ação num *coletivo*. Isso reverbera até hoje entre os alunos da FUMEC em torno de um projeto como o da *TRAÇA* de criar coletivamente, com alegria da colaboração e espírito investigativo.

No editorial, Malafaia comenta um pouco sobre isso:

Encontramo-nos por um ano. Gente veio, gente foi, estudamos quadrinhos, trocamos revistas, Piero Bagnariol da Graffiti veio, desenhos vários, textos vários. Fugimos correndo dos clichês, com ódio aos adestramentos. Cansamos de quase desistir. Batemos algumas cabeças, tivemos até uma discussão séria... tudo para aprender, e sempre achamos graça. Rimos mais que desenhamos.



Passaram-se muitos meses até que se reunisse novo material, fossem feitas novas pranchas, diversas reuniões, sempre só entre alunos, para deliberar sobre o que seria o nº 1 (tema música). Haviam, entretanto, já desenvolvido linguagens e experiência acadêmica, vivenciado disciplinas que vieram nitidamente ampliar o universo de possibilidades no campo das artes gráficas e visuais. O grupo de alunos passou a gerar fotografias e misturas tipográficas, ilustrações a tinta e páginas de pura abstração em que as colagens de resíduos da visualidade urbana e a exploração de signos em ebulição demonstram o interesse pela busca de uma linguagem a um só tempo crítica e poética.

Essas são condições indissociáveis da aptidão para enfrentamento do mercado de trabalho, conquista de identidade própria como posicionamento mercadológico e que qualificam nosso aluno da área do design gráfico.

Já na obra da capa do nº 1, uma fotografia de estúdio, um rapaz é estranhamente conectado a um aparelho mirabolante que nos lembra um gramofone entre conexões de cabos sonoros. Era o anúncio do tema da música, que apresenta a novidade de duas entrevistas com artistas de grande interesse: o ex-aluno do Design Gráfico da FUMEC, hoje uma referência mundial em tipografia e design autoral, Eduardo Recife; e o artista-urbano-pós-grafiteiro Xeréu. Recife explica sua formação em publicidade e como a escolha da carreira de *designer* o levou a um reconhecimento mundial, iniciado nas salas de aula da FEA.



O aluno Rodrigo Augusto, um dos verdadeiros pais da criança, comentou assim no editorial:

Propusemos mudanças radicais na estrutura da revista a fim de moldá-la ao perfil de nossas próprias influências: mudança de formato, inserção de entrevistas e foco nas pesquisas individuais. Pode-se dizer que tudo isso acarretou na evolução e amadurecimento da revista TRAÇA.

Os professores Samuel Eller, Rafael Neder e Mário Arreguy, este já dividindo a coordenação com Marcos Malafaia, foram convidados a participar com trabalhos de cunho também experimental. Esse número veio a ser lançado em pelo menos duas ocasiões, como a Semana de Design do Café com Letras, e num evento de Arquitetura e Design do IAB, ambos em 2007.

NOVA EDIÇÃO

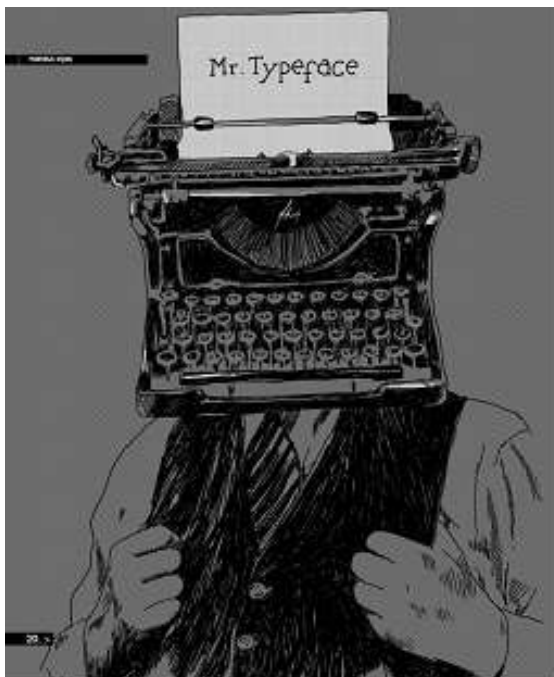
Sucedeu que a antiga equipe editorial somente de alunos se dispersou pela vida acadêmica. Alguns foram trabalhar, outros viajaram para fora do País e outros se formaram, abandonando a turma e a idéia da revista, mas não sem reunir alguns arquivos, que ficaram meses guardados à espera da continuidade.

A essa altura, o professor Mário Arreguy inscreveu a publicação como projeto de extensão universitária e passou, por força desse mecanismo, a figurar como coordenador da TRAÇA, ao mesmo tempo em que convocou outra comissão editorial, desta vez composta de colegas docentes.

Tendo sido aprovado com aquele antigo valor inicial, já defasado, partiram para buscar novos apoios entre os núcleos de disciplinas de nossa Faculdade, que vieram, de fato, dar o suporte financeiro suplementar à viabilização da iniciativa.

Compor um novo conjunto de trabalhos reunidos sob o tema geral Literatura foi a meta estabelecida já no segundo semestre de 2008. Nosso produto acadêmico inclui, entre os já citados, a produção de diversas vertentes e disciplinas do design gráfico como experiências da fotografia artesanal, turma do professor Alexandre Lopes; uma grande sessão com os alunos do Núcleo de Projeto & Pesquisa Gráfica do 3º período –leia-se a oficina de colagem dos professores. Guilherme Guazzi e Mário Arreguy; contribuições de texto dos professores Mário Geraldo e Denise Eler; e imagens preciosas do professor Samuel Eller, que assina o projeto e o tratamento de imagens.

Novamente experiências de pesquisas pessoais, imagens híbridas entre fotografia, desenho, fragmentos de visualidades diversas a compor um universo muito próprio das linguagens do design contemporâneo.



Autor: Matheus Lopes

Procuramos adicionar alguma contribuição das pesquisas acadêmicas de professores que ofereceram participação com textos especiais que contemplassem a questão do tema literário, reverberando algumas possibilidades de conexão.

DESIGN, LITERATURA E NOVAS MÍDIAS

A professora Denise Eler está sintonizada com as novas escrituras advindas de uma realidade internauta e digital, das novas tecnologias da informática que, conforme aponta seu texto *Twitteratura, FlashFiction e Cibercultura*, determinarão novas formas de relacionamento e influenciarão na própria natureza da criação literária.

Como a maioria deve saber, o Twitter (www.twitter.com) nasceu com um propósito simples: informar à sua rede de seguidores o que você estava fazendo naquele exato momento, sem ultrapassar 140 caracteres. Sim, só texto, nada de multimídia, 'no RIA'. Obviamente, se todos fossem fiéis a essa proposta, todas as postagens seriam iguais; algo neste nível: 'Neste exato momento, estou aqui, no Twitter, digitando o que estou fazendo. E ainda restaram 31 caracteres'. Mas como acontece com todo artefato tecnológico bem-sucedido, passada a fase da descoberta e da aprendizagem, dá-se início à apropriação do sistema, que, muitas vezes, rompe em desvios de uso do mesmo, inaugurando novas práticas sociais.

Captando sinais afirmativos de uma nova forma de condução dos processos culturais, as novas mídias tendem a se instalar também como novos veículos que confirmam as teses do *meio-é-a-mensagem* prefiguradas décadas atrás por McLuhan, e, como demonstra a professora do Design Gráfico, já deixa ver formatos surpreendentes na produção literária ou pelo menos de uma nova literatura *fast-food*.

Embora o microconto não seja uma novidade, os dois suportes relatados favorecem o exercício literário neste formato. Com tanto lixo e tanta cópia na web, praticar o poder de síntese, a concisão, a criatividade e a escrita me parece louvável, pelo menos enquanto reação aos excessos a que nos submetemos na contemporaneidade. Mas não tenho ciência de inovações neste gênero. Com o hipertexto, poderíamos ter os microcontos expandíveis – os X-Microcontos. Pensemos...

Doutorando em Semiótica e responsável por disciplina dessa área no curso de Design Gráfico da FEA/FUMEC, o professor Mário Geraldo contribui para as discussões sobre as áreas de borda, os limites e interseções de linguagem que articulam o campo da pintura com o da literatura, analisado sob o olhar agudo e poético da obra de Clarice Lispector. Tais tangências contribuem sutilmente para ampliar e aprofundar reflexões do aluno-pesquisador, designer-leitor ou simples apreciador das poéticas advindas de campos híbridos dos saberes: das transdisciplinidades. Geraldo introduz assim a questão:

*Antes de mais nada, pinto pintura.
E antes de mais nada te escrevo dura escritura*

C. Lispector. In: ÁguaViva

O título que Flávia Lins Silva deu à sua dissertação de mestrado sobre os aspectos da criação textual no livro Água Viva¹ – ‘O Figurativo do Inominável’² – pode ser uma boa entrada para falar da relação entre literatura e pintura na citada obra de Clarice Lispector. Silva considera que o livro é circundado pela indagação de “como atingir o indizível através de palavras” (2003; p. 37). Ou seja: como encontrar uma figura para aquilo que não tem nome.

O texto, então, remete-nos ao vasto terreno da subjetividade de uma das maiores poetisas da língua portuguesa, denso de reflexão e valoração precisa e preciosa da palavra. A palavra aqui será a ferramenta de criação de sentido que, no entanto, sempre esbarra numa impossibilidade, no seu contrário e na absurda experiência da escrita sem livro:

Nesta tentativa de um ‘antilivro’ (ou um livro sem palavras) é que a escrita transforma-se, na verdade, na agonia de se escrever um livro que não pretende ser livro. Assim, acaba por entrar nos bastidores de algo que, a todo momento, fala da construção de si mesmo. De fato, Água Viva, para Flávia Silva (2003), marca uma nova fase da escritora, na qual a criação literária se evidencia tornando-se o tema central da obra. É neste projeto metalinguístico que aparece a tentativa muito forte da escrita cruzar com outras manifestações artísticas. Silva (2003) aponta a aproximação, além da pintura, com a fotografia e com a música.

CONCLUSÃO

Do ponto de vista do Setor de Extensão, procuramos adequar os procedimentos às exigências para aprovação desta proposta, requerendo ao Setor Editorial da FEA/FUMEC o encaminhamento de pedido de inscrição do código de ISSN (regulamentação de publicação periódica na Biblioteca Nacional), procedimento que, efetivamente, formaliza a existência desse nosso veículo artístico/acadêmico. Cumprida, então, esta etapa final, que está prevista para o primeiro semestre de 2009, poderemos passar aos lançamentos internos e externos à comunidade do *campus* da r. Cobre.

A parceria/colaboração com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), com a coordenação de Design Gráfico, poderá ser reativada com a possibilidade já acenada de lançamento da TRAÇA – *Arte Gráfica Universitária* na sua sede da vizinha r. Mestre Lu-

cas. A sua atual presidente e ex-professora do Curso de Arquitetura FEA/FUMEC Cláudia Terezinha Pires já se prontificou a receber o evento, como dois anos atrás.

Outros eventos na cena do Design e das Artes Gráficas também serão de extrema importância e já temos contatos, como a Semana do Design Gráfico do Café com Letras. Trata-se de um bar cultural que abriga uma livraria e realiza durante todo o ano, na Savassi, encontros de artes visuais, um grande festival de jazz nas ruas do tradicional bairro e esta *Semana*, que em sua edição de 2007 pode abrigar um *stand* dos alunos-editores da TRAÇA, revista do Design Gráfico da FUMEC.

Essa é nossa intenção para dar mais visibilidade à produção intelectual, científica, acadêmica e artística desta Universidade, seus alunos e professores.



UMA PROPOSTA INTERSETORIAL ENTRE A FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/UNIVERSIDADE FUMEC E O PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS^{1*}

EQUIPE

Coordenadores:

Luciana Assis Costa – Terapeuta ocupacional. Mestre em Ciências Sociais. Doutoranda em Sociologia UFMG. Professora assistente da Faculdade de Ciências da Saúde da FUMEC.
Marisa Antonini Ribeiro Bastos – Enfermeira. Doutora. Professor Adjunto. Aposentada do Departamento de Enfermagem Básica da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Titular da Faculdade de Ciências da Saúde da FUMEC

^{1*} O *Banco de Alimentos* é um programa cujo objetivo é arrecadar alimentos mediante a articulação com o setor alimentício e a sociedade civil e distribuir para entidades carentes. Além de viabilizar o acesso ao alimento, promove educação alimentar e reduz o desperdício nos centros urbanos. Diante da possibilidade de contribuir para consolidação do programa em Belo Horizonte e Região Metropolitana, foi estabelecida uma parceria entre a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC e os bancos de alimentos, tendo como principais objetivos: capacitar os atores envolvidos no programa para a utilização do *software* de gestão; desenvolver ações no sentido de contribuir para a constituição de uma rede de bancos de alimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); elaborar um instrumento de avaliação dos bancos de alimentos; entre outros. Para o alcance dos objetivos, foram desenvolvidas ações educativas, de pesquisa e de articulação entre os parceiros. Constatou-se a eficácia do *software* como ferramenta de gestão, acompanhamento e avaliação do programa e o fato de que a parceria entre a Universidade e o programa vem proporcionando um cenário favorável para a articulação dos bancos de alimentos na RMBH, no sentido de consolidar a proposta de padronização mínima de funcionamento e gestão dos bancos. Sob o ponto de vista político, a parceria permitiu que fosse firmada a intencionalidade dos parceiros em constituir uma rede de banco de alimentos. Conclui-se que esta ferramenta de gestão do programa de *Banco de Alimentos* poderá se constituir em uma tecnologia social aplicada, implementada em âmbito regional, com potencial de reaplicabilidade, inovação, exemplaridade e transformação social.

INTRODUÇÃO

O programa *Fome Zero*, implementado no primeiro mandato do governo Lula, reinseriu na agenda governamental a questão da Segurança Alimentar, com base em um conjunto de políticas que buscaram articular ações estruturantes e medidas emergenciais de combate à fome.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela implementação do programa *Fome Zero*, desenhou a política de segurança alimentar elegendo quatro eixos de atuação: i) ações que articulam acesso aos alimentos; ii) fortalecimento da agricultura familiar; iii) geração de renda; iv) mobilização e controle social. No primeiro eixo, que contempla programas de transferência de renda, alimentação, nutrição e acesso à informação e educação, se insere o programa *Banco de Alimentos* (BRASIL, 2005, a).

O *Banco de Alimentos* é um programa cujo objetivo é arrecadar alimentos por meio da articulação com o setor alimentício e sociedade civil e capilarizar a distribuição para entidades carentes. Além de viabilizar o acesso ao alimento, busca promover educação alimentar e reduzir o desperdício nos centros urbanos (BRASIL, 2001).

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, em 2005, uma avaliação nacional do programa *Banco de Alimentos*, constatando que os maiores desafios do programa estavam relacionados à insegurança quanto à garantia da sustentabilidade e ausência de acompanhamento do governo federal no processo de implantação dos bancos; falta de padronização de funcionamento entre os bancos; deficiência dos bancos no acompanhamento da manipulação de alimentos e do uso de espelmas das entidades; falta de profissional capacitado nos bancos; e falta de priorização de ações educativas. (BRASIL, 2005b)

Foi identificada, também, a carência de um modelo de gestão unificado que garantisse transparência na administração da coleta e doação, assim como a falta de sistemas informatizados que viabilizassem o monitoramento e a avaliação do programa. (BRASIL, 2005a)

Diante das fragilidades do programa *Banco de Alimentos* levantadas na avaliação do TCU, a CeasaMinas e a Secretaria Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional/Prefeitura Belo Horizonte (SMAAB/PBH) desenvolveram uma ferramenta tecnológica com uma base de dados unificada capaz de otimizar a gestão e o monitoramento dos bancos de alimentos. A criação de um *software* para a gestão de bancos de alimentos teve com o objetivo primordial constituir-se em uma plataforma comum de controle de estoques e fluxos dos bancos de alimentos.

Em 2005, a Faculdade de Ciências da Saúde/Universidade FUMEC, em parceria com a SMAAB/PBH e a CeasaMinas, iniciou um projeto de natureza extensionista com o objetivo de contribuir para o enfrentamento dessas dificuldades apresentadas pelo programa *Banco de Alimentos*, particularmente àquelas referentes à avaliação e à transparência de suas ações. A partir de 2007, a atuação do projeto foi ampliada tanto em relação aos seus objetivos quanto à inserção de novos parceiros (Bancos de Alimentos de Sabará, Contagem, Betim e Ribeirão das Neves).

O projeto utilizou como pressuposto o fato de que a ausência de mecanismos de avaliação limitava à análise quanto à efetividade do programa *Banco de Alimentos* como política de segurança alimentar. (UFMG, 2004)

Na proposta de levantamento de critérios de avaliação do programa foi utilizada uma concepção de avaliação que superasse a ênfase na mensuração, descrição e julgamento. A avaliação foi considerada uma estratégia de negociação entre os atores envolvidos: coordenadores dos bancos de alimentos, coordenadores das entidades beneficiadas e doadores. Isso pressupõe, em primeiro lugar, permitir que o modelo avaliativo se converta em espaço coletivo pautado no respeito às pluralidades de valores, conceitos e objetivos. Em segundo, requer que a avaliação assuma o papel de facilitar a contínua reconstrução, refinamento e revisão das estratégias adotadas (BASTOS; SENA, 1998).

A avaliação, assim, como negociação é uma postura para a transformação de pessoas, das instituições envolvidas e do modelo adotado pelo programa em questão. A avaliação é um processo contínuo e participativo e que contribui de forma fundamental para a tomada de decisão em todos os níveis do programa. É também considerada uma estratégia pedagógica no sentido de educar os atores em relação ao programa que está sendo avaliado e de prover informações no sentido de orientar a tomada de decisão (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004; BASTOS; SENA, 1998).

A avaliação de programas sociais deve incorporar critérios que permitam analisar as características de contextos, de estrutura, de processo e de resultados do programa abrangendo os *inputs* relativos aos recursos técnico-materiais, aos profissionais; aos recursos físicos; bem como às características administrativas das instituições envolvidas (DONABEDIAN, 1969).

Na avaliação dos resultados são considerados os aspectos que se referem aos “outputs” do programa, a partir da avaliação do grau de satisfação e de informação dos atores envolvidos, bem como o grau de mudanças positivas em termos de atitudes e comportamento dos sujeitos envolvidos (DONABEDIAN, 1969).

Para a Universidade, esse projeto tornou-se relevante, uma vez que foi identificada a inexistência de produção científica nacional

sobre a temática que pudesse subsidiar essa parceria na formulação de ações tanto extensionistas quanto de caráter científico.

A parceria entre a Universidade FUMEC e o programa *Banco de Alimentos* com o envolvimento de docentes e discentes da área da saúde justificou-se não somente pela oportunidade de proporcionar aos alunos a vivência de ações extensionistas de natureza educativa e científica, como também pela natureza do programa que abrange políticas articuladas, cujo foco é a segurança alimentar, concepção fortemente vinculada à noção de Promoção da Saúde.

As práticas que compõem o campo da Promoção da Saúde têm sido preconizadas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação da Saúde, reconhecendo que a saúde não está simplesmente relacionada à ausência de doença, mas, principalmente, à qualidade de vida das pessoas, da comunidade e do seu ambiente, implicando, assim, ações intersetoriais (BUSS, 2003). Nesse caso, o projeto adotou como referencial teórico a concepção de Segurança Alimentar articulada à da Promoção da Saúde, possibilitando o oferecimento de ações integradas e multidisciplinares.

OBJETIVOS

Diante da possibilidade de contribuir para a consolidação do programa Banco de Alimentos em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, a parceria buscou desenvolver ações relativas à avaliação e ao monitoramento dos bancos de alimentos, tendo como principais objetivos:

- capacitar os atores envolvidos no programa Banco de Alimentos para a utilização do *software* de gestão;
- adequar o cadastro das entidades beneficiadas utilizado pelo *software*;
- cadastrar na ferramenta de gestão, as instituições beneficiadas pelos bancos de alimentos;
- elaborar um formulário para cadastramento da visita técnica para a utilização dos bancos de alimentos;
- elaborar um instrumento de avaliação dos bancos de alimentos com base nos critérios levantados junto aos atores envolvidos no programa.
- levantar a demanda para ações educativas junto às entidades beneficiadas, relativas à alimentação e à saúde.
- realizar avaliações antropométricas de crianças de 2 a 6 anos atendidas pelas instituições beneficiadas.
- desenvolver ações no sentido de contribuir para a constituição de uma rede de bancos de alimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH);

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Para alcançar os objetivos propostos, foi desenvolvida uma série de ações, dentre as quais:

- reuniões bimestrais com os parceiros (CEASA, bancos de alimentos de Belo Horizonte e Região Metropolitana com o apoio do COMUSAN e do CONSEA) para estabelecimento da agenda de trabalho e mecanismos de acompanhamento e avaliação;
- elaboração de formulário de visita técnica dos bancos de alimentos que padronizam a coleta de informações pelos bancos;
- treinamento dos profissionais envolvidos nos bancos de alimentos para utilização do *software*.
- levantamento de critérios de avaliação, realizado por meio de duas técnicas de coleta de dados: grupos focais e análise documental.

Para o levantamento dos critérios de avaliação do programa junto aos atores envolvidos, foi adotada a estratégia de grupos focais, realizados com três categorias de atores: coordenadores dos bancos de alimentos, doadores e representantes das entidades beneficiadas.

A entrevista em grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa usada para obter informações sobre opiniões de um pequeno grupo de participantes sobre um dado problema, experiência, serviço e outros fenômenos. É uma técnica muito utilizada nas áreas da educação e marketing e, mais recentemente, nas investigações também na área da saúde (DALL'AGNOLI; TRENCH, 1999).

O grupo focal é utilizado em pesquisas avaliativas com o objetivo de obter informações qualitativas antes, durante e após o término de projetos e programas sociais. É uma ferramenta gerencial eficaz para identificar tendências e preferências entre atores envolvidos nos programas, projetos ou serviços, com o propósito de subsidiar o planejamento e nortear a tomada de decisão (KRUEGER, 1994).

Participaram dos grupos focais 8 coordenadores de bancos de alimentos, 22 representantes de entidades beneficiadas e 4 doadores.

Foi realizada, também, a análise documental tendo como fontes os relatórios estatísticos dos bancos de alimentos, o manual de implantação do MDS, os relatórios de avaliação do TCU, bem como a literatura nacional e internacional sobre bancos de alimentos.

Com base no levantamento dos critérios de avaliação foram elaborados os instrumentos de avaliação do programa (APÊNDICES A, B e C).

RESULTADOS

Constatou-se que a parceria entre a FCS/Universidade FUMEC e o programa *Banco de Alimentos* vem proporcionando um cenário favorável para a articulação dos bancos de alimentos na RMBH, no sentido de consolidar a proposta de padronização mínima de funcionamento e gestão dos bancos.

Sob o ponto de vista operacional, foi adequado o formulário de cadastramento das instituições beneficiadas, assim como estabelecidas estratégias que resultaram na unificação do roteiro de visita técnica utilizada pelos bancos. Esse instrumento foi elaborado com a participação direta dos parceiros, em especial as nutricionistas dos bancos de alimentos. O instrumento é constituído de questões relativas às condições da estrutura física da instituição beneficiada (pisos, paredes, instalações elétricas, janelas, dentre outros); à qualidade da iluminação e ventilação, bem como às condições de higiene, armazenamento e manipulação dos gêneros alimentícios. Vale ressaltar que o instrumento foi disponibilizado a todos os bancos da RMBH, e que essa padronização de informações possibilita melhor acompanhamento e avaliação das entidades beneficiadas.

Vale ressaltar que foram capacitados 13 profissionais dos bancos de alimentos da RMBH para utilização do *software*, com a participação efetiva de alunos bolsistas e voluntários da FUMEC.

Sob o ponto de vista político, a parceria permitiu que fosse firmada a intencionalidade dos parceiros em constituir uma rede de banco de alimentos, no sentido de otimizar a distribuição das doações e a operacionalização dos bancos. Além do número crescente de representantes dos bancos nas reuniões do projeto (uma média de 20 integrantes por encontro), questões relevantes sobre a implementação e a gestão do programa são frequentemente discutidas de forma coletiva, fortalecendo a integração e troca de experiências, tais como: critérios comuns para inclusão de entidades beneficiadas pelos bancos; estratégias de motivação para a ampliação das doações; elaboração de regimentos internos do programa; critérios de estabelecimento de prazo de validade de alimentos doados; identificação de dificuldades de operacionalização do programa e estratégias de enfrentamento.

Foi também explicitada a necessidade do estabelecimento de um termo de cooperação entre os bancos parceiros que permitirá a administração única do *software* como um bem público, para melhoria do monitoramento, do gerenciamento e da ava-

liação dos resultados das ações desenvolvidas pelos bancos de alimentos.

Em relação ao levantamento dos critérios de avaliação do programa *Banco de Alimentos* junto aos atores envolvidos, observa-se que, em geral, estes se referiam aos aspectos de estrutura, do processo e dos resultados do programa.

Os instrumentos de avaliação construídos com base nos critérios identificados incluem questões relativas ao processo de doação (volume; periodicidade; tipos de alimentos; motivação; número de entidades beneficiadas e condições de acesso ao alimento); às características das entidades beneficiadas pelo programa (pré-requisitos de inserção, tempo de permanência, a infraestrutura das entidades e perfil do público atendido); às ações educativas desenvolvidas pelos bancos (número de atividades educativas, periodicidade das ações e impacto das ações educativas); ao custo e financiamento do programa (impacto sobre a redução de desperdício dos alimentos, fontes de recursos para sustentabilidade do programa); dentre outros aspectos (APÊNDICES A, B e C).

Os instrumentos elaborados serão validados perante uma parcela da população-alvo e posteriormente utilizados em uma pesquisa avaliativa do programa *Banco de Alimentos*, no Estado de Minas Gerais.

Cabe ressaltar que os critérios avaliativos apresentam um caráter dinâmico e poderão ser alterados a partir de novas necessidades identificadas com o aprimoramento do programa. Todavia, pode-se considerar que esse levantamento constitui-se em ferramenta para a padronização da gestão e monitoramento do programa.

O levantamento de demandas para a promoção da saúde nas instituições beneficiadas pelo programa foi realizado por meio de visitas a uma amostra de seis instituições. O processo de seleção da amostra foi intencional e foram utilizados como critérios a diversidade de atendimento e a localização das instituições. Em todas as instituições visitadas foi constatada a necessidade de implementar ações educativas relacionadas à Promoção da Saúde.

A partir dessa constatação, em 2008 foram somadas novas metas ao projeto relacionadas à implementação de ações educativas nas entidades beneficiadas pelo *Banco de Alimentos*, dentre elas prevenção de parasitoses e higienização na manipulação e preparo dos alimentos e orientações quanto à alimentação saudável. Até o momento, foram desenvolvidas ações educativas com aproximadamente 50 crianças portadoras de necessidades especiais em uma das instituições beneficiadas pelo programa.

Outra ação integrada ao projeto foi a avaliação antropométrica de 750 crianças de 2 a 6 anos atendidas em 11 creches beneficiadas. Essa avaliação revelou que 21% das crianças apresentavam risco nutricional, 4,5% sobrepeso e 4,5% desnutrição.

Esses dados reforçam a importância de um programa dessa natureza – Banco de Alimentos – para o enfrentamento de graves problemas nutricionais ainda presentes na população.

As ações educativas e de avaliação antropométrica foram viabilizadas por meio da participação da Secretaria Estadual de Saúde/SISVAN e Grupo Grupo de Estudantes que Multiplicam e Transformam Idéias (GEMTI), parceria entre a Universidade FUMEC e a Universidade Federal de Minas Gerais.

CONCLUSÃO E POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS

Com o desenvolvimento do projeto, foi possível evidenciar aspectos positivos e críticos que permearam essa atividade extensionista.

Dentre os aspectos críticos, ressalte-se a falta de infraestrutura para o funcionamento adequado de alguns bancos de alimentos (computadores, internet, área física, equipe de profissionais, transporte, dentre outros), o que dificulta a consolidação do programa propriamente dito, bem como a apropriação da ferramenta de gestão e maior transparência das ações desenvolvidas pelos bancos de alimentos.

Identificou-se a necessidade de um programa sistemático de capacitação dos profissionais dos bancos de alimentos para uma efetiva utilização do *software* de gestão, o que permitiria, de fato, uma base comum de informações sobre o programa.

Quanto aos aspectos positivos, constatou-se a eficácia do *software* como ferramenta de gestão, acompanhamento e avaliação do programa *Banco de Alimentos*. É importante chamar atenção para o fato de que a utilização desse *software* atende a uma das recomendações do relatório da avaliação realizada pelo TCU, no que se refere à ausência de monitoramento e avaliação dos bancos de alimentos instalados, como um dos aspectos críticos do programa (BRASIL, 2005b).

Além disso, o aumento da participação efetiva dos representantes dos bancos de alimentos da RMBH no projeto sinaliza para um delineamento de um ambiente de rede potencializador de trocas de experiência entre os bancos que se encontram em distintas fases de implementação. Entretanto, o desafio de um trabalho em rede envolve diferentes entraves de natureza política e técnica, bem como depende de um ambiente de confiança, de troca, de interação, de vontade e de disponibilidade pessoal e institucional.

É importante, também, destacar que a carência de indicadores de avaliação do programa *Banco de Alimentos* na literatura bra-

sileira reforça a contribuição desse projeto para a formulação de modelos de avaliação do programa no âmbito nacional.

Outro ponto positivo foi a constatação de um consenso entre os atores envolvidos com o programa de que a ação do banco de alimentos não se restringe à doação de alimentos, mas, sobretudo, à promoção de mudanças de hábitos e condições alimentares, evidência que reforça a importância de um trabalho intersectorial entre a política de segurança alimentar e outras áreas de conhecimento, como a saúde.

No desenvolvimento do projeto, observou-se, ainda, que o *software* é um eficiente instrumento de pesquisa e extensão acadêmica, gerando produção científica relacionada à segurança alimentar e à promoção da saúde.

Conclui-se, assim, que esta ferramenta de gestão do programa *Banco de Alimentos* poderá se constituir em uma tecnologia social aplicada, implementada em âmbito regional, com potencial de reaplicabilidade, inovação, exemplaridade e transformação social.

Nesse sentido, identifica-se a possibilidade de elaboração de um projeto em âmbito nacional que venha replicar a experiência realizada em BH e RMBH, abrangendo basicamente duas frentes de ação: a primeira está relacionada ao desenvolvimento de ações educativas e de capacitação dos atores envolvidos nos bancos de alimentos para a utilização do *software* de gestão; a segunda se refere ao desenvolvimento de atividades científicas relativas às diferentes áreas temáticas que envolvem a operacionalização do programa desta natureza.

Essa proposta poderá ser sustentada pela concepção de trabalho em rede; pela constituição de parceria interinstitucional público-privado; pela participação de instituições de ensino superior com envolvimento de docente e discente em atividade de pesquisa e extensão, pela utilização do *software* como ferramenta de acompanhamento e avaliação de programas sociais e instrumento de efetividade e transparência de políticas públicas.

Finalmente, deve-se ressaltar que essa atividade extensionista constituiu-se em um campo fértil de aprendizagem reflexiva e crítica para os docentes e discentes da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC. Um conhecimento que transcendeu o funcionamento do programa *Banco de Alimentos* propriamente dito e se estendeu à complexa arena de negociação e à implementação de um programa público estatal.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. A. R.; SENA, R. R. Avaliação de programas sociais: proposta de um modelo. *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 2, p. 9-13, 1998.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate a Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Programa Acesso à Alimentação: banco de alimentos*. 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/banco-de-alimentos>>. Acesso em: 5 mar 2007a.

BRASIL. Fome Zero. Instituto Cidadania. Fundação Djalma Guimarães. *Uma proposta de política de combate à fome no Brasil*. 2001. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/banco-de-alimentos>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório de avaliação de programa: Programa Banco de Alimentos*. Brasília: TCU; Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2005b.122p.

BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz, 2003. p. 15-38.

DALL'AGNOL, C. M.; TRENCH, M. H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisas na enfermagem. *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 5-25, jan. 1999.

DONABEDIAN, A. *A guide to medical care administration*. New York: American Public Health Association, 1969. v. II: Medical care appraisal, quality and utilization.

KRUEGER, R.A *Focus groups: a practical guide for applied research*. 2. ed. United States of America: Astrid Virding, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Segurança alimentar: modulo 1*. Belo Horizonte (MG): CEDEPLAR, 2004

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas sociais: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004. 730 p.

APÊNDICE A

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS NOS BANCOS DE ALIMENTOS

RESPONSÁVEL PELA COLETA DE DADOS				
DATA DA COLETA				
1 – IDENTIFICAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS: Município/UF				
Data de inauguração:				
2 – DIAS DE FUNCIONAMENTO				
Dias:		Turno:		
Segunda-feira		Manhã	Tarde	Noite
Terça-feira		Manhã	Tarde	Noite
Quarta-feira		Manhã	Tarde	Noite
Quinta-feira		Manhã	Tarde	Noite
Sexta-feira		Manhã	Tarde	Noite
Sábado		Manhã	Tarde	Noite
Domingo		Manhã	Tarde	Noite
Segunda a sexta-feira		Manhã	Tarde	Noite
Domingo a domingo		Manhã	Tarde	Noite
3 – CARACTERIZAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS				
Pública estatal. Identifique a secretaria gestora do Banco de Alimentos:				
Instituição privada				
Fundação				
ONG				
Filantrópico				
Outros Identifique:				
4 – PARCERIAS DO BANCO DE ALIMENTOS COM OUTRAS ENTIDADES				
Pública estatal:				
Instituição privada				
Fundação				
ONG				
Serviços de saúde				
Outros Identifique:				
5 – INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS PELO BANCO DE ALIMENTOS				
Número de instituições cadastradas				
Número médio de pessoas beneficiadas				
Número médio de instituições beneficiadas/mês				
Número médio de pessoas beneficiadas/mês				
6 – CRITÉRIOS PARA O CADASTRAMENTO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS				
7 – VISITAS TÉCNICAS				
O banco de alimentos realiza visitas técnicas às instituições beneficiadas?			Sim	Não
Apenas para o cadastramento?			Sim	Não
Caso negativo, qual a frequência em que o Banco de Alimentos realiza visitas técnicas às instituições beneficiadas?		Mensal	Semestral	Anual
				Outra: identifique
O banco de alimentos utiliza um formulário específico para a coleta de informações nas instituições beneficiadas?			Sim	Não
Caso afirmativo, anexar uma cópia do formulário.				
Caso negativo, quais informações o banco de alimentos coleta nas instituições beneficiadas?				
8 – COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DO BANCO DE ALIMENTOS				
Membro da equipe	Número	Contratado	Voluntário	Cedido
Coordenador				
Nutricionista				
Assistente social				
Psicólogo				
Auxiliar administrativo				
Encarregado operacional				
Motorista				
Estagiário				
Outros: Identificar				
9 – ATUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS EM REDE				
O Banco de Alimentos realiza ou participa de reunião com outros bancos?		SIM		NÃO
Utiliza o software unificado de gestão?				
Recebe alimentos arrecadados por outros bancos?				
Repassa alimentos arrecadados para outros bancos?				
Realiza outras atividades que caracteriza a atuação do banco de Alimentos em rede? Identifique-as:				

10 – CONDIÇÕES DA DOAÇÃO DOS ALIMENTOS ARRECADADOS		Todos	A maioria	Pequena parte	Ne-nhum
Os alimentos são repassados às instituições beneficiadas da mesma forma em que foram arrecadados?					
Antes de serem repassados às instituições beneficiadas os alimentos passam por alguma triagem ou classificação?					
Antes de serem repassados às instituições beneficiadas os alimentos passam por um processamento?					
Antes de serem repassados às instituições beneficiadas os alimentos são embalados?					
Outros: identifique.					
11 – PRAZO DE VALIDADE DOS ALIMENTOS ARRECADADOS		Todos	A maioria	Pequena parte	Ne-nhum
Perecíveis:					
Dentro do prazo de validade					
Curto prazo de validade					
Prazo de validade vencido					
Não perecíveis:					
Dentro do prazo de validade					
Curto prazo de validade					
Prazo de validade vencido					
12 – ALIMENTOS DESCARTADOS PELO BANCO DE ALIMENTOS					
Volume de rejeitos/excedentes/alimentos descartados:				Quantidade em kg/mês	
Quais as razões pelas quais não é possível aproveitar 100% dos alimentos arrecadados pelo Banco de Alimentos?					
13 – ESTRUTURA FÍSICA DO BANCO DE ALIMENTOS					
O banco de alimentos tem área própria para cada uma das etapas abaixo? Caso afirmativo, avalie a área física.	Excelente	Muito boa	Boa	Regular	Ruim
Seleção/triagem/ dos alimentos					
Classificação dos alimentos					
Porcionamento – fracionamento					
Embalagem					
Armazenamento					
Distribuição					
Manejo de resíduos					
Área administrativa					
Outras: Especificar					
Caso o banco de alimentos utilize outra classificação da sua área física, liste abaixo e avalie.	Excelente	Muito boa	Boa	Regular	Ruim
14 – RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO BANCO DE ALIMENTOS					
Listar os elementos da área física do banco de alimentos	Equipamentos existentes	Número	Avaliação: Número suficiente	Avaliação: Número insuficiente	Número necessário

15 – RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O BANCO DE ALIMENTOS				
Listar os elementos da área física do banco de alimentos	Equipamentos necessários			Número
16 – INFORMAÇÕES SOBRE OS MANIPULADORES DE ALIMENTOS				
O banco de alimentos fornece material de proteção individual aos manipuladores de alimentos?	Sim		Não	
Caso afirmativo, identifique os equipamentos utilizados pelos manipuladores de alimentos				
O banco de alimentos realiza controle de saúde periódico dos manipuladores de alimentos?	Sim		Não	
O banco de alimentos realiza capacitação periódica em higiene pessoal e manipulação adequada de alimentos para os manipuladores de alimentos?	Sim		Não	
Caso afirmativo, qual a frequência em que fornece estas informações aos doadores?.	Mensal	Anual	Eventual	Outra: Identifique
17 – PERIODICIDADE DAS ARRECADAÇÕES DOS DOADORES	Diária	Semanal	Mensal	Eventual
Percíveis:				
Não percíveis:				
18 – CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DOADORA				
As doações que o banco de alimentos recebe são provenientes de:	Todas	A maioria	Pequena parte	Nenhuma
Instituição pública				
Instituição privada				
Fundação				
ONG				
Pessoa física				
Outros Bancos de Alimentos				
Outros: identifique:				
19 – CARACTERIZAÇÃO DA FORMA DE ARRECADAÇÃO				
As doações que o banco de alimentos recebe são provenientes de:	Todas	A maioria	Pequena parte	Nenhuma
Doação de rejeitos/excedentes/resíduos				
Doação de eventos culturais				
Outros. Identifique:				
20 – TRANSPORTE DOS ALIMENTOS ARRECADADOS				
As doações que o banco de alimentos recebe são transportadas por veículo próprio?	Todas	A maioria	Pequena parte	Nenhuma
As doações que o banco de alimentos recebe são transportadas por veículo dos doadores?				
As doações que o banco de alimentos recebe são transportadas por veículos de terceiros?				
Outros. Identifique:				
21 – TIPO E VOLUME DE ALIMENTOS ARRECADADOS			QUANTIDADE EM KG/MÊS	
Percíveis:				
Não percíveis:				

22 – PERIODICIDADE DAS ARRECADAÇÕES	Diária	Semanal	Mensal	Eventual
Percíveis:				
Não percíveis:				
23 – PROCESSOS MOTIVADORES PARA DOAÇÃO				
O Banco de Alimentos incentiva a doação junto aos doadores?			Sim	Não
Caso afirmativo, identifique as formas de incentivo.				
O Banco de Alimentos utiliza alguma estratégia para identificar novos doadores?			Sim	Não
Caso afirmativo, identifique as estratégias				
24 – INFORMAÇÕES SOBRE O DESTINO DAS DOAÇÕES				
O Banco de Alimentos fornece informações aos doadores sobre o destino de suas doações?			Sim	Não
Caso afirmativo, descreva os meios pelos quais fornece estas informações aos doadores.				
Caso afirmativo, qual a frequência em que fornece estas informações aos doadores.	Mensal	Anual	Eventual	Outra: Identifique
25 – ATIVIDADE EDUCATIVAS				
O Banco de alimentos realiza atividades educativas nas instituições beneficiadas?			SIM	NÃO
Caso afirmativo, com qual frequência?	Mensal	Semestral	Anual	Outra: identifique:
Quais atividades educativas são realizadas?	PÚBLICO			NÚMERO
26 – SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS				
O Banco de alimentos estabelece mecanismos que contribuem para a sustentabilidade das instituições beneficiadas?			SIM	NÃO
Caso afirmativo, identifique-os:				
27 – CUSTO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS				
Você conhece o custo para o funcionamento do Banco de Alimentos?			Sim	Não
Caso afirmativo, qual é a estimativa do custo?			Mensal	Anual
Quais os itens que o banco de Alimentos considera ao estimar o custo do programa?				
28 – FONTES DE RECURSOS PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO BANCO DE ALIMENTOS				
29 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS				
O banco de alimentos avalia as suas atividades? Caso afirmativo, quais os mecanismos utilizados?				
O programa Banco de Alimentos alcança os objetivos propostos?	Totalmente	Parcialmente	Não alcança	Não sei
Justifique a resposta anterior:				
30 – COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES PARA MELHORAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS				

APÊNDICE B

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS JUNTO AOS DOADORES

RESPONSÁVEL PELA COLETA DE DADOS								
DATA DA COLETA								
2 – CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DOADORA								
	Instituição Pública							
	Instituição privada							
	Fundação							
	ONG							
	Pessoa física							
	Outros	Identifique:						
3 – FORMA DE ARRECADAÇÃO DOS ALIMENTOS DOADOS								
	Doação de excedente/rejeitos/resíduos							
	Doação de eventos culturais							
	Outros	Identifique:						
4 – BANCOS DE ALIMENTOS PARA OS QUAIS FAZ DOAÇÕES DE ALIMENTOS								
5 – TIPOS DE ALIMENTOS DOADOS						Quantidade Kg/mês		
Perecíveis								
Não perecíveis						Quantidade Kg/mês		
6 – PERIODICIDADE DAS DOAÇÕES				Diária	Semanal	Mensal	Eventual	
Perecíveis:								
Não perecíveis:								
8 – IMPACTO DAS DOAÇÕES								
Volume de rejeitos/excedentes/alimentos descartados						Quantidade em kg/mês		
As doações de alimentos causam impacto no volume dos rejeitos/excedentes/alimentos descartados?						Sim	Não	Não sei
Caso afirmativo, esse impacto é				Significativo	Moderado	Pouco	Não sei	
As doações realizadas representam quanto na diminuição dos rejeitos/excedentes/alimentos descartados?		90-100%	70-80%	50-60%	30-40%	10-20%	- de 10% Não sei	
Quais as razões pelas quais não é possível reduzir/eliminar 100% dos rejeitos/excedentes/alimentos descartados?								
9 – PROCESSOS MOTIVADORES PARA DOAÇÃO								
Os Bancos de Alimentos incentivam a sua doação?						Sim	Não	
Caso afirmativo, identifique os Bancos de Alimentos que incentivam a sua doação.								
Como os Bancos de Alimentos incentivam a sua doação?								
Quais os motivos que o fazem realizar doações de alimentos?								
10 – INFORMAÇÕES SOBRE O DESTINO DAS DOAÇÕES								
Recebe informações dos Bancos de Alimentos sobre a distribuição e destino das suas doações?						Sim	Não	
Caso afirmativo, descreva os meios pelos quais você recebe estas informações.								
Caso afirmativo, com que frequência recebe as informações?								
Caso negativo, você gostaria de receber informações dos Bancos de Alimentos sobre a distribuição e destino das suas doações?						Sim	Não	
Descreva os meios pelos quais você gostaria de receber estas informações.								

11 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS				
Você conhece os objetivos do programa Banco de Alimentos?			Sim	Não
Caso afirmativo, identifique-os.				
O programa Banco de Alimentos alcança os objetivos propostos?	Totalmente	Parcialmente	Não alcança	Não sei
Você gostaria de receber informações relacionadas ao Programa Bancos de Alimentos?			Sim	Não
Descreva os meios pelos quais você gostaria de receber estas informações:				
Os bancos de alimentos facilitam o seu processo de doação?			Sim	Não
Caso afirmativo, identifique os mecanismos facilitadores do processo de doação				
Caso negativo, identifique os fatores que dificultam o processo de doação				
12 – COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES PARA MELHORAR O PROCESSO DE DOAÇÃO E O DESEMPENHO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS				

APÊNDICE C

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS JUNTO ÀS ENTIDADES BENEFICIADAS

RESPONSÁVEL PELA COLETA DE DADOS							
DATA DA COLETA							
Regional:		Data da fundação: //		Inscrição na rede de proteção social?		Sim	Não
2 – CADASTRADA NOS BANCOS DE ALIMENTOS							
3 – DIAS DE FUNCIONAMENTO							
Dias:				Turno:			
	Segunda-feira		Manhã		Tarde		Noite
	Terça-feira		Manhã		Tarde		Noite
	Quarta-feira		Manhã		Tarde		Noite
	Quinta-feira		Manhã		Tarde		Noite
	Sexta-feira		Manhã		Tarde		Noite
	Sábado		Manhã		Tarde		Noite
	Domingo		Manhã		Tarde		Noite
	Segunda a sexta-feira		Manhã		Tarde		Noite
	Domingo a domingo		Manhã		Tarde		Noite
4 – CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO							
	Apoio à família		Apoio à criança		Apoio ao adolescente		
	Apoio ao adulto		Apoio à pessoa idosa		Apoio às gestantes e nutrizes		
	Outros	Especificar:					
5 – ATENDIMENTO PRESTADO							
	Fornecimento de cesta básica			SIM		NÃO	
	Fornecimento de marmitex						
	Fornecimento de sopão						
	Desjejum						
	Colação						
	Almoço						
	Lanche da tarde						
	Jantar						
	Ceia						
6 – PÚBLICO ATENDIDO							
	Primeira infância	De 0 a 12 meses		SIM		NÃO	
	Infância	De 01 a 03 anos					
	Pré-Escolar	De 04 a 08 anos					
	Puberdade/adolescente	De 09 a 18 anos					
	Adulto	De 19 a 51 anos					
	Adulto/idoso	Acima de 51 anos					
	Família	Variada					
7 – RECURSOS FÍSICOS E EQUIPAMENTOS							
	Refeitório		SIM		NÃO		QUANTIDADEE
	Despensa						
	Geladeira						
	Fogão comum						
	Liquidificador						
	Freezer						

	Forno			
	Batedeira			
	Forno elétrico			
	Fogão industrial			
	Outros: especificar			
8 – RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSTITUIÇÃO				
Listar os recursos físicos necessários	Equipamentos necessários			Número
1-				
9 – DIETA ESPECIAL				
PÚBLICO			QUANTIDADE	
	Anemia			
	Hipertensão			
	Diabetes			
	Hipercolesterolemia			
	Insuficiência Renal			
	Desnutrição			
	Doenças respiratórias			
	Doenças gastrointestinais			
	Obesidade			
	AIDS			
	Outras: especificar			
10 – TIPOS DE ALIMENTOS OFERTADOS PELOS BANCOS DE ALIMENTOS				Quantidade Kg/mês
Perecíveis				
Não perecíveis				Quantidade Kg/mês
11 – PERIODICIDADE DAS DOAÇÕES		Diária	Semanal	Mensal
Perecíveis:				
Não perecíveis:				
12 – ALIMENTOS DESCARTADOS PELA INSTITUIÇÃO				
Volume de rejeitos/excedentes/alimentos descartados				Quantidade em kg/mês
Quais as razões pelas quais não é possível aproveitar 100% dos alimentos doados ao bancos de alimentos?				
13 – ATIVIDADE EDUCATIVAS				
O Banco de alimentos realiza atividades educativas na instituição?			SIM	NÃO
Caso afirmativo, com qual frequência?	Mensal	Semestral	Anual	Outra: identifique:
Quais atividades educativas são realizadas?				
Quais os participantes das atividades educativas realizadas?				
14 – SUSTENTABILIDADE DA INSTITUIÇÃO				
O Banco de alimentos estabelece mecanismos que contribuem para a sustentabilidade da instituição?			SIM	NÃO
Caso afirmativo, identifique-os:				
15 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS				
Você conhece os objetivos do programa Banco de Alimentos?			Sim	Não
Caso afirmativo, identifique-os.				
O programa Banco de Alimentos alcança os objetivos propostos?	Totalmente	Parcialmente	Não alcança	Não sei
Você gostaria de receber informações relacionadas ao Programa Bancos de Alimentos?			Sim	Não
Descreva os meios pelos quais você gostaria de receber estas informações.				
Os bancos de alimentos facilitam o processo de doação?			Sim	Não
Caso afirmativo, identifique os mecanismos facilitadores do processo de doação				
Caso negativo, identifique os fatores que dificultam o processo de doação				
16 – COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES PARA MELHORAR O PROCESSO DE DOAÇÃO E O DESEMPENHO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS				

VAMOS PASSEAR NO PARQUE? O TURISMO EM EXTENSÃO^{1*}

EQUIPE

Orientadora:
Professora Vânia Noronha

Alunas bolsistas:
Estefânia Soares Brandão
Lorena Lazzarotti Pedersoli

INTRODUÇÃO

Localizado ao pé da Serra do Curral, patrimônio cultural de Belo Horizonte, o Parque das Mangabeiras, projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx, conserva em sua área de 2,35 milhões de metros quadrados, 21 nascentes do córrego da Serra, numa altitude de 1.000 a 1.300 metros, onde o clima é quase sempre ameno.

Possui uma rica flora, com vegetação nativa e espécies presentes no campo de altitude, como as gramíneas, canelas de ema e orquídeas; no cerrado, como o pau-santo, barbatimão, candeia, caviúna e a mangabeira (que dá nome ao Parque); e nas matas de galeria, onde são encontrados o jacarandá, o vinhático, o jequitibá e a quaresmeira. Sua fauna é composta por várias espécies de mamíferos, dentre os quais esquilos, gambás, rato-do-mato, micos, tatus, quatis, além da variedade de aves, répteis, anfíbios e algumas espécies ameaçadas de extinção como o tamanduá-mirim e as rãs. São encontrados minerais como o itabirito, o dolomito, o quartzito e o filito.

É um lugar para descanso, lazer e esportes. O visitante pode usufruir seus recantos naturais, as quadras poliesportivas, de peteca e de tênis, o *playground*, as atividades culturais realizadas em datas comemorativas, na Praça das Águas e no Teatro

^{1*} O Parque das Mangabeiras é um dos mais importantes atrativos naturais de nossa cidade e, por isso mesmo, é considerado um dos equipamentos específicos de lazer públicos mais significativos. A partir da constatação de que os visitantes se ressentem de orientações para que possam desfrutar melhor o local, a proposta com este projeto foi desenvolver ações para potencializar o receptivo, visando otimizar as informações sobre onde e o que visitar; como participar das atividades oferecidas, das oficinas, das trilhas, dos eventos, bem como ficar ciente dos horários de transportes; dentre outros.

de Arena, e os eventos permanentes, como “*Seresta ao Pé da Serra, Fantástico Mundo da Criança, Semana do Meio Ambiente e Férias no Parque*”.

No início da construção de nossa capital, no século XIX, a área onde hoje é o Parque, pertencia à Fazenda do Capão e o espaço foi, aos poucos, sendo incorporado à cidade. Em 1941, foi instalada, ali, a primeira estação de tratamento de água de Belo Horizonte, responsável pelo abastecimento do bairro Serra. No início da década de 1960, a área foi cedida à Ferro Belo Horizonte S/A (FERROBEL), empresa mineradora municipal que explorava minério de ferro no local. Por meio do Decreto nº 1.466, de 14 de outubro de 1966, foi criado o Parque das Mangabeiras, com objetivo de preservar a reserva florestal e torná-la uma área de recreação para a cidade. Com a desativação da mineradora no final da década de 1970, o Parque pôde, finalmente, ser inaugurado, o que ocorreu em 13 de maio de 1982. De lá para cá, tem se tornado cada vez mais uma referência para o lazer e o turismo da capital mineira. O Parque é administrado, desde 2005, pela Fundação de Parques Municipais da Prefeitura de Belo Horizonte, que também é responsável por outros 52 parques da cidade, 4 centros de Vivência Agroecológica (CEVAE), 4 cemitérios e 1 capela velório (FOLDER..., 2007).

Seus principais pontos e roteiros turísticos são:

- **Praça das Águas**, que se localiza na parte alta do Parque, sendo o primeiro ponto de parada para quem entra pelo portão Sul. É, também, partida para as diversas opções de caminhada pelos roteiros do Parque. Possui jardins projetados por Burle Marx e três lagos com vegetação aquática, espelhos d’água com carpas coloridas e repuxos, conjunto de pergolados, fontes, bancos, mirante, barracas de alimentação. É o espaço onde é realizada a maioria dos eventos, principalmente no Teatro de Arena Marco Antônio Araújo, com capacidade para 1.200 pessoas. Na Praça das Águas localizam-se, ainda, a sede administrativa, quiosque de informações, sala de multimídias, seção de Educação Ambiental e Eventos, lanchonete/restaurante, banheiros públicos, central de rádio, segurança, os telefones públicos e bebedouros.





Figura 1 – Praça das Águas e Teatro de Arena.

- **Roteiro da Mata**, passeio por vias calçadas, que permite observar os vários tipos de vegetação do Parque. Inclui a Praça das Águas, o Viveiro, onde são produzidas mudas de espécies nativas e ornamentais, o Mirante da Mata, considerado o melhor ponto de contemplação das formações vegetais existentes no Parque: cerrado, mata e campo e o Morro do Picnic/Vale dos Quiosques, local adequado para lanches familiares e coletivos.



Figura 2 – Viveiro

- **Roteiro das Águas**, onde se encontra o Recanto da Cascatinha, formado pelo encontro de dois riachos com nascentes dentro do Parque e uma cascata artificial, de onde se pode observar pequenos animais; o Lago dos Sonhos local ideal para o desfrute e a contemplação.
- **Roteiro do Sol**, formado pelo Parque Esportivo, com quadras de futebol, vôlei, basquete, tênis e peteca; pela Praça do Britador, maior local do Parque para shows e atividades culturais; e pela Ciranda dos Brinquedos, local de recreação infantil com *playgrounds*, cidade das bonecas e mesas de jogos. (FOLDER..., 2007)

Além desses roteiros, o Parque oferece ações de manejo e preservação ambiental, programa de implantação do viveiro de plantas nativas, realização de eventos, atividades de educação

ambiental e o programa social desenvolvido na Casa Menino no Parque.²

Atualmente, estão sendo realizadas as obras de implantação do Parque Paredão da Serra, que se tornará mais uma atração turística e espaço para a preservação do meio ambiente da cidade. O projeto prevê a construção de 13 mirantes, também com trilhas leves para atender pessoas com dificuldades de locomoção e portadoras de necessidades especiais, além de um sistema de prevenção e combate a incêndios, sistema de monitoramento eletrônico, guarita de vigilância, cercamento, recuperação das erosões e recomposição da vegetação. (ACMINAS, 2008)

O atendimento ao público é realizado de terça a domingo das 8 às 17 horas. O espaço é também utilizado pelas escolas da Região Metropolitana e por grupos socialmente organizados, como os da Terceira Idade. Nesse caso, a responsabilidade pelos eventos, bem como pelos materiais necessários, fica a cargo dos organizadores.

Apesar de toda infraestrutura do Parque e do potencial turístico que possui, percebe-se uma grande deficiência em relação ao seu quadro de pessoal para atendimento no receptivo e no desenvolvimento de atividades monitoradas. Uma das queixas dos visitantes é de que não se encontram informações necessárias para o melhor desfrute do local, nem mesmo nos finais de semana.

Diante dessa realidade, a proposta com esse projeto foi desenvolver ações para potencializar o receptivo, visando otimizar as informações sobre onde e o que visitar, como participar das atividades oferecidas – oficinas, trilhas, eventos –, sobre os horários de transporte, dentre outros. Esperava-se que as alunas bolsistas pudessem participar de propostas para o planejamento turístico explorando os roteiros, o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental, além de atividades lúdicas com escolas do município e/ou diretamente com a população que usufrui as belezas naturais do Parque.

DESENVOLVIMENTO

No início do projeto, foram realizadas várias reuniões entre a equipe e a coordenadora da Divisão de Eventos e Educação Ambiental para que fossem definidas onde e como as alunas bolsistas iriam atuar. As primeiras semanas foram dedicadas à adaptação das estagiárias, conhecimento do funcionamento e da estrutura do local, dos trabalhos desenvolvidos nos diversos

² Ao longo de 2003-2006, foram desenvolvidos projetos de intervenções de turismo e lazer na Casa Menino no Parque por alunos do curso de Turismo e Gestão em Hotelaria da Universidade FUMEC. (Cf. ALVES, 2004, 2005, 2006, 2007)

setores. Ficou definido que as estagiárias ficariam responsáveis pelo receptivo, realizado no quiosque de informações ao turista. Entretanto, a reduzida carga horária destinada ao projeto pelas estagiárias impediu-lhes maior inserção nos trabalhos, no planejamento e no acompanhamento das ações do Parque, dificultando, ainda, o estabelecimento de vínculos com os profissionais do local. Foi percebida, também, a falta de política de absorção das estagiárias com orientações, treinamentos e direcionamentos para a execução das tarefas. Esses fatores comprometeram o trabalho desenvolvido. Num primeiro momento as alunas bolsistas se limitaram a realizar tarefas operacionais que não demandavam aproveitamento do nível de conhecimento delas. Essa situação foi extremamente desmotivante para as estagiárias e provocou uma reavaliação do projeto tanto pela equipe quanto pela coordenadora do Parque, resultando num redirecionamento das ações. Desse modo, ficou definido que seria realizado um inventário turístico do local identificando o histórico, a estrutura, os atrativos, os equipamentos, os eventos programados. Seria também realizada uma entrevista com os funcionários do Parque para a identificação da percepção deles sobre o potencial turístico do local, bem como dos limites encontrados para a realização dos trabalhos. Essas metas foram cumpridas. A realização do inventário possibilitou às estagiárias discutir sobre a execução dele, a coleta e a análise de material, além da adaptação de modelos para patrimônios naturais.

Foram realizadas sete entrevistas com funcionários responsáveis pela coordenação de diferentes setores. Três deles atuam no Parque há mais de dez anos e os outros há menos de dois. É unânime a percepção do Parque como um equipamento de lazer, turismo e educação ambiental. Todos consideram a frequência de visitação ao Parque satisfatória, mas destacam que seria interessante maior investimento da Prefeitura para a atração de visitantes, diversificando e ampliando as atividades oferecidas, o atendimento ao público portador de necessidades especiais, a exploração das trilhas para o ecoturismo, a intensificação dos programas de educação ambiental, a ampliação dos recursos financeiros e de políticas públicas. Para isso, indicam, também, a necessidade de contratação de funcionários qualificados em áreas específicas como turismo, geografia, biologia, para o atendimento ao público nas atividades educativas, de lazer e eventos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

O desenvolvimento do projeto nos permitiu perceber uma cultura organizacional centralizada, com pouca abertura para o diálogo e para novas concepções. Compreendemos que o funcionamento de uma instituição pública esbarra em vários limites políticos

e econômicos que, muitas vezes, fogem do alcance de seus gestores e comprometem o desenvolvimento das propostas de trabalho, como é o caso da liberação de recursos financeiros e contrato de pessoal. Ainda assim, destacamos como aspectos positivos o conhecimento da estrutura de um equipamento turístico gerenciado e mantido por um órgão público, a análise da concepção de lazer expressa por políticas públicas municipais; a aproximação de conhecimentos voltados para gestão de pessoas; a identificação de problemas e soluções relacionadas ao uso e ocupação do equipamento turístico; o desenvolvimento de habilidades no processo de mediação e negociação de conflitos organizacionais e concepções; o desenvolvimento da capacidade crítica diante do planejamento, da gestão, de políticas públicas, da utilização do patrimônio ambiental de um significativo equipamento municipal (falta de recursos materiais, humanos e financeiros, planejamento de ações diversificadas de lazer, divulgação das ações, aspectos que consideramos comprometer a demanda de público e funcionamento do Parque); a aplicação de conhecimentos interdisciplinares de campos como do lazer, eventos, meio ambiente, planejamento turístico e gestão; e a observação e análise de eventos realizados por outras instituições nas dependências do Parque.

Como aspectos críticos do projeto, identificamos a reduzida carga horária das alunas bolsistas. Para que o trabalho possa ter mais qualidade, sugerimos a ampliação para 20 horas/semanais.

Indicamos como possibilidades de desdobramentos desse projeto a realização de pesquisas de opinião com o objetivo de identificar os interesses de lazer dos visitantes do Parque, de modo a propor ações que possam potencializar o receptivo, o aumento da frequência do público, a diversificação das atividades e eventos; enfim, a consolidação desse espaço como instrumento de lazer democrático de nossa cidade. Além disso, propomos o desenvolvimento de inventários turísticos em todos os parques gerenciados pela Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte, com vista a organizar um catálogo com as informações necessárias aos turistas e moradores sobre o potencial turístico desses locais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Oficina de recreação no Projeto "Menino no Parque" *In*: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA FUMEC, 2004, Belo Horizonte. *Caderno de Artigos*. Belo Horizonte: FUMEC, 2004. v. 1. p. 29-32.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Oficina de recreação no Projeto "Menino no Parque" *In*: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNI-

VERSITÁRIA DA FUMEC, 2º, 2005. Belo Horizonte. *Caderno de Artigos 2004*. Belo Horizonte: FUMEC, 2005. p. 35-39.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. "Menino no Parque" e a Belo Horizonte que (não) se vê: turismo e lazer na construção da cidadania *In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FUMEC, 3º, 2006*. Belo Horizonte. *Caderno de Artigos 2005*. Belo Horizonte: FUMEC, 2006. p. 81-84.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. "Menino no Parque" e a Belo Horizonte que (não) se vê: finalizando um projeto social de turismo e lazer *In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FUMEC, 4º, 2007*. Belo Horizonte. *Caderno de Artigos 2006*. Belo Horizonte: FUMEC, 2007. p. 95-98.

FOLDER de divulgação do Parque Municipal das Mangabeiras. Disponibilizado pela Fundação de Parques Municipais, Prefeitura de Belo Horizonte, 2007.

PAREDÃO da serra vira realidade. *Jornal da ACMinas*, Ano XXVII, n. 1.112, abr. 2008.

VEÍCULO DO SABER: UMA CONEXÃO ENTRE CONHECIMENTOS, CULTURAS E ESTRUTURAS.

EQUIPE

Coordenador:

Flavio Fabrino Negrão Azevedo – Professor da FEA FUMEC

Professora voluntária:

Camila Carvalhal Alterthum

Alunos voluntários:

João Francisco Casarões – Discente de Arquitetura da FEA FUMEC

Pedro Felipe Oliveira – Discente de Design de Produto da FEA FUMEC

Eduardo Leonel – Discente de Design de Produto da FEA FUMEC

João Ferolla – Discente de Engenharia Ambiental da FEA FUMEC

CONTEXTO GERAL

O projeto extensionista intitulado *Veículo do Saber* tem como objetivo a capacitação e o desenvolvimento de produtos no campo do ecodesign. Tendo como público-alvo agentes ambientais de limpeza pública (catadores) e adolescentes em risco social, o projeto atua nas dependências da marcenaria da Associação dos Catadores de Papel Papelão e Materiais Recicláveis (ASMARE) e, por meio de ações pontuais no bairro Ribeiro de Abreu, com oficinas temáticas de ecodesign para a população local.

Nascido em 2005, o *Veículo do Saber* vem, ao longo desses anos, trilhando caminhos de amadurecimento no seu processo de interlocução com os múltiplos agentes envolvidos. O desenvolvimento de metodologias que permitam conciliar crescimento econômico e aprendizado tem sido uma tônica constante na proposta. Transmitir os conceitos de sustentabilidade, aplicando-os por meio de oficinas temáticas e do desenvolvimento de ecoprodutos, foi a forma de diálogo encontrada para interlocução dos agentes envolvidos no projeto.

Seguindo o plano de trabalho desenvolvido com o grupo no início de 2008, o projeto segue seu caminho de disseminador e multiplicador da importância de reeducar, reduzir, reutilizar e reciclar o “lixo nosso de cada dia.”

Nas primeiras ações do projeto, o grupo envolvido é incentivado a pesquisar o que convencionamos chamar de “caminho do lixo”. Alunos pesquisadores da engenharia ambiental, arquitetura e design tiveram a missão de diagnosticar o percurso adotado pelo lixo desde a coleta nas ruas até a prensagem e venda do material pela cooperativa parceira. Aprender a observar o ciclo do resíduo reciclável urbano, na sua passagem por essa etapa que antecede a reciclagem – coleta, triagem e distribuição – foram fundamentais para a cristalização das intervenções cabíveis ao projeto, diante da possibilidade de otimizar e aprimorar essa cadeia produtiva. Seguindo os caminhos já percorridos pelo *Veículo do Saber* nos anos anteriores, essa etapa de diagnóstico complementa e reforça a atuação do projeto na criação de equipamentos que visem à melhoria das condições de trabalho desses cidadãos. A pesquisa que ocupou os alunos no mês de março e abril, compartilhada com o grupo em reuniões periódicas, propunha uma análise de todos os agentes e equipamentos envolvidos nessa cadeia produtiva. Foram coletados dados referentes ao modelo de coleta seletiva adotado pela Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU), sua relação de parceria com a ASMARE e a gestão e modelo de coleta adotada na cooperativa. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário aplicado aos catadores, avaliando as principais ferramentas de trabalho desses agentes ambientais de limpeza pública: o veículo de coleta seletiva (VCS) e a bancada utilizada para triagem do material. Alguns aspectos relevantes desse questionário estão arrolados abaixo:

- 67,5% dos catadores são homens;
- 72,5% realiza a coleta uma vez por dia;
- 63% dos catadores coletam nos bairros Centro e Barro Preto;
- 49% dos catadores raramente realizam manutenção em seu VCS;
- 80% dos catadores acham o tamanho de seu VCS adequado para trafegar;
- 42,5% dos catadores já se envolveram em acidente com o VCS.

Modelos de coleta seletiva utilizados em outras cidades também fizeram parte do campo de estudo dos pesquisadores. O contato com outras realidades brasileiras possibilitou a descoberta de novos modelos de coleta, contribuindo para a postura crítica do grupo perante a situação do universo da reciclagem no País. Concluída a atividade de coleta e a de análise dos dados, iniciamos o contato com a linha de produção da marcenaria. O desafio consistia na criação e no desenvolvimento de elementos estru-

turais que possibilitassem a construção de equipamentos destinados à coleta seletiva. Com o propósito de dar continuidade aos caminhos já percorridos no projeto, optou-se por trabalhar com as mesmas matérias-primas dos anos anteriores: o bambu como elemento estruturante e a placa reciclada de tubo de pasta dental como conector. Esse assunto, que permeou os quatro anos do projeto, será tratado com mais detalhes no próximo item deste artigo.

Passada a fase de idealização, construção e aplicação do novo conector, novos desafios foram sinalizados ao grupo. Era o momento de pensar na cadeia produtiva de uma das matérias-primas utilizadas na confecção dos produtos: o bambu. Essa etapa do projeto ocorreu nos meses de maio e junho, período ideal para o manejo de matas de bambu. A parceria com o Recanto Lar de Idosos, localizado no bairro Ribeiro de Abreu, onde há ocorrência de uma mata de bambu da espécie *Phyllostachys*, proporcionou ao *Veículo do Saber* a possibilidade de análise completa do ciclo de vida, garantindo, assim, a integridade física, mecânica e ambiental dessa matéria-prima utilizada na confecção dos produtos.

Obedecendo aos critérios de manejo sustentável analisados pelo aluno da engenharia ambiental que compõe a equipe, a mata passou por uma primeira intervenção de limpeza, quando as varas secas foram retiradas, abrindo espaço para novos brotos. O procedimento de limpeza, em que o grupo tem de se aventurar mata adentro, induz, também, à identificação das varas maduras que serão posteriormente coletadas. É importante salientar que tais procedimentos que visam fortalecer a mata foram acompanhados por toda equipe do projeto e pelos jardineiros do Recanto Lar de Idosos.

Passada a fase de limpeza e identificação, as varas maduras foram coletadas na lua minguante, acondicionadas em local sombreado e posicionadas verticalmente, iniciando-se o processo de retirada da água por gravidade. Esse procedimento, que dura em torno de trinta dias, em que o bambu passa por uma secagem natural, evita a ocorrência de fissuras provocadas pela perda excessiva e abrupta da água excedente na peça. Após atingir um teor de umidade próximo a 15% a vara de bambu está pronta para iniciar a última etapa do tratamento: com o auxílio de um maçarico a peça é queimada, favorecendo a retirada do amido, protegendo a vara do ataque de insetos, fungos e outros agentes externos nocivos. Esse processo é necessário para garantir a qualidade física e mecânica do bambu, que passa agora a fazer parte dos produtos criados e confeccionados na marcenaria.

Concluída a fase de manejo, coleta, tratamento e construção em bambu, novos desafios foram oferecidos ao grupo de trabalho. Nos meses de agosto e setembro, uma parceria com o 7º *Festival Lixo e Cidadania* nos induziu a pensar em conceitos de ecodesign para uma linha de mobiliário. O desafio compreendia

ocupar os espaços do galpão onde o evento aconteceria, com ambientes semelhantes a uma sala de estar. A equipe, nesse projeto, recebeu o apoio da Operation Brésil (Operação Brasil), uma associação instituída com o objetivo de contribuir com instituições por meio do trabalho voluntário de estudantes da cidade de Tours, na França. Os intercambistas participaram da elaboração e da construção dos produtos que ocuparam os ambientes propostos. O projeto, em parceria com as duas entidades, possibilitou um intercâmbio sociocultural de grande relevância para os alunos. O sucesso da experiência culminou em uma parceria direta entre os alunos brasileiros e franceses, que deram continuidade ao trabalho mediante a divulgação dos conceitos de sustentabilidade no design, intitulado *Movimento Sucatralia*. Trabalhando com base na análise de ciclo de vida do produto, o grupo desenvolveu uma linha de mobiliário na qual a redução, a reutilização e a reciclagem estavam presentes em toda a linha de design desenvolvida (FIG. 1 e 2).



Figuras 1 e 2 – Linha de mobiliário desenvolvida em parceria com estudantes franceses

O trabalho culminou com a participação no referido festival e numa exposição no espaço cultural Reciclo 2. Com o projeto já em sua fase conclusiva, o grupo dá continuidade ao desenvolvimento de novos produtos, ampliando, assim, a linha de mobiliário a ser comercializada pela marcenaria da ASMARE.

CONEXÃO ENTRE AS PARTES

Durante o percurso do *Veículo do Saber* nos seus anos de existência, um objeto de pesquisa tem permeado todos os momentos de vida do projeto. Servindo de inspiração para o nome do projeto e representando o elo mais direto com o cotidiano dos catadores de papel, o VCS foi de extrema relevância no trabalho desenvolvido em 2008. A pesquisa iniciada em 2005 tomou novo fôlego com a concepção de novos conectores destinados aos elementos estruturais em bambu, utilizado no equipamento de coleta do veículo (grade).

O desafio foi lançado ao grupo no sentido de aperfeiçoar os aspectos construtivos vinculados à conexão até então utilizada. O trabalho iniciou-se com o diagnóstico das deficiências provocadas com a utilização do conector intitulado sanduíche. A obrigatoriedade da utilização de parafusos como elemento de união entre as peças, provocando o fendilhamento do bambu, e a limitação de arranjos tridimensionais na composição volumétrica foram apontados como os principais pontos negativos do conector sanduíche em estudo. Passado a fase de diagnóstico, iniciou-se a idealização de uma conexão que, utilizando a mesma matéria-prima (placas recicladas de tubo de pasta dental), pudesse evitar a perfuração do bambu e melhorasse o aspecto construtivo do conjunto, ao permitir arranjos tridimensionais.

Utilizando a metodologia de projeto na qual a solução volumétrica é resolvida mediante a construção de maquetes, os alunos bolsistas desenvolveram um modelo de conector em que as placas dobradas adquirem a forma de cantoneira (FIG. 3).

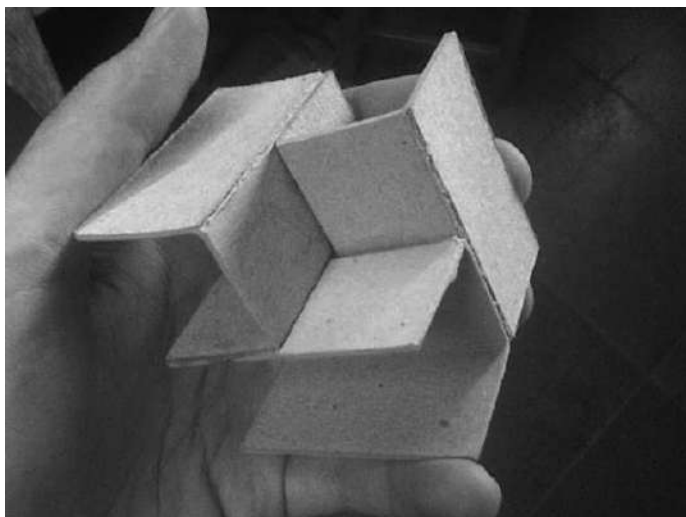


Figura 3 – modelo reduzido do conector

Cumprida a fase de projeto, iniciou-se o processo de montagem das peças. As experiências vivenciadas nos anos anteriores já haviam nos mostrado que as placas recicladas, quando aquecidas, poderiam ser dobradas com facilidade. Mediante essa constatação, um molde foi executado em madeira para que as

cantoneiras pudessem ser produzidas. As dimensões da peça foram cotizadas de forma a compatibilizar o encaixe no bambu com a redução de resíduos gerados. Após o corte executado na placa, ela foi aquecida com fogo aberto com maçarico, para que, finalmente, pudesse ser conformada e prensada no molde de madeira

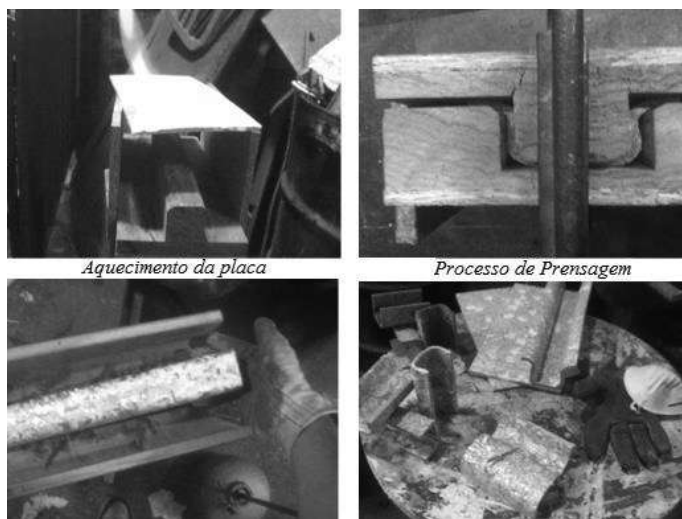


Figura 4 – Processo de montagem do conector

A composição final do conector se resolveu com a união de duas ou três cantoneiras que, para a praticidade e facilidade de montagem, são interligadas com rebites. No conector duplo foi utilizado apenas um rebite, que, além de unir as peças, tem a função de servir como eixo de rotação, permitindo uma adaptação a várias angulações. Já o conector triplo foi criado para possibilitar a construção de elementos estruturais espaciais, suprimindo uma demanda não resolvida pelos outros modelos. A conexão dos dois elementos de composição estrutural – bambu e placa reciclada – foi feita de forma a evitar movimentos excessivos de ambas as partes. No colmo do bambu em contato com o conector foi colocada uma camada de borracha reutilizada de câmara de pneu, com a função de proteger e enrijecer a peça, evitando, assim, o atrito direto entre os dois elementos e a movimentação excessiva deles. A borracha também foi utilizada na amarração final entre o conector e o bambu. Finalizada as fases de projeto, construção e ensaios experimentais, os novos conectores entraram na linha de produção, permitindo a aplicação deles em produtos que vão do mobiliário a elementos estruturais de pequeno porte. (FIG. 5 e 6)



Figuras 5 e 6 – Conectores e exemplo de aplicação

Outro aspecto passível de análise e pesquisa no universo dos conectores ocorreu na possibilidade de melhoria do modelo sanduíche. Minimizar a possibilidade de fendilhamento do colmo do bambu no ponto de perfuração passou a ser o grande desafio da equipe. O preenchimento da peça com um material que fosse leve e, ao mesmo tempo, flexível conduziu a pesquisa aos chamados elementos compósitos. Algumas misturas foram testadas, buscando a melhor adaptação às características físicas e mecânicas da peça, com o objetivo de aumentar a resistência e a durabilidade do bambu nas áreas onde há maior solicitação.

Nos compósitos desenvolvidos foram utilizados resíduos da marcenaria, como serragem, raspas de ecoplaças e pneus, que, misturados a aglomerantes como cola branca, isopor com gasolina e poliuretano de mamona, geraram os compósitos. Para todos os compósitos foi feito um corpo de prova em um pequeno pedaço de bambu cortado em forma de copo. Nos ensaios experimentais, foram avaliadas a aderência e a compatibilidade do

compósito ao bambu, o tempo de reação da mistura e as potencialidades ambientais do conjunto.

O ensaio dos compósitos encerra a última etapa do projeto, sinalizando a importância da pesquisa acadêmica como elo de desenvolvimento e capacitação dos agentes ambientais de limpeza pública (catadores) e seus modelos de coleta seletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2008 para o projeto de extensão *Veículo do Saber* foi marcado por dois grandes momentos. O primeiro deles descontinhou ao grupo a importância do intercâmbio de conhecimento com personagens de outras culturas e saberes, oxigenando o grupo com novos modelos de ensino e pesquisa. A presença, durante o mês de junho, dos discentes franceses vinculados à Operation Brésil trouxe nova motivação ao grupo, reforçando e confirmando a importância do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento das ações extensionistas. O segundo momento ratifica a linha de pesquisa que deu origem ao projeto, como o grande fio condutor do *Veículo do Saber*, apontando caminhos de interpelação entre a iniciação científica e a extensão.

A proposta experimentada em 2008 na confecção de novos conectores e no aprimoramento do modelo já utilizado sinalizou ao grupo a importância desses estudos na melhoria da qualidade de trabalho dos catadores e possibilitou, também, as primeiras iniciativas de utilização desses elementos de conexão em outros modelos estruturais. Os desdobramentos dos testes de rua realizados na grade do VCS e a idealização de novos conectores trouxeram confiança ao grupo para ampliar as possibilidades de utilização desses elementos estruturais em outras tipologias. Abrigo temporário e edificação de pequeno porte fizeram parte das novas propostas de utilização do modelo construtivo em estudo (FIG. 7). Os resultados positivos dessas novas experimentações, do ponto de vista da estabilidade e praticidade de montagem do conjunto, apontam os desdobramentos e os caminhos futuros da pesquisa. A utilização do cabo de aço, contraventando os elementos *porticados*, e o uso dos compósitos nos pontos de perfuração do bambu merecem estudos mais aprofundados nas suas possibilidades de utilização.

Percorrendo velhos caminhos e se aventurando por novas estradas, o *Veículo do Saber* segue em frente, conformando sua trajetória na certeza de que o trabalho resultante da indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão são fundamentais para o exercício do saber.



Figura 7 – Pequena edificação onde foram utilizados os conectores

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ECOLOGIA INTEGRAL. *Revista Ecologia Integral*, Belo Horizonte, ano 7, n. 31, 2007.

EIGENHEER, Emílio Maciel. *Coleta seletiva de lixo: experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. *O desenvolvimento de produtos sustentáveis*. São Paulo: USO, 2005.

RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana (Org.). *Novos instrumentos de gestão ambiental urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

SAÚDE, ambiente e cidadania na bacia do Rio das Velhas. *Jornal Manuelzão*, Belo Horizonte: UFMG, ano 11, n. 44, mar. 2008.

